

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

ELAINE CRISTINA CARRARO

**O INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS: ELEMENTOS PARA UMA
PRÉ-HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA**

**CAMPINAS
2009**

C231i

Carraro, Elaine Cristina
O Instituto Histórico de Paris: elementos para uma pré-história da sociologia / Elaine Cristina Carraro. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Renato José Pinto Ortiz.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Buchez, Phillippe, 1796-1865. 2. Instituto Histórico de Paris. 3. Sociologia – História. 4. Moralidade. 5. Levantamentos sociais. 6. Raças. I. Ortiz, Renato José Pinto, 1947- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Historical Institute of Paris**
Sociology - History
Morality
Social surveying
Races

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

ELAINE CRISTINA CARRARO

AGRADECIMENTOS

“O INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS: ELEMENTOS PARA UMA PRÉ-HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA”

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 22/06/2009

BANCA

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Profa. Dra. Marcia Consolim

Prof. Dr. Fernando Novais

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço

SUPLENTES:

Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

JUNHO/2009

AGRADECIMENTOS

Foram muitos aqueles que, de forma direta ou indireta, colaboraram para que este trabalho se concretizasse. Será difícil citar todos os nomes, mas tentarei fazê-lo.

Agradeço aos meus pais, Moacir e Marisa, pelo amor e apoio constante.

Ao meu orientador, Renato Ortiz, por ter acreditado em meu trabalho, pela disposição com a qual sempre me atendeu e pelas exigências tão precisas, como a do estágio em Paris.

Aos professores Fernando Novais e Élide Rugai Bastos, pelas preciosas sugestões feitas no exame de qualificação.

À professora Marion Aubrée, pela orientação durante o estágio na EHESS.

Aos professores Afrânio Garcia e Marie-Claude Munoz.

Ao professor Antoine Savoye, pela conversa tão atenciosa.

Ao professor Fernando Lourenço, pelas valiosas sugestões feitas ao projeto e pelas palavras de incentivo.

À Senilde Guanaes, pelas informações e apoio.

Às amigas Tatiana, Tatiana Fonseca, Luciana, Giu e Fabi, pela ajuda, amizade e palavras sempre tão gentis. À Giuliana, agradeço também pela leitura da tese, ajudando a minimizar a turbulência dos momentos que antecederam a entrega do texto.

À Paula, pela recepção tão generosa em Paris.

À Marcia, com quem compartilhei os desafios referentes à pesquisa.

Ao Edilson, pela companhia agradável em momentos tão especiais.

A estada em Paris tornou-se mais profícua e feliz graças aos queridos Gérard Dumenil, Mme. Thomas, George Goma, Rodrigues, Annie e Gilles e Jareth.

Aos funcionários das várias bibliotecas que frequentei em Paris: Bibliothèque de la Maison des Sciences de l'Homme; Bibliothèque de Sociologie – CNRS – Iresco; Bibliothèque Ste-Geneviève; Bibliothèque de la Maison Internationale Universitaire de Paris; Bibliothèque Historique de la Ville de Paris; Bibliothèque de l'Arsenal (BNF); Bibliothèque de la Sorbonne.

Aos funcionários da Biblioteca do IFCH.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH, em especial à Christina.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth.

À CAPES, pela bolsa de doutorado sanduíche, concedida no período de janeiro a dezembro de 2006. Seu apoio permitiu o acesso a uma bibliografia muito importante para esta pesquisa.

À FAPESP, pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a emergência do pensamento sociológico na França por meio da produção intelectual dos membros do Instituto Histórico de Paris (IHP), com o auxílio de documentos manuscritos e de publicações concernentes às atividades deste Instituto entre 1834, ano de sua criação, e 1850. O IHP, criado por Eugène de Monglave, pretendia estimular exclusivamente a pesquisa histórica, mas, de fato, seus estatutos e atividades indicam uma forte proximidade com a ciência social. Sustentamos que essa “aproximação sociológica” ocorreu por meio da escola bucheziana, liderada por Philippe Buchez, de origem saint-simoniana, que continuou fiel ao projeto de Saint-Simon, de constituir uma ciência social. Particularmente, o IHP empreendeu uma tentativa de definição da ciência social e promoveu a pesquisa sociológica por meio de discussões ocorridas nos Congressos Históricos anuais organizados pela sociedade. A análise das idéias debatidas no IHP, sobre a necessidade de reorganização moral da sociedade, a teoria das raças, o higienismo e as pesquisas estatísticas esclarecem algumas condições de surgimento, ambições e preocupações que caracterizaram o período pré-disciplinar da sociologia.

Palavras-chave: Instituto Histórico de Paris, Sociologia - história, moralidade, levantamentos sociais, raças.

ABSTRACT

This research analyzes the sociological thought emergence in France through the intellectual production of Historical Institute of Paris (IHP) members, with support from manuscript documents and publications regarding this institute activities between 1834, its foundation year, and 1850. The IHP, founded by Eugène de Monglave, intended to exclusively stimulate historical research, but actually its statutes and activities indicate a strong closeness with social science. We support that this “sociological closeness” happened through the Buchezian school, led by Philippe Buchez, from a saint-simonian origin, who kept loyal to Saint-Simon’s project of constituting a social science. Particularly, IHP undertook an attempt of social science definition and promoted sociologic research through discussions that happened at annual Historical Conferences organized by the society. The analysis of the ideas debated at IHP about the society moral re-organization demand, races theory, hygienism and statistic research elucidate some conditions of emerging, ambitions and concerns that featured sociology pre-disciplinary period.

Keywords: Historical Institute of Paris, Sociology-history, morality, social surveying, races.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 1

PARTE I: Sobre o IHP - origem, funcionamento, relações, objetivos e definições

Capítulo 1 - O Instituto Histórico de Paris e a Monarquia de Julho: dissonância e harmonia, p. 9

1. Composição e funcionamento, p. 12
 - 1.1. As publicações: *Journal de l'Institut Historique e l'Investigateur*, p. 19
 - 1.2. Congresso Histórico, p. 21
 - 1.3. Cursos públicos, p. 21
2. François Eugène Garay de Monglave: o mentor, p. 22
3. A relação com o governo, p. 26

Capítulo 2 - Um projeto científico, p. 39

1. A busca da neutralidade, p. 57

Capítulo 3 - A preeminência da história filosófica: primeira forma de sociologia, p. 61

1. A questão do método, p. 62
2. A classe de História Geral e História da França, p. 70
3. A classe de História das Línguas e Literaturas, p. 79

PARTE II: As ciências sociais no IHP

Capítulo 1 - História útil e moral: promovendo a regeneração moral da sociedade, p. 89

Capítulo 2 - Aproximações sociológicas, p. 119

1. Constituir a ciência social: uma tarefa possível?, p. 127
2. Philippe Buchez: o “sociólogo” do IHP, p. 134
 - 2.1. Sua trajetória, p. 138
 - 2.2. A ciência social bucheziana e o Instituto Histórico de Paris, p. 151
3. Alexandre Victor Courtet: história e idéia de raça na origem do pensamento sociológico, p. 163
 - Contextualizando o debate, p. 165
 - 3.2. Courtet de l'Isle: influências saint-simonianas e projeto “sociológico”, p. 170
 - 3.3. A recepção de Courtet de l'Isle e a idéia de Raça no IHP, p. 183

Capítulo 3 - Estatística e medicina: tentativas de cientificização das ciências sociais, p. 191

1. A contribuição da medicina, p. 206
2. Medicina e observação social, p. 211
3. Da higiene à pesquisa social, p. 215
4. A contribuição da estatística criminal e moral, p. 220

APRECIACÃO FINAL, p. 231

BIBLIOGRAFIA, p. 237

ANEXO, p. 257

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a relação da emergência do pensamento sociológico na França, na primeira metade do século XIX, com a produção intelectual dos membros do Instituto Histórico de Paris (IHP)¹. Os documentos referentes às atividades do IHP constituem-se de manuscritos (1834-1846) e de publicações: *Journal de l'Institut Historique*, que em 28 de dezembro de 1840 tornou-se *L'Investigateur*. O período delimitado nessa pesquisa abrange as duas primeiras décadas de mais intensas atividades do Instituto, 1834 a 1850. Coincide aproximadamente com o contexto da Monarquia de Julho (1830-1848)², momento de intensos debates no qual a questão social estava na ordem do dia, e quando ocorreu a eclosão de vários projetos de reorganização da sociedade. Academias e instituições como o IHP desempenharam papel decisivo na produção intelectual do século XIX, aplicando uma espécie de “política de pesquisa” (Matalon, 1992), orientando a atividade de pesquisadores pela escolha de temas propostos para concursos e debates. A Monarquia de Julho caracterizou-se como um período especial para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa histórica. Os historiadores da época dispunham de informação e documentação novas e incomparavelmente mais acessíveis e mais completas do que existiu no passado. Impulsionados pelos empreendimentos do Ministério da Instrução Pública, o ensino e a pesquisa histórica experimentaram um momento fecundo e inovador.

¹ Sobre o nome do Instituto, Faria afirma: “Apesar da projeção da maioria dos membros brasileiros na vida nacional, o Instituto de Paris foi mal conhecido no Brasil. (...) Parece-nos muito revelador o modo pelo qual um biógrafo, como Sacramento Blake, cita os diplomas do Instituto Histórico nas biografias dos sócios brasileiros. (...) o nome vem com frequência como Instituto de Paris ou mesmo Instituto de França, ora em maiúsculas, ora em minúsculas. A confusão do Instituto Histórico de Paris com o Instituto de França, sobretudo, salienta o pouco valor dado à Sociedade que confere o diploma. Um exame mais atento deles revelaria a impossibilidade de tantos brasileiros pertencerem às certamente conhecidas Academias Francesa, de Ciências ou de Belas-Artes” (1970, p. 74). O nome da sociedade estudada é, de fato, Instituto Histórico; a bibliografia brasileira (Faria, 1970; Pinassi, 1998; Guimarães, 1988)), no entanto, talvez porque enfoque mais a participação de brasileiros na sociedade, convencionou chamá-lo de Instituto Histórico de Paris, nomenclatura que adotamos neste trabalho. Apesar disso, também tratamos a sociedade pelo nome de Instituto Histórico, afinal é este nome que encontramos nos documentos com os quais lidamos na pesquisa. Vale notar que a confusão com relação ao nome da sociedade ocorreu no Brasil e na França, como se pode perceber nas correspondências analisadas neste trabalho.

² A Monarquia de Julho foi proclamada em agosto de 1830, após os “Três Gloriosos” – 27, 28 e 29 de julho de 1830; quando o povo de Paris e as sociedades secretas republicanas fizeram uma série de levantes

Este Instituto aporta um interessante discernimento sobre a sociologia pré-disciplinar, sua influência em diversas áreas do conhecimento, sua relação com o conhecimento histórico, o caráter de suas preocupações, alguns avanços e limites. O Instituto Histórico de Paris, criado por François Eugène Garay de Monglave, pretendia encorajar, dirigir, propagar os estudos históricos na França e no estrangeiro, para “estudar tudo o que constitui a ciência histórica”. Era seu objetivo dar exclusividade aos estudos históricos, mas, de fato, estabeleceu uma intensa e variada relação com o pensamento sociológico característico do período. Mais do que isso, o IHP promoveu e divulgou idéias “sociológicas”, que podem ser percebidas, de modo geral, nos seus estatutos, nos debates a respeito das pesquisas estatísticas, nas questões tratadas nos Congressos Históricos e na contribuição de dois de seus membros, Philippe Buchez e Alexandre Victor Courtet (chamado Courtet de l’Isle). De modo particular, a classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas formulou uma tentativa de constituição da ciência social e assim como as outras classes, embora de modo mais marcante, estimulou pesquisas de caráter essencialmente “sociológico”. Considera-se que essa relação com a “sociologia”, que nos primeiros anos de atividade do IHP ainda não existia com essa nomenclatura, tenha ocorrido por meio de uma aproximação com as idéias da escola bucheziana, dissidente da escola saint-simoniana e que permaneceu fiel aos objetivos de constituição da ciência social.

Analisando os documentos referentes às publicações e aos manuscritos do IHP, que sintetizam o projeto, as motivações e as idéias promovidas pela sociedade, pode-se discernir alguns elementos fundamentais da sociologia no período pré-disciplinar. A esse respeito, nota-se, principalmente, a influência da filosofia da história, das teorias biológicas da evolução, a defesa de uma reforma social e moral da sociedade, para a qual os levantamentos das condições sociais eram considerados de muita importância (Bottomore, 1967).

Como já foi mencionado, este estudo concentra-se no período pré-disciplinar ou na pré-história da sociologia. Trata-se, pois, de conhecer o “passado promissor das ciências sociais” (Ortiz, 1989), já que a era clássica da sociologia só teve início na década de 1880 (Ortiz, op. cit.; Mucchielli, 2001) e, conforme Therborn (1980), estendeu-se até

contra Carlos X. Luís Filipe, filho de Luís Filipe José de Orleans, assumiu o poder e tornou-se conhecido como o “Rei dos Franceses”. Governou a França sob uma monarquia constitucional de 1830 a 1848.

aproximadamente 1920³. O discurso sociológico analisado abrange o período no qual Therborn (1980, p. 115) afirma ter surgido a sociologia “fora das universidades, como um conjunto de pensamento artesanal”, e Bottomore (1967, p. 17) chama de “pré-história da sociologia” que, segundo ele, compreende cerca de uns cem anos, mais ou menos entre 1750 e 1850. Para Heilbron (2006), o estágio pré-disciplinar da sociologia corresponde ao período que vai de 1600 até a metade do século XIX. Mas segundo o autor, entre 1750 e 1850 ocorreram importantes “mutações hierárquicas” que favoreceram a sistematização da ciência social. Essa transformação se produziu entre 1775 e 1814 e seus principais protagonistas foram Cabanis e Condorcet. A partir de então, as relações sociais passaram a ser entendidas como o domínio de uma nova ciência. Foi quando a expressão “ciência social” entrou em vigor para designar o que era percebido como uma extensão das ciências existentes. Conforme esse autor, o estágio que compreende a queda de Napoleão, em 1814, até a metade do século XIX foi marcado por uma difusão mais ampla das teorias sociais, por uma diversidade de abordagens e por um início de disciplinarização.

Nosso interesse pelo Instituto Histórico de Paris foi despertado pelo contato com a literatura brasileira que analisa a participação de brasileiros nessa sociedade, entre os anos de 1834 e 1856, fato que inspirou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Ao que tudo indica, Antônio Cândido, em *Formação da Literatura Brasileira*, foi o primeiro a observar esse contato entre brasileiros e franceses na primeira metade do século XIX. Porém, o único trabalho dedicado totalmente ao Instituto de que temos conhecimento é *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*, de Maria Alice Faria. Em 1960, Faria foi à Paris, sob a orientação do professor Antônio Cândido, a fim de fazer uma pesquisa sobre a permanência em Paris de Magalhães e Porto Alegre, autores da Revista Nitheroy, publicada em Paris, entre os anos de 1833 e 1836⁴. Após ter consultado o *Journal de L'Institut Historique*, cuja coleção encontra-se na Bibliothèque Nationale de France, Faria escreveu esse livro, no qual expõe a estrutura de funcionamento do Instituto e algumas informações sobre vários de seus membros; mas, sobretudo, a autora ressalta a participação de brasileiros. No entanto, Faria não aprofunda a análise dos debates ali

³ Esta é a era de Émile Durkheim na França, de George Simmel na Alemanha, do italiano Vilfredo Pareto, e dos fundadores norteamericanos, desde Loster Ward a Charles Cooley. É nesse período em que a sociologia se torna em disciplina universitária na França e nos EUA.

⁴ Esta revista é considerada o manifesto do romantismo brasileiro.

travados; antes, privilegia os temas literários e dedica atenção especial à classe de História das Línguas e Literaturas. Há também a pesquisa desenvolvida por Maria Orlanda Pinassi⁵: “O Instituto Histórico de Paris e o Pensamento Brasileiro entre 1834 e 1856”, junto ao Centro de Estudos Brasileiros, IFCH/UNICAMP, durante os anos de 1998 e 1999. Pinassi publicou um artigo intitulado “Os Brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856: um episódio entre Brasil e França” (Revista *Idéias* 7(2) / 8(1): 119-138, 2000-2001), no qual destaca informações gerais sobre o funcionamento do Instituto e sobre os brasileiros que dele fizeram parte. Pinassi também foi à Paris e recolheu os documentos manuscritos, que contêm as Atas das Assembléias Gerais, dos Conselhos, e de duas Classes: História das Línguas e Literaturas e das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas; referentes aos anos de 1834 a 1846; e as publicações: *Journal de L’Institut Historique*, que após 1840 tornou-se *L’Investigateur* (1834 a 1860), que foram microfilmados e trazidos ao Centro de Estudos Brasileiros, e atualmente fazem parte do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Os estudos já realizados sobre o Instituto Histórico de Paris, principalmente na bibliografia brasileira (Faria, 1970; Pinassi, 1998;), destacam-no pelo diletantismo, ecletismo e aspecto “caótico” de suas atividades; defendemos, no entanto, que o caráter peculiar de sua organização e objetivos é, na verdade, a expressão de um projeto que visava promover pesquisas não apenas no domínio da história como também das ciências sociais.

A tese está organizada em duas partes. A primeira destaca as condições de surgimento e funcionamento do IHP e as definições metodológicas que caracterizaram sua aproximação com a sociologia.

No primeiro capítulo, tratamos do contexto de surgimento do Instituto Histórico de Paris, sua organização e funcionamento. Mostramos que foi em pleno processo de reestruturação da pesquisa histórica, promovida em grande parte pelo Ministério de François Guizot, sob a Monarquia de Julho, que se viabilizou a criação do Instituto Histórico de Paris. Analisamos a relação estabelecida entre o IHP e o governo, considerada bastante significativa para o direcionamento da sociedade. Também destacamos a

⁵ Professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, autora do livro *Três Devotos, uma fé, nenhum milagre*, Editora da UNESP, 1998.

personalidade polêmica do secretário perpétuo, Eugène Garay de Monglave, cuja atuação contribuiu para a definição ideológica da sociedade.

No segundo capítulo, ressaltamos a ambição científica que motivou a definição dos estatutos e das atividades do IHP. Avaliamos o significado assumido pela erudição sob a Monarquia de Julho para afirmar que ao se filiar a essa tradição o IHP buscava dotar a pesquisa histórica de cientificidade.

No terceiro capítulo, analisamos que além da erudição, o projeto científico do IHP procurou se apoiar na filosofia da história, o que caracterizou uma nítida proximidade com a sociologia e enfatizou a vocação científica da pesquisa história que se pretendia realizar.

A segunda parte da tese destaca a presença do pensamento sociológico no IHP e, ao mesmo tempo, fornece um panorama das pesquisas sociais e de conhecimentos para os quais se buscava alcançar o caráter de “cientificidade”.

No primeiro capítulo, tratamos das noções de utilidade e moralidade ligadas à pesquisa histórica do IHP e argumentamos que, nesse sentido, os objetivos e concepções dos trabalhos ali desenvolvidos não diferiam da concepção oficial da Monarquia de Julho, ou mais especificamente, daquela defendida pelo ministro da Instrução Pública, François Guizot. Ademais, assinalamos que a idéia acerca da utilidade da religião e da moral como instrumentos essenciais para o enfrentamento de problemas sociais, tão defendida no IHP, exprime preocupações presentes em vários pensadores sociais da época.

No segundo capítulo, argumentamos que o IHP propôs a definição de uma ciência social por meio da atuação dos membros que se ocupavam da História das Ciências Sociais e Filosóficas. Sustentamos que o IHP aproximou-se da sociologia por meio da escola bucheziana, liderada por Philippe Buchez, de origem saint-simoniana. Além disso, destacamos que o objetivo de constituição da ciência social também foi perseguido por outro membro do IHP, Alexandre Victor Courtet (chamado de Courtet de L’Isle). Suas idéias, publicadas no *Journal* e debatidas no interior do IHP, trazem à tona o debate sobre a questão das raças e refletem um objetivo comum à época: elevar a história ou a ciência social à classificação de “ciência positiva”.

No último capítulo, relacionamos a ciência social pré-disciplinar aos avanços da medicina social e da estatística, mostrando como o IHP se posicionou com relação a esses conhecimentos. Apontamos que o desenvolvimento da pesquisa social, sob a Monarquia de

Julho, foi impulsionado, em certa medida, por algumas transformações institucionais dirigidas pelo governo. Sobre as pesquisas estatísticas, os debates travados no Instituto Histórico indicam que se buscava na estatística moral um método capaz de oferecer objetividade aos estudos históricos, ao mesmo tempo que se acreditava poder contribuir, a partir de dados objetivos, para o aperfeiçoamento moral da sociedade.

PARTE I

SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS: ORIGEM, FUNCIONAMENTO, RELAÇÕES, OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Capítulo 1

O Instituto Histórico de Paris e a Monarquia de Julho: dissonância e harmonia

Neste capítulo, procuramos esclarecer as circunstâncias sob as quais surgiu o Instituto Histórico de Paris, além de apresentar os discursos e estatutos que estabeleceram as diretrizes centrais para o desenvolvimento de suas atividades. Trata-se ainda de esquadriñar as relações estabelecidas entre o IHP e o governo de Luís Filipe. O objetivo é mostrar que essa relação definiu, em certa medida, algumas concepções que direcionaram os trabalhos do Instituto. Além dessa relação, conturbada de início, destaca-se ainda o papel do mentor, Eugène Garay de Monglave, personalidade tenaz e polêmica, decisiva para a fundação e para o delineamento do perfil do IHP nos seus primeiros anos. O Instituto buscava firmar um método histórico abrangente, ambicioso e, como argumentamos neste trabalho, “sociológico”. Nesse sentido, houve avanços e limites definidos, em parte, em função do lugar onde esse conhecimento foi produzido e da relação estabelecida com o governo, principalmente por meio do Ministério da Instrução Pública. Nos primeiros anos, sua configuração ideológica plural despertou desconfiança por parte do governo, finalmente, compreendeu-se que sua proposta acomodava-se às exigências pacíficas da época.

O Instituto Histórico de Paris foi idealizado por Eugène Garay de Monglave, e foi graças a seu esforço que o projeto de sua fundação se concretizou. A sociedade deveria se dedicar exclusivamente aos estudos históricos em todos os ramos da ciência humana. O IHP surgiu num momento totalmente favorável à erudição, “ele era fruto de sua época e lhe resta a honra de ter sido o primeiro” (Patris, 1933, p. 284).

Nesse contexto, não era difícil justificar sua origem:

basta lembrar a espécie de renascimento histórico que assinala os últimos anos da Restauração e o imenso desenvolvimento que toma esse movimento científico após a revolução de Julho. Ninguém esqueceu que todas as coisas eram então recolocadas em discussão e que se procurava a razão de todas as coisas na história. O interesse pelas questões que

traziam inquietação fez nascer a necessidade de uma reaproximação entre aqueles que delas se ocupavam. Daí o pensamento de uma associação consagrada a esses pacíficos debates (Investigateur, 1845, p.442).

Sob a Monarquia de Julho a história era um conhecimento em busca da cientificização. Delineava-se um processo de disciplinarização e profissionalização que se articulava às exigências da construção de uma história nacional. Com o apoio de François Guizot, ministro da Instrução Pública, implementou-se uma estrutura administrativa totalmente favorável ao desenvolvimento dos estudos históricos. Certamente, os historiadores desse período dispunham de informação e documentação novas e incomparavelmente mais acessíveis e mais completas do que existiu no passado.

Os historiadores que estavam à frente do governo⁶ buscavam interpretar a constituição e a Revolução de 1830 como resultado da história nacional. “Com a Monarquia de Julho as condições de produção da história mudaram radicalmente. Com efeito, pela primeira vez na França, um regime político reivindicava uma dupla filiação: a tradição monárquica e os ideais de 1789” (Garcia, 1999, p. 21). Do ponto de vista político, havia um motivo para que o passado se tornasse a preocupação por excelência do regime: cabia à história legitimar o “rei dos franceses” ou a Monarquia de Julho, que de outro modo não poderia se fundamentar. A necessidade da História tomou forma na “política da memória”, posta em prática principalmente por Guizot⁷. Sob sua direção, a história se tornou o “aprendizado da moderação em política” (idem, op. cit., p. 22). Guizot não renegava a lembrança da Revolução de 1789; no entanto, ela devia, em sua concepção, tornar-se história para deixar de ser lembrada apenas como combate político.

François Guizot, o ministro historiador, foi o principal responsável pela abertura de uma nova via para a publicação progressiva de coleções de textos e de manuscritos antigos de interesse para a história da França. Guizot “institucionalizou e reorientou” a ciência histórica, por meio de um projeto ao mesmo tempo científico e político. Uma das primeiras medidas de seu Ministério foi a restauração, sob o nome de Academia de Ciências Morais e

⁶ “Desde os primeiros meses da Monarquia de Julho, Guizot confiou a François Mignet a direção dos arquivos das Relações Exteriores e a Jules Michelet a seção histórica dos Arquivos nacionais. Ele concedeu uma pensão a Augustin Thierry, nomeiou seu irmão, Amedée, prefeito da Haute-Saône...” (Garcia, 1999, p. 24). Prosper de Barante foi diretor da Sociedade de História da França desde 1833, ano de sua criação, até 1866, quando morreu, também tomaram parte no governo da Monarquia de Julho: Adolphe Thiers e Abel-François Villemain.

⁷ Guizot foi ministro do Interior em 1830, da Instrução Pública de 1832 a 1837 e depois, das Relações Exteriores de 1840 à 1847.

Políticas, da classe com igual nome do Instituto de França, suprimida em 1803. Guizot esperava fazer “uma brilhante demonstração da confiança do poder na liberdade laboriosa e refletida do espírito humano” (Mémoires, t. III chap. XIV apud Knibiehler, 1973, p. 309). Mas havia também uma intenção política: “... as corporações eruditas exercem em proveito da boa ordem intelectual uma influência salutar, e podem emprestar ao próprio poder, se ele souber manter com elas inteligentes relações, um indireto mas útil apoio” (ibidem).

Sob sua direção, a Monarquia de Julho organizou “un réseau savant” (Amalvi, 2005), implementando sucessivamente a reforma do sistema escolar, em 1833; a criação, no mesmo ano, da Sociedade de História da França, espécie de sociedade científica oficial e um Comitê permanente de trabalhos históricos e científicos (1834)⁸ que era encarregado de dirigir a publicação da grande coleção de “Documentos Inéditos da História da França”⁹. Guizot sustentou a racionalização da administração dos arquivos públicos e, juntamente com Salvandy, participou da criação da Escola francesa de Atenas (1846), cujo objetivo era contribuir para o desenvolvimento da arqueologia e da história antiga. O Ministério da Instrução Pública dispunha ainda de crédito orçamentário para financiar um certo número de missões científicas na França e no estrangeiro.

Considera-se que Guizot tenha sido o organizador na França da nova erudição. Manoel Luís Salgado Guimarães (2002) argumenta que o documento que registra o nascimento da Sociedade de História da França, dedicada à edição e publicação de fontes para a história nacional francesa, enfatiza a inovação desse trabalho de coleta, organização, crítica e publicidade de fontes documentais, e destaca a diferença desse empreendimento com relação ao trabalho dos eruditos, realizado pelos beneditinos de Saint-Maur. O critério usado para organizar os documentos vindos a lume pela prática do antiquarianismo era novo, “definido a partir dos princípios formulados por uma geração voltada para a construção política e simbólica da nação francesa” (Guimarães, op. cit., p. 187). Muito mais do que um interesse pelo passado, “o que estava em jogo era a produção de um sentido para

⁸ Segundo parte da literatura consultada, o Comitê de Trabalhos Históricos foi criado em 1834; porém, Jean-Miguel Pire (2002) data sua criação em 1835, Patris (1922, p. 284) afirma que o Comitê e a Sociedade de História da França foram criados no mesmo ano de criação do IHP, 1833.

⁹ Conforme Paul Gerbod (1992, p. 311), com o patrocínio do Comitê de trabalhos históricos, entre 1835 e 1848, 65 volumes de textos foram publicados na Coleção de documentos inéditos relativos à História da França.

o futuro da comunidade nacional, tentando ler neste passado um certo destino possível, garantindo a coesão social para o presente” (ibidem).

Além do caráter eminentemente político que se destaca nesses empreendimentos, essa “nova erudição”, dirigida pelo Estado, promoveu para a pesquisa, o ensino, o registro e a conservação, uma organização mais sistemática, uma publicidade mais extensa; e, conseqüentemente, as condições necessárias à profissionalização do historiador.

O Instituto Histórico de Paris surgiu de uma iniciativa privada, como tal, seus objetivos nem sempre coincidiram com os empreendimentos estatais. Ainda assim, seu projeto é peculiar e profícuo pois revela várias tendências envolvidas na produção do conhecimento histórico. Sua perspectiva englobava a erudição, a filosofia da história, a concepção de história útil e moral que ensinasse sobre as coisas do futuro. Ademais, ousamos afirmar que seu horizonte abrangia uma tentativa particular de definição da “ciência social”.

1. Composição e funcionamento

A criação do Instituto Histórico de Paris foi idealizada por François Eugène Garay de Monglave, e foi graças à sua persistência que seu projeto se concretizou. Após dedicar sua fortuna durante seis meses na tentativa de viabilizar a fundação da sociedade e obter apoio para a concretização desse projeto, Monglave decidiu apresentar sua idéia a Joseph Michaud¹⁰, o consagrado membro da Academia Francesa e autor da *História das Cruzadas*.

Segundo Mathieu de Villenave, em sua *Notice Historique* sobre Joseph Michaud, o consagrado escritor revelara nessa ocasião que há já sete anos alimentava a idéia da fundação de uma sociedade de estudos históricos, aceitando então com entusiasmo a presidência e dando a Monglave a função de secretário-perpétuo (Faria, 1970, pp. 15 e 16).

Contando com um presidente notável, Monglave conseguiu reunir outros nomes renomados em torno da sociedade.

¹⁰ Presidente do IHP nos anos de 1834, 1835 e 1836 e presidente honorário nos anos de 1837, 1838 e 1839.

O Instituto Histórico de Paris foi registrado no Ministério da Instrução Pública em 27 de novembro de 1833 e autorizado em 24 de dezembro do mesmo ano¹¹. A primeira assembléia geral só ocorreu três meses depois, em 23 de março de 1834, e sob a presidência de Joseph Michaud reuniu trinta e oito membros fundadores, grandes nomes do mundo intelectual da época, tanto da literatura e artes, como da história e ciências. Entre eles, compareceram: Ballanche, da Academia Francesa; Lamartine, deputado; Baltard, diretor da Escola Real de Belas Artes, arquiteto; Geoffroy Saint-Hilaire, da Academia de Ciências; Jules Michelet, professor de história na Escola Normal, chefe da seção histórica nos arquivos do reino, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas; conde Alexandre de Laborde, da Academia de Inscrições e Belas-Letras, vice-presidente do IHP; Ampère (pai), da Academia de Ciências; Berton, da Academia de Belas-Artes; Bory de Saint-Vincent (correspondente), da Academia de Ciências; Bouillaud¹², da Academia de Medicina; Jomard, da Academia de Inscrições e Belas-Letras; Andral, da Academia de Medicina; de Jouy, da Academia Francesa; Poujoulat, historiador; Bra, estatuário; Lermnier, professor no Collège de France, da Academia Francesa; conde Mosbourg, deputado; Barão d'Eckstein; o abade Guillon, bispo de Marrocos, capelão da rainha dos franceses; Laurentie, inspetor geral dos estudos; Dr. Buchez; Villenave, antigo professor de história literária da França no Ateneu Real de Paris; Isambert, conselheiro na Corte Suprema (*Cour de Cassation*); Monvoisin, pintor de história, entre outros¹³.

Além destes, conforme Faria (1967) e Deslandres (1922), também aderiram ao Instituto alguns acadêmicos como: Destut de Tracy e Chateaubriand; os historiadores Amédée e Augustin Thierry; Barante, ministro em Florença, era correspondente. Guizot e Thiers não teriam aderido à sociedade por conta de suas atividades políticas¹⁴. Entre os

¹¹ Há um equívoco quanto a data de fundação do Instituto Histórico de Paris na literatura brasileira. Maria Orlanda Pinassi (2000/2001) afirma que o IHP foi fundado em 28 de dezembro; e Maria Alice Faria (1970) afirma ter sido em 29 de dezembro. Considero ser 24 de dezembro a data correta, pois foi esta informação que encontramos nos manuscritos e no texto publicado na seção de Memórias, intitulado “Reponse de l’Institut Historique aux questions adressées aux sociétés savantes par son excellence monsieur le ministre de l’Instruction Publique dans sa circulaire du 28 juillet 1845”, *Investigateur*, 1845, pp. 442-449.

¹² Vice-presidente da 4ª. classe – de história das ciências físicas e matemáticas no ano de 1834.

¹³ Apresento alguns nomes importantes à época, mas como argumentamos ao longo do texto, os membros mais assíduos também eram os menos conhecidos e renomados. Estes serão apresentados aos poucos, em função de sua participação nas discussões que interessam ao tema analisado.

¹⁴ É o que sugere Paul Deslandres, op. cit., p. 306.

literatos estavam Ferdinand Denis¹⁵ e Eugène Sue. Conforme Patris (1933), Victor Cousin também teria aderido ao IHP, informação que não podemos confirmar. Certamente, alguns membros do Instituto tinham uma relação próxima com Victor Cousin, e suas idéias aparecem em algumas discussões. Em julho de 1847 (*Investigateur*, p. 237), especificamente, Bernard Jullien apresentou sua análise sobre o Curso de História da Filosofia, de Cousin. A leitura desse trabalho cativou grande atenção dos membros da terceira classe, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas, presentes na ocasião. Consta que o membro do Instituto Histórico, J. Ottavi, tinha uma relação direta com Cousin. Pode-se supor que Ottavi o tenha conhecido pessoalmente na École Normale, pois era professor do Ateneu Real, e de acordo com Ponteil (1949), os professores dos Colégios reais eram formados pela École Normale, onde Victor Cousin lecionou antes de 1817 e depois em 1828, e em 1834 tornou-se seu diretor¹⁶. De acordo com a ata da sessão de 27 de julho de 1837, a terceira classe também recebeu Robert Owen, economista de Londres¹⁷.

Na segunda assembléia geral, ocorrida em 6 de abril de 1834, os estatutos constitutivos do Instituto Histórico de Paris, redigidos por Monglave e analisados por uma comissão, foram lidos, discutidos e aprovados por unanimidade. Michaud foi nomeado à

¹⁵ Ferdinand Denis, parisiense influenciado pelas idéias de Mme. De Staël e Chateaubriand, e também membro do IHP, deixou uma vasta obra sobre o Brasil. Inicialmente, ambicionava propor “à nova escola literária, que se manifestava na França, recursos inexplorados: a utilização da natureza dos trópicos, para renovar as cores e as imagens” (P. Hazard *apud* Lima, 1984, p. 130). Assim como Monglave, Denis ficou fascinado pela natureza exuberante, pelos costumes estranhos, pelo clima, pelo primitivo das coisas, da cidade, do campo, das aldeias indígenas. Antônio Cândido toma-o, inclusive, por responsável pelo “persistente exotismo que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje” (Cândido, 1959, p. 324, v. 2). Denis, assim como Monglave, dedicou-se a divulgar na França a literatura brasileira. Mas, de acordo com Tarquínio de Sousa, a permanência de Monglave no Brasil foi mais ativa em termos políticos.

¹⁶ Victor Cousin, filósofo, educador e historiador francês, nasceu em Paris em 28 de novembro de 1792 e faleceu em Canes em 13 de janeiro de 1867. O ecletismo fez dele o mais conhecido pensador liberal de seu tempo. Sua filosofia era uma combinação de muitas filosofias diferentes. Sofreu a influência de Condillac e de John Locke. Enquanto cursou a Escola Normal, onde ingressou em 1811, leu escritores dos séculos XVIII e XIX, da corrente escocesa *Common Sense*, e foi também influenciado por dois outros filósofos franceses, François Maine de Biran e Pierre Paul Royer-Collard. Após lecionar por um breve período na Escola Normal, viajou à Alemanha em 1817 e 1818, encontrou e sofreu influência de seus contemporâneos G.W.F. Hegel e Friedrich Schelling. Em 1820, Cousin perdeu sua cadeira de assistente, e a École Normale foi fechada em 1822. Em 1828, Cousin estava de volta à École Normale. Suas aulas de filosofia fizeram dele um escritor muito conhecido. Tornou-se membro do Conselho da Instrução Pública em 1830, da Academia Francesa em 1831, e da Academia de Ciências Morais e Políticas em 1832. No mesmo ano foi eleito Par de França e dois anos depois diretor da Escola Normal. Em 1840 foi nomeado ministro da Educação Pública da França.

¹⁷ O leitor encontra em Anexo mais detalhes sobre os membros “ilustres” que aderiram ao IHP.

presidência, o conde de Laborde à vice-presidência do Instituto e Monglave para secretário-perpétuo, cargo que manteve até 1846, quando se desligou definitivamente da sociedade.

Acreditava-se que a pesquisa histórica seria beneficiada com uma divisão dos trabalhos. Assim, decidiu-se que os membros do IHP se agrupariam em função de diferentes áreas de estudo, as quais compunham a “ciência da história”. A proposta de Monglave de distribuir os trabalhos do IHP em 12 classes foi contestada¹⁸, optando-se pela seguinte organização: primeira classe – História Geral; segunda classe – História das Ciências Sociais e Filosóficas; terceira classe – História das Línguas e das Literaturas; quarta classe – História das Ciências Físicas e Matemáticas; quinta classe – História das Belas-Artes; sexta classe – História da França.

Em 22 de fevereiro de 1836 as classes foram reduzidas a quatro, fundindo-se a primeira com a sexta, seguindo a proposta de Michelet, e a segunda com a quarta, permanecendo a seguinte constituição: primeira classe – História Geral e História da França; segunda classe – História das Línguas e das Literaturas; terceira classe – História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas; quarta classe – História das Belas-Artes¹⁹.

O número de membros foi originalmente fixado em 1200²⁰. Cada classe devia compreender 100 membros residentes e 200 correspondentes, no máximo, mas logo decidiu-se que esse número seria ilimitado. Em 1834, o IH atingiu 1100 membros. Segundo o quadro de membros de 21 de novembro de 1839 (Deslandres, op. cit., p. 306), o Instituto contava com 783 membros²¹, sendo que desse total, 574 compunham as classes de História Geral e História da França e História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e

¹⁸ 1ª. classe: História das revoluções da massa terrestre; 2ª. classe: História das raças humanas; 3ª. classe: História das religiões; 4ª. classe: História das línguas e das literaturas; 5ª. classe: História das ciências; 6ª. classe: História da medicina; 7ª. classe: História das belas-artes; 8ª. classe: História da indústria agrícola, manufatureira e comercial; 9ª. classe: História das legislações; 10ª. classe: História das finanças; 11ª. classe: História da guerra; 12ª. classe: História geral da França.

¹⁹ Cada classe deveria se reunir uma vez por mês; sendo, a primeira na primeira quarta-feira; a segunda na segunda quarta-feira e assim sucessivamente; e as quatro classes se reuniam em Assembléia geral, cuja sessão ocorria, todo mês, na sexta-feira que seguia a sessão da 4ª. classe.

²⁰ Diferente do que ocorria, por exemplo, na Academia de ciências morais e políticas, que tinha um número bem reduzido de membros. Cf. Sophie-Anne LETERRIER. *L’Institution des sciences morales : l’Académie des sciences morales et politiques 1795-1850*. Paris : L’Harmattan, 1995 ; e Émile MIREAUX. *Guizot et la renaissance de l’Académie des sciences morales et politiques*. Paris : typographie de Firmin-Didot et Cie., 1957.

Matemáticas. Em 1845, o Instituto Histórico era composto de 408 membros, sendo 135 residentes e 273 correspondentes; destes 131 residiam na França e 142 no estrangeiro.

O Instituto Histórico de Paris era dirigido por um *Grand Bureau* composto por um presidente, um vice-presidente, eleitos por um ano e de um secretário perpétuo, que era o único cargo permanente. Em 1840, surgiu o administrador-tesoureiro que, embora devesse se ocupar das finanças do Instituto acabou assumindo as funções do secretário perpétuo; por fim, surgiu o vice-presidente adjunto em 1842. Cada classe tinha um presidente, um vice-presidente, um vice-presidente adjunto, um secretário e um secretário adjunto. A reunião do *Grand bureau* e dos *bureaux* das classes formava o Conselho.

Além dos *bureaux*, o IHP contava ainda com três comissões permanentes: o Comitê Central dos Trabalhos; o Comitê do Jornal e o Comitê dos Regulamentos. Embora a regra definisse que para ser presidente ou ocupar qualquer outro cargo de direção ou comissão seria preciso ser membro residente, nos primeiros anos a escolha do presidente priorizava nomes conhecidos ou bem relacionados. Assim, o poeta espanhol Martinez de la Rosa dirigiu o IHP duas vezes sem sair de Madrid, e o marquês de Brignole-Sale, em Gênova. Mary-Lafon (30 de abril de 1841) protestou contra a nomeação aos postos de direção de membros pouco assíduos, mas Bernard Jullien respondeu que “seria inútil escolher digirentes cujos nomes não desfrutassem de consideração” (Deslandres, op. cit. , p 308).

Observa-se certo oportunismo com relação à exposição que se fazia de alguns nomes ilustres que passaram pelo Instituto Histórico. Népomucène Lermecier²² deixou o Instituto três anos antes de sua morte; no entanto, em 28 de agosto de 1840, publicou-se uma nota sobre ele, certamente devido à sua notoriedade. No relatório enviado ao Ministro da Instrução Pública (o conde de Salvandy), em setembro de 1845, por exemplo, destacou-se os “Homens eminentes que fizeram parte do Instituto”²³.

Alguns membros do IHP, em grande parte circunscritos ao grupo de aristocratas, ocuparam seus cargos com notável dedicação²⁴, entre eles destacaram-se alguns de seus presidentes: o duque de Doudeauville, Ambroise-Polycarpe de la Rochefoucauld; o príncipe

²¹ Classe de História, 109 residentes e 156 correspondentes; Literatura, 44 residentes e 98 correspondentes; Ciências morais, 84 residentes e 225 correspondentes; Belas Artes, 38 residentes e 29 correspondentes (Deslandres, op. cit., p. 306).

²² Presidente da classe de História da França em 1834 e 1835.

²³ Os nomes desses “membros ilustres” estão listados em Anexo.

²⁴ Cf. Anexo.

de Moskowa, general Joseph Ney Napoleão; o conde Le Pelletier d'Aunay²⁵, que em certa ocasião ofereceu seu hotel (49, rue de Grenelle) para as sessões extraordinárias do Instituto, e o conde Armand d'Allonville²⁶, um oficial do exército que foi eleito vice-presidente do Instituto Histórico em 1839, doou sua biblioteca de 249 volumes ao Instituto em 1840, quando partiu para Metz. Além destes, o barão Taylor, um militar e administrador, que se interessava por literatura e arqueologia e foi um grande defensor de monumentos artísticos²⁷, era um “homem de brilhantes relações” (Faria, 1970, p. 24), que dedicou ao IHP “não somente seu dinheiro como também seu coração” (Deslandres, op. cit. p. 308). Na última sessão do Congresso de 1847, M. Auger informou sobre a associação de artistas e de operários fundada pelo barão Taylor. Explicou que essa fundação aproximava-se das tradições religiosas e históricas, e que se destinava a arrecadar fundos de reserva para assegurar o futuro do trabalho e do talento, “essas duas forças vivas da nação”. Juntamente com Achile Jubinal, Émile Deschamps e o conde de Laborde (todos membros do IHP), o Barão Taylor foi redator da *Revue Mensuelle*, que em 1847 passou a chamar-se *Revue Hebdomadaire*; segundo os registros do Instituto Histórico, ele também publicou a *Histoire pittoresque d'Angleterre*, obra publicada com Charles Nodier.

É curioso notar que os grandes escritores como Lamartine, Michelet²⁸ e Chateaubriand eram os menos votados para a presidência do IHP. Em contrapartida, é notória a presença de aristocratas ocupando esse cargo. As classes, de modo geral, eram dirigidas por membros mais “assíduos e populares” (Faria, op. cit., p. 27).

Durante o período estudado, alguns dos presidentes e vice-presidentes que realmente participaram das atividades expuseram suas idéias principalmente por meio de discursos pronunciados nos Congressos Históricos²⁹. Para além de suas posições políticas, que

²⁵ Ele foi vice-presidente da classe de História da Línguas e Literaturas em 1834, da mesma classe, em 1836 e 1837; presidiu o Instituto Histórico em 1838 e 1839; em 1840, 1842 e 1846 foi o seu vice-presidente; vice-presidente adjunto em 1844, 1845 e em 1846.

²⁶ Foi vice-presidente da primeira classe em 1835 e em 1838, e vice-presidente do Instituto Histórico em 1839.

²⁷ Como Comissário Real dos Teatros franceses, promoveu a apresentação do Hernani, de Victor Hugo, acolhendo também Alexandre Dumas. O Barão Taylor foi eleito presidente do IHP nos anos de 1840, 1844 e 1846, vice-presidente em 1841 e vice-presidente honorário em 1843.

²⁸ Presidente da 1ª. classe, de História Geral e História da França em 1845.

²⁹ Presidentes dos Congressos: 1835 – Michaud; 1836 e 1837 – Buchez, vice-presidente do IH; 1838 – Casimir Broussais; 1839 – Dufey de l'Yonne; 1840 – Barão Taylor; 1841 – Marquês de Pastoret; 1842 – La Rochefoucauld-Liancourt; 1843 – Martinez de la Rosa; 1844 – Conde Le Pelletier d'Aunay; 1845 – Buchez;

variavam do legitimismo ao liberalismo, passando pelo socialismo cristão, as idéias que defendiam, em consonância com os objetivos e estatutos do Instituto Histórico de Paris, apontam um direcionamento mais ou menos preciso. As discussões políticas eram sempre tolhidas, deixava-se aflorar apenas o que era lícito e conveniente aos objetivos do IHP e ao governo.

O Instituto Histórico de Paris foi concebido tal como uma “igreja ou templo, no qual as portas permanecem sempre abertas aos fiéis”. Assim, pretendia receber todos “os homens esclarecidos da capital” e “de todos os países” que se dedicassem à ciência histórica.

fizemos apelo a todos os cientistas e a todos os artistas célebres, pois as ciências e as artes, com suas descobertas e seus progressos, devem ser consideradas como auxiliares da história: a filosofia, a teologia, as letras, tudo o que pode apreender o gênio do homem deve nos ajudar a explicar e a completar os anais das sociedades humanas (Investigateur, 1845, p.443).

Conforme os primeiros estatutos, para ser admitido e fazer parte do Instituto o candidato deveria

ser conhecido por uma publicação, cuja especialidade se encontre numa das doze classes das quais se compõe, ou ser reconhecido pela investigação de monumentos preciosos de manuscritos e de documentos desconhecidos, ou ter estimulado de todos os meios, suas investigações estimáveis (Estatutos aprovados em 6 de abril de 1834).

Os estatutos revisados em 1836 definiram que para ser admitido como membro seria preciso ser apresentado à classe por dois membros da sociedade. O candidato deveria enviar exemplares de obras publicadas, que seriam examinadas por uma comissão de três membros, além de enviar um pedido escrito, endereçado pelo candidato ao presidente do IHP, ou ao presidente da classe à qual desejasse pertencer, ou ao secretário perpétuo. A exigência da publicação parece não ter sido tão rigorosa; no caso de parecer favorável da comissão, o candidato era aceito na classe e a decisão era posteriormente ratificada pela assembléia geral. O Instituto Histórico era composto de membros residentes e correspondentes, a todos eles era permitido deliberar e votar em suas respectivas classes, nas outras classes; contudo, só lhes era permitido fazer leituras e participar das discussões³⁰.

1846 – Barão Taylor; 1847 – o mesmo; 1848 – Congresso suspenso; 1849 – Nigon de Berty, no lugar do Barão Taylor.

³⁰ Título V – Condições e modo de admissão de membros: “Para ser admitido a fazer parte do Instituto Histórico, é preciso ser autor de uma obra que faça parte da especialidade de uma das quatro classes. No

1.1. As publicações: *Journal de l'Institut Historique et l'Investigateur*

Em 14 de maio de 1834 os membros aprovaram a criação de uma revista, prevista no projeto inicial do Instituto, na qual seriam publicados os trabalhos mais importantes, discutidos e avaliados previamente em uma das quatro classes ou em assembléia geral. Entre os anos de 1834 a 1840 a revista recebeu o título de *Journal de l'Institut Historique* e em 28 de dezembro de 1840 tornou-se o *Investigateur*. Em 1844, o Ministério da Instrução Pública subscreveu vinte exemplares da Revista³¹, mas, conforme Faria (1970, p. 30) “esta subvenção não foi paga com pontualidade”. E em 1847, parte do déficit da sociedade “foi atribuído ao não reconhecimento da soma prometida pelo Ministério” (ibidem). Em 1883, com a mudança do nome do Instituto, ela passou a chamar-se *Revue de la Société des Études Historiques* e, em 1889, *Revue des Études Historiques*, nome que manteve até 1939. Os volumes publicados nos seis primeiros anos são densos, e chegam a conter cerca de mil páginas, sendo necessário três volumes para cada dois anos. O Jornal era enviado a todos os membros residentes e correspondentes, franceses e estrangeiros, e a um grande número de sociedades científicas. A coleção completa do *Journal* e do *Investigateur* é rara na França³². Partindo da indicação de Faria sobre a existência das publicações e manuscritos do IHP, nas Biblioteca do Arsenal e Biblioteca Nacional da França, Maria Orlanda Pinassi, para a realização da pesquisa “O Instituto Histórico de Paris e o Pensamento Brasileiro entre 1834 e 1856”, levantou e pediu que fosse microfilmado o material referente às publicações dos

pedido de admissão que deve ser feito por escrito ao presidente ou vice-presidente da Sociedade, ou ao secretário-perpétuo, o interessado indica o sobrenome, nome, lugar de nascimento, qualidades e domicílio, a Classe a qual ele deseja pertencer, seja como membro residente, seja como membro correspondente, e os títulos que ele pode fazer valer. Todo pedido de admissão deve ser apoiado por dois membros” (*Investigateur*, Estatutos revistos em maio de 1839, julho 1839, p. 245).

³¹ Em 23/07/1844, Villemain, ministro da Instrução Pública assinou 20 exemplares do Jornal, no valor de 400 F por ano.

Paris, 23 de julho de 1844,

Aos Senhores membros do IH, 9, rue Saint-Guillaume-saint-Germain.

Senhores, recebi a carta que me fizeram a honra de escrever para chamar minha atenção sobre o jornal publicado pelo Instituto Histórico. Eu me apresso em vos informar, Senhores, que, por uma resolução tomada nesta data, venho assinar 20 exemplares dessa publicação, a partir de 1 de julho corrente. Estou feliz de poder tomar essa decisão e vos provar a especial estima que tenho pelos trabalhos dessa companhia científica.

Recebam, Senhores, a certeza de minha distinta consideração.

“O par de França”, ministro da Instrução Pública,

Villemain

³² Maria Alice de Oliveira Faria (1970) encontrou duas coleções, uma na Biblioteca Nacional da França e outra na Biblioteca do Arsenal, que faz parte da Biblioteca Nacional. Conforme Patris (op. cit.), existe uma coleção na Biblioteca dos advogados no Palácio de Justiça.

anos 1834 a 1860 e todo o material manuscrito que cobre os anos de 1834 a 1846. Atualmente, esse material microfilmado faz parte do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH-UNICAMP).

Paul Deslandres lamenta o estado de conservação do material manuscrito e esclarece as condições sob as quais esse material foi encontrado³³:

Há algumas semanas, M. Funck-Bretano descobriu num canto escuro da Biblioteca do Arsenal, onde ninguém conhecia sua existência, seis registros contendo a história completa e em grande parte inédita, dos doze primeiros anos (1834-1846) do IHP, que se tornou, em 1872, a Sociedade dos Estudos Históricos (Delandres, op. cit., p. 299).

Esse denso documento é em grande parte inédito, visto que foram publicados no *Journal de L'Institut Historique* e no *Investigateur* apenas pequenos extratos das atas das assembléias gerais e das classes. O Jornal publicava relatórios, documentos inéditos, memórias, correspondências, crônicas, resenhas sobre obras históricas francesas e estrangeiras e a exposição e discussão geral das doutrinas históricas. Uma vez que os trechos mais representativos das atas manuscritas também eram publicados é, seguramente, nas publicações que se encontra o retrato mais completo do IHP.

Correspondendo ao movimento de institucionalização da atividade científica, surgiram várias revistas especializadas, entre elas: o *Bulletin archéologique* (1838); a *Revue française de numismatique* (1836); a *Revue Archeologique* (1844); a *Bibliothèque de l'École de Chartes* (1839), *Bulletin de la Société de l'Histoire de France* (1834). Charles-Olivier Carbonell (1976), destaca a criação entre 1831 e 1849 de 23 sociedades especializadas em história e arqueologia e de 17 dedicadas a diversos temas científicos, como botânica, ciências naturais e medicina. Mas, conforme Patris, o “Instituto Histórico foi um dos primeiros em data e o seu Jornal a mais antiga de nossas revistas de história da França” (op. cit., p. 284). Como Patris, Louis Halphen (1914, p. 72) afirma que o *Journal* do Instituto Histórico “é o primeiro em data de nossas revistas de história geral”.

³³ Durante meu último ano de Graduação em Ciências Sociais, 1999, obtive uma bolsa da FAPESP para estudar a presença do pensamento político neste Instituto. Contudo, a parte principal desse estudo consistiu na leitura e organização das atas das assembléias do Conselho, das Assembléias Gerais, e de duas classes do Instituto – História das Línguas e Literaturas e História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas (1834-1846). Esse trabalho era parte de um projeto dirigido pela Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi. O estudo realizado no Mestrado em Sociologia: “O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade”, permitiu-me ampliar o contato com as idéias debatidas e difundidas por esse Instituto.

1.2. Congresso Histórico Europeu

A Idéia de um Congresso Histórico Europeu foi proposta em 14 de julho de 1834, pelo literato Mary Lafon, e o primeiro Congresso ocorreu em novembro de 1835, reunindo historiadores de toda a Europa. Para esta pesquisa, as questões discutidas nos Congressos Históricos anuais constituem fonte relevante das idéias priorizadas, elaboradas e divulgadas pelo Instituto Histórico de Paris³⁴.

No discurso de encerramento do 8º congresso, J-L Vincent (2ª. classe) ressaltou os méritos do Congresso histórico promovido pelo IHP:

sim, senhores, há aí, não um desses progressos ilusórios que perseguem a imaginação de alguns utopistas, mas um progresso real, um progresso completo, um belo aperfeiçoamento do homem social (...). enfim, realçar a importância desses congressos anuais, onde fazemos apelo a tudo o que o mundo científico concentra de elevado, convite sempre compreendido, pois a cada ano algum nobre estrangeiro aparece entre nós, para nos provar que sua pátria também caminha nas vias da ciência e do aperfeiçoamento (Investigateur, 1842, pp. 236 e 237).

Segundo o vice-presidente do Instituto em 1835, M. Buchez, caberia ao Congresso a tarefa de “popularizar o Instituto e lhe assegurar uma longa vida”³⁵.

1.3. Cursos públicos

A divulgação dos conhecimentos históricos se fez ainda por meio de cursos públicos, oferecidos gratuitamente pelos membros do Instituto. As comissões para a organização dos cursos públicos foram formadas em 30 de outubro de 1834, mas a autorização do Ministério da Instrução Pública só viria quatro anos depois³⁶.

Além dessas atividades, o IHP instituiu um prêmio anual de 200 francos, oferecido ao melhor trabalho de história, cujo tema era escolhido pelas classes. Por falta de candidato ou por não ter nenhum trabalho aprovado, o prêmio ficou várias vezes sem ganhador. A sociedade fundou uma Biblioteca, que ficava à disposição de todos os membros. Em 1845,

³⁴ O leitor encontra em Anexo uma lista contendo grande parte das questões debatidas nos Congressos Históricos ocorridos no período analisado.

³⁵ Sessão do Conselho 25 de fevereiro de 1835.

³⁶ Cf. Anexo.

segundo relatório enviado ao ministro da Instrução Pública, conde de Salvandy (Investigateur, 1845, p. 448), a Biblioteca do Instituto contava com 600 volumes, atlas e mapas que recebeu dos membros, autores e editores³⁷. Também era projeto do IHP elaborar um Grande Dicionário de fatos e ciências históricas, idéia dos senhores de Jouy, Norvins, Buchez, Dufey e Carnot; além de um Anuário Histórico e um Manual Diplomático. Esses projetos, no entanto, não obtiveram sucesso.

2. François Eugène Garay de Monglave: o mentor

O Instituto Histórico de Paris foi idealizado e criado graças à persistência de Eugène Garay de Monglave, o “brasileiro adotivo”³⁸ que promoveu a participação de vários brasileiros nessa sociedade. Monglave nasceu em Bayonne em 05 de março de 1798 e foi um “polígrafo inteligente e ativo” (Faria, 1970, p. 13). No entanto, é considerado um escritor sem brilho, “de segunda categoria” (ibidem), de estilo satírico, panfletário e violento. Em uma carta enviada a D. Pedro I, Monglave se referiu à sua juventude, vivenciada sob as guerras napoleônicas, nos seguintes termos:

Lançado quase ao sair do berço naqueles liceus de Napoleão que foram sem dúvida o viveiro a que a França deveu tantos heróis, eu marchei na tenra idade de 15 anos com estes velhos guerreiros que tinham banhado com seu sangue a Península e, a seu exemplo, eu disputei a pé firme a França a um inimigo irritado justamente de nossas vitórias; mas aí de mim! Esta carreira teve curta duração (apud Faria, 1967, p. 44).

³⁷ Interessante notar algumas obras doadas ao IHP, às vezes pelos seus membros e autores. Essas obras eram, geralmente, encaminhadas a um membro que se encarregava de preparar um relatório. Entre elas destacamos: *Le Peuple e Histoire de la Révolution Française* de Michelet; *Organisation d'une commune sociétaire d'après la théorie de Charles Fourier*, de A. De Bonnard; *História Universal*, César Cantú; *Revue Nationale*, doada pelo Dr. Buchez e Dr. Cerise; *Revue de droit français et étranger*; *Annales universelles de statistique*; *Le Semeur*, Jornal filosófico e literário; *Journal de la Morale Chrétienne*; *Organisation du travail e du commerce*, de Charles de Montaigu; *Galerie des contemporains illustres*, Tomo X e último, contendo Goethe, Schelling, Salvandy, Ampère, Saint-Simon e Fourier. *Revue mensuelle du progrès social*, in-8º; rue Caumartin, *Revue étrangère et mensuelle de législation et d'économie politique*, par M. Foelix, advogado em Paris.

³⁸ Otávio Tarquínio de Sousa publicou na Revista Cultura, do Ministério da Educação (1949, nº3) um estudo sobre Monglave, a quem chamou de “Um brasileiro adotivo”. O autor tomou como referência uma carta escrita por Monglave a D. Pedro I e datada de Paris, 22 de outubro de 1828.

Suas biografias não permitem uma conclusão precisa sobre sua estada no Brasil³⁹, mas de acordo com Maria Alice Faria (1967) e Otávio Tarquínio de Sousa (1988), em 1819 Monglave esteve em Portugal, onde participou das lutas pelo regime constitucional e teria vindo ao Brasil em 1820, onde permaneceu até 1823, como sugere Antônio Cândido em *Formação da Literatura Brasileira*, depois de ter passado por Portugal. Conforme Sousa, Monglave “foi testemunha ocular, no Rio, dos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, início do movimento Liberal, ainda de timbre português, com o juramento da Constituição tal qual a fizessem as cortes de Lisboa” (Sousa, op. cit., p. 125). Viajou pelo interior do Brasil, provavelmente São Paulo e Minas Gerais (Faria, op. cit., p. 45) e pelo Nordeste. Pouco antes de voltar à Europa, além de testemunha, Monglave teria também participado do movimento de Independência no Rio Grande do Norte.

De volta à França em 1823, Monglave passou a escrever em diversos jornais de estilo satírico, como *La Minerve*, *La Renommée*, *La Lorgnette*, *Le Miroir* e fundou seu próprio jornal, *Le Diable Boiteux*. Empenhou-se na oposição liberal e atacou a aristocracia, a Academia Francesa, os Pares de França e o próprio Luís XVIII. Seu caráter altivo e mordaz não lhe deixou faltar oportunidades de pagar multas, ter seus livros apreendidos, e mesmo, de ser preso. Com a Monarquia de Julho encerrou sua fase combativa, pois não se identificava com a oposição que ora se fazia por socialistas e republicanos (Faria, 1967).

A história seria a partir de então sua nova aventura⁴⁰. Como secretário perpétuo do Instituto, de 1834 a 1846, Monglave dirigiu de perto todos os trabalhos, participou das reuniões promovidas por todas as classes, de todas as discussões. Graças a ele, o Brasil teve

³⁹ Conforme o Dicionário Universal Larousse, do XIXe. siècle, T. 11 Monglave teria vindo ao Brasil em 1814 para prestar serviço no exército de D. Pedro, e em 1819 estaria em Portugal onde se pronunciou pelo regime constitucional. Essa informação é reproduzida por Deslandres (op. cit., p. 300), sem precisar as datas, considera que Monglave esteve primeiro no Brasil para exercer as funções de oficial do Estado-Maior e diretor da Instrução pública, e depois teria ido com D. Pedro a Portugal para restabelecer contra D. Miguel o regime constitucional. Esses dados são também apresentados por Quérard, em *La France Littéraire*. Essas informações são contestadas por Otávio Tarquínio de Sousa (1949, p. 112) para quem Monglave, ainda muito jovem, “no Brasil jamais exerceu função militar ou prestou serviço de tal natureza. Talvez tenha havido confusão ou se trate de gabolice, uma vez que o livro de Quérard, publicado quando E. De Monglave era ainda muito moço, provavelmente se baseou em dados bibliográficos fornecidos pelo próprio interessado”.

⁴⁰ Essa não foi a primeira investida nos estudos históricos, já havia se dedicado a essa atividade quando atuou como jornalista. Publicou traduções e obras: em 1825 a *Histoire résumée des Etats Unis*; em 1826, o *Résumé de l'Histoire du Mexique*; em 1833, em dois volumes, a *História da Suíça, da Espanha e de Paris* (traduções); *Le Siècle*, obras de Cadix (1823), *Histoire des conspirations des jésuites en France* (1826), entre outras.

no Instituto um espaço privilegiado, por meio da colaboração de 47 membros brasileiros⁴¹. Monglave comentou livros de autores brasileiros, corrigiu informações erradas a respeito do país, deu curso de literatura portuguesa e brasileira e apresentou muitos brasileiros ao Instituto.

Mas enquanto, por um lado, sua personalidade tenaz e generosa conseguiu manter o Instituto Histórico em seus primeiros anos, quando enfrentou sérias dificuldades econômicas, por outro, seu caráter autoritário pode ter sido o motivo do afastamento de alguns membros renomados. Paul Deslandres (op. cit., p. 323) afirma que não seria “temerário pensar que a personalidade um pouco inoportuna de Eugène de Monglave tenha afastado do Instituto homens de primeiro plano”. Monglave foi acusado de ter desviado fundos da sociedade, de excesso de autoritarismo e várias vezes levantou-se a possibilidade de afastá-lo das funções que ali exercia. Os membros se ressentiam de sua falta de tato e tom autoritário que prevalecia em suas intervenções. Deslandres pondera que o Instituto Histórico “não era uma república, mas uma monarquia absoluta” (ibidem). Seu caráter polemista, autoritário e um pouco desordenado que caracterizaram sua turbulenta juventude não convinha a uma sociedade científica. Quando abandonou o Instituto, em 1846, foi totalmente esquecido, a ponto de não lhe ter sido dedicado um necrólogo, na ocasião de sua morte.

Conforme Faria, o Instituto Histórico acabou contando com a colaboração e presença de “autores secundários, muitos deles aventureiros das letras, políticos sem formação erudita, diletantes ou espíritos conformados dentro de um tradicionalismo cultural que em nada ajudava à projeção da Agremiação” (1967, p. 49).

Os membros bonapartistas eram recebidos com orgulho por Monglave. O secretário perpétuo alardeava, por exemplo, a atitude de Napoleão Luís Bonaparte que após ter recebido o diploma de membro do Instituto “no Egito, em suas admiráveis proclamações, inscrevia esse título abaixo de seu nome, ao lado do título de general do Exército do Oriente” (abertura do Congresso de 1837. *Journal de L’Institut Historique*, p. 51). Assim, Napoleão Luís Bonaparte⁴² e o príncipe Jerônimo Bonaparte⁴³ contaram com a fiel estima de Monglave.

⁴¹ Cf. Anexo e Maria Alice FARIA (1970), p. 55-104.

⁴² Carta de Napoleão Luís Bonaparte, membro da 1ª. classe do Instituto. Cantão de Turgóvia, 17 julho.

Apesar das distintas orientações políticas e ideológicas que se configuraram no início das atividades, o IHP acabou afastando seus membros mais radicais e ilustres do ponto de vista acadêmico. Conforme o dicionário “La France Littéraire” de Quérard, o Instituto Histórico teria se configurado como uma “companhia estéril”. De fato, o IHP não experimentou o mesmo sucesso de sociedades reconhecidas, como a Academia de Ciências Morais e Políticas. As referências ao Instituto, na bibliografia francesa, são breves e pouco esclarecedoras. Sophie-Anne Leterrier (1997), tratando da importância de sociedades científicas que se dedicaram à história na primeira metade do século XIX, menciona o Instituto Histórico entre aquelas de iniciativa privada, e afirma em nota de rodapé:

O Instituto Histórico, fundado em 1833, mereceria um estudo particular. Criado sob o modelo acadêmico, com uma divisão em seis sessões (história geral, história das ciências sociais e filosóficas, história das línguas e literaturas, história das ciências físicas e matemáticas, história das belas-artes, história da França) e a junção de membros correspondentes aos membros titulares, foi muito mais o rival do que o concorrente das academias historiadoras (Leterrier, 1997, nota 17, p. 47).

A honra que o Instituto Histórico me fez nomeando-me membro correspondente, comoveu-me muito. Se Napoleão, imperador e triunfante, recebeu com prazer o título de membro do grande “Institut de France”, quanto mais seu sobrinho, sem glória e sem pátria, não deve ele estar orgulhoso de se ver admitido na fileira desse jovem Instituto histórico que já realizou tantas coisas? Eu peço ao senhor para ser, junto a todos os meus colegas, o intérprete de meus sentimentos de reconhecimento. Esta marca de estima da parte de homens tão distintos será para mim um forte motivo para me tornar cada vez mais digno de pertencer ao Instituto. Como francês, eu estou feliz de poder ajudar na obra nacional desse empreendimento; como parente do imperador Napoleão, eu vi com a mais viva satisfação a reunião de homens obedientes à consciência moral, em que o objetivo será a pesquisa da verdade, travestida na história. Estou convencido de que essa verdade nunca será desfavorável à lembrança do grande homem. Resta-me, enfim, agradecer-vos pelas expressões de lisonjas que vossa carta contém a meu respeito. Os senhores me provaram que eu não era inteiramente estranho à todos os meus compatriotas, ainda que eu tenha crescido fora da França (*Correspondance, Journal de L’Institut Historique, 1835, livraisons 7 a 12, p.298*).

⁴³ Carta do príncipe Jerônimo Napoleão Bonaparte, membro da 1ª classe do IHP. Stuttgart, 19 novembro 1835.

Foi após uma ausência de vários meses de Stuttgart que eu recebi vossa carta, e eu me apresso em respondê-la. Aceito com gratidão o título que o Instituto Histórico desejou me atribuir, e eu vos peço que seja meu intérprete junto à essa ilustre Sociedade, para agradecê-la pela honra que me faz, e lhe testemunhar toda minha gratidão. Estou duplamente orgulhoso do meu novo título, pois não somente é uma reunião de franceses (...), mas também uma reunião de homens dos quais os nomes são célebres nos anais das ciências e das letras. De resto, eu não ignoro que é por causa do meu nome que devo esse favor, e não pelas minhas qualidades pessoais; que minhas fracas luzes não podem se comparar aos talentos dos homens que me escolheram para ocupar o mesmo lugar que eles. Mas se agora eu não estou à sua altura, eu desejo logo me tornar digno da França e do nome que eu faço uso. Será sempre com felicidade que eu me reaproximarei de meus compatriotas, e se nas atuais circunstâncias eu não posso fazer tanto quanto eu gostaria, só me resta lamentar que uma lei cruel me obriga a não estar no meio dos franceses, e a não poder servir minha pátria (*correspondance, Journal de l’Institut Historique, Livraisons 13 a 18, p. 181*).

Malgrado esses diagnósticos, o Instituto revela, por meio de seus objetivos, estatutos e publicações, que os membros que lá permaneceram defenderam idéias que refletiam o clima intelectual da época; interessando-nos sobretudo pelo esclarecimento que porta sobre o desenvolvimento da sociologia pré-disciplinar. Ademais, seu atrelamento ao governo da Monarquia de Julho torna compreensíveis alguns aspectos do pensamento que predominou na sociedade, definido nessas condições específicas.

3. A relação com o governo

Pelo fato de ter sido o Instituto Histórico de Paris concebido para ser uma instituição científica, acreditava-se poder constituir uma comunidade de estudiosos que, apesar de plural, fosse apartidária. Seus propósitos, porém, não bastavam. O Instituto Histórico enfrentou a resistência do Ministério da Instrução Pública em conceder-lhe o apoio necessário para a operacionalização de suas atividades. A desconfiança do governo por conta da conformação tão diversa, as constantes crises financeiras e os descontentamentos gerados pela personalidade controladora de Monglave, o secretário-perpétuo, resultaram em uma longa luta pela sobrevivência, legitimidade e reconhecimento. Consciente da influência exercida pelas academias e sociedades que, numa época em que o ensino superior era quase inexistente, animavam e dirigiam a vida intelectual (Knibiehler, 1973), o Ministério da Instrução Pública implementou uma política de controle. A relação com o Instituto Histórico de Paris foi, de início, marcada pela tensão, provavelmente por se tratar de uma iniciativa particular, que recebia como membros representantes da oposição política.

Após a Revolução de Julho, duas interpretações políticas deram origem aos partidários do Movimento, mais à esquerda, e da Resistência, conservador, “os descontentes e os satisfeitos” (Ponteil, 1949, p. 131). De acordo com Seigel (1992, p. 16), o Partido do Movimento “ocupava a esquerda política, requeria direitos políticos amplos, liberdade de expressão, de imprensa e de associação, e ação vigorosa contra os odiados ministros de Bourbon”. A maior parte dos representantes do governo identificava-se com o Partido da Resistência que,

mais conservador, resistia à mudança e preferia restrições ao debate e à organização política, um eleitorado mais restrito e nenhuma aventura

externa. (...) O Partido da Resistência conduzia uma política aberta aos poderes mais altos da vida social. Sua visão de burguesia refletia a imagem prerrevolucionária da elite urbana tradicional ocupando um lugar especial em uma sociedade hierarquicamente estruturada (ibdem).

Era no seio do Partido da Resistência que se encontravam alguns dos grandes nomes da Monarquia de Julho: nobres liberais, como o duque Victor de Broglie ou o conde Mole, grandes burgueses como André Dupin, universitários como Guizot e Victor Cousin. Todos aderiram ao que seria, por vários anos, a ideologia orleanista, expressa de maneira marcante sob o regime de Luís Filipe pelos redatores do *Journal des Débats*. Eram essencialmente os liberais, partidários de uma elite de nascença, de fortuna e de inteligência. De acordo com Rémond (1985), os homens que assumiram o ministério em 1831 e que iriam guiar os destinos políticos do país durante 17 anos exerceram uma política continuamente conservadora: “seu pensamento é de limitar as consequências de 1830, de estabilizar seus resultados; sua preocupação constante está em manter e conservar” ⁴⁴ (Rémond, op. cit, p. 85).

A vitória do partido da Resistência, mais conservador, sobre o Partido do Movimento, durante a década de 1830, estabeleceu um processo que “deu lugar a uma política de reconciliação cada vez mais desenvolvida entre a Monarquia de Julho e os representantes do Velho Regime na década de 1840” (Seigel, op. cit., p. 16). Desse modo, além de aliar-se novamente à aristocracia, convinha ao liberalismo moderado francês de 1830 apoiar-se num regime que assimilou dos anos de 1815, segundo o qual “a maioria dos burgueses liberais se satisfazia com menos que seu programa completo em troca de uma garantia contra o jacobinismo, a democracia ou os fatores que poderiam produzi-lo” (Hobsbawm, 1996, p. 52).

De acordo com Hobsbawm (op. cit., p. 80),

Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo às suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas.

⁴⁴ Os autores Jardin e Tudesq compartilham esta noção de liberalismo conservador do regime de julho. Cf. Andre JARDIN e Andre-Jean TUDESQ, A. J. *La France des notables: l'évolution générale 1815-1848*. Paris: éditions du Seuil, 1973 ; pp. 136-171.

A relação entre Instituto Histórico de Paris e o governo ganha sentido se remetida a esse contexto político. A obra de reconstrução da memória dirigida pelo “voluntarismo historiador de julho” (Pire, 2002), que se estendia à pesquisa, ao estudo e à classificação e proteção dos arquivos, correspondia a objetivos políticos de “reconciliação”. Caberia ao saber histórico relativizar a importância da ruptura revolucionária da qual nasceu o Regime de Julho. A “monarquia burguesa”, por meio dos historiadores-políticos, conferia à história um sentido político vital para a sua legitimação. Após 1830, o olhar do historiador, outrora preocupado em demonstrar a importância da luta de classes nos acontecimentos históricos, centrava seu interesse na organização do regime estabelecido. Nesse contexto, a história era o conhecimento que devia explicar o passado, legitimar o presente e indicar o futuro.

Diante deste cenário, convinha ao IHP ressaltar que seu projeto era “pacífico” e que suas atividades produziram contribuições “úteis”, voltadas para o bem comum.

Chamaremos a nós todos os espíritos que têm algum ponto de contato com os estudos históricos. Contrairemos, interna e externamente, uma aliança direta, de homem útil a homem útil; respeitaremos todas as nuances de posição, e apresentaremos o raro fenômeno de uma sociedade que, sem acepção de partido, de escola ou de sistema, confunde em um mesmo objetivo de utilidade pública, o saber e o zelo de homens pertencentes à todas as opiniões conhecidas. O princípio de onde partimos para chegar a esta fusão é a troca entre todos das vantagens dos trabalhos de cada um, e da comunidade de todas as pesquisas, de todos os fatos, de todas as *verdades úteis, para avaliá-las primeiro, para propagá-las em seguida, de comum acordo, em todas as classes da sociedade, em todos os países do mundo*. Esse pensamento é o único que preside a criação do Instituto Histórico; nossa tendência foi o que ela devia ser, toda pacífica, toda de bem individual e geral. Que não nos seja proposta outra coisa! Diremos que isso não nos diz respeito!” [grifos nossos] (Monglave, relatório sobre os Trabalhos do IHP desde sua fundação, Journal de l’Institut Historique, 1837, p. 52).

Esclarecida sua “tendência pacífica”, o IHP recebeu a aprovação de dois importantes historiadores, ministros de Luís Filipe: Thiers e Guizot. O primeiro, então Ministro do Comércio e dos Trabalhos Públicos, escreveu em 21 de novembro de 1833: “Eu li com muito interesse o projeto que por vós me foi enviado e que consiste em fundar um instituto histórico com o objetivo de constatar e avançar o progresso da ciência da história, e eu fiquei surpreso com a utilidade e a grandeza do projeto”⁴⁵. Guizot, Ministro da Instrução

⁴⁵ 1ª. assembléia geral, 23 de março de 1834, atas manuscritas.

Pública, em seu relatório ao rei, de 31 de dezembro de 1833 (*Moniteur* du 13 janvier 1834), manifestou-se nos seguintes termos:

A necessidade de colocar termo a esses esforços começa a se sentir vivamente, pois algumas pessoas formaram recentemente uma sociedade para tentar concentrar e coordenar as pesquisas de todos os homens que se dediquem a esse gênero de trabalho. Eu espero que essa sociedade não tenha feito em vão apelo aos amigos da ciência, eu me associo aos seus esforços.

Como ministro da Instrução Pública, François Guizot pôde intervir em três áreas fundamentais para implementar sua idéia segundo a qual o “grande mistério das sociedades modernas é o governo dos espíritos” (*apud* Mélonio, 1998, p. 214): criou a Academia de Ciências Morais e Políticas, elaborou um projeto educativo bem estruturado, e promoveu a criação de uma importante infraestrutura cultural estatal, ou como afirma Rosanvallon, “uma rede densa de aparelhos destinados à gerir o senso comum” (1985, p. 225). Segundo esse autor, a nova ação do Estado se caracterizava ao mesmo tempo como um “instrumento tradicional de coerção e dispositivo produtor de hegemonia”. Além do papel fundamental que exerceu sobre o desenvolvimento dos estudos históricos, o incentivo dado por Guizot às sociedades científicas locais tinha por objetivo contribuir para o fortalecimento intelectual das classes abastadas, uma vez que a instrução elementar se expandia nas classes populares, é o que se pode concluir do seguinte comentário:

No momento em que a instrução popular se expande em toda parte, e que os esforços dos quais ela é objeto conduzem, nas classes numerosas que se dedicam ao trabalho manual, a um movimento de espírito enérgico, é muito importante que as classes abastadas, que se entregam ao trabalho intelectual, não se deixem levar pela indiferença e pela apatia. Mais a instrução elementar se tornará geral e ativa, mais é necessário que os altos estudos, os grandes trabalhos científicos, estejam igualmente em progresso. Se o movimento intelectual vai sempre crescente nas massas enquanto a inércia reina nas altas esferas da sociedade, resultaria cedo ou tarde uma perigosa perturbação (Guizot, *Circulaire aux membres des sociétés savantes établies dans les départements*, Paris, 30 de julho, *Rapports au Roi et pièces*, 1835 *apud* Rosanvallon, op. cit., pp. 227 e 228).

A propósito da criação de uma inspeção geral dos monumentos históricos, Guizot escreveu ao Rei: “Faltava à ciência um centro de direção que regularizasse boas intenções manifestas sobre quase todos os pontos da França; era preciso a impulsão partida da própria autoridade superior, e que o ministro do Interior imprime uma direção esclarecida ao zelo

das autoridades locais” (Mémoires, t. II, p. 387, apud Rosanvallon, op. cit., p. 230). O controle exercido pelo governo era voltado às sociedades e academias, assim como ao corpo docente, que tinha menos autonomia ainda.

O governo procurou estimular as sociedades científicas de várias maneiras, colocando-as em contato umas com as outras, facilitando a troca de suas publicações e votando subvenções em seu favor. Submetidas à tutela do governo, as academias e a imprensa tornaram-se importantes aliadas da nova ordem. Mas a tutela das sociedades científicas seria praticada não apenas por Guizot, outros ministros da Instrução Pública também o fizeram ao longo da Monarquia de Julho.

O Ministério da Instrução Pública permaneceu vigilante com relação às atividades promovidas pelo IHP que, por sua vez, estava sempre pronto a responder às solicitações que lhe eram enviadas, ou a fazer os ajustes que lhe eram exigidos. Quando o Instituto decidiu oferecer cursos públicos, a prática não era comum fora do âmbito universitário, por isso teve de recorrer ao ministro da Instrução Pública. Mas também não se tratava de uma iniciativa inédita, o movimento republicano já havia proposto a instrução do povo por meio de cursos públicos⁴⁶, o que reforçava a cautela do governo com relação a essa proposta. A decisão de formar comissões para organizar os cursos foi tomada na décima assembléia geral, em 30 de outubro de 1834, mas a autorização para o seu início só foi concedida, com certa relutância, em 1838. A diversidade política que o Instituto abrigava certamente aguçou a cautela do ministro que, temendo a influência de membros mais comprometidos com a política, condicionou a aprovação dos cursos à apresentação de esclarecimentos detalhados sobre sua proposta de funcionamento. Na sessão de 03 de março de 1838, o secretário perpétuo anunciou a visita de Navarre, inspetor da Academia de Paris, escolhido pelo ministro para realizar essa investigação. Navarre, afirma Monglave, “que parece motivado pelas melhores intenções, pede somente os nomes e as titulações dos professores que se propõem a fazer os cursos e as matérias que neles serão tratadas”. Logo em seguida, os membros do IHP votaram os regulamentos referentes aos cursos públicos, entre os quais um artigo chama particularmente a atenção: “A discussão está proibida; os cursos não serão seguidos de nenhuma conferência”. O secretário perpétuo afirmou que esse artigo foi

⁴⁶ A Associação livre para a instrução do povo, que teve origem na Associação politécnica, foi dissolvida em 1832, mas renasceu em janeiro de 1833, com o objetivo de educar os franceses por meio de cursos públicos. Cf. Félix PONTEIL. *La Monarchie Parlementaire*. Paris: Armand Colin, 1949.

proposto devido à experiência de desordens causadas pelas conferências nos cursos do Ateneu Real. A autorização só foi concedida no mês de dezembro de 1838, mas excetuava Auguste Savagner, ex-aluno da École des Chartes, professor de história na Universidade, que pretendia ministrar o curso sobre a “História geral dos Gaules desde a conquista romana até Saint-Louis”. A permissão lhe foi negada com o argumento de que Savagner havia incorrido em julgamento universitário e censura disciplinar, talvez por ter aprovado “de maneira escandalosa” (Gérbod, 1965, p. 165) a revolta dos *Canuts*⁴⁷. Conforme o dicionário Larousse, Auguste Savagner⁴⁸, literato e professor, nasceu em 1808 em Cassel, onde seu pai trabalhava na administração quando a Westfália estava submetida à soberania da França. Estudou na Escola Normal e ocupou várias funções na Instrução Pública; foi professor de história no Colégio de Lyon em 1831 e em 1834 no Colégio de Nantes, e depois passou a lecionar na Universidade. Em Paris, Savagner participou das agitações políticas de 1848 e se tornou capitão da guarda nacional, e morreu em novembro de 1849. A crise desencadeada com as greves dos “canuts” em 1831 e 1834 foi atribuída pelo governo à influência de idéias socialistas e republicanas. Além disso, de modo geral, houve um grande avanço do movimento republicano nos primeiros anos da Monarquia de Julho. Auguste Savagner era republicano e foi acusado de ter apoiado a revolta dos “canuts”; por isso, era um membro do Instituto que representava a oposição política.

O regime de 1830 foi constantemente ameaçado por levantantes legitimistas, republicanos, pela agitação operária, tentativas de assassinato e golpes bonapartistas, além dos problemas sociais e da epidemia de cólera (março de 1832) que ajudaram a compor o quadro que estendeu a revolução de 1830 até 1834 ou 1835. Maurice Agulhon (1988) pondera que a Monarquia de Julho, instalada com a Revolução de 1830, foi um regime

⁴⁷ Revolta de Canuts – insurreição dos operários da seda ocorrida em Lyon em 1831 e 1834.

⁴⁸ Maria Alice de Oliveira Faria se refere ao General Savagner. É certo que Savagner (pai) também foi membro do IHP, pois seu nome encontra-se entre os presentes na assembléia geral de 30 de novembro de 1838, mas foi Auguste Savagner, o professor de história que se envolveu efetivamente nas atividades e cuja proposta de oferecer um curso público no IHP não foi aprovada pelo governo.

Auguste Savagner, literato e professor, que nasceu em 1808 e faleceu em 1849, esteve entre os combatentes da Revolução de Julho. Savagner foi aceito como professor agregado de história e de geografia no Colégio de Lyon em 1831. Em 1834 assumiu o mesmo cargo no Colégio de Nantes e, em 1836, em Dijon. De acordo com as informações do *Dictionnaire Larousse*, dois anos mais tarde, Savagner perdeu estes cargos devido a suas opiniões republicanas. Em Paris, publicou várias obras e colaborou no *Dictionnaire de la conversation*, *Encyclopédie des gens du monde*, *Encyclopedie catholique*, etc. No IHP foi vice-presidente da primeira classe em 1838 e em 1839, membro atuante e assíduo nas reuniões.

liberal, antirreligioso e laico. As agitações sociais que perturbaram o governo de Luís Filipe, marcadas pelas greves em Lyon, dos trabalhadores do setor têxtil, em 1831 e 1832, inicialmente, e depois em 1834, acenderam a oposição política, e o atentado contra o rei, cometido em 28 de julho de 1835, levou o governo a tomar uma série de medidas repressivas, envolvendo a censura da imprensa e o controle das associações. Assim, embora o “espírito” de 1830 seja normalmente sintetizado pelos termos de burguesia repressiva ou conservadora, Agulhon considera que em 1830 a liberdade foi um pouco mais que uma bandeira, o que houve foi uma regressão desse liberalismo, com a lei de 1834 sobre o controle das associações e com as leis de setembro de 1835⁴⁹ sobre a imprensa.

Isto posto, torna-se compreensível a cautela do governo com relação ao IHP. Além daqueles que por suas posições políticas, antigas ou atuais, inspiravam certo receio, a sociedade recebeu como membro o responsável por duas tentativas de golpe de Estado contra o governo de Luís Filipe, um “conspirador nato” (Ponteil, op. cit., p. 168), Luís Napoleão Bonaparte. Ele passou a juventude exilado na Alemanha e na Suíça. Com a morte do único filho de Napoleão Bonaparte, em 1832, Luís Napoleão Bonaparte tornou-se a principal figura do bonapartismo e pretendente ao trono francês. Em 1836, tentou sem sucesso voltar ao poder amotinando a guarnição de Estrasburgo contra a monarquia de Luís Filipe. Derrotado, refugiou-se no Reino Unido. Em 1840, levantou-se novamente contra o governo francês na desastrosa “Conspiração de Bolonha”, quando foi condenado à prisão perpétua na fortaleza de Ham. Em 1846 fugiu para Londres, de onde voltaria à França para participar dos próximos acontecimentos políticos, em 1848⁵⁰.

⁴⁹ Sobre as leis de setembro de 1835, cf. Félix PONTEIL. *Les institutions de la France de 1814 à 1870*, Paris: PUF, 1966. O terceiro texto da lei previa impedir as discussões sobre o rei, a dinastia, a monarquia constitucional. A partir de então tornam-se passíveis de duras penas: a provocação, seguida ou não de efeito, a ofensa ao rei cometida pela imprensa quando ela tem por objetivo excitar o ódio ou o desprezo de sua pessoa ou de sua autoridade constitucional; o ataque contra o princípio ou a forma de governo estabelecido; quando ela tem por objetivo excitar a destruição ou a mudança do governo; a adesão pública a toda outra forma de governo, fosse atribuindo direitos ao trono da França aos Bourbons, ou aos Bonaparte ou a qualquer outro que não fosse Luís Filipe. A caução exigida dos gerentes de jornais e escritos periódicos foi fixada a um nível muito elevado. Desenhos, gravuras, litografias, medalhas, estampas e emblemas não podiam ser publicados, expostos ou postos a venda sem a autorização do ministro do Interior, em Paris, e dos prefeitos nos departamentos.

⁵⁰ Luís Napoleão Bonaparte foi eleito Presidente da República Francesa em 10 de dezembro de 1848. Em 2 de dezembro de 1851 deu um golpe de Estado, com a proclamação do estado de sítio, dissolução da Assembléia, restabelecimento do sufrágio universal. Em 20 de dezembro, o príncipe Napoleão, por 7.350.000 votos contra 646.000, foi eleito por dois anos e recebeu todos os poderes para promulgar uma nova

Pode-se notar que não era fácil assegurar a requerida neutralidade movimentando-se em torno dessas agitações, e fazendo parte delas, ainda que indiretamente, na figura de seus membros. Diante desse contexto, todos os anos os membros do IHP necessitavam obter nova autorização para oferecerem seus cursos. É o que indicam as correspondências de M. Salvandy e do inspetor geral da Academia de Paris, M. Rousselle, enviadas ao presidente do Instituto Histórico:

Paris, 23 de novembro de 1842.

“Senhor,

M. o Ministro tendo recebido um pedido de autorização, formado pelo Instituto Histórico, para a abertura de sete cursos públicos, durante o ano escolar 1842-1843, na casa que essa Sociedade ocupa na rua Saint-Guillaume, 9, eu tenho a honra de vos informar que, por decisão tomada em 18 desse mês, em conselho real, sua Excelência acordou, para cada um desses cursos, as autorizações individuais pedidas em favor dos membros do Instituto Histórico logo em seguida nomeados, e que cada um deles já havia obtido no último ano, a saber:

História da poesia antiga, por Fresse-Montval.

História da literatura e da legislação, comparadas, M. Cellier de Fayet.

História da filosofia, desde Descartes até nossos dias, M. Robert (du Var).

Hieróglifos egípcios e religiões antigas, M. De Brière.

Fisiologia, M. Dr. Maigne.

História da França, M. Henri Prat.

Curso de direito público francês, história das instituições políticas e religiosas, por Dufey de l'Yonne.

Em consequência, nada se opõe a que esses diferentes cursos sejam abertos no local ordinário das sessões, à época que me foi indicada pelo administrador-tesoureiro de vossa Sociedade, em sua carta de ontem.

Aprove, senhor, a certeza de minha distinta consideração

O inspetor geral administrador da Academia de Paris,

“Rousselle”.

Paris, 16 de janeiro de 1847.

Senhor presidente, recebi a carta que me foi endereçada pela comissão administrativa do Instituto Histórico, para me dar conhecimento e me pedir aprovação para os cursos públicos e gratuitos que devem ser professados nesse ano no seio dessa companhia científica. Tomei conhecimento, senhor presidente, do programa dos cursos em questão, e me apresso em vos informar que eu o aprovo. Receba, senhor presidente, a certeza da mais distinta consideração de minha parte.

O ministro da instrução pública,

Salvandy.

Cosntituição. Em 20 de novembro de 1852, um novo plebiscito aprovou a restauração da dignidade imperial, na pessoa de Luís Napoleão, que assumiu o título de Napoleão III.

O recrudescimento da repressão operada pelo governo com relação aos movimentos sociais e oposicionistas se refletiu na relutância em aprovar os cursos públicos do Instituto. Em contrapartida, o Instituto Histórico estava sempre disposto a destacar seu caráter científico em detrimento de qualquer envolvimento político-partidário. Por isso, logo de início, tomou-se uma medida que proibia toda e qualquer discussão de caráter político nas sessões de todas as classes⁵¹. Na ata de 18 de outubro de 1843, por exemplo, Barbier ofereceu à classe um livro de sua adaptação intitulado *De jesuitisme en reponse à M. Michelet e M. Quinet* e pediu que fosse apresentado um relatório sobre esta obra. Seguiu-se uma longa discussão para decidir se este trabalho seria ou não relatado à classe, o presidente questionou se o IHP deveria se ocupar com obras sobre os jesuítas, Nigon de Berty propôs não colocar esse relatório no jornal, mas o Dr. Josat e o abade Badiche reprovaram esta proposta. O Dr. Josat propôs, então, que a leitura desse trabalho fosse enviada à assembléia geral, mas M. Bernard Jullien encerrou a discussão lembrando que o IHP havia elaborado uma lei que excluía tudo o que abordasse a política⁵².

A partir das correspondências de alguns ministros, enviadas ao IHP, concluímos que, além de Thiers e Guizot, os ministros Villemain, Salvandy e Carnot também estabeleceram boas relações com a sociedade⁵³. As crônicas do *Investigateur* mostram que ao longo dos anos o Instituto Histórico manifestou simpatia e comprometimento com os projetos do governo. Nesse sentido, destacamos dois exemplos muito representativos.

⁵¹ Na revisão dos estatutos, publicada no *Journal de L'Institut Historique*, 1839, 60°. Livraison, pp. 241-247, este artigo apareceu nos seguintes termos: 15. Toda discussão estranha à ciência puramente histórica está proibida no Congresso, nas Assembléias gerais, no Conselho, nas Classes, nos Comitês, nas Comissões, e geralmente em toda e qualquer reunião do Instituto Histórico (p. 242).

⁵² Essa questão resgata uma forte polêmica que animou a Monarquia de Julho, sobre a liberdade de ensino. A Igreja permanecia muito próxima dos meios ultras e a Monarquia de Julho não cedia sobre o ensino secundário e o ensino superior, permanecendo um clima de desconfiança recíproco entre Igreja e Estado. Cf. Félix PONTEIL. *Les institutions de la France de 1814 a 1970*. Paris: PUF, 1966.

⁵³ Carnot manteve boa relação com o IHP, mesmo depois de ter se afastado dele devido às suas atividades políticas. É o que podemos observar na seguinte correspondência endereçada ao presidente do Instituto Histórico em Paris (*Investigateur*, p. 198).

Paris, 2 de junho de 1848.

Senhor presidente,

Tenho a honra de vos anunciar que pela resolução de 31 de maio, decidi que uma soma de 500 F será concedida ao Instituto Histórico, a título de encorajamento eventual. Eu estou feliz de poder dar ao Instituto Histórico e a seus trabalhos esse testemunho de meu interesse. (...) Receba, senhor, a certeza de minha distinta consideração.

O ministro da Instrução Pública e dos Cultos.

Carnot.

Primeiro, no relatório “Sobre os trabalhos do comitê histórico de artes e monumentos do ministério da instrução pública” encontra-se a seguinte afirmação:

Vimos com que solicitude Villemain, então ministro da instrução pública, acolheu o pedido que lhe foi enviado por nosso secretário perpétuo, de um pacto de aliança entre o comitê e o Instituto Histórico; a ciência só tem a ganhar com a reunião dos esforços de toda a nossa sociedade com os do comitê, no qual vários de nossos colegas já fazem parte (Investigateur, 1840, p. 203).

Em outro registro (idem, 1840, p. 35) observamos a mesma simpatia voltada ao recém instalado ministro Cousin:

Cousin, ministro da instrução pública, escreve no dia 1º desse mês aos membros do conselho, que ele recebeu a carta que o conselho lhe escreveu para felicitá-lo por sua chegada ao poder. Ele está fortemente tocado, diz ele, (...) e seria bom se suas ocupações lhe permitissem nos agradecer pessoalmente; (...) [mas pede para dar-lhe] conhecimento por escrito do tema que desejamos tratar com ele.

O secretário-perpétuo, lembrando as relações agradáveis que o IHP teve com Villemain e com Salvandy, anunciou que antes de responder oficialmente à Cousin, o Conselho encarregou um de seus membros que teve contato direto com ele, J. Ottavi, de fazer uma solicitação oficial junto ao novo ministro.

Pode-se notar a natureza das preocupações que ocupavam o governo nas correspondências trocadas entre o Ministério da Instrução Pública e o IHP. Por meio um decreto real de 27 de julho de 1845, Salvandy exigiu das sociedades a edição de um anuário com a obrigação de depositar no Comitê dois exemplares de todas as suas publicações, além disso, foi-lhes proposto a inscrição em um orçamento de ajuda criado pelo Estado.

À sua Excelência o Senhor conde de Salvandy, ministro da Instrução Pública.

Paris, 13 de setembro de 1845.

Recebemos o decreto real de 27 de julho assim como a circular do 28 do mesmo mês que Vossa Excelência nos fez a honra de enviar.

Compreendemos toda a importância da sábia medida que Vossa Excelência tomou para criar um laço entre as sociedades científicas e lhes dar os meios de ação que lhes faltam.

Desde 1833, os fundadores do Instituto Histórico (a maioria membros do Instituto da França)⁵⁴ tentaram realizar a idéia de troca das produções

⁵⁴ Em outras correspondências em que o Instituto Histórico presta contas de suas atividades ao governo, sempre se procura enfatizar que os membros dessa sociedade são ilustres, renomados e membros de outras instituições respeitadas.

intelectuais entre todos os cientistas e todas as academias, mas seu sucesso foi parcial. (...)

As companhias científicas tinham necessidade dessa publicidade frutífera que Vossa Excelência vai dar a seus trabalhos dando-lhes um estímulo eficaz e comum.

Temos a honra de enviar à Vossa Excelência a resposta às questões que enviastes ao Instituto Histórico. Acrescentamos a coleção inteira (16 tomos em 8 volumes) de nosso jornal, *L'Investigateur*, assim como as atas dos congressos (6 volumes in-8°).

Temos a honra de ser, com a maior consideração, de Vossa Excelência, humildes e obedientes servidores.

O presidente, Príncipe da Moskowa.

O vice-presidente, Buchez.

O administrador, A. Renzi.

Paris, 31 de agosto de 1846.

Senhor, pela carta que me fizeste a honra de me escrever no dia 8 do último mês de maio, juntamente com os outros membros do *bureau* do Instituto Histórico, o senhor pede que eu aprove os novos Estatutos que essa companhia científica adotou para substituir seus primeiros Estatutos. Eu examinei o objeto de muitas modificações que foram introduzidas pelo IH nos seus Estatutos constitutivos, e me pareceu que elas eram necessárias para tornar mais regulares os trabalhos dessa companhia. Eu aprovo, pois, todas as mudanças que foram adotadas nas sessões de 25 de abril e 24 de outubro de 1845, e que são cumpridas nos regulamentos impressos que acompanhavam a vossa carta. Peço que comunique minha decisão à Sociedade em uma das sessões.

Receba Senhor, a certeza de minha distinta consideração.

Ministro da Instrução pública,

Salvandy.

Ao Senhor presidente do Instituto Histórico.

Paris, 26 de junho de 1847.

Senhor presidente,

Tenho a honra de vos informar que acabo de colocar à disposição do Instituto Histórico a soma de 1500 F, incluídos nos créditos que me foram concedidos em 1847, para encorajamento às sociedades científicas. Eu não esqueci a útil e importante destinação que vossa companhia científica se propõe a dar à subvenção que reclamou à mim. *Ficarei feliz se minha decisão lhe permitir estender suas publicações ordinárias e dedicar um espaço às questões literárias e científicas (...), e espero que me seja possível renovar a cada ano a subvenção que concedo hoje ao Instituto*

Histórico. Peço que comunique essa carta a vossos sábios colegas; desejo que eles encontrem nessa decisão *um testemunho de minha viva simpatia pelo Instituto Histórico e pelos trabalhos importantes que ele persegue com uma tão estimada solícitude*. Aceite, senhor presidente, a certeza de minha mais distinta consideração.

O ministro da Instrução pública, Salvandy. (grifos nossos, Investigateur, T. VII, 1847)

Por meio da circular de 23 de novembro de 1849, o ministro da instrução pública pediu ao Instituto Histórico informações sobre as mudanças ocorridas no pessoal da sociedade, a constituição do *bureau*, as sessões públicas e particulares e especialmente sobre os prêmios propostos ou conferidos.

Desde o início e ao longo dos anos, o Instituto Histórico teve de estabelecer critérios que pudessem neutralizar o peso de sua composição política, enfatizando, em contraposição, sua vocação científica e moral. Assim, destacou-se a importância atribuída às “boas intenções” de seus membros e a “moralidade” dos estudos históricos, anunciando tendências que caracterizavam o pensamento social do período. Pode-se afirmar que os esforços do IHP para destacar seu caráter “pacífico” e científico e para adaptar-se às exigências e interesses governamentais acabou viabilizando algumas atividades e a sobrevivência da sociedade.

Capítulo 2

Um projeto científico

A tendência ao positivo, o reconhecimento geral, no período da Monarquia de Julho, da necessidade de uma história científica, que se fundamentasse nas fontes, acompanhou o movimento de renovação das instituições de história. Eugène Garay de Monglave, impelido pelo gosto dos estudos históricos, que o espírito da época estimulava, idealizou uma sociedade de erudição que se ocupasse exclusivamente de estudos históricos em todos os ramos da ciência humana. O projeto e os estatutos de regulamentação do Instituto Histórico de Paris pretendiam, sobretudo, contribuir para o “progresso da ciência da história”, filiando-se aos objetivos de outras sociedades similares, como os Beneditinos de Saint-Maur, a Academia de Inscrições, a Academia de Ciências Morais e Políticas e a Sociedade dos Antiquários.

Construir uma sociedade científica sobre tradições tão diversas e, poderia-se pensar, até díspares, tem um significado, do qual podemos depreender as concepções de método e de história que predominaram no IHP. Que ambições e tensões esse objetivo poderia subentender?

De um lado, a Congregação dos Beneditinos de Saint-Maur, a primeira das grandes instituições de pesquisa histórica criadas no século XVII (1618)⁵⁵, a Academia de Inscrições (1663) e a Sociedade dos Antiquários⁵⁶ evocavam a tradição da pesquisa erudita. De outro, a Academia de Ciências Morais e Políticas, reaberta em 1832, por iniciativa de François Guizot, representava as ciências sociais (filosofia, moral, direito, economia política e história). A história das ciências morais e políticas desde a fundação do Instituto

⁵⁵ De acordo com Barret-Kriegel (1988, p. 175), o século XVII foi o palco de uma explosão do movimento acadêmico francês, e lembra as datas: a Academia Francesa foi fundada em 1635 por Richilieu; Academia Real de Pintura e de Escultura recebe seus estatutos em 1648. O início da Academia de Dança se faz em 1661; Academia de Inscrições e Belas-Letras em 1663. A Academia de Ciências foi criada em 1666. Em 1669, a Academia Real de Música inaugurou seus trabalhos e, em 1671, foi criada a Academia de Arquitetura.

⁵⁶ A Sociedade dos Antiquários da França é uma sociedade histórica e arqueológica fundada em 1804, com o nome de Academia Celta.

Nacional (1795) até 1850 é parte constituinte da pré-história das ciências humanas na França. Conforme Heilbron (2006, p. 155), a criação da segunda classe do Instituto foi “o primeiro sinal de reconhecimento oficial das ciências sociais”. Leterrier afirma que a “segunda classe do Instituto, primeiro, e depois a Academia das Ciências Morais e Políticas foram os lugares onde se formulou um discurso oficial sobre essas matérias, onde se criou uma doutrina filosófica, moral, legislativa, econômica, histórica” (1995, p. 1). De fato, os projetos e as atividades propostas pelo Instituto Histórico de Paris apontam a influência e um certo fascínio exercido pelas ciências sociais sobre os estudos históricos, que neste caso, fica evidente no projeto de trabalho da classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, o qual será analisado na segunda parte deste trabalho.

A Academia de Inscrições e Belas-Letras foi a principal instituição responsável no Antigo Regime pela organização da ciência histórica. Embora seus trabalhos tenham sido interrompidos com a Revolução, tiveram continuidade na “classe de história e de literatura antiga” do Instituto de França. A Academia de Ciências Morais e Política, na Monarquia de Julho, renasceu com o mesmo intuito de antes, dedicar-se à história filosófica, e reuniu vários historiadores liberais, entre eles, Mignet, Guizot, Thiers, Amedée Thierry e Naudet. Essa divisão acadêmica reproduzia em certa medida as “duas escolas” históricas envolvidas na organização da ciência histórica. Na Academia de Inscrições primava-se pelo trabalho de erudição, enquanto a Academia de Ciências Morais e Políticas confiava aos liberais dos anos de 1820 a responsabilidade da organização da pesquisa e do ensino da história.

Sob o Antigo Regime, a Congregação de Saint-Maur havia assumido o essencial do trabalho da edição e da crítica das fontes. O ato fundador da erudição clássica foi marcado pela publicação, em 1681, da *Re diplomatique* de Dom Jean Mabillon, monge de Saint-Germain. Nessa obra, Mabillon se consagrou a precisar as regras pelas quais se poderia verificar a autenticidade dos documentos. No campo da erudição trabalhavam os “antiquários”, especialistas do antigo e da Antiguidade, sábios que dominavam línguas desaparecidas, que exumavam, classificavam, reuniam e publicavam materiais.

A filiação à tradição erudita, representada pelos Beneditinos de Saint-Maur, pela Academia de Inscrições e a Sociedade dos Antiquários, não seria a expressão de um

saudosismo aristocrático com relação ao Antigo Regime?⁵⁷ A presença aristocrática no Instituto era de fato marcante, mas não haveria outro sentido para essa proposição? Qual era o significado da tradição erudita no período da Monarquia de Julho?

A criação da Congregação dos Beneditinos de Saint-Maur é parte de um movimento que promoveu o desenvolvimento da pesquisa histórica no século XVII e contribuiu para a constituição de fontes e de pesquisa, por meio da abertura de bibliotecas e incentivo aos trabalhos de cópias e viagens científicas. Apesar de atender aos interesses do Estado, “a história tornou-se científica” (Barret-Kriegel, 1988). Thuillier e Tulard (1990) esclarecem que, à época, a “ciência histórica” consistia no desenvolvimento da diplomática, a ciência das fontes documentais que se designava sob o nome de “diplomas”.

A diplomática ensina a distinguir os documentos autênticos dos apócrifos, ela define sua utilização assim como as regras de transcrição. Prioridade às Chartes originais e publicamente assinadas: é preciso eliminar os cronistas indiscretos e subjetivos (Thuillier et Tulard, *idem*, p. 14).

Letterrier (1997, p. 15) também situa o nascimento da história-ciência nos trabalhos eruditos das congregações monásticas da época clássica: “Mabillon definiu suas regras, e a Academia das Inscrições foi antes da revolução, o mestre das grandes coleções de fontes sem as quais o trabalho histórico teria sido impossível”.

No século XVIII, a história não existia como disciplina ou gênero autônomo, ela se encontrava dividida entre duas tendências que se opunham e cuja síntese parecia impossível: de um lado, a erudição e, de outro, a filosofia. Conforme Furet (1982, p. 101), a erudição e a filosofia são “duas atividades intelectuais que se ignoram ou se desprezam”. Durante o século XVIII, a supremacia estava com a “história filosófica” e a erudição era considerada um conhecimento desinteressado, desprovido de finalidade e utilidade, prisioneira da imaginação e do passado (Guimarães, 2002). Os filósofos introduziram um novo enfoque à história ao agregar a seus estudos a arte, a religião, as instituições, com o objetivo de escrever a história da civilização e conhecer a origem da nação. A história filosófica contava com mais leitores e seus autores uma cadeira na Academia francesa; a erudição, por sua vez, restringia-se ao trabalho de especialistas que se concentravam na Academia de Inscrições e Belas-Letras.

⁵⁷ Esse questionamento é formulado por Manoel Luiz Salgado Guimarães em “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”. In: *Topoi*, v. 3, pp. 184-200, 2002.

A influência, tanto positiva quanto negativa, da Revolução francesa tem sido considerada como determinante no desenvolvimento da historiografia e, de certa maneira, na reconciliação entre essas duas tradições no século XIX. Nos seus aspectos negativos, a Revolução suprimiu as Congregações e as Academias, parализando os trabalhos de erudição. Thuillier e Tulard (op. cit., pp. 18 e 19) afirmam que ela destruiu massivamente os arquivos públicos e os arquivos privados, e o que não foi deixado ao abandono, disperso, pilhado foi vendido aos vendeiros: “calcula-se muito mal hoje a amplitude desses danos, nosso patrimônio histórico, um dos mais ricos da Europa, foi reduzido em alguns anos à pouca coisa”. Mas, além disso, ela rompeu com todo o ensino da história e Napoleão não conseguiu criar, como desejava, um ensino de alto nível em história: ele projetava em 1807 uma Escola especial de geografia e de história ligada ao Colégio de França, com dez cadeiras de história, mas “não se sabe porque esse projeto foi abandonado”⁵⁸.

De modo geral, as condições materiais de trabalho deveriam continuar por um bom tempo ainda bem precárias. Mesmo em Paris, nos Arquivos Nacionais, o público não era previsto. Em 1810, “Dacier, no relatório enviado a Napoleão, avaliava que a maior parte dos trabalhos empreendidos pela Academia de Inscrições e Belas Letras não poderiam ter continuidade: falta de colaboradores” (Halphen, op. cit., p. 3). Conforme Robert Leroux (1998, p. 3), nos primeiros anos que sucederam a Revolução a história ficou marginalizada e houve poucos historiadores neste período.

Fato histórico por excelência, a Revolução francesa é, paradoxalmente, a principal causa dessa desconfiança com relação à história; (...) A Revolução cava um abismo entre dois séculos vizinhos, é ela que obriga ‘os homens do século XIX a se sentirem estranhos aos do século XVIII’.

A história, após a Revolução de 1789, parecia morrer de inanição. Segundo Halphen (1914), desapareceu o gosto de longos trabalhos de erudição. Aliás, não havia uma

⁵⁸ Conforme Christian Amalvi (2005, p. 232), a idéia de uma Escola de Chartes é de Gérando, que desde 1799 tinha o propósito de organizar a restauração da erudição. Sua idéia era criar uma escola de eruditos especialistas no estudo de documentos antigos. Nomeado secretário geral do Ministério do Interior em 1804, ele conseguiu apresentar em março de 1807, um projeto de criação de um corpo de “benedictinos civis em uma espécie de Port-Royal nouveau”. Em um segundo relatório datado de 18 de março de 1807, propôs ao imperador a criação de uma escola especial de história da França. Em abril, Napoleão respondeu propondo algumas modificações ao projeto do ministro sobre o conteúdo dos estudos: bibliografia, história da legislação, história militar, história literária. A nova escola, que deveria se ligar ao Colégio de França, aparecia mais como uma escola de história geral que como uma escola de erudição. Assim, as divergências entre Gérando e o Imperador teriam impedido o projeto de se concretizar.

instituição que se encarregasse da formação de historiadores. Halphen considera que o Instituto de França, onde se havia perpetuado a tradição do trabalho científico, não exercia mais quase nenhuma ação. O alto ensino histórico só existia no papel e achava-se até mesmo que a cadeira de história fosse supérflua e “sem objetivo”. A carta do Reitor da Academia de Nîmes (1811), sobre a Faculdade de Letras dessa cidade ilustra esse fato: “a cadeira de história é sem objetivo na Faculdade de letras: não são exigidos exames sobre a história para a graduação de bacharel ou licenciado” (Liard, *l’enseignement supérieur en France*, T. II, p. 137, *apud* Halphen, op. cit., nota 2, p. 6).

A Revolução não constituía um meio favorável à reflexão, à meditação, ao trabalho de criação intelectual (Febvre, 1995). Sob o Império, “a guerra absorvia as atividades, ocupava os espíritos. A mocidade embriagava-se de glória, não de especulações filosóficas” (idem, op. cit., p. 79). A Revolução havia provocado uma ruptura com o passado e com a tradição. “Da revolução ninguém falava jamais aos filhos que, nascidos por volta de 1795, cresciam sob o Império. A palavra de ordem era o silêncio” (idem, op. cit., p. 92). Quinet relata esta experiência:

As próprias palavras me faltavam, relata Quinet, o dicionário da língua da liberdade não existia para mim. Embora estivéssemos, então, pouco afastados do tempo da Revolução, o seu idioma se havia perdido. (...) Eu não sabia o que eram girondinos, constitucionais, *montagnards*, jacobinos e menos ainda chartes, garantias individuais, constituições. Aquilo era para mim uma língua morta que quase não me era menos estranha do que o grego ou o latim. Uma única palavra havia tomado o lugar de todas as outras, o Terror, palavra que ninguém me definia. Era-me necessário um dicionário para cada linha [trata-se de um ensaio de leitura das *Considérations sur la Révolution française* de Madame de Staël, em 1818: Quinet tinha então quinze anos], de tanto que a língua da Revolução havia, de pronto, deixado de ser uma língua viva (ibidem).

Febvre afirma que, se as famílias contribuíram para a ruptura com o passado e com a tradição, guardando o silêncio sobre os acontecimentos ainda recentes, a escola também o fizera:

Os velhos mestres, os membros do clero que ministravam a instrução nas escolas antes da Revolução, haviam sido dispersados. Improvisou-se. Quando, tardiamente, quero dizer, em 1805, foi aberta uma escola secundária em Blois, seus pais ali conduziram o jovem Augustin Thierry. O professor de cinquième tinha sido guarda civil: vinha à aula de botas, chicote na mão. O professor de desenho, um velho belo, ensinava ao mesmo tempo o grego. E o professor de retórica mantinha uma loja de especiarias na periferia. Em Charolles, em Bourg-en-Bresse, que o jovem

Quinet frequentou tardiamente, dava-se a mesma coisa. Em Bourg, aprende a ler com um matemático que era, na realidade, louco. Deu para notá-lo no dia em que, na preseça da mãe do seu aluno, foi tomado por um acesso de fúria. Em Charolles, o seu professor foi um velho capitão de dragões que tinha horror ao latim e passava o tempo a rever, com seus alunos, as manobras da cavalaria. Depois do que chegou um velho padre juramentado, que acabara por casar-se: era gago, surdo, ignorava o latim, e ensinava o jovem Quinet a desenhar círculos no quadro Negro (...) (op. cit., p. 94).

Nesse contexto, o público, que no Antigo Regime se interessava pela história se dispersou ou desapareceu. A educação das crianças sentiu os reflexos da desorganização dos colégios. E mais ainda, a juventude, agora adulta, recordava com amargura os tempos difíceis nos quais havia crescido e sonhava em ganhar dinheiro e não em dedicar-se à investigação desinteressada. Desse modo, não havia “nem público educado, nem professores especialistas: assim não se podia esperar que o número de investigações fosse considerável” (Lefebvre, 1974, p. 163).

Contudo, Leterrier contesta a visão segundo a qual sob o Império houve penúria de historiadores e pouco gosto pela história, salvo pela Antiguidade. “Além dos trabalhos da Academia de Inscrições (Dom Brial, Pastoret), a publicação de memórias sobre a Revolução manifestava esse gosto de compreender, e a pesquisa de uma inteligibilidade histórica, que serão muito características da reforma histórica dos anos da Restauração” (1997, p. 21). A autora ressalta o descontentamento de Chateaubriand, no *Génie du Christianisme*, com “a incapacidade dos franceses para escrever a história” e lembra que em 1800, Mme de Staël denunciou a mediocridade dos franceses como historiadores, mas pondera que este não era um traço cultural permanente, o próprio Bonaparte projetou a criação de escolas especiais e a substituição da história literária por uma história positiva. Considera-se que o Instituto permaneceu bem ativo sob o Império, “de fato, os trabalhos relacionados à história nacional florescem, quer trate da história recente ou da história de séculos passados” (Amalvi, 2005, p. 147). Desse modo, se ao Império faltavam a maturidade e as condições materiais e sociais favoráveis ao desenvolvimento pleno da historiografia, as obras de Anquetil (*Histoire de France*, 1805); Lacretelle (*Histoire de France pendant le XVIIIe. siècle*, 1808); Joseph Michaud (*Histoire des Croisades*, 1808) e Lemontey (*l'Établissement monarchique de Louis XIV*, 1808) apontam que seria inapropriado destacar esse período pela esterilidade em matéria de estudos históricos, ainda

que esses autores sejam considerados apenas como “tímidos precursores” (Lefebvre, op. cit., p. 167). Além disso, considera-se que historiadores como Gibbon e Robertson, Daru, Daunou, Raynouard, Lemontey e Sismondi tenham sido responsáveis pela transição da historiografia racionalista do século XVIII à história romântica (Walch, 1986).

Sob o Império e durante os primeiros anos da Restauração a história recuperou pouco a pouco o favor do público. Nesse contexto, o movimento contrarrevolucionário teve sua importância: “elogiava os bons e velhos tempos da monarquia absoluta, da Idade Média, animando assim a descrevê-los, quando não a estudá-los ou a conhecê-los efetivamente” (Lefebvre, op. cit., p. 165). Conforme Halphen, a curiosidade histórica começou, de fato, a se despertar na França por intermédio da literatura: Chateaubriand⁵⁹, Walter Scott, e as tragédias românticas, introduziram um grande interesse pela Idade Média. “A partir de 1820, o romance histórico causa furor na França. Um editor que se respeite deve ter pelo menos uma equipe dedicada a recortar a história para transformá-la em romances” (op. cit, p. 18).

Além da influência dos literatos, sob a Restauração⁶⁰, somou-se a dos homens políticos, graças a jovens historiadores como Thierry, Guizot, Mignet.

Como a literatura, a política reconduzia invencivelmente os espíritos: em um caso, a curiosidade, o gosto pelo pitoresco; em outro, o desejo de tirar do passado lições para o presente, tudo levava os homens desse tempo à reabrir os velhos textos e à interrogar os fatos (idem, p. 27).

Passando da “submissão silenciosa” do Império à “liberdade eloquente” da Restauração (Leterrier, op. cit., p. 25), as circunstâncias se tornaram mais favoráveis à renovação da pesquisa histórica. Pode-se dizer que a Revolução de 1789 influenciou direta e indiretamente, negativa e positivamente a escrita da história no período posterior. Patrick Garcia (1999) pondera que a Revolução foi o tempo de ruptura e de invenção. Se por um lado, ela propiciou a destruição de documentos e de obras de arte, de outro, provocou uma reação ao “vandalismo”⁶¹, e com ela surgiu progressivamente a concepção contemporânea de arquivos nacionais. Por mais paradoxal que pareça, a Revolução despertou o gosto pela

⁵⁹ O “Génie du christianisme”, 1802, teve um sucesso considerável: a primeira edição vendeu 4000 exemplares em 10 meses, falsificações foram feitas na Alemanha e na França, e uma segunda edição no ano seguinte.

⁶⁰ A Restauração foi o período entre a queda do Império, em 1814, e a Revolução de Julho, em 1830. Representou um retorno à monarquia, sob os reinos de Luís XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830).

história que se difundiu “em todas as classes da sociedade” (Thuillier e Tulard, op. cit., p. 19). Positivamente, a Revolução contribuiu, pois, para propiciar as condições necessárias ao trabalho de investigação histórica. “Para a França, a Revolução desempenhou um papel capital ao concentrar nesses depósitos e coleções o que anteriormente estava disperso, guardado por particulares, por Congregações” (Lefebvre, op. cit., p.289). Assim, de 1800 a 1830 ocorreu uma renovação sem precedentes da pesquisa documental e de manuscritos. No século XIX, pela primeira vez, foram produzidas as condições necessárias para a formação do historiador e a organização do trabalho histórico. Por toda parte foram montados arquivos, bibliotecas, museus; as universidades foram organizadas e multiplicadas⁶². Com o objetivo de formar arquivistas e bibliotecários, foi criada a Escola de Chartes em 1821, ela formava arquivistas e trabalhava com um método de erudição voltado prioritariamente à constituição de arquivos, preocupada mais com a Idade Média, deixando de lado a Antiguidade e em grande parte a filologia, e até mesmo a história. Por isso, essa iniciativa representou apenas o início de uma lenta organização do trabalho erudito. Efetivamente, as maiores conquistas, na primeira metade do século XIX, datam da Monarquia de Julho, sobretudo com o Ministério de Guizot, que comandou a organização dos arquivos e museus.

Da tradição ilustrada por Mabillon, a historiografia do século XIX tomou o gosto pela pesquisa documental, pelas fontes. De acordo com Furet (1982, p. 101), “é dessa tradição que nos vêm não a história, tal como a entende o século XIX, mas o fato histórico, tal como ele deve ser estabelecido como material constitutivo da história”. O trabalho dos historiadores franceses da primeira metade do século XIX, sobretudo após a queda do Império, foi favorecido, portanto, pelos avanços realizados por seus antecessores e pelas recentes mudanças sociais.

⁶¹ “Eu criei a palavra (vandalismo) para acabar com a coisa” declara em 1793 o abade Grégoire (Garcia, op. cit., pp. 13 e 14).

⁶² Havia duas opiniões opostas sobre o ensino superior: concentração das Faculdades sobre alguns pontos e a sua multiplicação. “Guizot é partidário de grandes Universidades provinciais, dispondo de um número de cadeiras em harmonia com o estado de conhecimentos: Strasbourg, Rennes, Toulouse, Montpellier. Essa concepção, retomada por Dubois, diretor da Escola Normal em 1836, recebe um início de execução em 1840. Nessa data, Cousin propõe abrir em Rennes uma Universidade bretã. O sistema de multiplicação foi adotado pelos outros ministros da instrução pública. Eles partem da idéia que é preciso criar uma Faculdade em todo lugar onde há um grande centro de estudo ou de população. Logo, em 1839, havia 6 faculdades de Letras e 7 Faculdades de Ciências. Entre 1835 e 1847, cria-se outras 10: 3 para as Ciências, 7 para Letras” (Ponteil, op. cit., p. 190).

Para além da influência dos fatores sociais, econômicos, políticos e ideológicos, a transformação profunda que ocorreu na historiografia no início do século XIX deveu-se a uma renovação da documentação disponível. A partir de 1815, os historiadores, que se ocupavam da história cada vez mais como uma profissão, entendiam que a história deveria se fundar sobre crônicas e documentos originais, e não sobre compilações retomadas de autor em autor, por isso, a história exigia erudição. O acesso às fontes tornou-se uma condição para a atividade do historiador. Walch (op. cit., p. 35) esclarece que na primeira metade do século XIX ocorreu um renascimento,

sobre uma nova base, da erudição ao serviço da história, praticada no século XVIII pelos monges beneditinos de Saint-Maur. Mesmo que até lá a erudição e a história tivessem estado separadas, os eruditos ignoram os historiadores e esses últimos desdenham os inumeráveis textos reunidos pelos eruditos, a partir de então os dois ramos da ciência histórica, a documentação e a síntese, andando lado a lado, se sustentarão e se complementarão uma a outra.

No início do século XIX, os historiadores retomaram a tradição representada por Mabillon e a integraram a uma perspectiva nova, que não somente estabelecia os fatos mas também os interpretava. A valorização das fontes e a forma como eram interpretadas constituem uma verdadeira “ruptura epistemológica” (Walch, 1986, p. 13).

Hobsbawm (1977, p. 309) afirma que

coleccionar relíquias do passado, escritas ou não, transformou-se em uma paixão universal. Talvez, em parte, fosse uma tentativa de salvaguarda-las contra os ataques do presente, embora o nacionalismo provavelmente fosse seu mais importante estímulo: em nações até então adormecidas, os historiadores, os lexicógrafos e os colecionadores de canções folclóricas foram muitas vezes os verdadeiros fundadores da consciência nacional.

Embora se considere que a história-ciência seja obra de historiadores de profissão cujos trabalhos datam das duas ou três últimas décadas do século XIX (Leroux, 1998), as transformações em torno do método começaram a ser elaboradas na primeira metade do século. Assim, “a história positivista, a história ‘historicizante’ (...) tem títulos sólidos, responde às tradições forjadas pela erudição do século XVIII, aos métodos inspirados ao mesmo tempo pela École des Chartes e pela ciência alemã do século XIX” (Thuillier e Tulard, op. cit, p. 26).

Lembrando os empreendimentos do Ministério Guizot, referentes ao incentivo à pesquisa histórica, Walch considera que

os historiadores do período romântico inauguraram a pesquisa, a apuração, a leitura lenta e refletida, a comparação sistemática das fontes originais, dos documentos históricos, lá onde houve antes cronistas e historiógrafos, até Anquetil inclusive, que se contentavam em transcrever seus predecessores, que citavam todos os *on-dit*, assim como as lendas mais simples (1978, p. 162).

Esse autor argumenta que os historiadores da Restauração e da Monarquia de Julho foram os primeiros “a dar o exemplo da crítica sistemática dos textos” e “eliminaram da história tudo o que é miraculoso, lendário, sobrenatural”. Além disso, “eles confrontam os textos uns com os outros, a propósito dos mesmos acontecimentos, a fim de criticá-los uns pelos outros” (ibdem). Sendo assim, “se o próprio fundamento do método positivo em história é a leitura crítica e comparada de documentos de primeira mão, os historiadores do período romântico criaram sem dúvida a história moderna” (ibdem).

Nesse contexto, a erudição se tornou uma disciplina plena de valor, tão interessante quanto as ciências da natureza (Gusdorf, 1974). Por isso, se é certo que os avanços mais sérios e significativos foram alcançados apenas na segunda metade do século XIX, parece mais razoável ver nesse avanço uma continuidade do que uma ruptura.

Para Walch, o que caracteriza efetivamente o ‘espírito positivo’, ou ‘positivismo em história’, é um conjunto de qualidades:

O desenvolvimento quantitativo e qualitativo da documentação, que permite aos historiadores exercer uma escolha mais judiciosa, uma crítica mais rigorosa quanto às fontes. O conhecimento de métodos *de mise au point* e de interpretação de textos, (...), a crítica das sínteses muito prematuras de seus predecessores, contribuíram para dar um passo considerável na pesquisa histórica (...) (op. cit., p. 167).

A acusação mais frequente contra os historiadores do romantismo, Michelet, Thierry e Edgard Quinet, são dirigidas à sua falta de objetividade, à tomada de partido. Considerando a obra histórica do início do século XIX, Monod (1876, p. 29) argumenta que “eles impuseram à história a marca de seus temperamentos, de suas personalidades”. Em contrapartida, Walch argumenta sobre a complexidade da filosofia da história desenvolvida por Michelet, e afirma que “a falta de objetividade de Michelet é, certamente, aquela de um historiador que interpreta demais a história em função de suas opiniões pessoais e as de seu tempo; mas não é muito diferente, no fundo, com os historiadores do Segundo Império e da Terceira República” (op. cit., p. 168).

Walch contesta a afirmação que atribui a Fustel de Coulanges um papel tão inovador, com relação à história romântica. O autor constata que a historiografia tradicional, aquela baseada na narração de acontecimentos, “tais como o autor pensa que eles ocorreram”, e “sobre a fé em uma documentação parcial” é muito diferente da história “informada, documentada, crítica, fundada sobre um método elaborado, como a praticava Michelet ou Guizot. É a fase de criação da ciência histórica” (idem, op. cit., p. 169). Desse modo, é possível afirmar que houve uma “ruptura entre a historiografia tradicional e a dos românticos”; por outro lado, entre as duas metades do século XIX a mudança teria sido menos radical.

Taine, Renan, Fustel de Coulanges, continuam o esforço de seus grandes predecessores aprofundando-os, mas sem romper radicalmente com seu método entre as duas gerações de historiadores, há diferenças, não há ruptura profunda. As etiquetas “românticos” e “positivistas” são denominações cômodas, globais, correspondendo à tendências médias de orientações gerais; elas não têm nada de absoluto e não marcam orientações totalmente opostas (ibidem).

A importância da Monarquia de Julho para os estudos históricos é incontestável. Seus avanços neste período foram marcados pela tentativa de submeter à leis científicas todas as manifestações do ser humano, embora seus sucessores tenham superado rapidamente esse esforço, no que tange ao rigor metodológico e ao conteúdo.

Participante dessa atmosfera mental, o Instituto Histórico de Paris tinha como objetivo fazer uma “história positiva” que se dedicasse a pesquisas exaustivas de documentos, detalhes e fatos.

Conforme Guimarães (2002), a concepção que se defendeu no Instituto Histórico sobre a erudição marcou a diferença em relação ao projeto de Guizot, que ao assumir o Ministério da Instrução Pública, organizou várias instituições que visavam a construção do patrimônio nacional, entre elas, a Sociedade de História da França, uma instituição governamental que tinha por finalidade a publicação dos “Documentos originais da História da França”. Segundo o autor, a Sociedade incentivada por Guizot, a partir dos interesses de uma política de Estado, pressupunha desde o início a dimensão pública, visando o profissionalismo e a especialização do historiador. Nesse caso, os documentos trazidos a lume a partir de pressupostos da cultura erudita deveriam ser reorganizados segundo novos

critérios, formulados por uma geração empenhada na construção simbólica e política da nação francesa.

Segundo esse raciocínio, o Instituto Histórico de Paris diferia substancialmente da Sociedade de História da França. No IHP teria dominado o amadorismo, evidente nas disputas entre os que desejavam abri-lo e profissionalizá-lo, e aqueles que preferiam mantê-lo como espaço privilegiado de pares devotados ao estudo da história. Para Faria (1970), apesar dos membros ilustres e talentosos que passaram pelo Instituto, o caráter amador e diletante da sociedade fica patente nas intermináveis discussões burocráticas, nos atos de rotina administrativa, na posição anti-feminista⁶³ e nas discussões acirradas que se estabeleceram nas classes, de certo modo, alimentadas pela heterogeneidade de sua composição e, que em alguns casos, mostraram-se totalmente infecundas. Os debates, sempre que abordassem questões “políticas” ou que pudessem ser interpretadas como tal, eram imediatamente interrompidos, o que acabava restringindo as discussões. Na verdade, muitos embates foram estimulados pela maneira autoritária como Monglave conduzia as atividades. Ainda assim, alguns membros sustentavam a necessidade de abrir o Instituto e popularizar seus conhecimentos. Com o argumento de dar maior visibilidade à sociedade justificou-se, por exemplo, a mudança do nome de seu jornal (28 de dezembro de 1840). Conforme Renzi, o administrador tesoureiro, “é urgente dar-lhe publicidade, tornando-o útil: até o momento ele só teve como leitores os próprios membros do Instituto e alguns raros assinantes. Seria um crime abandoná-lo nesse círculo”. Assim, nota-se a preocupação em abrir e tornar públicas algumas atividades realizadas pelo Instituto Histórico. Além disso, as frequentes correspondências com o ministro da Instrução Pública, que insistiam em destacar os nomes ilustres que fizeram parte do Instituto Histórico, apontam que se procurava, com isso, obter o reconhecimento das autoridades.

Se admitimos como inequívocos os argumentos de Guimarães e Faria, e reconhecemos que as tensões internas imprimiram uma certa ambivalência entre amadorismo e profissionalismo ao Instituto Histórico, também avaliamos que, embora não fosse uma instituição governamental, a sua filiação à tradição erudita não pode ser entendida como simples expressão de objetivos anacrônicos formulados por uma aristocracia saudosista. De outro modo, sustentamos que o sentido dessa associação revela

⁶³ Cf. Maria Alice FARIA, 1970, pp. 36-38.

particularidades candentes no discurso historiográfico da época. Com essa referência, buscava-se legitimar o caráter científico do IHP e dos estudos que ele pretendia promover.

A esse respeito, a discussão desenvolvida na terceira sessão do Congresso Histórico de 1838 (19 de setembro de 1838, *Journal*, p. 69) pelo trabalho apresentado por Auguste Savagner, acerca do significado, importância e progressos da diplomática, a partir da obra dos monges beneditinos, presta algum esclarecimento sobre o sentido dessa reivindicação. Para Auguste Savagner, esse saber era fundamental para a prática da pesquisa histórica, tornando possível “julgar de forma competente os atos públicos ou privados”. O documento deveria esclarecer de forma segura e objetiva a verdade sobre o passado.

De acordo com Guinsburg (1978, p. 18), com as transformações metodológicas proclamadas pela história romântica, a cronologia, “que ao lado do ‘fato’, da ‘lei’, da ‘observação’, da ‘fonte’, do ‘documento’, domina incontestemente a subsequente historiografia positivista, começa a instaurar-se realmente na História”. Conforme os estatutos constitutivos do Instituto Histórico,

Ele se ocupa de pesquisas sobre a geografia antiga, a cronologia, as línguas, as literaturas, as ciências, as artes, as antiguidades, os monumentos, as moedas, os manuscritos, os impressos curiosos de todos os países, de todas as idades, e geralmente de tudo o que constitui a ciência histórica (manuscritos).

De acordo com Buchez, a recorrência às diferentes ciências daria à história:

a mais alta autenticidade, a maior certeza que é possível obter no conhecimento humano, ele [o IHP] tem de fazer concorrer simultaneamente todas as partes da ciência e de esclarecer cada ponto particular. Tal trabalho está, sem dúvida, acima das forças de um homem; mas não é superior às de uma sociedade (*Investigateur*, 1845, p. 202).

Seus primeiros estatutos definiram que era objetivo da sociedade

pesquisar na França e no exterior os monumentos que podem inspirar alguma luz sobre uma época ou sobre um fato histórico pouco conhecido, e publicar a descrição exata; reabilitar em bibliotecas nacionais e estrangeiras os manuscritos e os impressos curiosos, publicá-los em completo ou na forma de reprodução parcial.

Pautando seus objetivos nesses princípios, o Instituto Histórico de Paris pretendia fazer uma “história científica”. As primeiras iniciativas nesse sentido foram traçadas ainda na Restauração, graças a pioneiros como A. Thierry, F. Guizot, Mignet e Barante, e a tendência se aprofundou na Monarquia de Julho. A partir de 1830 iniciou-se um

impressionante movimento de pesquisa apaixonada por documentos e materiais históricos que pudessem contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa, pois acreditava-se que a história científica deveria se fundamentar na coleta exaustiva das melhores fontes e na definição de regras rigorosas de análise crítica. Conforme Halphen (op. cit., p. 57), a caça aos documentos foi quase a única ocupação dos historiadores de 1830, “pois ao deslumbramento das primeiras descobertas havia sucedido o insaciável desejo de tudo ver, de tudo publicar”. Esperava-se

Esgotar todas as fontes, nos arquivos e bibliotecas de Paris e dos departamentos, nas coleções públicas e particulares, recolher, examinar e publicar, se for necessário, todos esses documentos inéditos importantes e que oferecem um caráter histórico, tais como manuscritos, chartes, diplomas, crônicas, memórias, correspondências, obras, mesmo de filosofia, de literatura ou de arte, contanto que revelem alguma face ignorada dos costumes e do estado social de uma época de nossa história (apud Halphen, op. cit., p. 59).

Como parte significativa deste ardor científico está o surgimento de muitas sociedades científicas, entre elas, o IHP. Gerbod (1992, p. 312) salienta que “como as faculdades eram centros medíocres da vida científica as sociedades científicas são verdadeiros centros de sólida erudição”. Nesse sentido, consideramos que o Instituto Histórico contribuiu para a elaboração de uma história com vocação científica, ainda que tenha sido destacado mais por seu aspecto amador.

Um primeiro elemento que ilustra essa busca da cientificidade destaca-se na aproximação com outras sociedades científicas que desempenharam um papel importante na pesquisa de documentos manuscritos que se sistematizou no período que corresponde à Monarquia de Julho, sob o estímulo do Ministério da Instrução Pública. É vasta a relação de sociedades científicas que, por meio de membros em comum, estabeleceram algum tipo de relação com o IHP, entre as quais destacaram-se: a Academia de Inscrições e Belas-Letras, a Academia de Ciências Morais e Políticas, a Academia Francesa, Academia de Ciências, Sociedade Francesa de Estatística Universal, Academia de Belas-Artes, Academia de medicina, entre outras⁶⁴.

Apesar da renovação constante dos membros correspondentes e residentes do IHP, no período de 1834 a 1850, a representação de outras sociedades no Instituto permaneceu.

⁶⁴ Cf. Anexo.

De acordo com Patris (op. cit., p. 285), em 1933 ainda “a Academia Francesa, a Academia de Ciências Morais, a Academia de Inscrições, as grandes Universidades estrangeiras são amplamente representadas na Sociedade de Estudos históricos”.

A instituição de membros correspondentes, franceses e estrangeiros, consta nos primeiros estatutos do Instituto. Embora não lhes fosse permitido exercer qualquer cargo oficial, os correspondentes podiam deliberar e votar em suas classes e podiam tomar parte nas discussões e leituras em outras classes. Também recebiam gratuitamente o jornal da sociedade. A evolução do número de membros correspondentes no estrangeiro ao longo dos anos tornou-se uma característica marcante do Instituto Histórico⁶⁵.

Muitas vezes eram os membros residentes e correspondentes que se encarregavam, pessoalmente ou por meio de correspondências, de comunicar sobre o conjunto das sessões de outras academias, exercendo, desse modo, o papel de embaixadores do IHP junto a outras sociedades e em seus países de origem. Outras sociedades enviavam esporadicamente atas de reuniões extraordinárias, comunicados de trabalhos julgados importantes, concursos e atribuição de prêmios. Os membros do IHP, correspondentes na França ou no estrangeiro, enviavam também publicações, obras, comunicavam novidades no campo da arqueologia, dedicavam-se pessoalmente a pesquisar em arquivos de suas cidades e comunicavam o resultado de seus trabalhos ao Instituto. Nesse sentido, destacamos alguns exemplos: em 13 de novembro de 1839, Moutinho de Lima, antigo embaixador do Brasil em Paris, relatou à segunda classe do IHP sobre a primeira sessão do Congresso Científico de Pisa, em que esteve presente. Eugène Bonnefous, antigo redator da *Revue du Lot*, enviou de Grenoble dois exemplares de uma notícia histórica sobre um monumento da Idade-Média (24/06/1840). Em 01 julho de 1840, na reunião da primeira classe, foi lida a carta de Rafin, secretário da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, com sede em Copenhage, acompanhada de brochuras, memórias, cartas e gravuras. Em 24 de junho de 1840 o visconde de Saint-d’Arod, membro do IHP, anunciou uma sessão solene da Sociedade de Emulação, e enviou entradas para os colegas do Instituto. Na sessão de 26 de junho de 1840, Reinaud da Academia de Inscrições felicitou o IHP pelo volume que publicou sobre o último Congresso e afirmou que o elogio era compartilhado por outros

⁶⁵ Cf. Anexo.

colegas da Academia. Em 13 de maio de 1840, o barão de Ladoucette, secretário perpétuo da Sociedade Filotécnica, enviou o anuário dessa associação e pediu a troca de suas publicações com as do Instituto Histórico.

Tendo por intermediário seu membro correspondente de Bruxelas, Quetelet, também secretário perpétuo da Academia de Ciências de Bruxelas, o IHP recebia regularmente notícias dessa Academia. Conforme Renzi (“Rapport sur les relations de la société, Investigateur, 1843, p. 226), Quetelet “envia com exatidão o excelente relatório de seus trabalhos” e “nos testemunhou em várias ocasiões um interesse, uma simpatia que nos tocou profundamente”. O mesmo ocorre com a Comissão real de história da Bélgica, cujo contato com o Instituto era mantido por Gerlache e pelo barão Reiffenberg, secretário dessa comissão. A Sociedade de Geografia enviava ao Instituto Histórico convites para as assembléias gerais que ocorriam anualmente. As crônicas do *Journal* comunicam frequentemente os concursos, as atribuições de prêmios, algumas atas de sessões especiais e algumas comunicações, julgadas de grande interesse, promovidas pela Academia de Ciências Morais e Políticas e a pela Academia de Inscrições e Belas-Letras, duas instituições que serviam de inspiração ao Instituto. Em 06 de maio de 1840, na sessão da primeira classe, foi lido o comunicado dos colegas, o marquês Gaëtan de la Rochefoucauld-Liancourt e Villenave, presidente e vice-presidente da Sociedade da Moral Cristã, que convidavam os oficiais do IHP para assistir à 20ª sessão da assembléia geral anual dessa sociedade.

Na sessão de 3 de março de 1838 da assembléia geral, foi lida a notícia de que J. Venedey (de Colônia), tendo tratado da questão da escravidão, proposta pelo Congresso de 1836, submeteu seu trabalho à Academia de Ciências Morais e Políticas, que lhe conferiu uma menção de honra.

Muitos membros que se dedicavam a viagens por motivos pessoais, para fazer pesquisas profissionais, como encarregados ou funcionários do governo, informavam regularmente ao IHP sobre os resultados de seus trabalhos, e serviam, muitas vezes, para ligar e manter relações. Em 24 de junho de 1840, na sessão da classe de História das Belas-Artes, Auguste Vallet de Viriville, encarregado pelo ministro da Instrução Pública de organizar os arquivos da prefeitura de l’Aube, anunciou que em seis meses estaria de volta à Paris e que prestaria conta de seus trabalhos ao Instituto. Scipion Marin, na assembléia de

12 de junho de 1840, informou à classe, por meio de correspondência, que acabava de percorrer a Turquia e o Egito e anunciou que estava encarregado de apresentar ao Instituto, como correspondentes, vários personagens eminentes destes dois países e de pedir autorização para poder fundar uma sucursal do IHP. Na assembléia geral do dia 24 de junho de 1840, foi lido o comunicado de Scipion Marin, que de retorno da Turquia e do Egito, homenageava o Instituto com um trabalho que acabava de publicar sobre a solução da questão oriental. Albert Lenoir, sempre que viajava por ordem do governo, enviava correspondências ao IHP para manter seus colegas informados sobre os progressos de suas pesquisas. Na assembléia de 17 de janeiro de 1838, realizada pela segunda classe, Deville, tendo retornado de uma viagem nos departamentos do Nord-Ouest, informou sobre novas relações que estabeleceu para o Instituto e depositou no *bureau* um trabalho arqueológico de M. Ledieu père, de Amiens.

O método da pesquisa histórica estimulada pelo IHP compreendia o recurso a novas fontes de documentação, incluindo estudos arqueológicos e estatísticos. Patris afirma que, principalmente entre os anos de 1834 e 1871, “os trabalhos de Arqueologia ocupam um grande espaço no Jornal” (op. cit., p. 293), argumento confirmado por Deslandres (op. cit., p. 319), para quem “não há nenhuma descoberta arqueológica, nenhum Congresso científico da Europa que não tenha sido destacado nesse precioso *Investigateur*”. Além das narrativas de viagens das quais participavam alguns membros do Instituto Histórico, a arquitetura grega, romana e egípcia; a arquitetura francesa da Idade Média; os monumentos das Gálias; escavações e descobertas da antiguidade; eram alguns dos temas apresentados nas memórias eruditas. O Jornal era enviado a todos os membros residentes e correspondentes, franceses e estrangeiros, e a um grande número de sociedades científicas. Nele eram publicados relatórios, documentos inéditos, memórias, correspondências, crônicas, resumo das atas das sessões, resenhas sobre obras históricas, francesas e estrangeiras, a exposição e discussão geral das doutrinas históricas. Patris, analisando os cem anos da Revista, destaca a “riqueza de informações”, e se surpreende com a “variedade de textos”, de notas, de memórias originais, e com o esforço regular de “homens estudiosos que expuseram nessa Revista, hoje centenária, o fruto de suas pesquisas e as conclusões de seus trabalhos” (op. cit., p. 295). De acordo com este autor (op. cit., p. 286),

a Revista do Instituto Histórico “é uma mina inesgotável de informações preciosas. Nela encontra-se, sobretudo na primeira parte, um reflexo da vida intelectual geral”.

Um meio eficiente de estabelecer e manter contatos com estudiosos e sociedades no interior do país e no estrangeiro configurou-se a partir dos Congressos Históricos anuais. Segundo os registros do Instituto Histórico, por vários anos, as listas de presença das sessões dos Congressos apontam mais de mil assinaturas. Em 1839, os registros levantam um fato curioso: “faltou lugar” para acolher tantos interessados em participar do Congresso. Normalmente participavam diversos membros do Instituto, grande número de literatos, artistas, estudiosos, generais, religiosos, funcionários públicos, professores, bibliotecários; nota-se um grande número de estrangeiros, entre eles: belgas, alemães, italianos, ingleses, poloneses, dinamarqueses, suecos, brasileiros, anglo-americanos, vários representantes da diplomacia estrangeira.

Uma carta do Congresso de Stuttgard ao Instituto Histórico ilustra a importância do Congresso histórico anual para o estabelecimento de relações com outras instituições e estudiosos de outros países:

Stuttgard, 5 de outubro de 1834.

A reunião de estudiosos alemães, que ocorreu em Stuttgard no decorrer do último mês de setembro encontra-se grandemente honrada de se relacionar com o Instituto Histórico da França. A presença de um de seus membros, M. J. –C. Beltrami em particular, contribuiu muito para dar a essa solenidade um caráter mais geral, e para a compreensão da fusão que existe no seio do Instituto Histórico entre todas as partes da ciência pela qual vossa sociedade já empreendeu trabalhos tão interessantes. O Congresso europeu (...) abrirá uma nova carreira à humanidade, que aproveitará das luzes de tantos grandes espíritos, assim como dos recursos intelectuais que oferece vossa capital com essa hospitalidade generosa que sempre lhe deu um charme particular para todos os estrangeiros. Eles se associarão em grande número à essa reunião, não duvidem. Tal é a opinião unânime do congresso de Stuttgard. Nele tivemos o prazer de ter muito mais estudiosos franceses do que nas reuniões precedentes. (...)

Dr. Schill, que assistiu às sessões do Congresso de Stuttgard, está encarregado de vos enviar essa carta, e de apresentar ao Instituto histórico as homenagens de nossa reunião científica. (...)

G. Joeger, Secretário e vice-presidente da reunião de cientistas alemães em Stuttgard.

Conforme Renzi (1843, p. 226), o Instituto Histórico trocava suas publicações com trinta e duas sociedades científicas francesas e estrangeiras. *L'Écho du Monde savant*, por

exemplo, “nos faz conhecer o movimento intelectual das Academias de Paris e do resto da França, e em geral, as principais descobertas científicas que honram nossa época. Nossos cursos e nossos congressos são anunciados todos os anos e várias vezes”. As relações eram profícuas e variadas, no entanto, Renzi afirma que até aquele momento os membros do Instituto Histórico haviam demonstrado pouco interesse pelas publicações que chegavam de outras sociedades. Para ele, o único país estrangeiro a enviar “trabalhos dignos de atenção” era a Itália: *Les Annales Universelles de Statistique; le Journal de l’Institut Lombard; Mémoires des Académies d’Arezzo e de Pisa; Compte-Rendu mensuel des travaux et des séances de l’Académie royale des Sciences de Naples* (1843, pp. 349 e 350).

Portanto, pode-se considerar que a publicação do Jornal e os Congressos Históricos eram os principais espaços de construção do conhecimento, fontes mais importantes das idéias priorizadas e divulgadas pelo IHP.

1. A busca da neutralidade

Na perspectiva assumida pelo Instituto Histórico, as investigações deveriam voltar-se para a afirmação da história como uma ciência positiva. Conforme Buchez, no seu discurso de abertura do Congresso Histórico de 1845, o novo sistema histórico deveria privilegiar a “verdade, a imparcialidade e a justiça”. Em uma palavra, “a glória de nosso tempo será ter elevado a história à classificação das ciências positivas” (Investigateur, 1845, p. 201). Visando prover a história de um caráter científico, tinha-se a consciência de que esse conhecimento exigia um tratamento neutro.

O marquês de Pastoret, em seu discurso de encerramento do Congresso Histórico de 1841, exprimiu a convicção de que o Instituto estimulava o debate de idéias “neutras”: “no meio do combate de opiniões opostas, nós encontramos nesse Congresso, modestamente aberto, um verdadeiro asilo para as letras, um terreno neutro para as opiniões, um ponto de reunião para as idéias e os homens” (idem, 1841, p. 349).

As palavras de Barbier também expressam a credibilidade no caráter pacífico e neutro dos estudos promovidos pelo IHP e, especialmente, pelos Congressos históricos:

As graves preocupações do ano passado deixaram pouco espaço a nossos pacíficos trabalhos; tivemos de renunciar à idéia de um congresso em

1848. Mas, após a calma da rua, graças a Deus, a calma reinou nos espíritos, (...) o estudo, com efeito, oferece a todos um refúgio contra as agitações exteriores, ele procura o repouso da trégua, necessário após as emoções da vida pública; sem inspirar em relação à coisa comum uma indiferença condenável, ele dispõe à verdadeira tolerância para com todas as idéias conscienciosas, e abre um campo vasto à discussão, terreno neutro onde as convicções diversas se encontram sem jamais se chocar. Que seja então permitido saudar com alegria o retorno dessas reuniões pacíficas da ciência, onde não se assinalam outras lutas que aquelas do pensamento, outra paixão que pela verdade! (Investigateur, 1849, p. 159)

Além do declarado intuito de firmar os estudos históricos sobre critérios objetivos e confiáveis, como a pesquisa documental e a regra que proibia debates de caráter político, acreditava-se que a neutralidade poderia ser fundamentada sobre princípios morais. No texto introdutório do *Journal de l'Institut Historique*, Casimir Broussais (então membro da 4ª. classe – História das Ciências Físicas e Matemáticas) afirmou:

os membros do IHP, para estarem associados no interesse da ciência que eles cultivam, não estão ligados à tal ou qual escola. Não se trata, portanto, de fazer um negócio de 'coterie'; não se trata de fazer predominar um sistema, trata-se de constatar e de estimular o progresso da ciência da história (*Journal de L'Institut Historique, Introduction, livraisons 1 a 6, agosto de 1834 a janeiro de 1835, p. 2*).

Nas palavras de Monglave:

Nós não nos promovemos aqui como eruditos, arrogantes; nós procuramos nos instruir mais ainda do que instruir os outros. Nós não somos acadêmicos, nós somos homens de boa fé, trabalhadores laboriosos e bem intencionados (idem, 1837, p. 62).

O marquês de Pastoret, no discurso de abertura do Congresso Histórico de 1841, considerou que

A boa fé, (...), é o fundamento da ciência, como é a regra da conduta humana; ser de boa fé consigo mesmo, é se prevenir, é se guiar, é suprimir das paixões a parte perigosa, é, pois, suprimir delas suas ilusões voluntárias; (...) é dar à palavra sua dignidade, é, sobretudo, conservar nos indivíduos esse respeito mútuo que deve gerar o altruísmo (Investigateur, 1841, p. 309).

A contribuição do IHP para a elaboração de uma história científica concretizou-se no estímulo dado à coleta de documentos e manuscritos, e na efetivação dessas pesquisas por meio dos trabalhos e viagens realizadas com esse propósito por seus membros (inclusive com o apoio do governo), na promoção de debates e encontros de estudiosos nos Congressos Históricos realizados anualmente, nas publicações, assim como na pesquisa de

uma “filosofia da história”. A erudição que se pretendia fazer não se assemelhava demasiadamente aos trabalhos de outrora, criticados no século XVIII por sua “inutilidade” e ausência de crítica. Pelo contrário, novos objetivos lhe foram agregados atribuindo um sentido novo às pesquisas, caracterizando-as como essencialmente históricas e científicas. Na realidade, o Instituto Histórico de Paris expressa certas preocupações, enfáticas e predominantes, que o vinculam também à história filosófica, o que o coloca em posição de herdeiro próximo da tradição iluminista.

Quanto ao desejo de produzir um conhecimento “neutro” e “imparcial” não se pode considerar que o Instituto o tenha realizado, afinal, acreditava-se que a neutralidade pudesse ser garantida pela “boa fé” dos membros; além disso, construiu-se um saber pleno de “utilidade”, o que em última instância revoga a possibilidade da neutralidade.

Capítulo 3

A Preeminência da história filosófica: primeira forma de sociologia⁶⁶

O Instituto Histórico de Paris tinha por objetivo contribuir para o estabelecimento da história como uma ciência que, embasada em documentos e nas ciências auxiliares, pudesse afirmar sua especificidade de ciência dos fatos. Para fazer uma história positiva e científica, a sociedade recorreu também à tradição filosófica, fato que teve um papel decisivo na construção de um discurso histórico muito íntimo das ciências sociais⁶⁷. Conforme Armand Fouquier, a erudição ou as pesquisas particulares destinadas a aumentar os resultados positivos da história eram o objetivo dos trabalhos realizados no seio do IHP, mas o “verdadeiro objetivo do Congresso Histórico é apresentar, esclarecer e sobretudo provar as generalizações, os sistemas, as idéias” (Investigateur, 1838, p. 49). Se é possível delinear um perfil para a história que ali se procurou fazer, pode-se dizer que se tratava de uma história moralizante, essencialmente filosófica, para cujo exercício o historiador assumiu o papel de sacerdote, a quem caberia aconselhar e apontar as “verdades úteis”, contribuindo para o aperfeiçoamento da humanidade.

⁶⁶ Cf. Yvonne KNIBIEHLER. Naissance des sciences humaines : Mignet et l’histoire philosophique au XIXe. Siècle. Paris : Flammarion, 1973.

⁶⁷ Conforme Armand Cuvillier (1967), em todos os tempos os historiadores misturaram a seus trabalhos as considerações gerais sobre a marcha dos acontecimentos humanos. No século XIV, o historiador árabe Ibn Khaldun (1332-1406), “lançou as bases de uma verdadeira ‘filosofia da história’” (Cuvillier, op. cit., p. 12). Mas, no século XVIII buscava-se algo mais: considerava-se que do conjunto dos fatos históricos se poderia tirar uma lei geral do desenvolvimento da humanidade. Inserem-se aí os preceitos desenvolvidos na filosofia do direito de Montesquieu, que entendia que a lei natural se aplica também às coisas sociais e seu *Esprit des Lois*, que procurava mostrar como as instituições jurídicas são “fundadas na natureza dos homens e nos seus meios”; a obra de Bossuet (1681), *Discours sur l’Histoire Universelle*, que mostrou a história da humanidade dirigida pela Providência; de Voltaire, *Essai sur les Moeurs* (1756), que ao contrário, estabeleceu a história conduzida por causas puramente humanas; a obra de Vico, normalmente reconhecido por ter criado a filosofia da história com seus *Principes d’une Science nouvelle* (1725); de Herder, *Idées sur la Philosophie de l’Histoire de l’Humanité* (1784-1791), que estabeleceu uma estreita ligação entre o homem e a natureza, e considerou o progresso humano como um processo natural que se opera segundo leis imutáveis. Além, é claro, da obra de Condorcet, o *Tableau Historique* (1794). A despeito das especificidades conceituais constituintes dessas diferentes obras, a filosofia da história aparece nelas dominada por conceitos metafísicos e de, certo modo, “contrário à toda prudência do espírito experimental. Mas o essencial é que já se esboça nessas especulações a noção de um futuro sujeito à leis” (idem, op. cit., p. 13).

Ao se atrelar à tradição representada pela Academia de Ciências Morais e Políticas, o IHP exprimiu sua expectativa de realizar uma história filosófica e também apresentou um projeto que espelhava a assimilação do discurso sociológico. Conforme seus estatutos, o Instituto Histórico deveria “faciliar as pesquisas e as discussões de história, aplicando todos os objetivos das ciências humanas”, abrangendo a totalidade da história.

A história realizada no IHP seguia uma tendência comum na primeira metade do século XIX, era ambiciosa e totalizante. Nela, misturavam-se interesses das ciências humanas em geral, que mais tarde, após a especialização desses conhecimentos, constituiriam a sociologia política, a antropologia ou etnologia e a psicologia social (Grondeux e Poutrin, 1995). No caso do IHP, especificamente, essa proximidade com as ciências sociais é bastante nítida, e como sustentamos neste trabalho, foi a característica marcante de seus primeiros anos de atividades.

Os primeiros números do *Journal* dedicaram uma seção para a análise de alguns métodos empregados por historiadores renomados, o objetivo era definir o método histórico condizente com o projeto do Instituto Histórico. Nesses textos, definiu-se que a história deveria ser estudada em sua totalidade e contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade. Além disso, entendia-se a história como uma ciência capaz de ensinar e auxiliar os homens de Estado.

1. A questão do Método

Gerbod (1992, pp. 315 e 316) apresenta uma síntese interessante sobre a concepção de história “científica” que se desenvolveu sob a Monarquia de Julho. Estudando a obra dos professores da Faculdade de Letras, que segundo o autor, contribuíram com a pesquisa histórica nesse período, afirma:

todos os autores recenseados são unânimes em destacar a necessidade do recurso à história *para uma melhor explicação dos tempos presentes* senão uma identificação no futuro da Humanidade. *Não existem leis “históricas” que regem o destino dos povos se perguntam alguns?* Essa ciência nova não é mais um simples relato anedótico e literário; ela também não é mais um simples resumo exato e preciso dos acontecimentos e de suas circunstâncias; *ela procura efetivamente analisar de modo objetivo as causas da grandeza e da decadência de civilizações e reconstituir seu encadeamento lógico.* O conhecimento

utilitário e filosófico do passado não pode além disso se limitar à alguns períodos e à algumas civilizações (a Grécia, Roma, a França); *sua vocação é universal e ela deve englobar o conjunto dos povos e das nações. A história também não deve ser uma simples história política, ela deve se estender aos aspectos econômicos, sociais, culturais e religiosos, interessar-se pelo meio ambiente natural e pelas condições de povoamento (raças, migrações)* [grifos nossos].

De certo modo, essas considerações sintetizam os objetivos perseguidos também pelo Instituto Histórico de Paris: promover uma história totalizante, que não se restringisse a uma determinada época ou povo, e que pudesse estabelecer as leis que regem a humanidade. Alix esclareceu alguns aspectos do ímpeto cientificista que arrebatava o IHP, para ele:

Poucos temas são mais dignos do que este das meditações do homem que vê na história algo além da sequência monótona de vitórias e de derrotas, e que, (...) busca discernir nos anais humanos a lei constante que rege as vicissitudes e o objetivo que perseguem as gerações por meio da aparente desordem de seus trabalhos e de suas experiências (Investigateur, 1849, p. 209).

As primeiras publicações do Instituto Histórico de Paris apresentam idéias centrais a respeito do método histórico que se pretendia adotar. Esses textos evidenciam, por meio da discussão sobre o método histórico em geral, algumas idéias que nortearam as atividades do Instituto, as particularidades de seu projeto, a influência exercida pelas ciências sociais.

Auguste Savagner, em texto publicado na seção “Exposição e discussão geral sobre as doutrinas históricas” do Jornal, sintetizou o objetivo do Instituto Histórico nos seguintes termos:

constituir uma história geral da humanidade, nem mesmo uma história da França; mas, o que queremos, é submeter os fatos conhecidos à um novo exame; as opiniões emitidas à um novo controle; pesquisar fatos novos; tentar formular, não ao acaso, mas a partir dos fatos, opiniões novas; chegar enfim, se isso for possível com o tempo, a dar à ciência histórica, nos seus detalhes primeiramente, em seguida no seu conjunto e na sua filosofia, um caráter de certeza e de utilidade prática que há muito tempo lhe foi absolutamente reconhecido, e que apenas uma crítica sã pode lhe assegurar (grifos nossos. Journal de l’Institut Historique, T. 1., 3e. Livr., p. 129).

O plano era analisar o método empregado por autores como os irmãos Amédée e Augustin Thierry, Barante, Guizot, Letronne e Michelet; porém, a análise limitou-se ao trabalho dos três primeiros. Visto que os textos eram debatidos e analisados pelas classes e,

por último, analisados por uma comissão especial antes de sua publicação, tomamos as idéias apresentadas nesses textos como discurso oficial do IHP.

No primeiro artigo sobre o “método histórico em geral”, Frédéric Boissière, membro da classe de História Geral do Instituto⁶⁸, comentou a importância da definição do método, já que se trata da “consciência dos meios e objetivos de uma ciência”:

... contudo, para encontrar uma nova ciência, descobrir uma série de fatos não estudados e procedimentos especiais para estudá-los; é importante perceber o objetivo que essa nova ciência deve atingir. (...) Resumindo, o método, (...) de um lado, aplica à uma ciência os procedimentos que lhe são próprios, ele regulamenta a maneira de estudá-los, de outro lado, ele ordena as diversas partes segundo sua ordem de geração e de encadeamento natural. Ao mesmo tempo que ele se concentra nos detalhes, ele insiste sobre o conjunto; ele é particular e geral, especial e amplo. Tal é o método, tal é também o espírito humano ; (...) avança nas particularidades para reuni-las nas generalidades (...) (Journal de l’Institut Historique, agosto de 1834 a janeiro de 1835, p. 7).

E explicou os últimos avanços da história:

percebeu-se que os fatos políticos não abrangiam toda a história, e que em outras esferas havia igualmente um desenvolvimento sucessivo subordinado à ordem do tempo. A filosofia, a arte, a indústria, os costumes, ou, em outros termos, a idéia do verdadeiro, do belo, do útil e do bom teve sua história; observou-se logo que esses desenvolvimentos não estavam separados, mas unidos; que eles se correspondiam entre si; que eles seguiam a mesma lei (...).

Enfim, após ter aumentado assim o domínio da história, após ter estendido e coordenado os fatos; (...) a ciência moderna desejou sistematizar os fatos, colocá-los em ação; desejou tirar conclusões deles que importassem ao passado como ao futuro da humanidade. É assim que ela se volta à filosofia da história, pela qual, logicamente, ela teve que começar emprestando-lhe seu método. A filosofia posta como o início e o fim da ciência é o último e o mais belo resultado que se poderia ainda alcançar (idem, p. 8).

No segundo artigo, Boissière analisou a obra mais importante de Amable-Gillaume-Prosper Bruguière, barão de Barante (1782-1866), *Histoire des ducs de Bourgogne de la maison de Valois 1364-1477* [1824-1826]. Barante é o representante mais eminente da “escola narrativa e pitoresca”⁶⁹.

⁶⁸ Boissière, Jean-Baptiste (1806-1885), gramático e lexicógrafo, tornou-se conhecido pela publicação de *Grammaire graduée* e o *Dictionnaire analogique de la langue française*.

⁶⁹ Conforme Letierrier (1997, p. 38), esse método não foi aceito por unanimidade. A respeito da obra histórica de Barante e da historiografia romântica francesa do período da Restauração, cf. B. RÉIZOV. *L’Historiographie romantique française: 1815-1830*. Moscou: Éditions en langues étrangères, s.d. Não trato

Boissière (idem, 4e. livr., p. 206) afirma que para reconstruir a história sobre novas bases, M. Barante resolveu

evitar os defeitos de seus antecessores, (...). Por um tipo de evocação, ele tirou do túmulo secular onde dormiam, os restos dos tempos passados; ele reuniu seus ossos e os classificou segundo a ordem que eles ocupavam na realidade; depois ele revestiu esse esqueleto de sua antiga roupagem, e ele o fez começar agir como agiu outrora, dando-lhe em seu relato uma nova vida, lembrando sobre suas cinzas frias o espírito que os havia animado.

Boissière argumenta que Barante não “explora cientificamente a anatomia do corpo social, ele observa por erudição sua organização animada, e ele conta suas observações. O estado das pessoas, ciências, letras e artes, legislação, religião, tudo deverá se fundir na narração dos acontecimentos políticos (...)” (idem, p. 207). E continua:

jamais ele retirará nem as categorias, nem as formas da ciência moderna ; ela não terá outro guia que os acontecimentos, outro encadeamento que a narração. Ele não exporá as instituições, ele não as apreciará por sua aplicação; ele não remontará ao princípio das leis, à análise de elementos sociais, ele os verá em seus resultados, e deixará ao leitor o cuidado de julgá-las a partir de seus frutos; ele não demonstrará o movimento (...) (idem, p. 207).

O método histórico que se defende nesse texto deveria possibilitar a compreensão de como as mudanças de lugar e de clima, e como as revoluções podem mudar as civilizações; e como elas se perpetuam através dos séculos e se estendem por um país. Sendo assim, o método histórico de Barante não atendia às expectativas de Frédéric Boissière, já que não passava de um relato formado pela coordenação de documentos contemporâneos; tratava-se de uma “narração totalmente local onde o escritor se apaga diante dos fatos, se abstém de interromper sua narrativa para fazer qualquer tipo de consideração”. O problema desse método, então, estaria no fato dele “não apreciar a moralidade da história”, e de não questionar a “verdade das informações a autoridade e a verossimilhança dos testemunhos” (Journal, 1er. T., 1835, p. 209). A consequência seria o desaparecimento da filosofia e da crítica: “a história perde essa característica científica que lhe dão, ao mesmo tempo, a generalidade dos princípios e a exatidão dos detalhes” (ibidem).

A exclusão da crítica, resultante da aplicação deste método, acarretaria outros erros, não menos graves. Diante desse pressuposto básico da narração fiel extraída de

da obra dos historiadores analisados pelo membro do IHP, F. Boissière, apenas pretendo expor suas considerações, com o objetivo de compreender qual é a concepção de método histórico defendido pelo

documentos, os fatos que não se apresentassem sob esta forma não encontrariam lugar na história. Os monumentos das artes e as obras científicas e literárias que não tivessem correlação com algum acontecimento e que não fossem ilustrados pelas lendas passariam despercebidos. Desse modo, “a história literária, religiosa, artística, industrial seria negligenciada em benefício da história política, que fornece mais materiais para a narração” (idem, p. 210). Sob este ponto de vista, “o método de Barante compromete a verdade histórica” (ibidem).

Sendo assim, esse método perderia a perspectiva daquilo que Boissière considerava essencial para a pesquisa histórica:

Pouco importa o plano geral da história, a harmonia das revoluções, a regularidade dos acontecimentos; pouco lhe importa a filosofia que os domina; ele delinea figuras sem se inquietar com o grupo que elas formam; ele traça detalhes sem tomar cuidado com o seu lugar relativo no conjunto; ele analisa elementos, a lei de sua afinidade lhe escapa. É um relato maravilhoso, pleno de interesse dramático, (...); não é mais uma alta lição, um profundo ensinamento que mostra o futuro no passado, que nos indica ao mesmo tempo nosso ponto de partida e nosso objetivo. Em uma palavra, se se considera pontos de vista parciais no lugar de apreender um olhar geral, se se coloca as nações e as épocas no lugar da humanidade, os homens no lugar do homem, exclui-se explicitamente toda filosofia da história (grifos nossos, idem, p. 211).

Boissière concluiu que o método histórico deveria permitir que a história reproduzisse as modificações que os tempos e lugares trazem à humanidade, “ele deve seguir com atenção as transformações da sociedade”; mas sua tarefa iria além, ele deveria seguir o “elemento constante da humanidade e marcar assim a harmonia de diferentes épocas que as conduzem, ou seja, a lei que as domina” (ibidem).

Seguindo o mesmo modelo de análise, e movido pela mesma preocupação, Boissière examinou os trabalhos dos irmãos Amédée e Augustin Thierry; segundo ele, ambos ligados não apenas pelo sangue como também pelo pensamento. Conforme Réizov (194?, p. 758) “as tradições de Augustin Thierry foram seguidas por seu irmão, Amédée (1797-1873). Amédée não tinha o talento nem a iniciativa de Augustin, mas durante toda sua vida esforçou-se para imitar seu irmão, caminhou sobre seus passos e foi seu discípulo.” Os irmãos Thierry foram apresentados como sucessores de Barante. Eram escritores da mesma “família”, embora os últimos tenham aplicado seus procedimentos metodológicos a uma

outra sorte de fatos. Conforme Boissière, Barante quis reabilitar a ação do tempo na história e dar a cada século sua fisionomia nativa, os irmãos Thierry encontraram classes superpostas e não reunidas, e “a idéia de tempo os conduziu a idéia de raça” (idem, 6ª. Livr., p. 325). Boissière reconhecia o mérito desses historiadores, mas afirmou que esse método era frágil, pois o historiador se colocava numa posição parcial, perdendo a visão do conjunto: “Enquanto se apaixona pelos interesses de um povo, ele esquece os interesses da humanidade, ele toma partido por uma existência particular no movimento de todas as coisas”.

As citações justificam-se pelo esclarecimento que prestam sobre os termos em que se colocava a concepção de método de pesquisa histórica no IHP. Desses textos, com autoridade de manifesto, depreende-se que o Instituto Histórico pretendia constituir uma história totalizante, científica, que deveria compreender o desenvolvimento da humanidade, atentando para as instituições sociais, não se restringindo à dimensão política. Os objetivos definidos nos estatutos aprovados em 1834 estabeleceram que o Instituto Histórico deveria “Entrar no movimento das idéias contemporâneas e responder à necessidade sobretudo de remontar à origem dos conhecimentos, acompanhando a tradição e o progresso e consolidar a filosofia como a ciência que trata da exata apreciação dos fatos”; a intenção era postular um espírito científico, o método filosófico. Pode-se pensar que em passagens como essa, aplica-se o termo filosofia como sinônimo de ciência, o que segundo Carbonell (1987) era comum nesse período. O método adotado pelo Instituto representava também um esforço de generalização e o desejo de encontrar leis históricas.

Na sessão de 4 de outubro de 1838 do Congresso Histórico de 1838, no discurso sobre a questão “Quais foram as mudanças sofridas pela história como ciência filosófica de sua origem até nossos dias?”, Armand Fouquier, ex-aluno da Escola Normal de Paris, tratou do “destino da história no século XIX, qual foi o seu progresso e as chances de novos progressos”. Para esse membro do Instituto Histórico, uma filosofia da história só se tornou possível com o cristianismo: “A religião nova veio proclamar a unidade de Deus, então tudo foi explicado. (...) não se deve mais falar de destino nem de acaso, e os pretensos acasos aparecem como os efeitos da misteriosa providência de uma inteligência soberana” (Journal, 1838, p. 52).

Segundo esse raciocínio, o verdadeiro progresso da história estaria ligado ao cristianismo, pois “as religiões que não tinham unidade, e que consagravam a desigualdade dos homens só podiam explicar os acontecimentos da história pelo acaso que não explica nada, e pelos poderes humanos, que não explicam tudo” (idem, p. 55). Com tais religiões, os resultados da história eram parciais e acidentais, faltava-lhes o pressuposto essencial da história; “as causas não podiam ser leis” (idem, p. 58). Assim, Bossuet foi considerado o grande representante dessa história cristã, enquanto Descartes foi lembrado pelo ceticismo “leviano e frívolo” que imprimiu ao século XVIII. Para Fouquier, o ceticismo era um “falso caminho”. Considerou que com a obra de Montesquieu a história começou a procurar as causas na natureza da constituição íntima das sociedades, e elas são marcadas por um caráter de universalidade e de necessidade que as constituem como leis. A história entrou num caminho novo, a influência dos costumes, dos usos, das instituições, das artes, todos os fatos passaram a ser relacionados à humanidade. A novidade do século XIX era que:

fatigado de não mais crer, ávido de ciência e de inteligência das coisas; instruído a aproveitar de um longo passado, o espírito humano aspira a uma filosofia mais alta. (...) tantas revoluções se cumpriram, tantas grandes coisas caíram, com mais direito (...) o nosso século exclama: ‘os impérios morrem como os homens’ como então morrem os impérios, quais são as leis eternas que dominam toda sociedade, estabelecem toda constituição e eliminam todo poder ultrapassado? Eis o que nós não podemos deixar de nos questionar. A história não é para nós somente um relato do passado; ela é um relato do passado para a inteligência do futuro (idem, p. 57).

Com isso, Fouquier declarou que a tarefa do século XIX, em matéria de estudos históricos, era tirar deles “ensinamento”; idéia muito defendida no IHP. Segundo Fouquier, o Instituto Histórico encorajava a história filosófica: “a história positiva, erudita, imparcial, verdadeiramente filosófica” (idem, p. 58).

Suas idéias, porém, causaram certo desconforto em Auguste Savagner, para quem Fouquier não distinguia bem filosofia da história de história filosófica. Savagner esclareceu que a história filosófica não podia ser outra coisa que a “história racional, a pesquisa das causas, o exame da moralidade dos resultados, enquanto que a filosofia da história tende a fixar leis a partir das quais a humanidade é regida ou parece ser regida” (ibidem). Para Savagner, a única escola que realmente fez progressos foi a escola racionalista. Para ele, “fazer a Providência intervir no estudo da História é recair no misticismo” (ibidem).

Savagner declarou que gostaria de ter examinado no Congresso a questão “O que é a filosofia da história, qual é seu ponto de partida, quais são seus meios de desenvolvimentos, e quais resultados pode-se esperar de nossa filosofia da história?”

Alph. Fresse-Montval chamou Savagner de racionalista e o acusou de ser materialista. Em resposta, Savagner ponderou que “racionalismo é o conhecimento do homem somente pelas luzes da razão humana”, e acrescentou que “não há estudo histórico possível se se justifica tudo pela intervenção da divindade” (idem, p. 59). Para ele, Sismondi foi o primeiro a estabelecer a ciência histórica sobre essa base que a seu ver era a verdadeira. Enfim, proclamou-se racionalista, mas não se considerava materialista.

Armand Fouquier retomou a palavra para esclarecer que não havia um real desacordo sobre a questão, e acrescentou que “procurar as causas gerais dos fatos é a filosofia da história; mas procurar uma causa geral de todos os fatos, e a procurar no homem, é impossível, pois a unidade no homem não existe, ela só está em Deus” (idem, p. 59). Assim, ele admitiu a existência de leis gerais da humanidade mas considerou que acima delas havia uma lei eterna. E acrescentou: “eu diria que a filosofia da história, é a história filosófica, com um elemento a mais, as leis gerais que regem a humanidade”. Em síntese, defendeu a existência de três causas gerais de acontecimentos: a primeira estaria no homem, a segunda em Deus, e a terceira nas leis gerais da humanidade.

Apesar da divergência, é possível afirmar que as discussões e publicações perseguiram objetivos comuns. O método de pesquisa histórica do IHP procurou, de fato, conhecer as leis que regem o desenvolvimento da humanidade. O desacordo observado na discussão entre Armand Fouquier e Auguste Savagner evidencia uma tendência que se mostrou predominante no Instituto, a de considerar a intervenção da Providência na história, e de modo geral, a propensão a sustentar a importância da religião para o aperfeiçoamento da humanidade.

2.A Classe de História Geral e História da França

É possível avaliar, mesmo a partir das divergências levantadas pelos debates promovidos pelos Congressos Históricos⁷⁰ e pelas memórias apresentadas, a preeminência de certas idéias em todas as classes, caracterizando o “espírito” da sociedade.

De modo geral, pode-se discernir que a classe de História Geral, a primeira classe que se uniu à sexta classe, de História da França, em 22 de fevereiro de 1836, filiou-se à história filosófica, procurando compreender o sentido da evolução dos governos e das sociedades, abrangendo todas as épocas. Discutiu sobre a pesquisa e o ensino da história, buscou construir um conhecimento totalizante e estabelecer relações entre diferentes instituições sociais. A classe estendeu seus estudos a alguns aspectos da história da Ásia, África e América, sobretudo, relacionando-os à história européia. A união da classe de História Geral com a classe de História da França promoveu um afunilamento da universalidade característica do IHP, centralizando o raciocínio em torno das nações européias, principalmente da França, aclamada como portadora de uma missão civilizadora.

As perspectivas assumidas diante de algumas questões propostas para os Congressos Históricos são reveladoras a respeito das idéias que predominaram não apenas na classe de História Geral e História da França, mas também nas outras classes do Instituto. No Congresso de 1837, levantou-se uma discussão em torno do trabalho apresentado por Émile Lambert, professor no Ateneu Real, sobre o exame crítico das principais histórias da França. Primeiramente, Lambert considerou que o “homem civilizado” podia sondar o passado para conjecturar o futuro, idéia comumente aceita no Instituto Histórico. Para Lambert, a história era portadora de um ensinamento imprescindível: “é como um nobre curso de moral e de filosofia para o povo e para o príncipe, que os dois vejam o futuro no espelho do passado, e procedam instintivamente do conhecido ao desconhecido, como a ciência matemática” (Journal de l’Institut Historique, 1837, p. 109). Quanto ao modo de escrever essa história nacional, Lambert sustentou que antes de mais nada, o historiador deveria conhecer a história universal, para poder, então, “apreciar comparativamente” as diversas civilizações. Segundo Lambert, era preciso remontar às origens ocidentais assim como às origens asiáticas, embasando-se em “documentos positivos”. Embora alguns

⁷⁰ Cf. Anexo.

membros presentes tenham se mostrado favoráveis a essa idéia, outros discordaram com veemência, como Leudière, para quem não era preciso conhecer a História da China e da Índia para que se pudesse escrever a História da França; além disso, discordou da crítica que Lambert dirigiu aos historiadores que admitiam a Providência divina, e afirmou que Bossuet não pretendia afirmar que o homem não é livre, “ele queria dizer somente que Deus influi sobre o que se passa sobre essa terra” (idem, p. 139). Outro membro, se não endossou totalmente a consideração de Leudière, já que admitia a importância do historiador da França conhecer a história universal, Brillouin (de Saint-Jean d’Angely), teceu uma forte crítica ao historiador Sismondi, a quem qualificou de “historiador infiel e apaixonado por excelência” (ibdem). Segundo ele, esse historiador não considerou a influência positiva do catolicismo na história: “ele não tem nenhuma conta dessa sublime influência do catolicismo que humanizou nossa pátria e fez os nossos antepassados saírem das florestas, para agrupá-los em torno dos monastérios, que mais tarde formariam as vilas”, além desse argumento, reforçou que foi graças aos eclesiásticos que se pôde preservar documentos das ciências da antiguidade e as obras primas em um século “onde tudo era bárbaro” (ibdem).

Vê-se em torno desse debate o que ocorria repetidamente nas mais variadas discussões, quer se defendesse ou não a intervenção da Providência: as vozes favoráveis, senão à concepção providencialista da história, pelo menos à defesa do cristianismo, prevaleciam. Se essas opiniões não dominaram sempre, elas se impuseram com força e insistência suficientes para caracterizar o IHP por sua concepção religiosa a respeito de quase todos os temas que envolviam a pesquisa histórico-sociológica e os “remédios” que ali se propôs para a promoção da “regeneração da sociedade.

Na segunda sessão do Congresso Histórico de 1837, por exemplo, a discussão sobre a questão “Pesquisar pela história porque a França e a Alemanha tendo saído das mesmas instituições, a primeira alcançou a unidade enquanto que a segunda não pôde alcançá-la”, os debatedores desviaram do tratamento requerido pelo tema para atribuir essa diferença a aspectos religiosos. As opiniões eram as mais variadas. Para Siméon Chaumier, a Alemanha teria permanecido na posição em que se encontrava porque diferentemente da França, em 1789, ela se ocupava de religião e não de política; Leudière considerou que as diferenças deviam ser explicadas pelos costumes feudais; mas para M. Genteur, a “França

caminhou em direção à unidade porque ela era católica; a Alemanha permaneceu estacionária porque ela era protestante” (Journal, 1837, p. 69); de imediato, e com entusiasmo, Monglave declarou ser esta também a sua opinião: “como ele eu vejo o catolicismo de um lado, o protestantismo de outro; aqui o progresso, lá o estado estacionário” (idem, p. 70). O argumento religioso cresceu rapidamente até o ponto de um dos membros, Dufey de l’Yonne, que era um católico convicto, interromper a discussão para lembrar aos debatedores que a questão religiosa desviava-se totalmente do problema levantado pela questão.

A questão proposta pelo comitê geral dos trabalhos e sobre a qual Henri Prat e Dufey de l’Yonne discutiram na assembléia geral de novembro de 1839: “Qual foi até o presente o ensino histórico na França, e quais seriam os meios de aperfeiçoá-lo?”, permaneceu objeto de discussão na assembléia geral de dezembro e trouxe à tona uma questão polêmica à época. O objetivo era tratar do “ensino da história”, mas o debate tomou a direção da polêmica, primeiramente, afirmando a necessidade da liberdade de ensino; e, logo em seguida, assumindo um caráter conservador. Nigon de Berty considerou a importância da liberdade de ensino mas ressaltou que a liberdade não deveria se estender ao ensino da história, isso seria caminhar para a “anarquia”. Monglave considerou seu sistema “estacionário”, mas Leudière, que sob a Restauração conseguiu destituir dois professores da Universidade, admitiu a importância da liberdade de ensino, porém via com reservas essa questão que se agitava em uma “época de transição”. Ele considerou a importância de se assegurar a liberdade para o professor, de concursos para a agregação⁷¹, da hierarquia na instrução pública, e acrescentou que “a história oferece bons exemplos para a juventude; o seu estudo é útil nesse século tumultuoso, para reprimir a ambição e lembrar a idéia de dever” (p. 157). Na assembléia geral seguinte (31 de janeiro de 1840), na discussão que se desenvolveu sobre a mesma questão, Bernard-Jullien lamentou a facilidade com a qual seus colegas se afastavam da discussão, Henri Prat e Monglave garantiram que a discussão seguiria ainda mas que não se ocuparia mais da questão da liberdade de ensino, que era “inoportuna”.

⁷¹ O Concurso de Agregação é um exame nacional francês para habilitação à docência no ensino secundário e superior.

Vários textos publicados no *Investigateur* defenderam a superioridade da civilização francesa e enfatizaram a importância do papel civilizador que essa nação foi conclamada a exercer. Em 1855, John Lelong apresentou um relatório sobre os estudos que fez acerca dos costumes, do caráter e dos hábitos das diversas regiões da América do Sul. No texto “Les empereurs Pedro I et Pedro II” (*Investigateur*, 1855, pp. 172-179) o autor tratou do Imperador do Brasil, alguém por ele considerado “digno de atenção”. Lelong iniciou seu texto relembrando fatos da história do país e ressaltou que “a regeneração do Brasil data da época em que um príncipe da casa de Bragança deixa Portugal para se fixar no Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecer a autoridade do rei João nessas vastas e ricas terras” (idem, pp. 172-173). Lelong listou alguns dos “benefícios” realizados por D. Pedro I, no entanto, os elogios mais eloqüentes foram voltados ao membro protetor do IHP, D. Pedro II:

Sua atitude nos negócios, seu caráter conciliador e atencioso, o rigor de seu julgamento, seus princípios moderadamente liberais, seu espírito de tolerância em política como em religião, seu sincero apego ao pacto constitucional agruparam em torno do trono todos os homens estimados que tinham outras aspirações políticas (*Investigateur*, 1855, p. 175).

Nesse artigo, Lelong afirmou sua admiração pela atuação do Imperador Pedro II e assinalou que o Brasil, sob um governo moderadamente liberal, inspirava à França o interesse de exercer sobre aquela nação muito mais do que uma ação civilizadora:

Há cinco anos, o tráfico de negros não existe mais, de sorte que essa parte importante da população decresce de uma maneira muito sensível. Em um ou dois séculos, se o número de escravos continuar diminuindo na mesma proporção, a raça negra não existirá mais, ou seja, no Brasil: é preciso então substituí-la por colonos vindos da Europa. Esse é um dos projetos de Sua Majestade. Ela consentiu em desenvolvê-lo perante mim nos diversos encontros que tive a honra de ter com ela. Insisti sobre a imigração francesa, pois sei de todos os benefícios que esperam nossos compatriotas nessas ricas terras, sob a proteção poderosa de um príncipe generoso e de um governo liberal (idem, pp. 176 e 177).

Na passagem a seguir, Lelong esclareceu o interesse que se tinha pelo Brasil e a posição que ele cria ter a França diante de outras nações:

Nós Franceses, nós que caminhamos ‘à la tête’ da raça latina, temos um interesse imenso para fortalecer, para apoiar os povos de nossa raça, principalmente na América do Sul, onde a França pode exercer uma tão grande influência política e comercial (grifos nossos, ibidem).

Assim, embora houvesse de fato o interesse e o estímulo para o estudo de uma “história universal”, a França era apontada como uma nação superior. Aliás, explicar as causas da “supremacia incontestada” da Europa foi para os membros do Instituto uma forma de discernir as leis que regem a humanidade. Com esse objetivo, a questão “Apreciar as causas diversas às quais a sociedade européia deve a supremacia que ela exerce sobre o resto do globo” foi amplamente debatida entre os membros. No Congresso Histórico de 1849, foram apresentadas várias memórias com o propósito de esclarecer essa questão. Nessa ocasião, Gaston Saint-Valry afirmou que a Europa era o “centro do mundo; é de lá que partem todos os raios da civilização”, mais ainda, ela era a “capital do universo, a missionária da civilização”. Segundo sua exposição, era na Europa onde se viam ocorrer e frutificar “todos os progressos do espírito humano” (*Investigateur*, 1849, p. 209). Para explicar as causas da supremacia das “raças da Europa”, Saint-Valry argumentou que acima das induções do filósofo e das explicações do historiador, era preciso considerar a vocação especial que a Providência mantinha em todas as nações, além do instinto, do temperamento próprio a cada “raça humana”. Isto posto, Saint-Valry avançou sua argumentação e atribuiu como causa primeira e dominante da supremacia européia,

a natureza e a configuração do solo, que, desenvolvendo a vontade, a individualidade e a indústria do homem, forçou as sociedades da Europa à uma constituição sempre livre e forte relativamente, favorável ao espírito militar e ao gênio de aperfeiçoamento que se encontram nessas nações (*idem*, p. 211).

A exposição de Saint-Valry estabeleceu ainda que a supremacia européia deveria ser explicada pela diferença das raças, e que a raça européia era, por algumas disposições da natureza e da Providência, superior às outras raças, e atribuiu essa vantagem em grande parte à influência do cristianismo. Outras memórias afirmaram a importância de causas naturais como o “clima temperado desfrutado pela quase totalidade dos países europeus”. A esse respeito Alix explicou que:

Os filósofos, os viajantes, os publicistas estão de acordo em reconhecer que esse clima é o mais favorável ao desenvolvimento da inteligência do homem, à manutenção dos costumes e ao estabelecimento das instituições morais. Com efeito, sob os rigores de um frio excessivo, o homem só pode se ocupar de suas primeiras necessidades. Nos climas ardentes, a imaginação domina de tal forma as outras faculdades da alma que seu equilíbrio é rompido, que seu poder preponderante e, pode-se dizer, sua tirania prejudica o julgamento, a razão e os costumes. (*idem*, p. 216).

Outra memória pretendeu explicar esse “fato” apontando como causa a “diferença das raças”. Considerada uma questão ainda muito obscura, acreditava-se não obstante que essa influência deveria ser levada em conta, ainda que fosse secundária. Para que se comesçasse a esclarecer a questão foi proposta a realização de uma experiência:

Haveria um meio de poder apreciar a influência da raça, e a experiência seria difícil de fazer. Seria preciso trazer à Paris ou em outra dessas grandes capitais da Europa, crianças pertencendo às diferentes raças humanas; crianças mongóis, crianças de peles vermelhas ou selvagens da América, *négrillons*, etc, educar cem crianças pelo menos de cada raça entre os filhos de Europeus e em seus colégios, depois em escolas superiores e especiais (idem, p. 247).

Além de todas as causas apontadas, os membros indicaram também o catolicismo como explicação da superioridade de algumas nações européias. Para Saint-Valry, havia uma ação mais aparente e incontestável que o clima, tratava-se do “catolicismo”. Alix considerou o catolicismo não como uma influência de primeira ordem, mas apenas por uma questão cronológica, e afirmou: “O cristianismo contribuiu para a supremacia da Europa pela sublimidade de sua moral divina, fonte fecunda de caridade e de verdadeira fraternidade entre os homens; em seguida, por seu caráter de universalidade e de cosmopolitismo” (ibidem).

No resumo do Congresso apresentado na sessão de encerramento, o abade Auger lembrou que a memória apresentada por ele mesmo conquistou muitos aplausos, e enquanto ele falava o auditório o aplaudiu novamente:

Se eu fui lisonjeado hoje e na última quinta-feira, quando fui aplaudido várias vezes em certas frases, é principalmente por causa dos princípios, das verdades morais às quais eu vejo com grande satisfação o auditório aderir unanimemente. Isso prova que sobre os grandes princípios de ordem social nós nos entendemos perfeitamente, e que os franceses estão sempre prontos a perceber tudo o que é grande, nobre e belo. (O orador é interrompido por vivos aplausos) (Investigateur, 1849, p. 181).

A questão “Quais são as causas às quais a sociedade européia deve a supremacia que ela exerce sobre o resto do globo?” já havia sido tema de debate no ano de 1846, dessa vez reforçado por outra questão “Qual foi a influência do espírito francês sobre a Europa há dois séculos?”. Nessa ocasião, Barbier, membro da classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas, comentou sobre a relevância de se pensar no quadro de “um mundo guiado pela Europa, tendo em mãos, como tocha, a civilização, e a Europa

guiada pela França tendo em mãos a liberdade” (Investigateur, 1846, p. 209). Na abertura do mesmo Congresso, Émile Deschamps fez um pronunciamento sobre a segunda questão e concluiu com as palavras: “parece que Paris, na época moderna, tem também alguma coisa de providencial e de místico, talvez seja a ‘Cité-Verbe’ escolhida para fazer a palavra ‘civilisatrice’ ser ouvida a todos os povos da terra” (idem, p. 220).

Os membros do Instituto Histórico declararam, desse modo, a supremacia da França com relação a outras nações, a quem ela deveria inspirar com seu exemplo de civilização. No pensamento brasileiro, essa idéia a respeito de uma certa “missão francesa” parece ter sido bem recebida, já que o Brasil se declarou “filho da civilização francesa”, como assinala o texto abaixo:

Se compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das épocas anteriores, encontramos tão notável diferença, que cuidar-se ia que entre o passado século, e o nosso tempo apenas um século mediara. Devido é isto à causas, que ninguém hoje ignora. Com a expiração do domínio Português, desenvolveram-se as idéias. *Hoje o Brasil é filho da civilização Francesa*; e como Nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetros dos Reis (Niterói, v. I, p. 149, grifo nosso).

A carta de Francisco de Monte-Alverne, que corresponde à sua adesão ao IHP, assegura-nos de que desse contato com a França, buscava-se um “modelo de civilização” para o país:

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1834.

O Instituto Histórico, ao me receber em seu seio com alguns compatriotas, cumpriu um dever e mereceu a estima do Brasil. Essa filiação literária continua a grande obra da civilização do gênero humano, confiado à França; ela diz ao Brasil que ele não tardará a figurar entre os povos que são distintos por suas luzes. A França confraterniza com todas as nações civilizadas, agrupa-os em torno dela, ela se faz como o centro das relações sociais e morais: toda região aceita as artes, as ciências, a liberdade que a França foi chamada a dar o exemplo. O Instituto Histórico compreendeu sua missão; ele saberá cumpri-la. Estejam certos, de nossa parte, meus caros colegas, de encontrar na jovem América ardente simpatia, público sincero e leal. O Brasil foi o primeiro a responder vosso apelo. Sentinela avançada dos estudos históricos no novo mundo, ele não deixará a tarefa que ele impôs a si voluntariamente. Nossas comunicações não tardarão a chegar até vós, e nós não pouparemos nada para que elas sejam dignas de vós, etc. (Journal de L’Institut Historique, 1834, p. 117).

A composição social da classe é um elemento importante a ser considerado e que pode esclarecer algumas tendências assumidas pelo grupo. Os historiadores eram em grande

número, alguns jornalistas militantes, sem formação científica, e há ainda os “políticos e politiquinhos exaltados” (Faria, 1970, p. 43). Qualquer tentativa de definição de um perfil é desafiadora, pois ali encontrava-se uma ampla variedade de ideologias políticas: legitimistas, liberais, republicanos e socialistas. A lista de membros publicada no final de 1834 está repleta de nomes ilustres; mas os grandes escritores, de fato, apareceram pouco, quase sempre na forma de homenagens feitas às suas obras.

Alguns desses membros foram eleitos para administrarem a primeira classe. Nesse caso destacaram-se Michelet, eleito presidente em 1845; Nepomucène Lemerrier, da Academia Francesa, eleito presidente da sexta classe em 1834 e 1835 e da primeira classe em 1836; e o conde Armand François d’Allonville, vice-presidente em 1835 e em 1838. A presença de Michelet e Lemerrier ilustram uma oposição típica entre românticos e anti-românticos que se observa no IHP. Curiosamente, as vozes avessas ao romantismo eram imperativas; além do acadêmico Lemerrier, realista e reacionário que escreveu uma tragédia aos dezesseis anos, *Méléagre*, havia outros inimigos do romantismo entre os membros assíduos, como Dufey de l’Yonne, que participava ativamente de todas as atividades realizadas pelo Instituto, um “aventureiro das letras” (Faria, 1970, p. 44)⁷²; além deste, Auguste Savagner, ex-aluno da escola de Chartes, professor de história, outro opositor ferrenho ao romantismo.

A classe acomodava outros professores de história e profissionais ligados à pesquisa histórica, como Du Rozoir, professor de história no Colégio Real Louis-le-Grand, autor de “História Antiga” um dos vários manuais de história publicados na década de 1820; Filon, professor de história no Colégio Bourbon; Achille Jubinal, aluno da Ecole de Chartes; P. Laurentie, antigo inspetor geral de estudos; Edward Leglay, aluno livre da Escola de Chartes; Charles Merruau, professor de história no Colégio Bourbon; Charles-Boniface-Félix Ansart, professor de história no Colégio real de Saint-Louis, vice-presidente da classe em 1834; Eugène Labat, arquivista da prefeitura, vice-presidente adjunto em 1837.

A classe contava ainda com alguns arqueólogos, como Chopin, da Academia arqueológica de Moscou e Edme Jomard, engenheiro e arqueólogo, que se tornou conhecido com trabalhos sobre o Egito. Jomard conseguiu promover uma reforma no

⁷² Foi eleito vice-presidente da sexta classe em 1835 e da primeira classe em 1836 e em 1840, presidente em 1838, 1839 e em 1841.

ensino primário, deixando grande número de livros didáticos (Faria, op. cit., p. 17). Além destes, destacaram-se também Alexandre Lenoir, fundador do Museu dos monumentos franceses, administrador dos monumentos da igreja de Saint-Denis, professor de antiguidades no Ateneu real de Paris, etc., que foi eleito presidente da primeira classe para os anos de 1834 e 1835; J. Deville, antiquário que se ocupou de trabalhos literários e arqueológicos, foi diretor do museu de antiguidades de Paris, membro da Academia de inscrições e belas-letras, e de outras sociedades, foi eleito secretário da classe em 1840; e Auguste Vallet, arqueólogo, foi secretário-adjunto da classe em 1838.

O enfoque religioso exposto nas discussões analisadas encontrou respaldo na própria configuração ideológica da classe. A esse respeito, a classe contou com o Barão d'Eckestein, amigo pessoal de Ferdinand Denis, um alemão de origem judia, luterano convertido ao catolicismo, que não era nem barão nem nobre. D'Eckestein nasceu em Altona, provavelmente em 1790. Foi comissário geral da polícia em Marseille após Waterloo, ligou-se ao Ministério da Polícia em 1818, e inaugurou sua carreira literária após 1823, como redator dos *Annales* e do *Drapeau Blanc*. D'Eckestein frequentou Lamennais e Ballanche, admirava o grupo tradicionalista católico De Maistre, Lamennais e Bonald e reprovava Cousin por caminhar entre o catolicismo e o panteísmo. Embora fosse católico e legitimista, não atacava o liberalismo; combatia, isto sim, o voltarianismo. Criou a revista *Le Catholique* (1826-1830). De acordo com Goblot (1995, p. 241), Jouffroy achava que o barão d'Eckestein era um dos maiores “charlatães da época”, de modo geral, “o Globo via nele um representante do catolicismo oriental” (idem, op. cit., nota 123, p. 241).

A história tal como foi formulada nos debates promovidos pela classe que deveria pensá-la por excelência, a classe de História Geral e História da França, apesar das divergências, era predominantemente providencial e conservadora, priorizava as nações ocidentais, sobretudo a França. Empreendia estudos comparativos sobre instituições e sociedades, porém, tendo em vista afirmar a superioridade da civilização francesa. A França aparecia em uma posição à frente de outras nações, dotada da missão do progresso. Além disso, nota-se uma insistente exaltação do cristianismo e a defesa de um nacionalismo providencial.

3. A Classe de História das Línguas e Literaturas

A classe de História das Línguas e das Literaturas, terceira classe até o início de 1836, quando se tornou a segunda classe, não era a mais entusiasta (Faria, op. cit., p 43), suas sessões eram pouco frequentadas. Mas algumas de suas atividades, sobretudo as questões que propôs para os Congressos são interessantes, na medida em que manifestam o interesse geral da sociedade de constituir a história como ciência humana, que, nesse caso, buscava conhecer as origens históricas por meio da filologia⁷³.

Pode-se discernir na classe de História das Línguas e Literaturas o interesse geral que motivava o IHP, o desejo de conhecer o desenvolvimento das nações e das sociedades, enfocando o estudo comparativo do desenvolvimento das línguas indo-européias.

De acordo com Hobsbawm (1977, p. 274), “a história permanecia como a estrutura básica das novas ciências sociais. Isto era particularmente óbvio no florescente (...) campo da lingüística, ou melhor, para usar o termo da época, da filologia”. O interesse da história, como uma ciência humana, era “investigar e descobrir a origem da imensa variedade, freqüentemente caprichosa, de indivíduos existentes na vida real, a partir do funcionamento de leis genéricas invariáveis” (ibdem). Essa noção é válida para a pesquisa histórica realizada no Instituto Histórico de Paris, no qual as questões trabalhadas pela segunda classe vinculavam-se a uma herança iluminista e universal, que remetia à idéia de humanidade e de uma origem comum das línguas⁷⁴. Essa tendência, no entanto, foi

⁷³ O leitor encontra algumas questões debatidas pela classe em Anexo. No Congresso de 1841, por exemplo, a questão da formação e da composição das línguas foi tema de uma discussão, “aprofundada, curiosa, que ocupou uma das sessões. M. Vincent, que conhece tão perfeitamente as línguas antigas, (...) examinou qual foi a influencia das línguas bárbaras sobre o latim da idade média” (Investigateur, 1841, pp. 357 e 358).

⁷⁴ O estudo comparado das línguas e o surgimento da hipótese indoeuropéia começou a se desenvolver no final do século XVIII. Conforme Olender (2001), a primeira geração de indoeuropeístas foi marcada sobretudo pelo *Ensaio sobre a língua e a ciência dos índios* (sabedoria), publicado por Heidelberg Friedrich von Schlegel (1772-1829). Em Paris, no Colégio de França, Antoine Léonard de Chézy (1773-1832) criou em 1814 a primeira cátedra de “língua e literatura sânscritas”. Dois anos depois, Franz Bopp (1791-1867) começou a elaborar sua *Gramática Comparada* (1833-1849). Este último influenciou os eruditos que consideravam a tese de uma língua comum perdida, antepassada da maioria das línguas européias. O movimento erudito que fundamenta os estudos históricos sobre a filologia e a crítica rigorosa que se desenvolveu principalmente na Alemanha, segundo Gusdorf (1973), faz parte da renovação da erudição promovida pelas medidas que, no início do século XIX, fizeram multiplicar os museus, as bibliotecas, favoreceu o surgimento de numerosas sociedades, como a Sociedade de História da França (que segundo ele foi criada em 1835), e a Escola de Atenas, em 1846. Mas, com relação à filologia, a França teria seguido esse movimento tardiamente, na segunda metade do século XIX. Para Gusdorf, isso ocorreu porque a história na França na primeira metade do século, tal como a faziam Michelet e Quinet, permaneceu um “gênero oratório e moralizador, bem indiferente aos problemas técnicos” (idem, op. cit., p. 415). Na Alemanha, a filologia se

sistematicamente recusada pelos “linguistas profissionalizados” da segunda metade do século (Auroux, 1998, p. 423).

No momento de fundação da Sociedade de Linguística era evidente o sentido religioso assumido pela pesquisa sobre a origem das línguas, já que não aceitava comunicação com essa abordagem. O Artigo 2 de seus estatutos definiu que: “A Sociedade não admite nenhuma comunicação concernente, seja à origem da linguagem, seja à criação de uma linguagem universal” (Bulletin de la Société de linguistique de Paris, 1869, t. 1, n. 1, p. IV).

Conforme Olender (op. cit., p. 8), essa regra marcou a separação entre “a investigação científica e as fábulas sobre a fala original”. Os estudiosos sabiam que para executar um trabalho de investigação nessa especialidade deveriam abandonar os ensinamentos que suscitavam a “nostalgia das origens ou a fé que inspira confiança na vocação providencial da história”.

De modo geral, as querelas sobre as origens da língua, da religião, da sociedade, da civilização, suscitaram muitas disputas quando as ciências sociais atingiram seu auge no século XIX. A discussão evoluiu para uma visão raciológica das línguas e dos povos, até o ponto de Renan considerar que “existe uma correlação inevitável entre as categorias de uma língua e as do espírito que a formula” (Olender, 2001, p. 98). Observa-se neste autor uma mudança substancial do sentido de raça, que passou a ser determinada muito mais pela língua, religião, leis e costumes do que pelo sangue. Vale notar que as noções postuladas na classe de História das Línguas e Literaturas, embora estivessem marcadas pelo intuito de imprimir aos estudos históricos, apoiados na filologia, um caráter científico, denotam a confiança na vocação providencial da história.

Quanto à composição social da classe, alguns membros se destacaram pela assiduidade e contribuição: Le Gonidec⁷⁵, autor das “Origines Gauloises”; Alix⁷⁶, advogado, antigo chefe de departamento no Ministério da Instrução Pública; Venedey⁷⁷,

constituiu como ciência exata graças a cientistas como Friedrich August Wolf, Franz Bopp, Jacob Grimm e August Boeckh que elaboraram uma metodologia histórica e crítica permitindo a interpretação rigorosa dos textos. Guillaume de Humboldt, criou em 1821 a primeira cadeira de linguística comparada na Universidade de Berlin, confiada a Franz Bopp.

⁷⁵ Vice-presidente adjunto da 2ª. classe em 1836; vice-presidente em 1837; presidente em 1838.

⁷⁶ Vice-presidente da 2ª classe em 1840; 1845; presidente em 1846 e secretário adjunto em 1844.

⁷⁷ Secretário adjunto em 1837, 1839 e 1840.

literato e homem político alemão (1805-1871); Onésime Leroy⁷⁸; Martin de Paris⁷⁹; Saint-Edme, literato nascido em Paris em 1785; lançou-se na carreira literária e dirigiu seu primeiro escrito contra Chateaubriand. Em seguida, engajou-se entre os escritores que combatiam o governo da Restauração. No IHP, Saint-Edme foi secretário da sexta classe em 1834 e 1835 e, em 1836, secretário da primeira classe. Além destes, Mary Lafon também participou deste grupo, ele foi o idealizador dos Congressos Históricos anuais promovidos pelo Instituto, foi secretário da classe de História das Línguas e Literaturas em 1834 e presidente da mesma classe em 1836 e 1841.

Sobre a referida oposição entre românticos e anti-românticos, alguns debates promovidos pela segunda classe esclarecem a questão. Primeiramente, nessa classe, as divergências sobre o romantismo eram mais nítidas, e elas afloraram em muitas ocasiões. Em 12 de maio de 1841, um membro de nome Bernabo apresentou um trabalho sobre a “Decadência da poesia na França” e acusou o romantismo de “bizarrerie” e falta de gosto. Em contraposição, outros membros defenderam o romantismo e a poesia da época. Bernard Jullian ressaltou a “harmonia sem igual” de Lamartine, a “forma pura” de Delavigne e o “pensamento conciso” de Victor Hugo; Monglave não concordou com a idéia de decadência da literatura contemporânea.

A questão do nacionalismo, expresso de certa forma na idéia de superioridade francesa, apareceu em uma curiosa intervenção de J. Ottavi, professor do Ateneu Real, no Congresso de 1841. Ottavi apresentou um trabalho sobre a influência das literaturas estrangeiras na literatura francesa, na verdade, ele se referia à literatura italiana no século XVI e à inglesa no século XVII; tão logo, alguns membros se manifestaram contrariamente, tentando argumentar inclusive, que teria ocorrido exatamente o contrário, como o fez Dufey de l’Yonne, para quem foi a literatura francesa que serviu de modelo às outras.

Outra discussão (1842), com a qual se procurava saber se as produções românticas de um povo exerceram uma grande influência sobre os costumes e o gosto de outros povos, expôs alguns elementos pertinentes às disputas internas. O jurisconsulto Charles Durand afirmou que o clima influenciava as disposições do espírito dos povos e consequentemente o caráter dos produtos da inteligência, mas o argumento não foi bem recebido nessa classe.

⁷⁸ Vice-presidente adjunto da 2ª. classe em 1838; vice-presidente em 1839; presidente em 1844 e em 1845.

⁷⁹ Secretário adjunto em 1838; secretário em 1839 e em 1840.

Para ele, a arte deveria seguir o modelo clássico do belo ideal, partindo desse pressuposto, reprovou Victor Hugo por destacar o feio, e defendeu que o elemento cristão deveria ter um espaço maior na literatura francesa.

Stephanopoli sustentou que a teoria dos climas atribuía a supremacia da matéria sobre o espírito. Diferente de Stephanopoli, Delepine defendeu a escola romântica, mas como ele, lamentou que se tivesse tentado explicar o mundo moral com argumentos do mundo físico.

Talvez o comentário mais decidido tenha sido o de Savagner que considerou o romantismo como uma literatura “convulsiva e epilética”, uma “exageração de todos os princípios, de todos os sentimentos”, tratava-se, a seu ver, de uma “escola perigosa”, do gênero daquelas que surgem após grandes comoções políticas ou sociais. “Há nessa literatura, após a Revolução de 1830, paroxismo, superexcitação (...). Não é portanto uma verdadeira literatura, é um não sei o que de irregular e de anormal, de acidental e de temporário, que se refuta à toda apreciação do espírito, de gosto e de bom senso” (Investigateur, 1842, p. 233). Em contraposição, Délepine ponderou que toda literatura é a expressão do tempo que a produz, por isso considerou essa nova escola literária aceitável na medida em que ela representava a humanidade nas suas reais condições de existência, e tal como ela é.

As posições assumidas pelos membros diante das questões colocadas levantam várias possibilidades de interpretação. Primeiramente, não se aceita o argumento que remete à influência do clima, raciocínio que tinha uma audiência razoável nas classes de História Geral e da França e de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas. Talvez, essa recusa represente a intenção de separar a reflexão literária da argumentação determinista, que representava outra área do conhecimento. Isso nos remete à tese de Wolf Lepenies (1996) sobre as “As três Culturas”, que enfatiza a oposição entre dois grupos de intelectuais: literatos, escritores e críticos, de um lado, e cientistas sociais e sociólogos de outro, que desde a metade do século XIX lutaram pela primazia de orientar a civilização moderna e de elaborar a doutrina apropriada à sociedade industrial. Essa oposição revelaria um dilema da sociologia, intimamente ligado a seu surgimento e desenvolvimento: a hesitação entre uma orientação cientificista, que levou à aproximação com os objetivos metodológicos das ciências naturais, e uma atitude hermenêutica que a aproximou da

literatura. A sociologia seria então uma espécie de “terceira cultura” entre as ciências naturais, de um lado, e as ciências humanas e a literatura de outro. Sua situação precária seria acentuada pelo fato que “as tradições de pensamento da Ilustração e da Contra-Ilustração competem entre si pelo destino da sociologia” (Lepenies, op. cit., p. 17).

Sobre o ataque decidido de Auguste Savagner ao romantismo, talvez possa ser explicado pelo fato de que ele, considerado racionalista e materialista por outros membros, entendesse o romantismo como a expressão do sentimentalismo, de um espírito anti-científico ou irracional, revelando um pouco desse confronto do qual trata Lepenies, entre a fria razão e a cultura dos sentimentos, que caracterizou a concorrência entre as ciências e a literatura. O que se pode afirmar com segurança é que os membros do IHP compartilharam a “fé inabalável no postulado cientificizante” (Ortiz, 1992) que caracterizou o século XIX. Referindo-se à tentativa dos folcloristas ingleses de constituir o estudo da cultura popular em “ciência do folclore”, Ortiz reforça a noção de que a crença na possibilidade de se fundar uma ciência positiva em todos os domínios do conhecimento animou o clima intelectual da época. Enquanto os românticos foram os responsáveis pela “fabricação de um popular ingênuo, espelho da alma nacional”; os folcloristas foram “seus continuadores, buscando no Positivismo emergente um modelo para interpretá-lo” (p. 6). Ortiz considera que a iniciativa dos “folcloristas” ingleses, na segunda metade do século XIX, com a criação da *Folklore Society*, foi a expressão de um “ideário cientificizante” que ultrapassou as fronteiras do território inglês. Os folcloristas constituíam um “grupo de curiosos sistemáticos, aplicados seriamente em realizar uma ilusão científica” (idem, op. cit., p. 46); no entanto, em um período em que se definiam os “campos epistemológicos” e as “instâncias universitárias” que legitimaram o surgimento da Sociologia, o folclore só pôde alcançar uma legitimidade inferior, situando-se “à margem das ciências sociais”.

De volta ao IHP, o posicionamento de Savagner também traz à tona a desconfiança nada estranha na Monarquia de Julho com relação ao romantismo, devido ao seu caráter apaixonado, predisposto à rebeldia. Conforme Reizov, após a Revolução de 1830, muitos historiadores, como Guizot, Thiers, Mignet, Cousin, Villemain e outros, estavam “prontos para renegar aquilo que tinham dito recentemente” (Reizov, 194?, p. 10). Isso incluía negar o que representasse “perigo” ou ameaça, como o romantismo:

Na abertura do ano escolar na Escola Normal em 1833, Guizot se pronuncia contra o romantismo, vendo nele tendências revolucionárias. Thiers, Ministro de Luís Filipe, começa, a partir de 1833, uma luta contra o romantismo, que ele identifica com a revolução. Cousin faz uma revisão de suas idéias filosóficas, elimina de seu curso todos os pensamentos “perigosos” e propaga opiniões ortodoxas. De outro lado, Michelet e Quinet passam para a oposição, rompem com os doutrinários e com Cousin, e começam a lutar contra o regime de Julho. Ballanche prega uma utopia mística, e Augustin Thierry, tendo aderido à Monarquia de Julho, crê que a luta entre dois povos terminou (idem, op. cit., p. 804).

Além disso, observa-se também a defesa da literatura clássica e uma aplicação do argumento religioso e moralizador à produção literária. A esse respeito, uma discussão sobre o Relatório da Justiça Criminal na França (Investigateur, Tome VII, fev 1847, p. 57) é bem ilustrativa. Considerando as causas dos crimes contra os costumes destacados no relatório, Cellier du Fayel pensava que

se as idéias morais vão se enfraquecendo a cada dia, é preciso atribuir isso, em grande parte, à licença das produções literárias e artísticas, que se acham talvez encoragadas por uma tolerância inoportuna: o teatro, o *feuilleton*, a arte, nas suas expressões materiais e aproveitáveis, em certas pinturas e esculturas expostas aos olhos de todos, conspiraram muito frequentemente contra os bons costumes. Essas exposições imorais têm mais consequências do que se pensa, e os seus efeitos se traduzem frequentemente nas desordens sociais da natureza como essas que a argumentação destacou.

Esse trecho nos lembra a análise que Ortiz faz na obra “Cultura e Modernidade: a França no século XIX” (1991), na qual afirma que o pensamento conservador percebeu a consolidação da sociedade industrial como uma ameaça, e neste contexto a arte aparecia como elemento degradante da realidade. O autor afirma que

Dentro deste contexto, o folhetim surge como um agente perturbador: a literatura popular seria uma fonte ‘corruptora’ das idéias morais que deixam de ser hegemônicas. Ao valorizar temas como a beleza da feiúra, a prostituição, a probidade dos pobres, o romance estaria se afastando do culto do belo, mergulhando na ‘imundície’ da sociedade (idem, p. 79).

Parece-nos ainda esclarecedora a predominância de um grupo de membros de formação classicista, como o padre Auger, De Jouy, Jean Dréolle, Henri Fresse-Montval, considerados por Faria (op. cit., p. 44) “senhores de formação acadêmica, bitolados pelo classicismo estéril dos últimos tempos”, além daqueles considerados totalmente sem brilho como Jules Pautet, Bernard Jullien, e Dufey de l’Yonne.

Conforme Seigel (1992, p. 16),

Apesar da explosão do Romantismo em torno de 1830, a cultura francesa do século dezenove continuava a ser dominada pelo academicismo e pelo classicismo estabelecidos sob o Velho Regime. Tradicionalmente, o classicismo havia sido a cultura oficial da corte real e a dos grupos privilegiados – aristocratas e burgueses superiores – a ela relacionados. Apoiar os padrões clássicos no século dezenove era a única forma de unir a nova sociedade burguesa à velha aristocracia. Era (admitida a grosseria do paralelo) a forma cultural de lealdade ao Partido da Resistência.

Esse raciocínio parece bem apropriado para a compreensão da postura conservadora sustentada por esse grupo. Os românticos aceitos pelo Instituto Histórico eram Chateaubriand e Madame de Staël, do começo do século; ou Victor Hugo e Lamartine, do período teocrático. De modo geral, os membros do IHP concordavam em reduzir a literatura a um “catecismo de moral” (Faria, op.cit., p. 44). A presença de Émile Deschamps na classe de História das Línguas e Literaturas é, a esse respeito, bastante ilustrativa; tratava-se de um romântico participativo que concordava com as idéias providencialistas e moralizantes que preponderavam no IHP.

A predisposição anti-romântica dos membros do Instituto coloca um paradoxo. Como entender a possível influência do Instituto Histórico na formação cultural dos brasileiros que dele participaram, sobretudo no que se refere aos três brasileiros Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem⁸⁰, considerados os “primeiros românticos”? O grupo foi bem recebido na sociedade e seus trabalhos foram comentados por Monglave. Conforme Maria Alice Faria (1970, p. 76), Magalhães “não poderia ter adquirido suas idéias de renovação da literatura brasileira, em contato com os sócios do Instituto Histórico. O esboço do que seria o manifesto da Niterói já estava feito ao fundar-se a sociedade, pois foi lido em uma das primeiras sessões”. É preciso considerar, no entanto, que os literatos do Instituto Histórico eram na maioria anti-românticos convictos e particularmente contrários ao romantismo francês de 1830, os mais ousados sustentavam a poesia de Lamartine. Ora, conforme Faria, Magalhães foi um romântico moderadíssimo, que jamais se libertou de sua formação clássica. Segundo o estudo realizado por essa autora, o romantismo admitido no Instituto Histórico foi também o que influenciou a crítica romântica dos brasileiros. Por isso, conclui que “é possível que o Instituto Histórico não só tenha oferecido a Magalhães o meio que mais convinha ao seu temperamento artístico,

⁸⁰ Cf. Maria Orlanda PINASSI. *Três Devotos, uma Fé, nenhum Milagre*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

como ainda o tenha mesmo levado a firmar-se em suas idéias moderadoras sobre literatura e o romantismo em particular” (ibdem).

Parte II

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS

*Enrôlez toutes les intelligences historiques sous la même
bannière, avec cette devise, largement écrite:
bien et progrès de l'humanité! Et plantez-la, cette bannière,
dans le centre naturel de la science, à Paris!*
(Congresso Histórico 1836)

*Notre siècle, quel qu'il soit, exerce sur nous
un empire tyrannique; il est certaines idées,
certaines opinions que nous respirons avec l'air
et qui nous remplissent à notre insu.
C'est ce qui constitue le caractère d'une époque,
caractère qui doit se retrouver dans tous ses
écrivains d'après une loi à laquelle ils ne sauraient échapper.*
(Frédéric Boissière, *Journal de l'Institut Historique*, T.1, p. 8, 1834)

Capítulo 1

História útil e moral: promovendo a regeneração moral da sociedade

Desde o início de suas atividades, como demonstram os estatutos de 1834, o Instituto Histórico de Paris já havia definido que todos os trabalhos ali realizados deveriam se abster de discussões de conteúdo político. Diante do controle exercido pelo Ministério da Instrução Pública sobre as sociedades científicas da época, nota-se que o Instituto assumiu uma posição “pacífica” durante as décadas de 1830 e 1840. Um contato mais apurado com seus registros, sejam os manuscritos ou as publicações, revela que os objetivos e concepções de seus trabalhos não diferiam da concepção oficial da Monarquia de Julho, ou mais especificamente, daquela defendida por Guizot, no que tange à noção de história “útil” e voltada para o “aperfeiçoamento moral da humanidade”. A análise desses documentos indica uma insistente recorrência da idéia da utilidade da religião e da moral como instrumentos essenciais para o enfrentamento de problemas sociais. Neste capítulo, procuramos compreender a concepção oficial sobre a “utilidade e moralidade” da história, estabelecendo um paralelo com a posição assumida pelo IHP. Além disso, esclarecemos como a noção de “utilidade” da história, defendida pelo Instituto, concretizou-se na defesa da religião como fator de regeneração moral, tema candente no pensamento social do período.

Antes da Revolução, a história nunca foi uma disciplina independente e importante como disciplina escolar. Considerada com desconfiança ou desprezada de 1802 até 1830, a história conheceria uma primeira “idade de ouro” (Gerbod, 1965a) da Monarquia de Julho à Segunda República. Durante a Restauração, Royer-Collard, como presidente da comissão de Instrução Pública, desempenhou um papel fundamental na organização do ensino de história nos colégios. Nesse momento, “a história aparece de fato como uma escola de moral e de sabedoria política, a serviço do Regime, da dinastia e da religião” (idem, p.165). Mas o Regime político desconfiava dessa disciplina nova. Ao professor caberia evitar “tudo o que pudesse conclamar os alunos ao campo da política e servir de alimento às discussões de partido” (ibidem). O objetivo do ensino de história era “sobretudo moral” e o professor

de história moderna que se ocupasse principalmente de história da França deveria “se esforçar para fortalecer cada vez mais no coração dos alunos o sentimento de amor pela dinastia reinante e o reconhecimento pelas instituições às quais a França é devedora” (idem, op. cit., p. 125). A demissão de Royer-Collard da presidência da comissão da Instrução Pública, em 1820, rompeu com os primeiros progressos do ensino da história. A partir daí, de 1820 a 1830, segundo a expressão usada por Gerbod, a “história cai em desgraça”.

Após a Revolução de Julho, a história ganhou o status de uma grande disciplina, quase igual à filosofia eclética. “Em 1845, os professores de história foram classificados entre os professores de primeira ordem nos colégios reais e a história foi considerada como disciplina principal” (idem, op. cit., p. 126). De 1831 a 1848 foram publicadas 21 obras de história, aprovadas pela comissão de exame de livros clássicos. Além disso, a criação da “agregação” de história em 1831 reforçou essa tentativa de especialização. Mesmo assim, a história continuava a provocar inquietações. A esse respeito, Gerbod afirma que

Sem dúvida, os conselhos de prudência não faltaram desde 1840. Assim em 1842, o provisor do Colégio d’Angers, P. Henry, no seu manual de mestres de estudos (o primeiro tratado de pedagogia após o Tratado de Estudos de Rollin, de 1725, reeditado em 1809), vê no professor de história um simples diretor de estudos históricos. Ele traça o plano a seguir; mostra como classificar, apreciar os acontecimentos; ensina a apreender o conjunto dos fatos, a determinar neles o caráter, descobrir neles a moralidade, a duvidar do espírito de sistema, a distinguir o valor histórico de diferentes escritores; suas lições abarcam mais a generalidade que os ‘detalhes’, ele deve, sobretudo, evitar que a história alimente a controvérsia política ou religiosa (idem, op. cit., p. 127).

Sob a Monarquia de Julho esperava-se que o ensino da história se consagrasse à formação moral. O objetivo da lei da instrução primária, de 28 de junho de 1833, era dispor as ciências, as letras e as artes a serviço da união da nação. Para concretizar os objetivos desse projeto pensava-se que o conteúdo moral e religioso deveria ser priorizado, buscando dessa forma, possibilitar a assimilação de comportamentos e valores, promovendo, conseqüentemente, a estabilidade desejada pela sociedade burguesa e capitalista. De negócio eclesiástico ou corporativo, a escola primária tornou-se, no século XIX, negócio de Estado. Jardin e Tudesq (1973) afirmam que, preparada por Guizot, a lei sobre a instrução primária inscrevia-se na busca de uma política racional, marcada no nível mais elevado pela reconstituição da Academia das Ciências Morais e Políticas, obra também de Guizot; ela

deveria ser “uma câmara de reflexão destinada a guiar a representação nacional e a racionalizar o poder” (idem, p. 137).

Para Guizot, a difusão da instrução não seria um instrumento de ascensão social, e ele foi suficientemente claro a respeito da bagagem destinada à infância: “a instrução primária elementar compreende necessariamente a instrução moral e religiosa, a leitura, a escrita, os elementos da língua francesa e do cálculo, os sistemas de pesos e medidas” (*apud* Crubellier, 1974, p. 86). A seus olhos a instrução moral e religiosa deveria predominar: “é preciso também, para que esta instrução seja verdadeiramente boa e socialmente útil que ela seja profundamente religiosa” (ibidem). Além desse objetivo, Guizot considerava que os valores cristãos poderiam ser utilizados com objetivo pedagógico, social e político. Este sistema de valores compreendia o amor ao trabalho, a honestidade, a temperança, a caridade, mas nada que pudesse levar os futuros operários a participarem de crenças e posições reservadas às classes superiores.

Por toda parte onde o ensino primário prosperou, um pensamento religioso estava associado. Jardin e Tudesq (op. cit., p. 137) esclarecem que

a instrução aparecia como a preparação necessária para uma participação ulterior à política, para a melhora dos métodos de trabalho e de produção portanto a uma redução da miséria. Deveria resultar disso, no pensamento dos legisladores, uma “moralização” das classes populares que mais instruídas não deviam mais pensar em se revoltar. Guizot não separa a instrução moral e religiosa.

À instituição escolar, como ressalta Crubellier (idem, p. 85), foi dirigido um duplo empreendimento: “destituir o povo de sua antiga cultura e lhe comunicar uma cultura nova, dependente da cultura burguesa, subordinada a ela, (...) dependente e subordinada, como convém que o povo seja em relação à burguesia”. Embora a burguesia tenha rejeitado o conteúdo propriamente místico da religião, pode-se pensar que ela permaneceu muito ligada à moral cristã. A ligação mantida pela burguesia com a religião restringia-se ao reconhecimento de sua utilidade política e social. Nessa religião, aceita pelo poder oficial, bastava a moral cristã; suas doutrinas evangélicas tinham pouca importância, importava mais o respeito à ordem, à hierarquia e o ensino que poderia dar aos pobres sobre a resignação a seu destino.

Ainda que a Monarquia de Julho tenha sido mais caracterizada pela indiferença em matéria de religião, a agitação revolucionária dos anos 1832 a 1835 conduziu o rei e alguns

burgueses a considerar que a religião era um útil meio para desviar as classes populares de manifestações contrárias à ordem social. Foi o que declarou o rei Luís Filipe em 1º de janeiro de 1840, quando Mgr Affre assumiu a diocese de Paris: “Mais a tarefa de meu governo é difícil, mais há necessidade de apoio moral e do concurso daqueles que querem a manutenção da ordem” (Vigier, 1962, p. 66).

Uma vez cumprida a revolução de 1830 e a burguesia instalada no poder, de acordo com Jean-Miguel Pire (2002), os empreendimentos do ministro da Instrução Pública, Guizot, respondiam à preocupação de reconstrução da sociedade. De imediato, a história apareceu revestida de importância moral e política, evocada por Guizot com particular acuidade. É o que indica seu discurso, pronunciado em 1838, diante da Sociedade dos antiquários da Normandia:

Os estudos históricos estimulam a inteligência nas vias mais seguras; eles obrigam a considerar atenciosamente os fatos, ensina a apreciá-los, a não omitir nada, a tirar idéias dos fatos; pois a partir de agora esses estudos não saberiam ser uma fria e estéril erudição: eles devem nos conduzir, eles nos conduzem felizmente para idéias gerais, a conclusões morais, a julgamentos e princípios. Para nós, e somente pela força das coisas, a história, doravante será plena de política, de filosofia, de poesia talvez; e assim os estudos históricos terão a virtude de animar e de ordenar, de aumentar e de conter ao mesmo tempo o pensamento humano ainda arrogante e no entanto enfraquecido. Eles terão também, eu espero [...] um resultado moral bem importante em nossos dias: eles são próprios para reforçar, despertar nos corações dois sentimentos bem fracos entre vós, o respeito pelo passado e a confiança no futuro. [...] entre as ocupações intelectuais, os estudos históricos são talvez aqueles que possuem [...] a influência mais salutar. Abrindo-nos as perspectivas do passado, e, por uma ligação natural, as do futuro [...] (apud Pire, op. cit, p. 192).

Como ministro da Instrução Pública, Guizot teve várias oportunidades para dar consequências institucionais à sua concepção de história e ao papel que ele lhe conferia na elevação moral da nação. Para além de um simples cálculo político, “a importância concedida por Guizot à história constitui um dos elementos estruturantes de seu pensamento antropológico e social” (Pire, op. cit., p.193). Desde seus primeiros escritos sobre a história, Guizot lhe atribuía uma dimensão moral, a esse respeito ele escreveu em suas *Memórias*:

Quanto mais eu penso nisso, mais me sinto convencido de que eu não exagero em nada o interesse que deve ter, para uma nação, sua própria história, nem o que ela ganha em dignidade moral, em conhecê-la e amá-

la. [...] Em um povo curioso e instruído de sua história, estamos quase seguros de encontrar um julgamento mais sã e mais justo, mesmo sobre seus negócios presentes, suas condições de progresso e suas chances de futuro (apud Pire, op. cit., p. 194).

Defendendo “créditos para a história”, na discussão sobre o orçamento da instrução pública de 1834, Guizot sustentou que as “pesquisas podem constituir um meio de ocupar uma juventude letrada, mas ociosa” (Gerbod, 1965a, p. 211). De acordo com Pire (op. cit, p. 194), “dotado de um valor moral estruturando as consciências individuais, o gosto pelo conhecimento do passado está revestido de uma dimensão estratégica essencial para o regime liberal”. A história, sendo capaz de promover uma memória comum e uma identidade nacional, era erigida como princípio de legitimidade.

Neste contexto, ao enfatizar a utilidade do conhecimento histórico, o Instituto Histórico de Paris esforçava-se para atender as exigências da época⁸¹. Um artigo publicado no *Feuilleton des Journaux politiques*⁸², em maio de 1830, explica que “uma das tendências mais marcantes da inteligência humana”, à época, era aquela que conduzia “em direção ao estudo da história, fonte de verdade política e de ensinamento moral”, afirma ainda que, “a história pertence às ciências cuja aplicação constata a cada instante a utilidade”⁸³.

Referindo-se à importância dos cursos públicos para se popularizar a história, Barbier (Investigateur, 1846, p. 208) comenta que “o Instituto Histórico terá contribuído, em grande medida, com o notável movimento dos tempos atuais, que impele os espíritos em direção a estudos sérios e vantajosos ao corpo social”. Outra observação, sobre a “utilidade do jornal”, publicada na crônica do *Investigateur* (1949, pp. 29 e 30) sintetiza, de certo modo, a concepção que se tinha acerca da história, sua capacidade de ensinar, dirigir, dar lições e de contribuir para o “bem comum”, além de expressar o desejo de relacionar-se cordialmente com o governo:

O Instituto Histórico, que teve seus trabalhos momentaneamente suspensos pelas causas que todo mundo pode apreciar, vêm retomar a publicação de seu jornal. Ele desejou, ao mesmo tempo, fornecer no *Investigateur* melhoramentos que o espírito do tempo reclama. (...) Evitando discussões políticas, ele se propõe a procurar nas tradições da história os ensinamentos que, em meio às circunstâncias presentes lhe

⁸¹ “A utilidade é o grande ídolo do tempo” (Schiller, Friedrich. A educação estética do homem numa série de cartas. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 22).

⁸² Conforme Guyon (1969, p. 316), o *Feuilleton des Journaux politiques* era um órgão do pensamento saint-simoniano.

⁸³ Dictionnaire du XIXe. Siècle européen. Ambrière, Madeleine (dir.), Paris: PUF, 1997.

interessassem mais, ou melhor, dirigir os homens positivos. Ele deseja que as lições da experiência ensinem a regular o desenvolvimento da imaginação e as inspirações do coração. As investigações da sociedade serão então duplamente úteis, contribuindo com os progressos da ciência e com o bem da pátria.

Em todas as atividades, afinal, o IHP reivindicava a missão de produzir um conhecimento histórico moralizante, útil e que produzisse ensinamentos, mas que de forma alguma se envolvesse em política, a não ser para contribuir para o “bem da pátria”. De um lado, essas propostas estavam ligadas às ambições da história “filosófica”, que à época influenciava muitos historiadores, a ponto de “em 1830, todos os historiadores franceses” serem “filósofos, no sentido que todos esperam fazer da história uma ciência, tanto Michelet como Quinet, Tanto Thierry como Guizot, tanto Barante como Buchez” (Kniebiehler, op. cit., p. 345). Por outro lado, adequava-se aos interesses do governo, representados nas obras do Ministério da Instrução Pública, para o qual a história também era compreendida como um conhecimento dotado de utilidade e moralidade.

Sobre a relação das idéias acerca de religião e moralidade desenvolvidas no Instituto Histórico de Paris com o pensamento social da época, pode-se avaliar que o Instituto identificava-se sobretudo com as preocupações anunciadas por “católicos sociais”, mas também levantava um problema avaliado pelos representantes da sociologia, Saint-Simon e Augusto Comte, o que demonstra que a preocupação com o problema da ordem moral não era privilégio de religiosos, mas modelava o clima intelectual da época. Tratava-se, portanto, de um tema candente entre pensadores cristãos e não cristãos, que preocupados com os problemas sociais, inclinavam-se a explicá-los pela ausência de valores morais na sociedade francesa da primeira metade do século XIX. A solução para a questão convergia para um relativo acordo: buscava-se uma solução racional e pacífica para os problemas sociais e refutava-se toda idéia de luta de classes, apropriava-se não obstante de categorias cristãs fundamentais para a realização de uma reforma social. De modo geral, admitia-se que a ordem social só seria alcançada por meio de um significativo progresso moral das massas.

O IHP considerava a história como “uma ciência plena de ensinamentos, dotada de uma utilidade real e fecunda”; nela, o historiador poderia tirar lições e “procurar ensinamentos sobre as coisas do futuro” (*Investigateur*, 1845, p. 201). Movidos por um forte sentimento religioso, os membros do Instituto Histórico de Paris, na sua maioria,

defenderam a noção de que a humanidade progride sob o comando da Providência. As discordâncias geralmente silenciavam quando se tratava de explicar a causa dos “sofrimentos”, a “anarquia espiritual”, o “ceticismo”, os “vícios” que caracterizavam a sociedade da época. Embora não se pudesse conceber uma homogeneidade de pensamento, as idéias acerca da necessidade de reforma moral e religiosa acabaram imprimindo um caráter essencialmente conservador ao Instituto. Nessa perspectiva, a utilidade mais evidente da história era afirmar a influência salutar exercida pela religião cristã sobre os progressos da civilização, além de indicar que o progresso se condicionava a uma reforma moral da sociedade.

As idéias elaboradas no Instituto Histórico de Paris tinham uma forte identificação com o movimento denominado “catolicismo social”, já que sustentavam que o progresso deveria ser promovido por meio uma reforma moral e religiosa.

Influenciado pela efervescência das transformações sociais e das idéias, o pensamento católico sofreu uma importante transformação ao aceitar a tese de que a humanidade progride. No entanto, havia uma distância significativa entre a igreja católica e o movimento chamado de catolicismo social. De acordo com Duroselle (1951, p. 8), “a igreja católica negligenciava totalmente os problemas sociais, preocupava-se, isto sim, com sua luta contra a Universidade e o Voltarianismo”. A novidade introduzida com esse movimento estava em colocar o catolicismo na origem do aperfeiçoamento social. Passou-se a considerar a idéia de progresso como um produto comum, e não mais pernicioso do pensamento filosófico, adotando-o claramente. O catolicismo social nasceu da tentativa de síntese de dois princípios, um caracterizado pelo “problema operário”, de caráter econômico; outro pela noção de “progresso”, de caráter intelectual. A incorporação da noção de progresso foi fundamental, pois uniu a noção de progresso social a de necessidade de melhora da sorte dos operários. Segundo Duroselle (1951, p. 9), “crer que a chegada de uma era de felicidade para as classes populares é o verdadeiro objetivo da evolução humana, é a descoberta essencial”. Em 24 de fevereiro de 1848, o abade Maret expressa essa idéia da seguinte maneira: “Nós veremos a melhora progressiva do destino moral e material da classe operária, como o objetivo mesmo da sociedade” (*apud* Duroselle, op. cit., p. 9).

O catolicismo social⁸⁴, uma corrente de “pensamento e ação” que deu origem a um importante movimento social e político do mundo ocidental, ilustra como o catolicismo, ligando-se à noção de “reforma social”, apreendeu o sentido da categoria progresso.

É possível falar em catolicismo social no momento em que se é surpreendido pela excepcional gravidade dos problemas sociais, desde que não se fale mais dos ‘pobres’ mas da ‘pobreza’, da ‘caridade’, mas de ‘economia caridosa’, desde que se substitua a esmola ou caridade individual pela ambição de uma ação coletiva, deixa-se o domínio da caridade tradicional para entrar no catolicismo social (Duroselle, op. cit., p. 24).

Assim, o surgimento do “catolicismo social” está ligado à tomada de consciência de um problema novo, do problema social que se estendia ao conjunto das classes trabalhadoras, assim como ao esforço de encontrar as condições teóricas para a solução do problema e de tentar resolvê-lo com medidas práticas. Na Monarquia de Julho, o catolicismo social não se manifestou de forma homogênea. Pelo contrário, atuaram ao mesmo tempo católicos democratas, católicos liberais e legitimistas. Entre os católicos sociais legitimistas encontravam-se aqueles politicamente mais conservadores que aproveitavam todas as ocasiões para destacar o caráter antipopular do governo de Luís Filipe. Ao lado destes, destacaram-se alguns católicos liberais que desenvolveram relevante papel social antes de 1848⁸⁵. A figura mais marcante foi a de Frédéric Ozanam, criador da *Sociedade de Saint-Vincent-de-Paul*⁸⁶. A tendência dos católicos liberais, e notadamente de Ozanam, era conciliar os antagonismos entre as diferentes classes sociais, além de agrupar católicos de diferentes tendências.

De acordo com Touchard (1970, p. 121),

o catolicismo liberal é um ecletismo, uma síntese do catolicismo e do liberalismo, uma adaptação do catolicismo à ordem liberal. Adaptação de

⁸⁴ Apesar de o termo “catolicismo social” ter aparecido nos anos da década de 1890, Duroselle demonstra suas origens no início do século XIX, datando suas primeiras manifestações no ano de 1822, marcadas pela publicação de um artigo de Lamennais sobre a desmoralização dos trabalhadores, mostrando que pressentia o nascimento de um novo problema; e pela fundação da primeira obra especificamente operária a *Sociedade de Saint-Josef*, que inspirou o artigo daquele autor. 1822 foi uma data favorável por dois fatores fundamentais para o desenvolvimento de um movimento social católico. Por um lado, o estado social que perturbava a consciência cristã e provocava reação e, por outro lado, um regime de opinião que tornara possível a compreensão dessa revolta, e até mesmo, tornava viável a pesquisa dos possíveis remédios para os males denunciados.

⁸⁵ Antes de 1848 não havia, de fato, uma absoluta separação entre católicos sociais conservadores e democratas. Após o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 a escola católica social democrata desapareceu. Durante o II Império permaneceu apenas a escola conservadora.

⁸⁶ Cf. Jean TOUCHARD, 1970, p. 121.

natureza econômica, primeiro: os católicos liberais discordam ativamente da reserva inicial da Igreja em face do maquinismo (...); não lhes repugna enriquecer com a indústria, com o comércio, com os bancos. Mas trata-se também de uma adaptação política: os católicos liberais acham-se desligados de qualquer fidelidade supersticiosa em face da monarquia, aceitam a democracia, o parlamentarismo, a república. E, embora existam católicos sociais e antiliberais, há no entanto, católicos liberais estranhos ao catolicismo social.

No plano teórico, porém, liberais ou conservadores, os católicos sociais estavam de acordo sobre alguns pontos. Todos reconheciam a necessidade urgente de melhorar o destino dos operários e propunham a idéia de uma reforma moral da classe operária por meio da religião; refutando toda noção de reforma baseada na violência, hostis à idéia de luta de classes. Acreditavam, portanto, na solução pacífica dos conflitos.

De acordo com Morazé (1952, p. 96), a idéia religiosa alcançou uma tal relevância, sobretudo no futuro próximo de 1848, que “ela se apresentou por toda parte como um útil remédio para as inquietudes e as aspirações populares”.

Além disso,

a reação social posterior às jornadas de 15 de maio e de junho de 1848 tenta se justificar pela idéia de que a classe operária é profundamente corrompida. Será abandonada toda idéia de reforma material e social para se aderir ao sistema de reforma moral. Nós encontraremos mais e mais freqüente esta idéia que é preciso agir antes de tudo sobre os espíritos e sobre os corações. Aos olhos de muitos, a reforma moral é a panacéia universal, dispensando todo esforço para melhorar a condição material dos operários. Embora, para os verdadeiros católicos sociais ela represente apenas um ponto de partida (Duroselle, op. cit., p. 209).

A noção de reforma moral estava presente em diversas correntes de pensamento, e foi apreendida por diferentes grupos políticos. As concepções de utilidade da religião e reforma moral tinham uma motivação ou consequência conservadora, embora não fossem privilégio de conservadores (Nisbet, 1987). Além disso, um fato importante a ser notado é que essas idéias estão na origem do pensamento sociológico. Conforme Tiryakian (1980, p. 256), a idéia desenvolvida por Saint-Simon em *O Novo Cristianismo* de que era preciso estabelecer a moralidade integradora para complementar a vida econômica reapareceu em Le Play, Proudhon e Comte, a despeito de suas divergentes inclinações políticas.

Alguns representantes do pensamento cristão católico influenciaram diretamente o pensamento e a imaginação religiosa de Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, e dos saint-simonianos. Com eles, estas idéias tomaram um novo sentido. Esses pensadores

distanciavam-se do catolicismo, mas as idéias e valores morais cristãos permaneciam em seu pensamento e teoria. Jean Dautry (1965) esclarece que o cristianismo no Novo Cristianismo é reduzido a um evangelho onde Deus é apenas um conceito. Segundo esse raciocínio, havia uma incompatibilidade de humor entre Saint-Simon e o cristianismo, apesar disso, ele postulou a importância de uma nova moral. A essência desse “cristianismo” pode ser resumida na premissa: “os homens devem se conduzir como irmãos”. De acordo com Petitfils (1978, p. 59),

no final de sua vida, Saint-Simon não pensa mais que a ciência seja suficiente, por si mesma, para dar o impulso da fraternidade necessário à realização de uma grande obra coletiva. Como todos os criadores da utopia, ele sente a necessidade de dotar a sociedade futura de uma mística que corresponda à sua ética.

Era esta a proposta do *Novo Cristianismo*: estabelecer uma nova ordem baseada no amor fraternal. Saint-Simon criticava as diferentes religiões cristãs, pois, segundo ele, estas religiões eram verdadeiras heresias, já que não utilizavam os argumentos cristãos em prol da classe mais pobre, que para Saint-Simon, constituía o único fim do cristianismo. Sendo assim, o cristianismo regenerado proposto por ele e baseado no pressuposto divino da fraternidade entre os homens tinha por objetivo essencial melhorar a sorte do proletariado.

Este cristianismo pretendia ser a essência do projeto industrial, que por meio do amor fraternal, ligaria entre si “os cientistas, os artistas e os industriais (...) colocaria também as belas-artes, as ciências de observação e a indústria no comando dos conhecimentos sagrados” (Saint-Simon apud Russ, 1991, p. 103). Em Saint-Simon, portanto, a preocupação com o vazio moral e a anarquia característicos da sociedade capitalista é bastante evidente. Nesse contexto, a educação moral aparecia como elemento fundamental para promover a transformação do homem.

Sua última obra, *O novo cristianismo*, é considerada uma contundente crítica às igrejas cristãs de seu tempo, e como afirma Ionescu (1983, p. 67), “é igualmente válido como chamamento para a restauração de valores e princípios cristãos como base da vida social”. Assim, embora Saint-Simon criticasse a conduta religiosa de católicos e protestantes, ele se apropriou do cristianismo, justificando-se nas seguintes palavras:

Aqueles que não consideram as idéias sobre a divindade e a revelação mais do que fórmulas que puderam ter alguma utilidade em épocas de ignorância e barbárie, que têm por anti-filosófico o emprego de

semelhantes fórmulas no século XIX; estas pessoas que, com riso voltariano, acreditam poder refutar o autor deste escrito, buscaram provavelmente em seus sistemas, com pretensões filosóficas, uma fórmula de moral mais geral, mais simples e mais popular que a fórmula cristã; e se não encontraram para substituí-la mais do que a razão pura e a lei natural, revelada no fundo dos corações, não sustentariam já, sem dúvida, mais do que uma discussão de palavras, não tardando muito em compreender quanto há de vago e incerto em sua linguagem. Finalmente, se puderam duvidar da excelência sobrehumana do princípio cristão, ao menos deveriam respeitá-lo como o princípio mais geral que os homens já utilizaram, como a teoria mais elevada que foi produzida em dezoito séculos (apud Ionescu, op. cit., pp. 225 e 226).

Após a morte de Saint-Simon, em 1825, fundou-se a escola saint-simoniana⁸⁷, que iniciou a exposição de suas doutrinas em 1828. Em torno do saint-simonismo estiveram muitos politécnicos e engenheiros como Enfantin, Michel Chevalier, Talabot, Jean Reynaud, Édouard Charton, dentre outros, além de personalidades como Bazard e Buchez.

A idéia de um processo longo e gradual de mudança social e cultural, um movimento marcado por fases definidas do simples para o complexo marcou o pensamento ocidental e dominou o programa do século XVIII para o estabelecimento da ciência do homem e da sociedade, sobretudo por meio das obras de Turgot e Condorcet. Jean Dubois (apud Benoit, 1999, nota nº10, p. 237), que estudou o valor semântico da palavra “progresso” durante o século XVIII, esclarece que à época ela se identificava com a palavra revolução: “Indica então o movimento para frente da civilização em direção a um estado cada vez mais próspero; a liberação dos povos pelo movimento revolucionário é assimilada ao progresso da humanidade”.

Auguste Comte acreditava no progresso social, mas no 2º Caderno do *A Indústria* ele expôs uma concepção diferente daquela predominante no século XVIII, sobretudo, aquela elaborada por Condorcet (Benoit, 1999). Neste texto, Comte desvinculou completamente os conceitos de “progresso” e “revolução”. Mas, conforme Benoit, foi somente a partir dos *Opuscules de Philosophie Sociale* (de 1819 em diante) que começou a ser pensada, na obra de Comte, a relação entre “progresso e ordem”, contudo, “desde o seu

⁸⁷ Suas idéias, difundidas inicialmente para um público restrito de iniciantes (especialmente entre os alunos da *École Polytechnique*), conheceram um destino extraordinário depois dos *Trois Glorieuses*. Burgueses e operários se acotovelavam em busca dos ensinamentos, oferecidos tanto no interior quanto em Paris, pelas verdades missionárias da fé saint-simoniana. A partir de janeiro de 1831, *Le Globe*, que tinha sido o mais ferrenho defensor das idéias liberais no fim da Restauração, recebeu o título de jornal da doutrina de Saint-Simon e concorreu para a difusão das novas idéias.

primeiro escrito político já se delineava o quadro teórico que tornou possível uma teoria do progresso sem revoluções” (idem, op. cit., p. 128, nota nº 11). Se para Comte as revoluções não são a causa do progresso social, “o novo regime só será estabelecido quando um novo sistema de idéias morais e políticas for concebido, produzido, adotado. É preciso, pois, começar pela organização deste sistema, e por sua introdução nos espíritos, antes de o aplicar às instituições” (L’Ind., 3º vol., 2º caderno, p. 333, *apud* Benoit, op. cit., p. 130).

Para Comte (1822, “Prospectus des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société”), a obra de Condorcet, o “Esboço para um quadro histórico dos progressos do espírito humano”, teve uma importância fundamental para a fundação positivista-sociológica. Condorcet foi quem primeiro percebeu que a humanidade obedece a uma “lei natural de desenvolvimento”, mas o comprometimento com a doutrina político-revolucionária do século XVIII teria resultado no “tom exageradamente crítico e declamatório” (idem, op. cit., p. 141) do Esboço, por isso, segundo Comte, essa obra não tinha nenhum ensinamento positivo sobre a reorganização da sociedade.

Em relação aos problemas sociais, antes mesmo do seu encontro com Saint-Simon, Comte já havia tomado consciência da existência de um grave fator instigante da anarquia:

A miséria pública é enorme em Paris; o pão é muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro da mendicidade; a cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e com tudo isso, quanto luxo! Quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto! A despeito da aflição geral, o carnaval é ainda bastante alegre, pelo menos, há muitos bailes, públicos e particulares. Ouvi mesmo dizer por pessoas bem sensatas que se dançou neste inverno como nunca. Quanto a mim, não posso imaginar como uma gavota ou um minueto façam esquecer que mais de trinta mil seres humanos não tenham o que comer. Não posso imaginar que se seja tão indiferente, a ponto de se divertir loucamente em meio a todos esses desastres. Os governos não se incomodam de maneira alguma com esta frivolidade, porque, segundo a observação judiciosa que ontem ouvi de uma senhora muito bonita, muito amável e que, no entanto, pensa, ‘quem dança não conspira!’ Esta expressão, que é mais profunda do que parece, dá bem a chave das coisas (*apud* Moraes Filho, 1978, p. 8).

A doutrina que Comte desenvolveu posteriormente estabelecia a possibilidade de um “acordo dos espíritos”. Analisando o estado da sociedade, Comte escreveu no *Producteur*:

A sociedade está evidentemente, hoje, sob o aspecto moral, em uma verdadeira e profunda anarquia, reconhecida por todos os observadores, quaisquer que sejam suas opiniões especulativas. Essa anarquia se deve, em última análise à falta de todo sistema preponderante, capaz de reunir todos os espíritos em uma só comunhão de idéias (*Considérations sur les sciences*, 2e. Artigo, *Producteur*, I, 1825, p. 369-370).

No texto *A Indústria*, escrito em parceria com Saint-Simon (ou sob sua influência), Comte concluiu que a desordem reinante na Europa era de ordem moral e política. Naquele contexto, porém, seria preciso haver uma reforma essencial: “destruir o politeísmo e substituí-lo por uma crença única e geral, sobre a qual todos os homens pudessem estar de acordo” (*apud* Benoit, 1999, p. 40). Assim, para Comte a desorganização social do começo do século XIX, que para muitos tinha causas em fatores unicamente materiais, tinha sua origem em fatores morais e intelectuais. No entanto, o sistema moral preconizado por Comte nesse texto deveria ser construído sobre nova base: uma ordem moral positiva.

Como observa Benoit (*op. cit.*, p. 106), em 1826,

Augusto Comte afirma muito claramente que a reorganização social que tenha como meta a instauração da sociedade da ‘harmonia entre desiguais’ tem que começar necessariamente por uma reforma moral, e depende, por consequência, da existência de um forte poder espiritual.

De acordo com a autora (*op. cit.*, p. 238), “o positivismo e sua filosofia demonstra a importância da ‘caridade privada’ e de suas instituições para abrandar o sofrimento dos mais pobres”. Entre 1830 e 1848, Comte participou ativamente da Escola Politécnica de Paris, quando teve a oportunidade de oferecer cursos regularmente aos operários do terceiro distrito de Paris. Diferentemente de seus colegas ex-politécnicos, que ensinavam química, aritmética etc, Comte ensinava sobre “astrologia elementar”, disciplina que, após 1835, passou a se denominar “Astronomia popular”. Por meio desse curso, Comte pretendia dar aos operários-alunos a mais perfeita noção de ordem. O estudo da astronomia “despertaria e reforçaria o sentimento da invariabilidade da ordem social” (*idem*, *op. cit.*, p. 363). Comte pretendia oferecer uma educação elementar científica a fim de estimular a resignação. Ele proclamou abertamente sua posição conservadora em um trecho do Curso de Filosofia Positiva:

Ele (o positivismo) tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, por meio do desenvolvimento de uma sábia resignação (...). Evidentemente só é possível para suportar com constância e sem nenhuma esperança de compensação, qualquer que seja, os males inevitáveis que regem os diversos gêneros de fenômenos naturais, a partir

de uma profunda convicção da invariabilidade das leis (*apud* Löwy, 1998, p. 25).

Pode-se considerar que a noção presente no IHP de que uma reforma moral era uma necessidade urgente para a sociedade refletia a amplitude que algumas teorias adquiriram sob a Monarquia de Julho.

Os membros do Instituto Histórico de Paris não eram todos católicos, mas isso não impediu que a sociedade adquirisse, como instituição, a característica dominante de uma associação de religiosos, que se levantavam em defesa do cristianismo e, não raras vezes, do catolicismo, até mesmo nas discussões mais alheias à questão religiosa. A religião católica era apontada como um fator que explicava a “superioridade francesa” e era defendida como o meio mais eficaz de promover a regeneração moral da sociedade, conduzindo-a à ordem. No IHP as idéias sobre reforma moral denunciaram o comprometimento e utilidade da ciência histórica: a defesa da ordem e a indicação de uma solução pacífica para os problemas sociais. Assim, a religião era entendida como a pedra angular do Estado e da sociedade.

Não por acaso, o Instituto Histórico teve como um de seus membros mais atuantes um dos precursores do catolicismo social nos meios democráticos e do socialismo cristão, Philippe Buchez. Buchez esteve entre os precursores do catolicismo social que obtiveram o título de socialistas cristãos. Politicamente, não pertenciam ao partido conservador, como Alban de Villeneuve-Barguemont, nem à ala moderada dos democratas, como Charles de Coux ou Frédéric Ozanam, eram republicanos avançados que, apesar de crerem na divindade de Cristo e nos dogmas da Igreja, não hesitavam em criticar os padres e o papa. Alguns representantes desta vertente sofreram influência de Saint-Simon e Fourier e, apesar do pouco contato que tiveram com católicos sociais, sobretudo conservadores, também foram influenciados por Lamennais. Philippe Buchez, um desses representantes do meio democrático cristão ou socialista cristão, conhecia bem o problema operário, pois mantinha contato com os trabalhadores que aderiam às sociedades republicanas. Em torno desta figura tão marcante foi criada uma escola, na qual se destacaram os nomes de Ott, Feugueray, Marius Rampal e Jules Bastide.

Sobre a relação dos “primeiros socialistas” com o cristianismo Leroy afirma:

Acima de tudo, Buchez procurou uma moral nas tradições religiosas, em particular no cristianismo. Foi à moral do cristianismo que aderiu para

criar, aliás como Pierre Leroux, um catolicismo social, ou, caso se prefira, um socialismo católico (...). Há verdadeiramente algo de religioso no espírito dos primeiros socialistas, em particular dos comunistas que quase unanimemente se consideram continuadores do ensinamento do cristianismo primitivo; eles gostavam de lembrar as primeiras comunidades cristãs nas quais tudo era fraternalmente comum. Cabet, que teve uma grande influência social na época de Luís Felipe, autor de uma *Voyage en Icarie*, que fez grande sucesso, derivou o comunismo do Evangelho em *Le Vrai Christianisme suivant Jésus-Christ*. Também Louis Blanc invocou a palavra de Cristo; e, às vésperas da Revolução de 1848, recusou-se colaborar com Marx porque este era ateu (*apud* Benoit, 1999, nota p. 44).

O conteúdo das discussões da segunda classe, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, que se uniu à quarta classe, de História das Ciências Físicas e Matemáticas em 1836, formando a terceira classe, fornece a maior parte dos debates mais interessantes sobre as questões sociais que inquietavam os espíritos no tempo de Luís Filipe. É nos registros dessa classe que se encontram as formulações mais receptivas às idéias de interferência na sociedade por meio da moral e da religião. Nas resenhas publicadas por membros da terceira classe, os temas relacionados ao cristianismo, catolicismo e religião ganharam espaço privilegiado⁸⁸. Em algumas delas procurou-se afirmar o que se considerava o “objetivo mais nobre da religião cristã”: oferecer os princípios reguladores e moralizantes capazes de garantir a harmonia e a prosperidade da nação.

Entre os membros mais atuantes, inclusive aqueles que administraram a terceira classe, destacaram-se advogados, médicos, aristocratas e religiosos⁸⁹. Mas o grupo de

⁸⁸ Os Cursos Públicos também divulgavam as idéias elaboradas no IHP. Em relação à religião, no ano de 1841, ao tratar da “História do papado durante os tempos modernos”, Dufau afirmou que “apenas uma instituição é divina: o catolicismo.(...) E se por religião se compreende as relações diretas imediatas de Deus com o homem, apenas o catolicismo é uma religião” (Investigateur, 1841, pp. 140-141).

⁸⁹ 1834 - 2ª. classe: História das Ciências Sociais e filosóficas: Presidente: M. Doudeauville, o duque de Pair da França; Vice-presidente : Lasteyrie, o conde Ch. -Ph. De; Secretário : Saint-Prosper (J.-C.). 1835- 2ª. classe : Presidente: duque de Dudaeville; Vice-presidente – conde de Lasteyrie; Secretário – Alph. Fresse-Montval. 1836 - 3ª. classe: Presidente: Duque de Doudeauville; Vice-presidente : Conde de Lasteyrie; Vice-presidente adjunto: l’abbé Labouderie; Secretário: Dr. Sandras; Secretário adjunto: J. -S. Jean. 1837 - 3ª. classe: Presidente: Conde de Lasteyrie; vice-presidente : Dr. Cerise; Vice-presidente adjunto: M. de Longperier; Secretário: Alph. Fresse-Montval; Secretário adjunto: Dr. Colombat de l’Isère. 1838- 3ª. classe: Presidente: Dr. Cerise; Vice-presidente : abade Badiche; Vice- presidente adjunto: Dr. Colombat de L’Isère; Secretário: Alph. Fresse Montval; Secretário – adjunto: Bayard. 1839- 3ª. classe: Presidente: - Dr. Cerise; Vice-presidente – l’abbé Badiche; Vice- presidente adjunto – J. A.Dréolle; Secretário – Dr. Bayard; Secretário – adjunto – Ch. Favrot. 1840 - 3ª. classe: Presidente: l’abbé Badiche; Vice-presidente – Dr. Cerise; Vice-presidente adjunto – Dr. Josat; Secretário – Ch. Favrot; Secretário – adjunto – J. -A. Dréolle. 1841 - 3ª. classe: Presidente: N. De Berty; Vice-presidente –l’abbé Badiche; Vice- presidente adjunto –Dr. Cerise; Secretário –Ch.Favrot ; Secretário – adjunto –Bernard Jullien. 1845 - 3ª. classe: Presidente: l’abbé Auger; Vice-presidente –l’abbé Laroque; Vice- presidente adjunto –B. Jullien; Secretário – Favrot; Secretário –

membros ligados diretamente ao catolicismo chamou atenção por sua intensa presença e atuação. Conforme a lista de membros publicada em 1860, Lamennais, que poderia ser considerado “o criador do catolicismo social” (Duroselle, 1951, p. 36), teria sido membro do Instituto Histórico. No entanto, sua presença nas sessões no período estudado, 1834 a 1850, só é notada por meio de referências feitas a sua obra. Mas alguns membros ligados ao “catolicismo social” e, inclusive, ao próprio Lamennais, participaram efetivamente das atividades. É o caso do abade Gerbet, que foi, juntamente com Charles de Coux, um dos precursores do catolicismo social. Em 1831, a pedido de Ozanan, Gerbet organizou seis conferências públicas para estudantes, sobre a “Filosofia da História” enquanto Charles de Coux tratou de economia política⁹⁰. Em 1832, Gerbet era quase um socialista (Duroselle, op. cit., p. 58). Em 1836, Gerbet e alguns outros antigos seguidores de Lamennais criaram a revista *Université catholique*, de tendência social, onde se publicava artigos concernentes ao problema operário, tomando como referência o *Européen* de Philippe Buchez⁹¹. Em sua *Introduction à la Philosophie de l’histoire*, Gerbet associou as idéias de progresso social e de melhora do destino dos operários: “A ciência social, em todas as épocas, e sobretudo na época atual, tem por objetivo determinar qual é a classe social que foi chamada a um grande progresso ou à uma participação crescente de direitos e de vantagens sociais” (apud Duroselle, 1951, p. 57). Mas, segundo Duroselle, Gerbet, assim como Lamennais, tinha mais uma visão profética do que preocupações científicas. Para o discípulo de Lamennais, o cristianismo era a fonte imanente do aperfeiçoamento da humanidade. Assim, alguns escritores católicos passaram a admitir concepções evolucionistas da história.

O Instituto Histórico não se relacionava com o “catolicismo social” apenas por meio de seus membros; pode-se perceber essa ligação também por meio das obras comentadas na classe e cujos relatórios eram publicados no jornal. Nesse sentido, comentou-se a obra do

adjunto – M. Foulon. 1846 - 3^a. classe: Presidente: l’abbé Laroque; Vice-presidente –Dr. Caffé; Vice-presidente adjunto –Dr. Josat; Secretário – Favrot; Secretário – adjunto – Foulon.

⁹⁰ O neo-catolicismo se manifestou pela primeira vez como movimento pela publicação do *Mémorial catholique*, fundado desde 1824, antes mesmo da primeira reviravolta liberal de Lamennais, por dois padres, Gerbet e Salins, os dois seus adeptos, e que durou até 1830. Nessa data o *Mémorial* mensal cedeu lugar para o *Avenir* cotidiano, dirigido diretamente por Lamennais. O *Avenir* foi, entre outubro de 1830 e novembro de 1831, o órgão memorável das idéias de um Lamennais ainda ortodoxo e deixou de ser publicado quando este partiu para Roma. Nos anos seguintes, a revista que permaneceu a mais próxima do pensamento de Lamennais foi *La France catholique* que começou a ser publicada a partir de novembro de 1833, na qual colaboraram Ballanche e Eckestein, membro do Instituto Histórico de Paris (Bénichou, 2001, pp. 176 e 177).

⁹¹ Dedicamos uma parte do próximo capítulo a Philippe Buchez “o sociólogo do Instituto”.

abade Baret, que seguindo a linha de raciocínio desenvolvida por Gerbet, enfatizava o papel do cristianismo como fator social⁹². Em maio de 1846 o padre Auger fez uma comunicação sobre as conferências de Saint-Vincent de Paul, fundada por Ozanam, acolhida com satisfação pela classe.

O conde Alexandre de Laborde (1774-1842), arqueólogo e homem político⁹³, foi vice-presidente do IHP no seu primeiro ano e era membro da Academia de Inscrições e Belas-Letras e da Academia de Ciências Morais e Políticas. Para além de sua atuação puramente política, como economista escreveu *De l'esprit de l'association dans toutes les intérêts de la communauté* (Paris, 1821, in-8º, 2 vol), e influenciou Alban de Villeneuve-Bargemont⁹⁴, considerado um dos precursores do catolicismo social nos meios conservadores, com suas idéias sobre a associação. Embora Alexandre de Laborde tenha manifestado certa hostilidade com relação ao catolicismo, reconheceu a existência de um “estado permanente de miséria na qual; apesar de todos os seus esforços, um certo número de indivíduos, trabalhadores e honestos, parecem condenados” (Duroselle, op.cit., p.71).

A terceira classe também contava com um grupo de católicos anti-românticos, como o padre Auger⁹⁵, Jean Dréolle, Henri Fresse-Montval, Bernard Jullien⁹⁶.

Jean-André Dréolle, publicista, que nasceu em Libourne em 7 de outubro de 1797. Em 1830 foi à Paris onde se tornou redator do Constitucional, em 1837 foi nomeado professor de história religiosa no Ateneu Real. No Instituto, Dréolle participou ativamente e contribuiu nas discussões que afirmavam a importância da religião e da moral na sociedade, foi vice-presidente adjunto da terceira classe em 1839 e secretário adjunto em 1840. Também escreveu artigos no jornal *Débats* e, de retorno a Libourne em 1848, fundou o

⁹² Conforme Duroselle (op. cit., p. 78), o abade Baret foi menos longe e se contentou em afirmar a eficácia “social” do cristianismo sem explicar em que ela consistia.

⁹³ Elegeram-se deputado em 1820, época em que se pronunciou a favor da liberdade e combateu o projeto de invasão da Espanha (1823). Foi um dos mais vigorosos opositores sob os ministérios Villèle et Polignac. Assumiu as funções de prefeito do Sena logo depois das jornadas de julho, após ter sido auxiliar de campo de Luís Filipe, e continuou a sentar-se nas fileiras do centro esquerdo da Câmara.

⁹⁴ De acordo com Duroselle (op.cit., p. 59), “Serviu brilhantemente Napoleão, mas acolheu com alegria os Bourbons”. Legitimista em política, esteve também à frente de uma escola social que ganhou o nome de *Société d'Économie Charitable*.

⁹⁵ Presidente da terceira classe em 1845. O padre Auger nasceu em Marigny (Aube), em 7 de maio de 1794, morreu em Troyes em 25 de setembro de 1874. Ordenado padre em 16 de maio de 1818, ele ensinou retórica e filosofia. A partir de 1855, foi professor de filosofia e de história eclesiástica no grande seminário do qual ele se tornou vice-superior. Humanista apaixonado pela cultura grega e latina, ele formou e instruiu o clero da diocese durante mais de meio século. (Dictionnaire et biographie française)

⁹⁶ Secretário da 3ª. classe do IHP em 1844 e vice-presidente adjunto em 1845.

jornal moderado *Le Peuple*, que não sobreviveu por muito tempo. De volta à Paris, Dréolle retomou seu lugar no *Débats*. Colaborou com diversos artigos para o *Dictionnaire de la conversation* e a *Encyclopédie du XIXe. siècle*, além de ter publicado alguns estudos, cujo principal foi *De l'influence du principe religieux sur l'homme et sur la société*.

O padre Marie-Léandre Badiche, nascido em Fougères, em 1798, foi capelão do Liceu de Nantes, tesoureiro da Notre Dame de Paris, vigário de Sainte-Marguerite e de Saint-Louis-en-l'Isle. Escreveu em colaboração com Fresse-Montval o *Cours d'études élémentaires* (1854-1856, 4 vol.), sobre história antiga e moderna, história da França, geografia e mitologia universal, etc. Também publicou artigos na Revista *l'Univers*, *l'Ami de la Religion* e no *Investigateur*. No Instituto Histórico foi vice-presidente da terceira classe em 1838, em 1839, 1841 e presidente em 1840. Recebeu um testemunho de satisfação de seus colegas por seu devotamento e sua assiduidade (17/02/1845). Além de Badiche, Dufey de l'Yonne, membro da primeira classe, de História Geral e História da França, participava de tudo quanto se fazia no Instituto Histórico (Faria, 1970), inclusive de algumas discussões propostas pela terceira classe. Há também Henri-François-Marcel-Alphonse Fresse Montval, que nasceu em 4 de novembro de 1795, na região dos Pirineus orientais⁹⁷. Após ter passado três anos no seminário, teve dúvidas sobre sua vocação eclesiástica e passou dois anos trabalhando como mestre de estudo e professor em várias instituições. Um mês antes da Revolução de Julho, Fresse-Montval publicou uma brochura intitulada: *De l'opposition em 1830*, esse texto e a *France illustrée* alcançaram um sucesso considerável. Em 1833, publicou *L'Orphelin et l'Usurpateur*, dedicado à Chateaubriand, obra totalmente voltada à defesa de doutrinas legitimistas que não teve muita aceitação do público. Ele também publicou um romance intitulado “Jules Joseph”, obra em que deixou clara sua postura legitimista e católica.

Jean Labouderie, escritor e erudito, nasceu em 1776 e morreu em 1849, durante muito tempo foi pároco no campo, mas devido a seu gosto pelos estudos resolveu mudar-se para Paris, onde estudou direito, hebraico e outras línguas. Tornou-se, sucessivamente, vigário de Notre-Dame de Paris, cônego d'Angers e de Saint Flour, grande vigário honorário d'Avignon. Além de membro do IHP, era sócio da Sociedade dos Antiquários da

⁹⁷ Informações baseadas na *Biographie des Hommes du jour* de G. Sarrut e Saint-Edme, ambos membros do Instituto Histórico.

França, da Sociedade Asiática, entre outras. Labouderie estudou direito e dedicou-se a mostrar como grandes inteligências não encontravam no catolicismo algo que contrariasse suas aspirações. Proclamou publicamente sua fidelidade aos Bourbons. No IHP, foi vice-presidente adjunto da terceira classe em 1836. Também merece destaque o abade Mathieu Orsini, um escritor eclesiástico que dirigiu algumas revistas religiosas e deixou obras de divulgação sobre o catolicismo, como *Les Fleurs du Ciel* (1839) e *La Bible des familles* (1842/43).

Além destes, participava da classe Henri Adrien Prévost de Longpérier, que se dedicou à arqueologia e à numismática, tornou-se sucessivamente membro da Sociedade dos Antiquários de França (1837), conservador adjunto do museu egípcio do Louvre em 1847, e em 1854 foi admitido como membro pela Academia das Inscrições e Belas-Letras. Longpérier era um homem instruído e grande conhecedor da língua árabe, escreveu a *Histoire des doctrines morales et politiques des trois derniers siècles*, apresentada aos membros do Instituto por M. Matter. No IHP, foi vice-presidente adjunto da terceira classe em 1837.

Outros membros que defendiam idéias religiosas ou que estavam ligados a religião de alguma forma participaram da terceira classe: Nigon de Berty, secretário adjunto da terceira classe no ano de 1841 e vice-presidente adjunto em 1845; Bernard-Jullien, vice-presidente adjunto da terceira classe em 1845, secretário adjunto em 1841; Os padres Bousquet; Annat; Lemonnier; Luscombe, padre inglês; Marchand-Ennery, rabino da sinagoga de Paris; S. Cahen, israelita que se dedicou a estudos literários e filosóficos, tradutor da Bíblia; Guillon, bispo do Marocos, capelão da rainha e professor de eloquência sagrada na Faculdade de Teologia.

Entre aqueles que presidiram o Instituto Histórico com reconhecida dedicação (Deslandres, 1922, p. 308), e também contribuíram com a administração da classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas, encontram-se: o duque de Doudeauville; o conde de Lasteyrie e Villenave. O duque de Doudeauville, Ambroise-Polycarpe de La Rochefoucauld, foi um homem de Estado (1765-1841), defensor da causa dos Bourbons. Durante a Restauração, assumiu a presidência do conselho de administração da Escola Politécnica, tornou-se presidente da Sociedade de Instrução Elementar, contribuiu para a propagação da instrução primária, foi diretor da Sociedade Filantrópica, um dos

fundadores da Sociedade Real das Prisões (instituída para melhorar o destino dos prisioneiros), consagrando a maior parte do seu tempo a obras de beneficência. Dentro do IHP, o duque de Doudeauville presidiu a segunda classe, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, durante os anos de 1834 e 1835; em 1836 presidiu a terceira classe, de História das Ciências Sociais, Filosóficas, Físicas e Matemáticas; em 1837 presidiu o Instituto Histórico e em 1840 foi o seu presidente honorário. Charles Philibert, conde de Lasteyrie⁹⁸, agrônomo, publicista e filantropo, participou da fundação de diversas sociedades, algumas delas destinadas a ajudar os miseráveis. Dentre elas, destacam-se: Sociedade de estímulo à Indústria Nacional; Sociedade Filantrópica; Sociedade de Agricultura; Sociedade Asiática; Sociedade da Vacina. Escreveu um grande número de livros elementares de agricultura e educação primária. Mostrou-se ardente defensor das idéias liberais. Defendeu a liberdade de imprensa e a liberdade religiosa, e lutou, durante toda a vida, em defesa das doutrinas morais e sociais. No IHP foi vice-presidente da segunda classe nos anos de 1834 e 1835, vice-presidente da terceira classe em 1836 e presidente dessa mesma classe em 1837. Finalmente, o professor de história literária no Ateneu Real de Paris, o fiel companheiro de Joseph Michaud no Instituto e na *Quotidienne*, revista legitimista, Mathieu Villenave, que colaborou com mais de 300 verbetes na Biografia Universal, uma obra de tendência claramente monarquista, organizada por Michaud. No IHP Villenave ocupou os cargos de presidente da classe de História das Línguas e Literaturas em 1834, 1835 e 1839, foi vice-presidente dessa mesma classe em 1838, 1844 e 1846 e vice-presidente adjunto em 1845.

Esses membros compreendem a quase totalidade daqueles que administraram a terceira classe do Instituto Histórico. Essa conformação ideológica é bem sugestiva a respeito das idéias debatidas e divulgadas na classe responsável por pensar e fazer a ciência social e filosófica no IHP. Nota-se uma forte atuação de membros católicos, ou ligados ao cristianismo, quando não à filantropia; o que permite desnudar, senão totalmente, pelo menos em parte, o perfil que confere uma identidade particular à classe e ao Instituto.

O Instituto Histórico de Paris defendeu a idéia de que a história e a ciência social deviam não apenas contribuir para o aperfeiçoamento e progresso moral da humanidade,

⁹⁸ De acordo com Faria (1970, p. 27), o conde de Lasteyrie, membro do IHP, seria Ferdinand de Lasteyrie, arqueólogo e político. Mas, consideramos que, na verdade, o membro do IHP seja o seu pai, Charles Philibert Lasteyrie, pois, na lista de membros publicada no final de 1834, seu nome apareceu com a seguinte abreviatura: Lasteyrie (le comte Ch. Ph. de).

como também oferecer ensinamentos e orientar a ação em direção a esse progresso. O argumento que sustentava a necessidade de reforma moral e religiosa evoluiu até se tornar uma temática que aparecia em quase todos os debates, em todas as classes, e que caracterizaria o Instituto por seu caráter conservador.

O debate sobre a questão proposta por M. Alix “Determinar as causas do despertar do espírito humano e do renascimento e do progresso da civilização na Europa”, para o Congresso de 1837, evidencia a preocupação dos membros do IHP com a sociedade que lhes parecia “perigosa e instável”. Sobre esta questão, Dréolle comentou:

Quem poderá, pois, me dizer, senhores, o que podemos entender por civilização? Devo defini-la como uma tendência constante da humanidade em direção ao bem; uma melhora real trazida a nossos costumes pela aplicação feita na sociedade das idéias que nós concebemos sobre o belo, o verdadeiro, o bom? Mas então eu vejo com dor que quanto mais avançamos em civilização, em progresso social, mais as virtudes se apagam, mais o vício triunfa e se propaga. (...) É para o homem de hoje uma necessidade estar convencido de que sua existência aqui na terra será precária, infeliz, inundada de desgosto, (...) se ele não sabe ser o mais forte nessa luta horrível do egoísmo, pois, não duvidemos, senhores, o egoísmo é a alma da sociedade na qual nós vivemos.

(...) época calamitosa que (...) conduziu nossos costumes ao último degrau de embrutecimento, época de abjeção, época de ruptura moral com todo princípio de equidade, de retidão, de razão santa.

(...) Desde 1830 ocorreram mudanças nos costumes, na nossa maneira de considerar a civilização e as causas e efeitos das revoluções. Damos uma atenção mais séria aos debates parlamentares, e nos julgamos melhores que no passado. Esses julgamentos influem sobre nossos gostos, sobre nossos hábitos; eles se propagam até o domicílio doméstico. Não se apaixona mais como antigamente por uma idéia nova, por um projeto gigantesco, incomensurável. Visa-se ao positivo, à vida real, pois estamos fatigados, desgostosos de utopias (Journal de l’Institut Historique, 1938, p. 203, 12ª. Sessão do Congresso Histórico, 27 de dezembro de 1837).

Ao se deparar com a “situação calamitosa” na qual se encontrava a sociedade francesa, Dréolle avaliou as causas de tais perturbações:

Hoje, época de indiferença religiosa, política e filosófica, época de egoísmo sentimental, apogeu de uma civilização mais fascinante, mais gloriosa e mais iludida com suas descobertas científicas, do que envergonhada de sua marcha sem caráter e indecente. Hoje, de fato, a religião está ridicularizada, a compaixão ignorada, a virtude não ousa se mostrar ao dia sem o terror do ridículo. (...) O culto exterior que toda sociedade oferece a Deus está por toda parte expirando, desde que a indiferença passou do gabinete do cientista, do homem de Estado, à loja do comerciante, à oficina do proletariado (ibdem).

Já que o desprezo pela religião causava tantos e graves problemas, a solução dependeria do retorno ao princípio religioso:

Um escritor que todos os partidos estimaram, que todas as opiniões honraram, (...), um homem de consciência e saber, Benjamin Constant, reconhecia a necessidade de uma religião no Estado; religião não decretada pelos reis, pelos ministros, mas revelada ao coração pela admirável organização do universo, e na qual os princípios, guardiões dos bons costumes, se introduzem pela educação (ibidem).

Admitia-se, portanto, a necessidade e importância de uma religião civil, que conforme Nisbet (1987, p. 123), é a “essência do credo conservador”.

Em uma resenha sobre a obra do abade Polge (professor de dogma na Faculdade de Teologia d’Aix), intitulada *Les Destinées du Christianisme*, o abade Badiche explicou sua compreensão do que faltava naquele século:

Nosso século precisa de princípios que se liguem a vida e regrem os deveres; o cristianismo dá esses princípios; nada seria capaz de substituí-lo. Nosso século apaixonou-se pela liberdade; o cristianismo dá a liberdade ao mundo; só ele pode conservá-la (...). Nosso século está ávido de glória; o cristianismo tem todas as glórias, das artes, das ciências, das armas, da beneficência (Investigateur, 1841, pp. 377-378).

O objetivo do autor da obra era demonstrar que, estando a sociedade imersa em tantos problemas, sobretudo de ordem moral, somente o cristianismo poderia salvá-la.

Logo após a revolução de 1830, sobreveio um tempo de desilusões. A população parisiense foi mais uma vez atingida por uma crise que, por volta da metade de 1832, surpreendeu duramente a economia francesa. Ao mesmo tempo, Paris e grande parte da França mergulharam numa epidemia de cólera, “um poderoso exterminador nas cidades do século XIX” (Seigel, 1992), que pode ser considerada um fato tão importante quanto os tormentos políticos, as crises econômicas ou os conflitos sociais. A epidemia e os problemas, ao mesmo tempo sociais e políticos, revelaram aos dirigentes a amplitude da questão social e, aos operários, a importância da ação política. Paris abrigava uma grande população composta de imigrantes e operários “freqüentemente explorados e mal pagos, sistematicamente despedidos do emprego em época de crise, desacostumados à vida urbana, mal alojados, atingidos por doenças epidêmicas” (idem, op. cit., p. 31). Diante disso,

os novos parisienses assustavam as classes mais estabelecidas e mais ricas, às quais pareciam estranhos e diferentes, e foram rapidamente encarados como uma ameaça à ordem pública e à estabilidade política, uma moderna “invasão bárbara”. A imagem das classes trabalhadoras

mesclou-se ao espectro *de les classes dangereuses*, as classes perigosas (ibdem).

Dando continuidade à discussão proposta por Alix, a intervenção de A. Delhomme enfatizou o “perigo” representado por estas classes:

É com pavor que eu projeto o futuro. Eu vejo os trabalhadores, cansados de sofrer e de suportar os ultrajes, as injustiças e a dureza de alguns de seus irmãos ingratos, romperem as correntes que os retêm; espalharem a carnificina e o horror em todo o corpo social, e deixar apenas traços de confusão.

Essas artes, essas ciências das quais o homem se orgulha com razão, essas belas máquinas que dão tanto movimento, essa indústria que anima e reaproxima as nações, tudo isso será destruído, pois se quis manter o povo na ignorância, na submissão e na miséria. Então, desgraça ao orgulhoso que tenha enganado o pobre! Desgraça ao rico que tenha sido insensível à suas dores! Este tempo, talvez, não esteja longe! (Journal de L’Institut Historique, livraisons 43 a 48 – fevereiro a agosto de 1838, p. 241).

Em junho de 1840, Dréolle apresentou um relatório sobre uma dissertação do abade Baret, e ressaltou que era na religião unida à liberdade que estavam os progressos da civilização:

todos os homens sensatos e que raciocinam sem paixão dizem que a verdadeira liberdade reside na religião cristã e todos os que se ocupam da história devem ter uma opinião parecida, pois eles puderam apreciar a influência dessa religião sobre os progressos da civilização e da liberdade (manuscritos).

O abade Castelli, preocupado com a necessidade de “melhoramento da raça negra” nas colônias da França, escreveu *De l’action religieuse dans l’abolition de la traite et de l’esclavage des nègres*. Enviado às Antilhas em 1833, como inspetor do ensino público, Castelli tornou-se, depois de 1834, chefe apostólico da Martinica. Estudou os vários aspectos da população colonial, livre e escrava, e escreveu em seu livro o resultado de sua experiência e de suas idéias para a emancipação nas colônias francesas. Afirmou que o negro “não sabe nem pode fazer livremente uso de todas as faculdades intelectuais”, e que as crianças da “raça negra” quase não recebiam educação, pois todos os esforços para se fazer a “moralização dos negros pelo ensino religioso” eram vistos com desconfiança por se considerar que essa ação poderia preludiar sua emancipação (Investigateur, 1845, p. 395). No entanto, Castelli considerava que somente a educação aplicada pelo padre, a religião, a instrução primária e a vida em família poderiam constituir o homem moral, antes mesmo do

homem civil. Sendo assim, propôs uma educação religiosa “sabiamente dirigida e fortemente organizada, segundo as necessidades do momento” (ibdem); com isso, pediu ao governo uma ordem de religiosos missionários nas colônias. De acordo com Foulon, que comentou a obra do abade Castelli no IHP, o governo acatou o pedido de Castelli. As palavras do conde de Broglie, relator da comissão do governo (1840), apontam que o governo compreendia a utilidade da religião, destacada por Castelli:

A reorganização, a reconstituição do clero colonial, (...), eis o verdadeiro meio de ação sobre a raça negra. (...) o culto católico manifestará tudo o que ele tem de poderoso na unidade, na subordinação, na regra, tudo o que tem de influência o princípio de autoridade. Aí está para todos o grande instrumento de civilização, de pacificação, de reconciliação; aí está a salvação de nossas colônias (ibdem).

Apesar da terceira classe concentrar os debates mais animados sobre esse tema, a preocupação com a necessidade de moralização da sociedade ecoava em todo o Instituto. No discurso de abertura do Congresso Histórico de 1846, Barbier pontuou a importância de se questionar sobre a influência das artes e literaturas sobre o povo:

A cultura das artes modera os costumes do povo, ao mesmo tempo, ela abre a fonte dos mais doces prazeres. Mas, para produzir todo o seu efeito, é preciso que a Arte abandone algumas vezes as altas regiões onde ela habita, e saiba descer ao alcance das sensações vulgares. Popularizando-se, ela não tem nada a perder de sua dignidade, e ganhará em influência. Se é verdade que a moralização das massas é o primeiro dever desses que dispõem de inteligência, pense em qual será a autoridade do artista nos oferecendo sempre as imagens do bem e do belo! Música, pintura, literatura, todas as artes podem e devem tender a esse objetivo, e para falar apenas do teatro, quanto não deixa ele a desejar, quanta capacidade de ensino ele comporta, e por que não se procura com mais frequência fazer uma boa ação perseguindo a glória de fazer uma boa peça? (Investigateur, 1846, p. 210)

Na Crônica publicada no *Investigateur* (1849, p. 51) pela segunda classe, História das Línguas e Literaturas, sobre os “Anais de Literatura”, nota-se o seguinte comentário:

A cada ano, entre as muitas produções científicas, os panfletos, jornais, anúncios publicitários, que parecem destinados a sufocar a genialidade sob os pés da ambição ou da avidez, a imprensa vê aparecer e se agrada em disseminar um grande número dessas produções que aspiram apenas honrar e celebrar a genialidade, a coragem, a virtude, a beleza, a sabedoria; a nobre missão de moralizar, de aperfeiçoar os homens fazendo-os compreender que acima das leis humanas há regras eternas de justiça e caridade, de altruísmo e de devotamento que asseguram a felicidade do homem e da sociedade.

A literatura completa assim a obra da legislação; e se ela cumprisse essa missão que lhe foi dada pelo Criador, ela seria mais útil que a política, mais poderosa que os depositários do poder social.

Ao comentar a obra do abade Cacheux, *Essai sur la philosophie du christianisme dans ses rapports avec la philosophie moderne*, Badiche observou:

Ele mostrará com M. Matter o que o cristianismo fez pelos costumes e pelas leis das nações; com M. Ballanche, que catolicismo é a perfeição e o complemento de toda instituição religiosa; com Cousin, que ele é a verdade das verdades, a melhor das religiões que já apareceram sobre a terra. De onde concluirá com justiça que a filosofia apenas brilhará com uma luz perfeita com sua aliança com o cristianismo. Mas essa aliança, ele a vê próxima demais, eu não compartilho suas convicções ou suas esperanças. O livro de M. Cacheux é sábio e se dirige às altas inteligências; ele soube fazer concessões aos testemunhos dos escritores mais citados de nossos dias: M. De Lamennais, Bautain, Lineu, Benjamin-Constant, Montesquieu, George Sand (idem, 1842, pp. 31 e 32).

Neste texto, Badiche indicou suas ressalvas com relação à filosofia eclética de Victor Cousin. Uma curiosa discussão iniciada a partir do relatório sobre a obra intitulada *Destinée du Christianisme*, do abade Polge, professor na Faculdade de teologia de Aix, também apresentado pelo padre Badiche, ilustra os termos das divergências levantadas. Em seu relatório, Badiche afirmou que o ecletismo, no que diz respeito a questão religiosa, “é uma heresia” (idem, 1841, p. 304). Essa idéia provocou uma forte discussão. Leudière combateu o sentido da palavra heresia aplicada ao ecletismo, acrescentou que “o ecletismo é o único método que conduz à uma boa história da filosofia, e que assim entendido ele não pode ser taxado de heresia”. Dufau sustentou que se cometia um abuso na aplicação da palavra heresia ao panteísmo e ao ecletismo. Vincent considerou que o ecletismo filosófico não podia ser considerado uma heresia, mas o ecletismo teológico, este sim, era uma heresia. Contudo, para Bernard Jullien a palavra heresia deveria ser aplicada a todo sistema que contrariasse o pensamento católico e Badiche permaneceu firme em defesa de sua argumentação, considerando que os ecléticos que admitiam pontos opostos à religião cristã católica tornaram-se heréticos.

A filosofia eclética espiritualista desenvolvida por Victor Cousin era considerada uma resposta às necessidades de dogmas num Estado moderno baseado na separação do teológico e do político. O ecletismo de Victor Cousin celebrava a nova ordem burguesa e o liberalismo, e a sua preponderância sobre o passado. Segundo ele, a Revolução tinha

necessidade de uma conclusão filosófica, por isso, propunha à burguesia uma filosofia que não importunasse a religião, satisfazendo a necessidade de livre exame. Embora Cousin não tenha desenvolvido uma teoria de caráter religioso, e por muitas vezes tenha investido no combate contra o catolicismo, sobretudo no que concerne às querelas universitárias, sua adesão à idéia de consenso universal não pôde deixar de reconhecer a importância de certas convicções morais como parte de uma doutrina do Estado. Esforçou-se para demonstrar o acordo sobrenatural entre o cristianismo e a filosofia, mas foi perseguido pelos católicos que o acusavam de propagar o panteísmo e de incitar o ceticismo.

Paul Gerbord (1965) pondera que o ecletismo não triunfou totalmente sob a Monarquia de Julho. A polêmica sobre a liberdade de ensino, por volta de 1842, teria provocado ataques e um certo espírito de prudência com relação ao ensino da filosofia.

O provisor Henry (em seu Manual do mestre de estudos) recomenda ao professor de filosofia ser profundamente religioso, evitar que seus alunos não levem de seus cursos apenas “um perigoso ceticismo”. Sua classe não deve jamais se tornar “uma arena política” mas também não se deve “permanecer numa indiferença culpável nem guardar o silêncio sobre os ataques dirigidos contra a ordem social...” (idem, op. cit., p. 75).

No Instituto Histórico, pode-se admitir que aqueles que defendiam a noção de heresia aplicada a essa filosofia estavam investidos desse espírito descrito por Gerbord, não eclético, que desconfiava do panteísmo e do ceticismo que ela poderia incitar.

Em 1835, Alphonse Fresse-Montval leu um relatório sobre *L'Éraste – Journal de la jeunesse*, e destacou que o jornal tinha por objetivo trabalhar com materiais que pudessem “instruir e interessar, em tudo o que é capaz de desenvolver a inteligência e de formar o coração para a virtude” (Journal, agosto de 1835 a janeiro de 1836, p. 224). E segundo sua análise, este propósito deveria ser alcançado pelo exercício dos deveres religiosos:

pois a moral e a virtude não são outra coisa que a religião, ou seja, o catolicismo. Tal é o sistema de doutrinas do qual ele se serve, como uma tocha para dissipar os erros da vida humana; como um guia, para dirigir seus jovens amigos em direção a um destino tão útil quanto feliz (ibidem).

De acordo com Fresse-Montval, *L'Éraste* não teve a intenção de lançar o anátema contra aqueles que, mesmo estranhos aos dogmas católicos, honraram a raça humana por meio de uma forte e admirável moralidade. Ele mesmo, “ligado de coração e alma às crenças católicas, e convencido de que somente elas possuem vitalidade e energia suficientes para conduzir o gênero humano ao seu verdadeiro destino” (ibidem), declarou-se

disposto a incentivar e aprovar os esforços de todas as outras crenças, desde que elas tivessem por objetivo a melhora do bem-estar social: “tendências desse tipo são hoje, se eu não estiver enganado, mais do que nunca, universalmente difundidas e elas tendem cada dia a um mais completo desenvolvimento”. Prova disto, foi “a fundação e a prosperidade desse Instituto Histórico, onde as convicções eram chamadas a trabalhar em comum para a felicidade da humanidade” (ibdem).

A questão religiosa não era privilégio de cristãos ou católicos, era uma preocupação que agitava o pensamento social no período da Monarquia de Julho. O próprio Fresse-Montval pensava que mais importante que defender os dogmas católicos, era apoiar as iniciativas que se destinavam a contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade pela via moral e religiosa.

Na resenha sobre a obra intitulada *Histoire des doctrines Morales et politiques des trois derniers siècles* de Longperier, inspetor geral dos estudos, Matter considerou que para o autor “nenhum progresso político é desejável, e mesmo possível, se ele não é conduzido naturalmente por um progresso moral; ao contrário, somente os bons costumes podem inspirar as boas leis” (Journal de L’Institut Historique, agosto de 1836 a janeiro de 1837, p. 261).

Na sessão de 16 de julho de 1840, Dréolle apresentou um relatório “sobre o código do casamento e os segredos da felicidade conjugal”, de Jacomy Regnier. O relator aproveitou a ocasião para combater os ataques dirigidos contra o casamento e louvou o autor por ter tentado lutar contra as causas da desmoralização da sociedade, e ainda afirmou de uma “maneira incontestável a feliz influência da religião sobre a felicidade doméstica”.

Além de se apresentar como instrumento civilizador, a religião serviria para “remediar” os problemas sociais. Esta atribuição foi confirmada pela discussão registrada na assembléia da terceira classe, em novembro de 1844, quando o abade Laroque argumentou sobre os presos libertos e as sociedades de caridade. Seu trabalho, apresentado no Congresso Histórico de 1846 e publicado no *Investigateur* (1845, pp. 58-68) sob o título *De l’action religieuse dans les prisons, et des sociétés de patronage em faveur des libérés adultes*, tentou esclarecer a questão penitenciária e mostrar os “efeitos saudáveis” da intervenção da religião entre os prisioneiros. Para ele, a religião era a parte essencial da reforma penitenciária, pois “somente ela fornece a consolação, a paz, a paciência, o

arrependimento” (idem, 1845, p. 58). Laroque ressaltou que a iniciativa realizada pelo governo de organizar “ordens religiosas em algumas prisões da França” já havia obtido “felizes resultados”. Ao passar para o exame do estado do condenado liberto, Laroque compreendeu que a mesma autoridade que possibilitou seu retorno à sociedade, a religião, deveria lhe estender a mão por meio da caridade cristã.

A idéia sobre a necessária moralização da sociedade adquiriu curiosas nuances. Um exemplo disso está registrado na sessão de novembro de 1844, na qual o Dr. Maigne e o Dr. Josat defenderam a idéia de se cultivar chá na França. Ao ressaltar os benefícios de seu uso, afirmaram que

O chá afastaria os homens do hábito dos licores fortes e da bebedeira; essa consequência moral é muito grande – o chá depois do café é o licor que desenvolve a inteligência; as classes pobres teriam no chá uma fonte de excitação intelectual.

O chá teria ainda uma “utilidade higiênica, moral e intelectual na extensão do seu uso pelas classes trabalhadoras”. Mais tarde, em 1845, a terceira classe propôs a questão “Fazer a história botânica e industrial do chá, indicando suas melhores propriedades” para ser debatida no Congresso Histórico.

O Instituto Histórico de Paris procurou nas idéias de pensadores vindos de horizontes diversos uma confirmação do valor de seu pensamento. Entre as referências anunciadas nos textos e debates encontraram espaço as tradições liberal, de Benjamin-Constant; neo-católica⁹⁹, de Ballanche, Chateaubriand e Lamennais; o ecletismo de Cousin; o romantismo social de Eugene Sue. As correntes de pensamento evocadas convergiam para a defesa da idéia segundo a qual era preciso elaborar uma moral nova, uma fé, uma religião; um culto capaz de vencer a desordem social.

A explicação para referências tão ecléticas pode-se buscar no significado que a questão moral e religiosa teve no período. Leroy (1950, p. 352) afirma que todas as grandes teorias do século XIX tentaram amalgamar as tendências positivas que surgiram das obras dos Enciclopedistas do século XVIII com as tendências românticas:

todas as grandes teorias do século procuraram amalgamá-las, como respondendo as necessidades profundas e antigas, tanto Cousin como Comte, tanto Saint-Simon e Ballanche como Fourier, Chateaubriand e Mme de Staël, como Jouffroy: para todos, trata-se de refazer as crenças

⁹⁹ Expressão utilizada por Paul BÉNICHOU (2001).

de caráter religiosos sem destruir o essencial do positivismo enciclopédico. Os ultras, somente, não tentarão essa síntese, e se oporão a ela. Ela seduzira todos os socialistas do início, um Buchez, um Pierre Leroux, um Louis Blanc, e mesmo um Proudhon que como seus contemporâneos vai passar toda a vida à procura de uma fé nova.

Mas não é só isso. Leroy observa que havia no pensamento de Lamennais, dos ecléticos, dos saint-simonianos e em Ballanche, “uma prefiguração da sociologia”, pois todos eles sugeriram que “os homens não agem ao acaso” e anunciaram a existência de leis que governam a sociedade (idem, op. cit., p. 443).

Conforme o primeiro presidente honorário do Instituto Histórico de Paris, Joseph Michaud, era “preciso ver na história um grande ensinamento moral” (*Investigateur*, 1845, p. 443)¹⁰⁰. Afinal, “em um tempo em que todos os bons espíritos parecem se dirigir em direção à melhora das sociedades”, a história deveria ser estudada com ardor para “ser útil”, demonstrando as formas pelas quais se poderia agir ou intervir na sociedade. Com este propósito, a religião e a moral se apresentavam à frente de todas as propostas de “intervenção”.

A defesa do “cristianismo”, da “religião” e da “moral” foi a forma mais contundente de revelar a “utilidade” da história. O marquês de Laroche foucauld-Liancourt, Presidente do IHP no ano de 1842, afirmou: “Por exemplo, senhores, não é de uma grande importância, no interesse geral da sociedade, reconhecer que influência a religião exerce sobre a moral pública?” (idem, 1842, p.161) Ele acrescentou:

Um dia, em breve, sem dúvida, vós examinareis qual foi a influência produzida pelo cristianismo nos povos modernos; e vós tereis dado, então, não somente a solução completa e interessante de um problema histórico, mas um sério e forte ensinamento aos chefes dos governos, para lhes mostrar como e até que limites eles podem se servir da influência religiosa sobre os costumes e as leis (idem, 1842, pp. 161, 162).

No texto publicado no *Investigateur* (1842, pp. 321 a 328) sobre a questão: “O paganismo teve alguma influência sobre a moral pública das nações antigas? E qual foi essa influência?”, de Brière (membro da quarta classe), definiu a moral pública como “a quintessência da ordem social, o ‘criterium’ do bem e do mal conforme a organização da sociedade” (idem, p. 321). Concluiu que a religião cristã era a verdadeira guardiã e a protetora da moral pública. O paganismo não foi considerado o responsável direto pela

¹⁰⁰ (*Investigateur*, 1845, p. 443. Resposta do *Institut Historique* às questões enviadas às sociedades científicas por sua excelência, o Ministro da Instrução Pública).

perversão moral, outros elementos históricos foram apresentados, como “a propagação das riquezas na sociedade e a mistura das nações”. Desses fatos, segundo De Brière, resultaram um “relaxamento fatal dos princípios morais”. O cristianismo foi invocado, então, para “reformular a sociedade corrompida” (idem, p. 327).

Apesar da pluralidade político-ideológica que abrigou, o IHP, parece-nos, tem acima de tudo a feição de uma sociedade conservadora em suas idéias. Defendeu a necessidade urgente de uma regeneração moral e religiosa da sociedade. Sua crítica referia-se ao estado de degradação moral da sociedade, mas não se dirigia ao governo de Luís Filipe. O IHP afirmou não apenas os “benefícios” da religião cristã, como também a defesa do catolicismo. Demonstrou forte afinidade com as idéias propostas pelo “catolicismo social” e pela filantropia. E embora não tenha sido utilizada uma terminologia caracteristicamente saint-simoniana, não se pode duvidar da influência desse grupo nas idéias defendidas pelo Instituto Histórico de Paris.

Capítulo 2

Aproximações sociológicas

Ao retratar o pensamento de uma época, o Instituto Histórico de Paris traz à baila a importância do raciocínio “sociológico” nas décadas de 1830 e 1840 e evidencia a influência da ciência social em diferentes áreas do conhecimento. Neste capítulo, argumentamos que o Instituto Histórico de Paris foi uma sociedade bastante peculiar, cujos estatutos e atividades dão mostras de um projeto que procurava não apenas contribuir para a pesquisa histórica, elevando-a à classificação de ciência, como também definir a ciência social. Sustentamos que essa “aproximação sociológica” ocorreu por meio da escola bucheziana, liderada por Philippe Buchez, de origem saint-simoniana, que apesar de ter rompido com a escola, continuou fiel ao projeto de Saint-Simon, de constituir uma ciência social. Por um lado, a “ciência social” que se procurou fazer no IHP esteve demasiadamente atrelada à filosofia, como aliás também esteve a “sociologia” bucheziana, com a ressalva de que esta foi uma tentativa mais rigorosa de sistematização da “sociologia”; por outro, ela expõe as preocupações sociológicas características da época, alguns de seus impasses e comprometimentos morais que, de certo modo, levaram à sua superação e esquecimento.

Os estudos históricos realizados no Instituto Histórico de Paris inspirados na filosofia da história ancoravam-se, em grande parte, na tradição de Bossuet, que aliás esteve em voga nos anos de 1830 e 1840 como forma de reação ao ceticismo. Essa perspectiva permitia englobar e dar sentido ao conjunto da história da humanidade atribuindo à Providência um papel fundamental. A Filosofia da História como ramo distinto de especulação é uma criação do século XVIII. A idéia geral de progresso influenciou decisivamente a concepção que o homem teria da história e se refletiu nas obras de Montesquieu e Voltaire na França. No início do século XIX, a Filosofia da História exerceu importante influência intelectual, por meio dos escritos de Hegel e Saint-Simon. Bottomore (1973) identifica os antecedentes intelectuais da Sociologia na Filosofia Política, na Filosofia da História, nas teorias biológicas da evolução e nos movimentos para a reforma social e política, que motivaram pesquisas de levantamentos das condições sociais. Porém,

considera que, inicialmente, o levantamento social e a Filosofia da História foram particularmente importantes. As contribuições da Filosofia da História à Sociologia foram, no aspecto filosófico, as noções de desenvolvimento e progresso, e, no aspecto científico, os conceitos dos períodos históricos e tipos sociais.

Segundo Tronchon (1922), o termo Filosofia da História, que no início do século XIX reportava-se fortemente ao *Essai sur les Moeurs* de Voltaire, tornou-se uma referência quase obrigatória na França nos anos de 1830. Na discussão proposta para o Congresso Histórico de 1838, sobre a questão “Quais foram as mudanças sofridas pela história como ciência filosófica de sua origem até nossos dias”¹⁰¹, que expõe exemplarmente alguns termos das divergências tão habituais entre os membros, nota-se certa relutância em se admitir que o Instituto fazia Filosofia da História; no desenrolar do debate, contudo, tornou-se claro que as ressalvas centravam-se na recusa do ceticismo que esse termo parecia aportar. Finalmente, admitiu-se que o Instituto Histórico promovia a história filosófica e a filosofia da história, mas com a noção de que as leis que regem a humanidade estão submetidas, entre outras causas, à intervenção divina. Para os membros do IHP, não se tratava de refutar o providencialismo, ao menos não era essa a posição da maioria dos membros envolvidos nas discussões analisadas, entendia-se que a filosofia da história consiste em um método de análise crítica, baseado nos fatos, na certeza, capaz de ensinar e orientar. A idéia de progresso e perfectibilidade da humanidade, tão determinante no pensamento difundido no IHP e na imprensa de um modo geral, foi essencial para fundamento de toda filosofia da história. No início da década de 1840 a “idéia de Progresso estava presente em toda parte e era aceita por todas as filosofias e por todos os partidos políticos, tornou-se uma palavra de ordem, comum a todas as opiniões” (Tronchon, op. cit., p. 62).

A sociologia e a historiografia foram influenciadas de modo semelhante pela filosofia da história, a qual estabeleceu a concepção dos períodos históricos e portanto deu à história idéias e preocupações teóricas que estavam totalmente ausentes da obra dos primeiros historiadores narradores e cronistas, e à sociologia inspirou as primeiras classificações das sociedades. No IHP, parece-nos, a história e a ciência social não aparecem como áreas distintas, pelo contrário, ali história e “sociologia” imiscuem-se.

¹⁰¹ A questão foi analisada nas páginas 67-69.

Casimir Broussais, no artigo introdutório do *Journal de L'Institut Historique*, destacou a importância e a utilidade da história para a sua época “de inteligência e ação”: a história, afirmou ele,

tornou-se uma necessidade imposta a todos; ela é, de fato, o complemento de todo estudo, a condição de todo progresso. Todo conhecimento, para ser completo, compreende o presente, o passado e o futuro. Para conhecer a fundo um objeto qualquer que seja, é preciso saber de onde ele vem, o que ele é, para onde vai. (...) A necessidade da história nos persegue em toda parte e em todo momento. (...) E as belas artes? Vós credes que sua história seja indiferente ao artista, ao filósofo, àquele que foi conclamado para governar os homens? (...) O filósofo não encontra na sua influência sobre os costumes e os progressos da humanidade as grandes lições de moral e metafísica? E o legislador, ou o soberano não terá nela um precioso meio de ação sobre as massas? (idem, 1835, p. 1).

Compreendia-se que a história era “a condição de todo progresso”; entre outras “utilidades públicas”, deveria determinar as leis mais adequadas a uma determinada sociedade. “Na verdade”, continuou Broussais, “eu procuro em vão em que a história pode ser inútil”. Ao historiador competia uma missão: promover o aperfeiçoamento da humanidade. Nas palavras de Casimir Broussais:

Certamente, não é de hoje que nasce o pensamento de uma história completa da humanidade; mas é hoje que todos os homens esclarecidos e laboriosos devem se associar para assegurar sua realização. (...) Ao menos, a humanidade, (...), encontrará em nós apenas homens consagrados a seu aperfeiçoamento. (...) possam os nossos esforços ser coroados de sucesso! *Que a nossa associação possa, essencialmente útil, reunir os homens ao invés de dividi-los, e aproximar, para a instrução e o aperfeiçoamento da humanidade, aqueles que as divergências de opiniões têm muito freqüentemente separado!*(grifos nossos, ibdem)

A história foi assim definida como a história da humanidade, orientou-se pela idéia de progresso em direção à felicidade dos homens sobre a terra, ao aperfeiçoamento material, intelectual e, sobretudo, moral da humanidade. Para promover esse aperfeiçoamento, a religião, enquanto fator moral, foi considerada um instrumento de ação insubstituível.

Entendia-se que a história deveria seguir o elemento constante da humanidade e estabelecer a lei que domina as diferentes épocas, reconstituindo a unidade da raça humana. Considerava-se também que esse progresso que dirige a marcha da humanidade não ocorre de forma contínua e linear, mas segundo uma alternância de períodos de unidade ou períodos “orgânicos”, e de períodos de desagregação ou períodos “críticos”. Essa é uma

idéia fundamental da filosofia da história saint-simoniana que se encontra nas páginas do *Journal de l'Institut Historique*:

Há em todas as sociedades épocas críticas em que se opera nelas um grande e profundo trabalho de reconstrução. Nesse momento os elementos que se agitam desordenadamente, diversos e frequentemente opostos, regulam-se, coordenam-se, harmonizam-se. As forças, em vez de se entrecocar e de se perder em esforços rivais, reúnem-se para convergir em direção a um objetivo comum. Os homens tomam seus lugares, os princípios se colocam nas altas esferas da inteligência, de onde dominam todas as coisas (Journal de L'Institut Historique, T.1, p. 7).

As variadas discussões acerca do papel da religião na história humana soam como consequência dessa constatação. No IHP, de modo geral, a religião era vista como um fator essencial de civilização, pois aceitava-se que foi ela que nos diferentes estágios da história trouxe a unidade à humanidade. Sendo assim, enquanto as épocas cristãs caracterizaram-se pela unidade espiritual, a fraqueza da época atual, em contraposição, era marcada pela falta de unidade, pela “ruptura moral”, “indiferença religiosa” e “anarquia espiritual”. Partindo dessa certeza, formulou-se a defesa de uma reforma ou regeneração moral da sociedade, elementos considerados essenciais para a promoção da ordem.

Considera-se que nenhum movimento ideológico do século XIX tenha exercido tanta influência como o saint-simonismo (Tolley, 1966). Em uma época em que todos os espíritos conheciam as idéias saint-simonianas, mesmo que não as pronunciasse publicamente (Walch, 1986), a influência saint-simoniana sobre o projeto científico do Instituto Histórico parece uma possibilidade incontestável. Se levarmos em conta que “a história filosófica que visa estabelecer constantes é a primeira forma de sociologia” (Knibiehler, 1973, p. 342), pode-se afirmar que as ciências sociais exerceram uma forte influência sobre o projeto de pesquisa histórica que se delineou nessa sociedade.

Maria Alice Faria (1970) e Paul Deslandres (1922) interpretam os aspectos “sociológicos” do Instituto Histórico de Paris, expressos no “campo ilimitado que pretendeu atingir”, como resultado de um certo “ecletismo do início” e do “aspecto um tanto caótico do conjunto” (Faria, 1970, p 31). Porém, defendemos que se tratava não apenas de produzir um conhecimento histórico, era seu intuito promover também a ciência social. Em decorrência disso, o entendimento do Instituto como uma sociedade dedicada exclusivamente aos estudos históricos enseja a incompreensão do seu interesse por temas

considerados “inteiramente fora do campo da história”, como Deslandres interpreta os estudos sobre a Justiça Criminal na França, enviados à classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas. Para Faria (*ibidem*),

Esse aspecto caótico (que contrasta com a unidade que aparecerá mais tarde) teria origem também no amadorismo e na improvisação que transparece frequentemente, apesar da atmosfera de entusiasmo, do desejo de saber, de se aperfeiçoar, de aprofundar conhecimentos que também não estão ausentes dos trabalhos dos societários.

Reconhecemos, no entanto, que esses aspectos interpretados como “caóticos”, resultado do “amadorismo”, são muito mais a expressão de um projeto singular, de uma sociedade que promovia pesquisas no domínio da história e das ciências sociais, daí inclusive, o interesse da terceira classe pelos Relatórios da Justiça Criminal. Questões pertinentes às ciências sociais foram frequentemente propostas e debatidas nas classes e nos Congressos Históricos, buscou-se conhecer as formas de governo; a influência do meio geográfico, as causas físicas, sociais e morais e o papel da religião na organização da sociedade. As questões socio-religiosas foram debatidas por todas as classes. Ademais, embasados na linguística, antropologia e etnologia, os membros questionaram as “origens históricas” por meio das línguas e das raças.

A identificação do IHP com a religião e, sobretudo, a forte presença de concepções adequadas ao catolicismo social, não anula a possibilidade dessa aproximação sociológica, esta seria inclusive a peculiaridade de seu “projeto científico”. Sustentamos que o IHP se aproximou da ciência social por meio da escola bucheziana, liderada por Philippe Buchez, membro do Instituto, um ex-saint-simoniano que após romper com a escola saint-simoniana norteou toda a sua obra pela convicção de dar continuidade ao projeto de Saint-Simon, de constituir a ciência social. Conforme François Isambert (1964, p.101), é “por tentativas de elaboração de uma ciência social que Buchez começou e terminou sua carreira”. A trajetória intelectual de Philippe Buchez e, sobretudo, a sua “conversão” ao catolicismo, parece bastante condizente com a direção dada ao Instituto.

Seria difícil sustentar qualquer fidelidade a idéias “sociológicas” ou buchezianas por parte do IHP; ainda assim, sua influência sobre os estatutos, os objetivos tão abrangentes e ambiciosos, e sobre a definição do método histórico que nortearia os seus trabalhos, parecem-nos incontestável. O que ligou, de fato, o projeto do IHP à idéias “sociológicas” de origem saint-simoniana, desenvolvidas pela escola bucheziana, foi essencialmente sua ambição de

promover a ciência social por meio, principalmente, da filosofia da história e dos trabalhos desenvolvidos pela terceira classe, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas.

Além de Buchez e de seus discípulos, o IHP contou entre seus membros com alguns adeptos da “doutrina” saint-simoniana. Entre eles destacaram-se principalmente: o duque de La Rochefoucauld-Liancourt, Robert Owen e Hippolyte Carnot. O primeiro deles foi um dos chefes mais respeitados da filantropia liberal (Goblot, 1995, nota 79, cap. VII, p. 642). Sua obra “Da teoria e prática do sistema penitenciário” foi amplamente discutida no Instituto. O duque de La Rochefoucauld-Liancourt se declarou partidário da abolição da pena de morte desde 1796. A filantropia liberal, com suas ambições de reforma e de melhoramento social, formaram um polo de atração para todos os que abraçaram a causa do aperfeiçoamento da humanidade. Conforme Goblot (1995, p. 325), Robert Owen, que se tornou membro da terceira classe do IHP em 27 de julho de 1837, antes de se tornar um dos mestres do socialismo, foi um rico filantropo. Hippolyte Carnot, por sua vez, foi redator do *Globo* e assistiu as lições de Jouffroy em 1826, tornou-se membro da Sociedade de Moral Cristã e envolveu-se de perto com o movimento saint-simoniano. Para esse jovem liberal, “as preocupações filantrópicas parecem ter desempenhado o papel de uma iniciação às questões sociais” (ibidem). De modo geral, as idéias filantrópicas contribuíram para o florescimento da concepção de aperfeiçoamento da humanidade. Lazare Hippolyte Carnot, nascido em Saint-Omer em 6 de abril de 1801, deputado e ministro da República de 1848, foi essencialmente um homem político. Depois de Waterloo, acompanhou seu pai no exílio e viajou por diversos países da Europa. Das lições paternas, ele tomou os mais nobres sentimentos de independência e os princípios de republicanismo. Em 1823, após a morte do pai, Carnot voltou à França e foi estudar na Escola de Direito. Tomou parte nas lutas do liberalismo, entregando-se, ao mesmo tempo, aos estudos de história, de filosofia e de economia política. Abraçou com ardor as doutrinas saint-simonianas, mas abandonou seus amigos quando a escola deixou sua característica puramente filosófica para assumir um caráter religioso. Antes da ruptura, ele foi um dos redatores dos jornais saint-simonianos: *Le Producteur*, *Le Globe*, *l’Organisateur*. Participou da organização e redação da *Encyclopédie Nouvelle*. Quando a publicação do *Producteur* foi interrompida, Carnot tomou a iniciativa de reunir alguns amigos para conversar sobre o saint-simonismo. Nessas

reuniões, Bazard e Enfantin, que se tornaram os chefes do movimento, começaram a exposição pública da Doutrina, “da qual Carnot se encarregou de fazer relatórios precisos” (Guyon, 1969, p. 316). Na *Société de la Morale Chrétienne* Carnot encontrou personagens célebres, como Guizot, B. Constant, C. Périer e Lamartine. Carnot também participava das reuniões da *Société de morale et de littérature*, onde apareciam saint-simonianos notáveis como Buchez e Bazard. Em 1834, no IHP, participou da comissão encarregada de fiscalizar a publicação e coordenar os artigos do *Journal de l’Institut Historique*, representando a classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas. Foi eleito deputado de Paris em 1839, reeleito em 1842 e 1846. Em 24 de fevereiro de 1848 foi nomeado ministro da Instrução Pública pelo governo provisório e continuou sua vida política após esta data.

Em 1834, ano de criação do Instituto Histórico de Paris, a escola saint-simoniana estava caminhando para a sua total dispersão. Conforme Tolley (op. cit., p. 56), a escola saint-simoniana se desintegrou em 1833 e seus dissidentes consagraram-se ao jornalismo ou à filosofia, não ousando mais chamar-se saint-simonianos. Entende-se que o saint-simonismo seja póstumo (Arnaud, 1970), mas Derré (1986) pondera que enquanto o ponto de partida da doutrina saint-simoniana foi marcado pela morte de Saint-Simon e a fundação do *Producteur*, em 1825, seu ponto final não é tão evidente. Derré afirma que a escola saint-simoniana deixou de existir como grupo e perdeu sua identidade de movimento em torno de 1835, mas o saint-simonismo teria sobrevivido até a Comuna. Nesse sentido, e diferentemente de alguns historiadores (Charlétty, Weill e d’Allemagne) que concentram a atenção sobre o grupo liderado por Enfantin, Derré pensa que não houve um saint-simonismo único, mas um movimento saint-simoniano complexo, ramificado, a tal ponto de considerá-lo não apenas como uma doutrina mas um “um lugar de debates, um laboratório de idéias” (op. cit., p. 169). Nessa direção, embora os membros do IHP que tiveram contato direto com as idéias saint-simonianas não se identificassem mais com a escola, cada um deles contribuiu de modo peculiar e individualizado para a divulgação de idéias saint-simonianas. Uma vez que o Instituto Histórico de Paris se inspirava em uma filosofia da história e visava fixar regras para a pesquisa na área das ciências sociais e para uma política científica, não é difícil pensar que seus membros fundadores tenham se deixado seduzir pelo caráter científico e positivo do buchezismo, como uma vertente do saint-simonismo. A essência do projeto saint-simoniano de fundar uma ciência da

sociedade, baseada na observação e análise dos fatos sociais e em uma “terapêutica social” (Simon, 1991) capaz de remediar a crise da civilização, está presente no IHP. Nesse sentido, a análise das publicações e manuscritos do Instituto sugere uma identificação evidente com a posição assumida pela escola bucheziana; qual seja, a definição de que os “remédios” seriam aplicados pela via moral e religiosa, ou ainda, que a regeneração moral da sociedade indicaria a direção do progresso e da ordem.

O Instituto Histórico de Paris expressa o “clima intelectual” (Timasheff, 1960) da época, pois suas atividades e projetos refletem “idéias” e “problemas comumente discutidos” entre os estudiosos contemporâneos. O clima intelectual do início do século XIX parecia bem integrado, e é possível observar alguns de seus aspectos no Instituto. Primeiramente, a convicção da “existência de leis sociais similares às estabelecidas nas ciências naturais”. Os membros do Instituto Histórico de Paris definiram um método científico que tinha por objetivo “analisar, descrever e observar a sociedade”, e ainda revelar as “leis e os princípios que a regem”. Além de dois de seus membros, Philippe Buchez e Alexandre Victor Courtet de l’Isle, que influenciados pelo saint-simonismo, escreveram obras essencialmente sociológicas, o que se observa no IHP é uma significativa aproximação com as ciências sociais.

Estamos inclinados a afirmar que essa aproximação ocorreu por meio da participação de alguns ex-saint-simonianos no projeto fundador do Instituto Histórico de Paris. Embora em 1834, ano de surgimento do IHP, esses membros não se identificassem mais com o grupo saint-simoniano, suas obras exprimem sua fidelidade ao projeto do mestre Saint-Simon, de constituir a ciência social, objetivo que foi perseguido principalmente pelos referidos membros, Buchez e Courtet de l’Isle. Philippe Buchez foi um precursor daqueles que se esforçaram para constituir a história como ciência. Alexandre Victor Courtet (chamado de Courtet de L’Isle) também pretendeu constituir a ciência social, a história ou a ciência política, sob uma base científica. Para tanto, defendeu uma epistemologia que associasse o domínio da fisiologia ao estudo do homem, da espécie humana e de sua história. Philippe Buchez, alguns de seus discípulos e Courtet de l’Isle, encontraram no IHP um ambiente favorável à difusão de suas idéias e no Jornal, nos Congressos Históricos e nos debates promovidos pelas classes as quais pertenciam, História Geral e História da França e História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e

Matemáticas respectivamente, um espaço para a divulgação e debate de suas idéias. Essas constatações induzem-nos a pensar que o Instituto Histórico de Paris, por meio de seus primeiros estatutos e trabalhos desenvolvidos entre os anos de 1834 e 1850, constituiu um projeto de aspecto essencialmente sociológico.

1. Constituir a ciência social: uma tarefa possível?

Jean Walch (1986) afirma que a partir do século XIX desejou-se considerar a historiografia como uma ciência natural, como o estudo da evolução global das sociedades humanas; enfim, como o estudo da evolução das instituições e das idéias. Esse mesmo autor pondera, no entanto, que os historiadores da Restauração e da Monarquia de Julho eram mais “românticos” do que “positivistas”, com exceção de Guizot, e de historiadores saint-simonianos que estariam mais próximos de ser “pré-positivistas”. Apesar de admitir que se trata de etiquetas “mal definidas”, já que cada historiador tem sua especificidade, considera que entre os “românticos”, Comte não exerceu nenhuma atração ou influência. Conforme Walch (op. cit., p. 24), a tese de Comte sobre a lei dos três estados “não deixou nenhum traço sobre a historiografia francesa do período”. No que se refere ao projeto de pesquisa histórica do Instituto Histórico, porém, esse argumento não parece válido, principalmente porque, conforme temos argumentado, ele não se restringiu de fato à pesquisa histórica, abrangeu, isto sim, preocupações que o identificaram com a reflexão “sociológica”, o que não apenas o aproximou de idéias buchezianas como também o levou a propor uma definição de ciência social e um programa de pesquisa nessa área.

O IHP surgiu com o objetivo de pensar e fazer uma história que explicasse os “anais das sociedades humanas” e a “marcha da humanidade”. No primeiro artigo do *Journal de L’Institut Historique*, Casimir Broussais ressaltou o caráter abrangente sobre o qual se buscou fundar o Instituto Histórico:

Ele abrange, dizem seus fundadores, todos os conhecimentos históricos no seu conjunto, e ao invés de restringir a história ao estudo ordinário dos acontecimentos que preenchem a vida exterior das nações, ele expande ao conhecimento de suas idéias, de suas ciências, de suas opiniões, de seus cultos, de sua genialidade, ou seja, de tudo o que constitui a vida íntima da humanidade (t. 1, pp. 1 e 2).

O Instituto planejou concentrar-se sobre problemas de origens, desenvolvimento e transformação das instituições, sociedades e civilizações. Propôs-se a estudar “tudo o que constitui a vida íntima da humanidade” e a “desvendar o mistério das sociedades”. Conforme Bottomore (1967, p. 49), esse foi o enfoque da “sociologia histórica”, que se ocupava “com todo o âmbito da história humana e com todas as principais instituições da sociedade”. Como foi dito anteriormente, o IHP trabalhou influenciado por idéias buchezianas e motivado pelo objetivo de “definir a ciência social”, assumido inicialmente pela segunda classe até início de 1836, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, depois executado de modo mais atento pela terceira classe, que em 1836 reuniu as classes de História das Ciências Sociais e Filosóficas e História das Ciências Físicas e Matemáticas. Essa classe reuniu nobres, médicos, advogados, juristas, professores, entre outros. Suas reuniões eram as mais animadas, afinal, os debates abordavam os temas mais candentes à época de Luís Filipe.

Em 1835, a segunda classe, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, encarregou o advogado Marie de apresentar o “Relatório sobre os trabalhos da segunda classe do Instituto Histórico”¹⁰², exposto na sessão de 15 de julho de 1835. O relatório é resultado do trabalho realizado por uma comissão escolhida para “reconhecer o domínio” da classe, determinar os limites e traçar o caminho por onde os membros deveriam desenvolver sua atividade “intelectual e moral”. O texto deixa transparecer uma visão da ciência social ligada essencialmente à filosofia e à ciência política. O projeto e ambição da classe era “constituir a ciência social”:

Nós queremos de tudo o que chamamos de mundo, conhecer a parte principal e soberana, a humanidade; queremos saber se sua marcha foi progressiva, se o progresso continua e em torno de que objetivo ele avança. *E como a humanidade se traduz, se manifesta no meio dessas agregações de homens que formam a sociedade, como resultado, de estudar a humanidade nas sociedades, queremos desvendar o mistério das sociedades, explicar a origem, o fim, a organização, o mecanismo; constituir, em uma palavra, a ciência social integralmente, restabelecendo a uma unidade harmônica e fecunda seus fragmentos dispersos e desconhecidos* (grifos nossos, Journal de l’Institut Historique, livraisons 1 a 6, 1834-1835, p. 30).

¹⁰² Marie, *Journal de l’Institut Historique, livraisons 1 a 6* - agosto de 1834 a janeiro de 1835, p. 29-36.

A insistência no termo humanidade observada no IHP é uma característica do pensamento de Auguste Comte, que preferia o termo “ciência da humanidade” ao invés de ciência do homem. Nele, o homem se opõe à humanidade como a psicologia se opõe à ciência positiva que é a sociologia. A insistência de Comte na categoria humanidade é, de alguma forma, a expressão da preponderância do ponto de vista social. “Quando se trata da questão do progresso, Comte parece tratar indiferentemente da sociedade, da civilização ou da humanidade” (Bourdeau, 2002, p. 283). Conforme Michel Bourdeau (2002, p. 281), Comte não foi seguido nessa noção de Humanidade, ela “desapareceu rápido do horizonte das ciências sociais, sem dúvida porque ela aparecia muito filosófica a espíritos que ansiavam preservar a autonomia de sua disciplina”. Segundo esse autor, a idéia de construir a ciência dos fenômenos sociais em torno do conceito de humanidade foi logo abandonada, deixando de constar inclusive no inventário das noções fundamentais da sociologia e de sua história. Bourdeau salienta que, em uma época onde se fala tanto de crime contra a humanidade, é surpreendente que ninguém se questione sobre o que há de tão singular nela. O autor mostra que alguns moralistas têm defendido que é tempo de retomar e dar um lugar central ao “conceito central da sociologia positiva”¹⁰³.

Segundo a definição exposta por Marie, a ciência social deveria estudar a organização e o funcionamento da sociedade. O texto de Marie demonstra que o grupo discernia com surpreendente lucidez sobre a necessidade de elaboração de um método e da definição do objeto da ciência social:

Constituir a ciência social é uma obra possível? É sobre fatos observáveis e bem observados que uma ciência funda sua exatidão, sua realidade; ora, os fatos sociais podem ser submetidos ao olhar do observador? Poderá ele analisá-los, descrevê-los, entender suas diversas relações, depois reuni-los, agrupá-los e deles extrair os princípios ou leis para a humanidade? (Journal de l’Institut Historique, op. cit., p. 30).

Como se pode observar neste trecho, entendia-se que a ciência social fosse uma ciência dos fatos, uma ciência da observação, que se estendia à proposições gerais explicativas e discernia as leis que regem a humanidade.

Admitia-se que o método adequado à ciência social possibilitaria a análise, descrição e observação da sociedade, no entanto, restava definir como essa tarefa se tornaria

¹⁰³ Bourdeau refere-se ao trabalho de Bernard Williams. *Making Sense of Humanity*. Cambridge University Press, 1995.

possível. A questão apresentava dois problemas: o primeiro questionava sobre a natureza e o objetivo da “sociedade natural”, esse seria o problema filosófico. O segundo procuraria compreender “o que é a sociedade feita à imagem do homem”, e o que seria preciso fazer para “restabelecer entre essa sociedade e a sociedade natural a harmonia que as paixões humanas destruíram”, a este Marie denominou problema político. Permanecia uma dúvida. O estudioso deveria começar investigando a sociedade, tal como o homem a “organizou ou desorganizou”, buscando nela os fatos necessários para determinar o “objetivo social” ou interrogar a sociedade nos seus “elementos naturais e primitivos”? Com o objetivo de responder essa questão alguns esforços já haviam sido empenhados. Sob um enfoque psicológico, buscou-se observar os indivíduos; nos fatos históricos, destacou-se o comportamento das “massas”; procurou-se também contestar as idéias absolutas e propor que o homem varia segundo o lugar, as épocas, o clima. A psicologia e a história, os sistemas filosóficos e religiosos, em torno de espiritualistas e materialistas ofereciam métodos que, segundo esse texto, deveriam ser apreciados pelos membros da classe:

... faz parte da missão que lhes foi confiada, estudá-los, compará-los, submetê-los a uma crítica sábia, racional, ‘sans indulgence comme sans haine’, e enfim, perguntar a cada um deles as verdades, ou a porção de verdade que eles contêm; pois como se diz frequentemente, um sistema, qualquer que seja, não é nunca completamente falso; se o fosse, não seduziria ninguém (idem, op. cit., p.32).

Se a análise das publicações e manuscritos referentes às atividades do IHP aponta para uma inequívoca tentativa de definição da ciência social, com a devida atenção para o fator metodológico, também indica que a solução para esse problema não apresenta uma contribuição original, nem por isso, contudo, a iniciativa perde seu interesse. Aliás, é precisamente a presença dessas preocupações nesse Instituto que o torna tão peculiar e portador de consideráveis esclarecimentos a respeito da história do pensamento sociológico no período. Sobretudo, lembra-nos que, cognitivamente, a sociologia surgiu bem antes de seu período clássico, no final do século XIX; e que, no início do século, não esteve restrita à obras de grandes precursores solitários.

Marie tentou desenvolver o problema levantado. Como desvendar o segredo do “destino humano”? Seria preciso conhecer a natureza do homem, e consequentemente o objetivo em direção ao qual ele caminha. Se as sociedades são compostas de homens, todos dotados da mesma natureza, o objetivo humano seria o objetivo das sociedades. O problema

filosófico seria resolvido quando se compreendesse a origem da sociedade natural, suas leis, seu objetivo. Uma vez compreendido o objetivo da sociedade, o problema político deveria interrogar sobre os “melhores meios de se atingir esse objetivo”. Partindo da constatação de que a primeira necessidade de uma sociedade é um governo; como as formas de governo variam, restava saber qual delas conduziria diretamente ao “objetivo social”, entendido como a “felicidade das massas”, e a “felicidade só pode consistir no cumprimento do destino social” (idem, p, 33). Embora o tema evocasse posicionamentos, os membros desta classe foram conclamados a uma missão: “não se deixar enganar nem seduzir, guiados pelo olhar imparcial e severo”, deviam se perguntar “qual é, de todas as formas de governo, a melhor, ou seja, aquela que conduz mais diretamente ao objetivo assinalado pela filosofia?” (idem, p. 34). Para tanto, aos membros caberia analisar todas as formas de governo: as repúblicas e as monarquias da antiguidade e da Europa moderna e as modificações que esses sistemas sofreram¹⁰⁴. De acordo com Marie, era preciso estudar os diferentes sistemas, comparando-os, julgando-os; e “guiados unicamente pelo amor à humanidade”, os membros da classe deveriam então se pronunciar

em favor de tal ou qual forma, de fato, esta forma será a melhor; ela será a melhor não porque favorecerá mais nossos gostos e paixões, mas porque ela será mais favorável ao desenvolvimento do homem, e, por consequência, ao cumprimento do objetivo social (ibdem).

Além de afirmar qual seria a melhor forma de governo era preciso definir se sua legislação também era favorável ao aperfeiçoamento do “destino humano”. Com isso, fica evidente a importância de se fazer a história das legislações: “Eis os estudos nos quais deveis vos empenhar, e os estudos devem ser sempre marcados por uma crítica elevada, severa, sábia, que nos conduzirá à criação de um sistema novo e regenerador” (idem, p. 35). Marie defendeu que a boa legislação seria aquela que protegesse e favorecesse o livre e amplo desenvolvimento dos interesses que ela regulasse e governasse; “pois regular e governar não é criar obstáculos à satisfação dos interesses; é, ao contrário, destruir esses obstáculos” (idem, p. 34). Ora, se uma boa legislação é aquela que “protege os interesses

¹⁰⁴ Esse trecho lembra o texto de Comte “*Séparation générale entre les opinions et les désirs*”, escrito em 1819, na primeira parte do *Opuscule de philosophie sociale*, no qual define que aos cidadãos caberia “fixar os objetivos” a serem atingidos em função de seus desejos. Mas seriam os cientistas, aqueles portadores do conhecimento positivo dos fenômenos sociais e políticos, que pertenceria a “proposta dos meios”, que eles definiriam para atingir esses objetivos. Aos governantes caberia executar. Cf. Jean-Pierre SIMON. *Histoire de la Sociologie*. Paris: PUF, 1991.

intelectuais e morais”, e se esses interesses se desenvolvem pela educação, poderia-se iniciar a investigação procurando saber qual é a missão do governo legislador sobre a promoção da instrução e da educação. Sobre os interesses morais, os estudos deveriam apontar o que a legislação deveria fazer para manter intacta a liberdade religiosa: “Não se trata jamais para vós decidir se é a verdade, mas qual é o direito, qual é o dever de cada seita religiosa, como e quais são os limites sob os quais elas podem se manifestar pelo culto, quais são as relações dos cultos com Estado (...)”. Quanto aos interesses materiais:

vós ireis estabelecer as regras da legislação para que ela preencha à esse respeito o objetivo social. Garantias às pessoas e às propriedades, eis o que um povo deve obter. Ora, as questões que levantam essas garantias são vastas e difíceis; a família, a transmissão de bens, as transações civis, comerciais, tais são os assuntos sobre os quais vós tereis de prestar atenção (ibdem).

Para Marie, uma legislação que respeitasse os interesses gerais e privados só poderia ser garantida pela administração. Assim, ao “observador social” restaria analisar como deveria ser essa administração: deveria “tender a uma centralização forte, ou, ao contrário, deve ser mais localizada? Qual deve ser a ação dos poderes departamentais e comunais? Em que podem eles se separar do poder geral? Em que casos devem se aliar a ele? Qual foi ou qual poderia ser o efeito de uma administração federal? Quais foram os progressos da legislação sobre esse ponto, na Europa moderna, e particularmente depois de 1789? Qual é o âmbito do poder administrativo? Qual deve ser sua ação?”

Fazendo assim, os membros ainda cumpririam uma missão: promover uma “santa aliança, não entre os reis, mas entre os povos que partilham o globo; a vós a missão de redigir os protocolos que podem realizar essa aliança; a vós estabelecer as bases de um acordo universal” (idem, p. 36). Marie afirma não ter a intenção de ser dogmático, crê que cada membro pode desenvolver seus sistemas, imbuído pelo “interesse da verdade”.

As intenções da classe para a ciência social eram coerentes com o espírito do IHP, que primava pela manutenção da ordem. A ciência social deveria contribuir para um estado saudável das sociedades:

Seria uma grande glória para o IH, se, pesquisando com paixão a verdade em todos os sistemas, ele viesse à restabelecer a ciência social à uma grande unidade e a vencer assim a anarquia que devora hoje nossas velhas sociedades da Europa (ibdem).

O texto expõe uma concepção de ciência social, uma reflexão metodológica e um verdadeiro programa de pesquisa. A ciência social, na qualidade de ciência positiva, deveria, como as outras, partir da observação e análise dos fatos, estabelecer leis e permitir a previsão de fenômenos futuros. Conforme o estabelecido nesse texto, a ciência social tinha por vocação resolver os problemas da sociedade e tornar a prática social racional. Essa ciência daria legitimidade para a ação em prol da reorganização da sociedade. Nesse contexto, faz sentido a análise de Göran Therborn (1980), que concebe a origem da sociologia, na primeira metade do século XIX, como teoria política depois da revolução burguesa, como desejo de organização.

De modo geral, o aspecto “sociológico” dos trabalhos realizados no IHP desnuda-se no anseio de conhecer a humanidade nos seus detalhes, de explicar a evolução passada para prever o porvir. Ou seja, trata-se da ciência histórica ou ciência social ainda inseparável de um projeto filosófico de visão totalizante. Outrossim, no esforço de justificar a necessidade urgente de remediar os males que assolavam a sociedade. Particularmente, a classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas apresentou essas ambições de modo mais apurado. A ciência social, conforme o documento elaborado pela classe, apresentava uma dupla exigência, científica e terapêutica, defendia a observação e análise do social de modo objetivo e uma ação racional sobre o social graças ao conhecimento positivo adquirido com o fim de curar a “anarquia” das sociedades modernas. Essa também foi a preocupação de Comte, para quem “somente a ciência positiva dos fenômenos da sociedade servindo de fundamento a uma ação científica poderá resolver a questão social, estabelecer uma ordem justa, assegurar a harmonia das relações sociais e fazer renascer a liberdade” (Simon, 2005, pp. 293 e 294). De acordo com Simon, essa idéia esteve presente em toda a sociologia do século XIX. A ciência social daria legitimidade para a ação, e sobretudo para a ação que visasse a regeneração, organização ou reorganização da sociedade. Como em todos os pioneiros da sociologia do século XIX “não há separação entre o desejo de reorganização da sociedade do projeto científico” (idem, op. cit. p. 293). Na origem deste projeto de constituição da ciência social estava o desejo de promover a reforma da sociedade; em outros termos, ela se preocupava com a melhora do destino da humanidade, com a solução do problema social. Desse modo, é possível afirmar

que ciência social e política social eram indissociáveis. O “sociólogo”, tal qual um reformador, era motivado pelo desejo de trabalhar em prol da felicidade dos povos.

2. Philippe Buchez: o “sociólogo” do IHP

A história do período pré-disciplinar da sociologia francesa se confunde em grande parte com a história do positivismo e a obra de Auguste Comte parece preencher todos os requisitos da história da ciência social na primeira metade do século XIX. Mas uma autêntica história da sociologia “ultrapassa a imagem de uma galeria de grandes solitários” (Isambert, 1959). É nesse sentido que Henri Gouthier (1936) insere a obra de Comte em um conjunto pré-positivista, no qual Saint-Simon aparece como sendo apenas um elemento. Nesse aspecto, a história da sociologia no seu período pré-disciplinar compreende outras tentativas, empreendidas por personalidades pouco conhecidas e até mesmo ignoradas, como Philippe Joseph Benjamin Buchez. A vida e obra de Philippe Buchez, como um dos principais protagonistas do debate que se instaurou em torno da idéia de ciência social na primeira metade do século XIX, é uma interessante fonte da sociologia francesa, à qual se tem dedicado pouca atenção. Esforçou-se para reconciliar, completando ou limitando, as tradições saint-simoniana, católica e democrática, e tem, por isso, uma grande representatividade sobre o período. Apesar do esquecimento ao qual sucumbiu, Buchez dedicou-se a um grande esforço de síntese, o qual, conforme argumentamos, influenciou o projeto “sociológico” do Instituto Histórico de Paris. Sua trajetória intelectual foi a de um estudante naturalista e médico que figura entre os fundadores do carbonarismo francês, de onde saíam algumas personalidades de 1848. Com a derrota da tentativa carbonária, Buchez encontrou no saint-simonismo uma resposta à suas inquietações. Esses elementos são necessários para o conhecimento de um Buchez sociólogo ainda pouco conhecido, assim como para a compreensão de um Buchez fundador de cooperativas e precursor do catolicismo social ou socialismo cristão, como é mais comumente lembrado.

Conforme Fidaio-Justiniani (1904, p. 4) “o verdadeiro organizador de uma política social no século XIX, não foi nem Saint-Simon, nem Enfantin, nem Lamartine, nem Comte, mas Philippe Buchez”. Trata-se de uma figura importante da carbonária francesa, convertido ao saint-simonismo que se tornou líder de uma escola que combinava

cristianismo e progresso, o “sociólogo” que divulgou idéias em favor da “associação operária”, médico, homem político e historiador filósofo. Buchez se aplicou a encontrar as leis dos fatos históricos, desejou igualmente dar bases científicas à previsão histórica e social. Passada a fase saint-simoniana, elaborou uma doutrina que nomeou de “bucheiziana”. Desde o início, definiu-se que a teoria social da escola tinha por objetivo principal evidenciar as relações entre a evolução social e a evolução intelectual e religiosa da humanidade. A vida de Buchez foi uma mistura de saint-simonismo e catolicismo (Ferraz, 1880), mas, pessoalmente, professou o catolicismo apenas pouco antes de morrer, aos 69 anos. Sua trajetória foi marcada pelo encontro de uma preocupação religiosa e científica.

Philippe Buchez pretendia dar prosseguimento ao projeto de Saint-Simon de fundar uma ciência social. Em suas palavras:

É preciso pois, para a instituição da nossa ciência da humanidade estudar a lei de cada fato particular, e a lei das relações desses fatos entre si. Ora, nós só podemos chegar a esse resultado indo procurar na observação do elemento mesmo da humanidade, ou seja, no indivíduo; ou, em outros termos, tentando construir com a ajuda da fisiologia individual, uma fisiologia social. Assim, nós poderemos adquirir uma fórmula duplamente verificável, uma em cada vida particular, e a outra na vida coletiva da espécie. (...) Quando tivermos terminado teremos atingido o ponto no qual Saint-Simon e Auguste Comte deixaram o método e a ciência histórica (Introduction à la science de l’histoire, 1833, p. 136).

Com esse objetivo, Buchez retomou em alguns artigos publicados em 1826 no *Producteur*, o projeto do mestre de constituir a ciência social, entendida como uma “fisiologia social”. Nesses artigos, Buchez perseguiu o paralelo estabelecido por Saint-Simon entre fisiologia individual e fisiologia social. Mas conforme Cuvillier (1953, p. 7), Buchez “toma o cuidado de precisar que existe uma diferença essencial entre uma e outra, e o argumento sobre o qual ele se fundamenta é digno de nota”. Ele antecipa a distinção que faria Paul Lacombe, em *l’Histoire considérée comme science*, entre o “homem geral”, aquele constituído pelas necessidades do ser humano, e o “homem temporário”, ou seja, “o homem de uma época e de um lugar”. Para Buchez, o “indivíduo apresenta sempre os mesmos instintos, as mesmas paixões, as mesmas necessidades.” Diferentemente, os fenômenos sociais não são os mesmos sobre os diversos pontos do globo e nas diversas épocas históricas; a organização social “prova mutações numerosas e marcadas, o que

demonstra que a sociedade não é unicamente a expressão de tendências individuais e que a espécie é submetida à leis particulares outras que aquelas pertencentes à fisiologia” (P. t.3, 1826, pp. 132-133). Buchez concluiu que deveria haver uma ciência social positiva dos fenômenos sociais considerados como especificamente distintos dos fenômenos individuais.

Buchez considerava-se mais do que um sucessor de Auguste Comte.

A. Comte, nesses últimos anos, tentou constituir uma enciclopédia do mesmo ponto de vista [refere-se a d’Alembert, Bacon e d’Holbach], mas ampliando-a; ao invés das faculdades do indivíduo, ele se serviu das faculdades da humanidade. Eis em algumas palavras, como ele procedeu: pois, esperando que sua teoria seja menos conhecida, nós não podemos, assim como fizemos acima, nos limitarmos a indicá-la pelo nome do autor. A humanidade, diz ele, se serviu de três métodos; a teologia, a metafísica, e o positivo: a história de seus progressos não é outra coisa que a história de sua atividade no espaço e na sucessão desses três métodos; (...) Nós faremos a crítica desse modo enciclopédico (...) Apenas, como esse autor é um dos nossos predecessores na carreira que seguimos, é em relação a ele que explicaremos os argumentos críticos que apenas mencionamos acima (idem, p. 396 e 397)

Argumentamos que Philippe Buchez e alguns de seus discípulos, na condição de membros do IHP, imprimiram ali as idéias da escola bucheziana. Analisando as publicações e manuscritos do IHP e as principais idéias que nortearam a elaboração do *Européen*, jornal destinado a divulgar as idéias da escola, e as obras de Buchez, observa-se uma notável harmonia entre suas idéias e objetivos. Defendemos que o IHP destacou-se por seu caráter essencialmente “sociológico”, exposto nos estatutos, discursos e atividades que promoveu ao longo das quase duas décadas estudadas. Embora o Instituto admitisse o debate de opiniões diversas, vale lembrar que os textos publicados no jornal eram antes submetidos a uma comissão que decidia pela publicação ou não do artigo, ademais, a decisão dessa comissão era corroborada em assembléia geral antes de ser efetivamente publicada. Sendo assim, pode-se afirmar que apesar das divergências, havia um corpo de idéias coerentes que prevalecia e sintetizava de alguma forma o pensamento da sociedade.

No IHP, Buchez foi um dos membros mais assíduos e atuantes, tendo ocupado cargos oficiais por vários anos. Ocupou a vice-presidência do IHP nos anos de 1835, 1836, 1844 e 1845; foi presidente adjunto no ano de 1846; vice-presidente da sexta classe (História da França) no ano de 1834; presidente da primeira classe (História Geral e da França) em 1837 e em 1843; além disso, integrou várias comissões, como por exemplo, em 1834, a comissão encarregada de preparar um relatório sobre os Estatutos; no mesmo ano,

Buchez participou da comissão encarregada de fiscalizar a publicação e coordenar os artigos; em 1836, fez parte dos comitês do regulamento e dos trabalhos. Na comissão encarregada de examinar os estatutos participaram além de Buchez; Berton; Monvoisin; Villenave (pai); Michaud; Isambert; Laurentie; o abade Guillon; coronel Koch; Alexandre de Laborde; Berthon; Bory-de-Saint-Vincent; Bonilland; Eugène de Monglave; e Bra. Essa atuação de Buchez faz-nos pensar que ele teve um espaço privilegiado para defender as idéias que lhe eram pertinentes. Além disso, Buchez discursou nos Congressos Históricos de 1835, 1836, 1837 e 1845.

No IHP, Buchez levou consigo alguns de seus discípulos, entre eles: o Dr. Auguste Boulland, um dos primeiros a seguir Buchez na ocasião do rompimento com a escola saint-simoniana. Boulland colaborou com o primeiro número do *Européen*, escreveu em 1836 o *Essai d'Histoire universelle ou exposé comparatif des traditions de tous les peuples*, obra comentada por M. Belfield-Lefevre, outro discípulo de Buchez, membro da primeira classe do IHP e colaborador do segundo *Européen*, no *Journal de l'Institut Historique*; em 1839, Boulland publicou ainda a *Histoire des transformations religieuses et Morales des peuples*, na qual comentou a teoria de Buchez sobre o progresso, e em 1845, *Doctrine politique du christianisme*. O Dr. Henry Belfield-Lefevre publicou em 1838 a *Introduction à l'Étude des Sciences médicales* de Buchez. Além destes, o Dr. Cerise (Laurent-Alexandre-Philibert Cerisi), médico italiano instalado na França, grande colaborador das discussões do IHP, presidente da terceira classe em 1838 e 1839, vice-presidente da mesma classe em 1837 e 1840; colaborou nos dois *Européens* e na *Revue Nationale*, na qual se ocupava de problemas italianos, além de ajudar Buchez em sua obra médica. Ele foi um dos fundadores dos *Annales médico-psychologique* (1843) e da *l'Union médicale*, publicou « Des fonctions et des maladies nerveuses et de leurs rapports avec l'éducation sociale et privée, morale et physique ». Dentre os colaboradores do *Européen*, destacaram-se também alguns artistas buchezianos, membros assíduos do IHP, Eugène Bion, que ocupou o cargo de secretário adjunto da quarta classe do Instituto nos anos de 1836, 1837 e 1838; e Duseigner (escultores). Além destes, há Clément de Ris, que também colaborou no *Européen*. No *Journal de l'Institut Historique*, publicado em 1836, Clément de Ris foi citado como colaborador devotado, certamente por causa das doações em dinheiro feitas ao Instituto; ele foi vice-presidente adjunto da quarta classe em 1837. Outro bucheziano membro do IHP

foi Célestin Roux-Lavergne, colaborador do primeiro e segundo *Européen*. Embora Roux e Buchez tenham rompido cedo¹⁰⁵, ambos foram estimuladores do Instituto Histórico de Paris. No IHP, P. C. Roux ocupou os cargos de vice-presidente adjunto da primeira classe em 1836 e vice-presidente da mesma classe em 1837. De acordo com Duroselle (1951, p. 99, nota nº4), Eugène de Monglave, o secretário perpétuo e mentor do IHP, também simpatizava com os buchezianos.

Como se observa, trata-se de um grupo significativo de buchezianos implicados nos trabalhos do IHP, sua presença foi marcante o bastante para que se possa afirmar sua influência sobre a sociedade.

Sua trajetória

Philippe Joseph Benjamin Buchez, cujos parentes o chamavam de “Benjamin”, nasceu em 31 de março de 1796 na pequena cidade de Matagne-la-Petite, atualmente situada na Bélgica, a alguns quilômetros da fronteira com a França. Seu avô morava em Paris, onde nasceu seu pai, Jacques-Philippe Buchez, um homem ativo e fiel às idéias da Revolução. Em 1798, Jacques-Philippe Buchez passou a ocupar um cargo na administração central (octroi) de Paris, cargo que perdeu em 1815, com o retorno dos Bourbons. O jovem Buchez foi educado num pensionato do Marais onde seus estudos parecem não ter sido tão brilhantes, “não que ele não fosse inteligente, mas porque os tempos não eram propícios ao desenvolvimento da instrução” (Castella, 1911, p. 7). Em 1811, com 15 anos, Buchez começou a trabalhar como funcionário no mesmo departamento onde seu pai trabalhava. Nessa época, interessou-se pela leitura de obras históricas e geográficas. Seu pai foi para ele uma espécie de guia intelectual. Segundo A. Ott (1866)¹⁰⁶, seu amigo e biógrafo, ele o teria aconselhado a estudar ciências naturais no Jardin des Plantes. Em 1812, conservando seu emprego, interessou-se apaixonadamente pelas lições de Cuvier, Lamarck, Geoffroy-Saint-Hilaire. A morte de sua mãe, Marie-Anne Buchet, em 1813, mergulhou-o numa verdadeira

¹⁰⁵ Conforme A. Ott (1866), o rompimento ocorreu porque Roux se aproximou da Igreja, tornando-se padre.

¹⁰⁶ Auguste Ott escreveu uma longa nota biográfica e alguns comentários sobre a obra de Buchez no *Traité de Politique et Science Sociale*, última obra de Buchez, publicada em 1866, postumamente, por Ott e Cerise.

crise de desespero. Seu pai morreu em 1816. Em 1817 Buchez entrou na Faculdade de Medicina motivado pelos estudos que teve no Jardin des Plantes. Conforme Ott, as tradições da família levaram-no a se posicionar contra os Bourbons. Buchez formou juntamente com Bazard, na rue des Quatre-Vents, a “Société diablement philosophique”. Tornou-se um republicano convencido, hostil à Restauração e aos bonapartistas e tinha como regra de fé política os princípios da Revolução francesa. Em 1820, Buchez filiou-se à loja maçônica dos “Amigos da Verdade”. Com Bazard e Flotard foi um dos fundadores da Carbonária francesa em 1821¹⁰⁷, juntos envolveram-se no “affaire Belfort”, uma insurreição que rendeu a Buchez a pena de morte, sentença que foi perdoada. Tornou-se médico em março de 1825. Depois desta data Buchez dedicou-se mais à tarefa de escritor.

Passadas as tentativas frustradas de conspirações e reconhecendo as limitações das idéias liberais, já os problemas sociais preocupavam mais do que as questões políticas, Buchez teve seu interesse despertado para as idéias de Saint-Simon, com a publicação do *Nouveau Christianisme*. Cuvillier (1948) considera que nesse momento Buchez abandonou o ponto de vista puramente crítico para passar a organização. Aderiu à escola saint-simoniana após a morte de Saint-Simon, a quem Buchez não conheceu. De acordo com Mélonio (1988, p. 198), os discípulos de Saint-Simon, como é o caso de Buchez, buscavam nele um sistema científico, uma filosofia da história e uma utopia política. Uma idéia pronunciada por Saint-Simon entusiasmou particularmente Buchez e Bazard: a necessidade de “melhorar o mais prontamente e mais completamente quanto fosse possível o destino da classe mais numerosa e a mais pobre”. Segundo Auguste Ott (1866, p. xxi), essa idéia seria o novo fundamento de todos os trabalhos posteriores de Buchez. Após o primeiro de junho de 1825, alguns discípulos entre aqueles que haviam ajudado Saint-Simon a fazer suas últimas publicações, Cerclet, Rouen e Sautet, foram escolhidos para dirigir o *Producteur*, dando origem ao movimento saint-simoniano. Os meios de difusão da doutrina saint-simoniana foram o *Producteur* fundado em 1825, e que sobreviveu por apenas dois anos, os

¹⁰⁷ Entre 1815 e 1824, as irregularidades produzidas em dezenas de escolas e universidades ensejaram muitas contestações, regularmente seguidas de medidas drásticas, e que davam lugar a novas formas de rebelião. Em muitos casos, o motivo do conflito era a demissão de um professor inoportuno ou a reintrodução de obrigações religiosas. Após a Politécnica, a Faculdade de direito de Toulouse e a Faculdade de medicina de Montpellier foram fechadas em 1819. Três anos mais tarde, a Faculdade de medicina de Paris e a Escola Normal sofreram a mesma sorte. A contestação engendrou, entre 1820 e 1822, a formação de sociedades secretas, as carbonárias, por exemplo, procuravam derrubar o governo. Cf. Johan HEILBRON. (2006).

discursos-conferências feitos por Bazard e alguns outros em 1829 e 1830, sob o nome de *Exposition de la doctrine saint-simonienne*, e o *Globo*, que sob a direção de Michel Chevalier foi o órgão do saint-simonismo de 1830 a 1832. Sabe-se pouco sobre a aproximação de Buchez do saint-simonismo, mas de acordo com Ott (1866), foi Enfantin que pôs Buchez e Bazard em contato com seus amigos. Buchez possuía uma cultura científica e erudição bem extensas, por isso foi logo solicitado a colaborar no jornal da escola, o *Producteur*.

A primeira obra que chamou a atenção de Buchez para Saint-Simon foi o *Nouveau Christianisme*, recentemente publicada. Segundo Isambert (1966, p. 144), “o lado religioso da obra, restaurador, segundo alguns, do cristianismo, anunciador, segundo outros, de uma religião nova, havia surpreendido a tal ponto que, entre os saint-simonianos, quase não se falava da obra nos primeiros dois ou três anos que seguiram a morte do mestre”. Esse autor esclarece ainda que O. Rodrigues, no discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1829, declarou que Saint-Simon lhe havia dito, sobre o *Nouveau cristianisme*: “Toda a doutrina está aí”, mas que essa obra foi “a última compreendida” (idem, op. cit., p. 144, nota 4). Segundo Isambert, foi somente após a interrupção do *Producteur* que, graças à perseverança de Rodrigues, a obra foi “lida e relida”. Buchez foi o primeiro a citar o *Nouveau Christianisme* no *Producteur* nos seguintes termos:

Há uma classe de homens que os médicos observam e cujos sofrimentos permanecem escondidos aos olhos do mundo : essa classe é a mais numerosa, ela é ao mesmo tempo a mais interessante aos olhos do publicista filósofo, é a dos assalariados. [aqui Buchez coloca uma nota de rodapé na qual cita o Novo Cristianismo de Saint-Simon: “Toda sociedade deve trabalhar para melhorar a existência moral e física da classe mais pobre; a sociedade deve se organizar da maneira mais conveniente para atender esse grande objetivo.] (...) é aquela em que a média de vida é a menos considerável (...) (« Du projet de loi sur les écoles de médecine et sur la police médicale », *Producteur*, t. III, 1826, pp. 177 e 178).

A assinatura de Buchez no *Le Producteur* só apareceu em maio de 1826, quando Olinde Rodrigues iniciava uma série de artigos sobre a doutrina de Saint-Simon. Foi o momento da primeira separação: Léon Halévy, Armand Carrel, Decaen e Bodin, depois Adolphe Blanqui e alguns outros se retiraram; também Auguste Comte, doente, interrompeu sua série de artigos. Após a morte de Saint-Simon, em 1825, Comte publicou artigos no *Producteur*, onde desenvolveu a noção de “filosofia positiva”; quando se

afastou, a ambição de constituir uma ciência – “fisiologia” ou “física” social – continuou a inspirar a equipe saint-simoniana, à qual se juntaram dois antigos carbonários, Buchez e Bazard. Buchez assumiu o espaço deixado por Comte na revista, e durante o ano de 1826 publicou artigos sobre “Les termes de passage de la physiologie individuel à la physiologie sociale” (P IV, pp. 68-85), e “De la Physiologie” (P III, pp. 122-133), um artigo sobre higiene (P V, pp. 48-62) e uma coleção de novidades e relatórios sobre questões de medicina. Os artigos sobre fisiologia retomaram a questão geral dos estados sucessivos da ciência, o que levou Buchez a avaliar o problema colocado por Comte sobre a “Subordinação das ciências” (P IV, 1826, pp. 266-273). Seguindo Saint-Simon, e contra Comte, Buchez procurou estabelecer a supremacia da fisiologia sobre todas as outras ciências, inclusive as matemáticas. Buchez escreveu também um artigo sobre a Grécia (P. V, pp. 5-16), sobre Belas-Artes (P. IV, pp. 78-85) e medicina (“Du projet de loi sur les écoles de médecine”, P. III, pp. 173-192). Como Saint-Simon, ele procurou modelar a ciência social sobre a fisiologia, estabelecendo uma analogia entre o corpo social e o corpo humano. Buchez conferiu um lugar preferencial à fisiologia na hierarquia das ciências e na obra de constituição de uma “doutrina social”. Admite-se, por isso, que ele tenha se inspirado em outros textos de Saint-Simon. Isambert sugere que foi por intermédio de Olinde Rodrigues que Buchez conheceu a *Introduction aux travaux scientifiques du XIXe. siècle*, a obra que mais o teria influenciado (op. cit., p. 148); além desta, Rodrigues também lhe teria emprestado a *Mémoire sur la science de l’homme*.

Entre os anos de 1827 e 1829 os saint-simonianos fizeram uma revisão do positivismo. Comtistas e saint-simonianos tomaram direções diversas, porém o objetivo da teoria social a ser constituída não foi abandonado. Isambert (1966) afirma que Comte nunca foi um associado, nem fundador, nem membro da equipe de redação, para Bénichou (2001, p. 276) ele não foi nem mesmo saint-simoniano, concordou em colaborar devido a sua amizade por Cerclet e a necessidade de dinheiro. Mesmo assim, seus artigos no *Producteur*, assim como seu *Système de politique positive* foram durante muito tempo considerados como uma das obras fundamentais da escola. Por isso, Isambert reforça que seria errado se fundamentar no termo “positivo” que serve comumente para designar a doutrina dos saint-simonianos para fazer de Auguste Comte o inspirador da escola. Com o intuito de evitar esse tipo de equívoco, Olinde Rodrigues publicou em 1826 uma série de

artigos sobre a doutrina de Saint-Simon e procurou destacar que era no pensamento do mestre que os discípulos poderiam encontrar sua fonte intelectual. Durante a fase de colaborador do *Producteur*, a teoria histórica sobre o progresso da humanidade de Buchez estava em germe, assim como a noção, que é a base de seu sistema histórico e social, da analogia entre a humanidade e o homem individual; na verdade, ele compôs, nesse período, o primeiro esboço da obra que desenvolveria nos próximos anos. Devido à falta de dinheiro, o *Producteur* teve sua publicação interrompida em 1826, e as idéias do *Nouveau Christianisme* se degeneraram em um panteísmo e na idéia de realização da carne. Desde então, Buchez abandonou o saint-simonismo, mas procurou dar continuidade a Saint-Simon.

A escola se preparava para retomar a publicação do *Producteur* e Buchez escreveu um artigo que projetava publicar no jornal, com o objetivo de pensar sobre a questão do plano enciclopédico das ciências humanas, mas o ponto de vista materialista não lhe apontava mais a solução para esse problema. Os manuscritos de Buchez, que se encontram na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, contêm o artigo que escreveu para a nova série do *Producteur*, prevista para o final de 1828, e que jamais se concretizou. Neste texto, Buchez considerou que somente a criação poderia ser a base da harmonia do mundo e o princípio da explicação das ciências, mas o artigo foi refutado. Bazard e Enfantin, que refutaram o artigo de Buchez, tomaram as vias do panteísmo e Buchez do cristianismo, destacando nele, nesse primeiro momento, a importância do seu valor moral. Para A. Ott, foi porque se depararam com a necessidade de um dogma e de uma religião que entraram em desacordo e romperam definitivamente. Neste contexto, a “conversão religiosa” de Buchez parece ter sido primeiramente o resultado de uma reflexão filosófica, já que ele não era religioso.

Fidao-Justiniani (op.cit., p.118) afirma que Buchez foi “o mais fiel intérprete de Saint-Simon” e, no entanto, ele desempenhou um papel apenas acessório no saint-simonismo. Ainda assim, considera que a obra de Buchez é semelhante a um edifício cujas fundações e boa parte dos materiais foram inspirados em Saint-Simon. Segundo esse autor, Buchez continuou a obra de seu mestre, “de sorte que toda obra histórica e sociológica de Buchez é uma homenagem a Saint-Simon” (op. cit., p. 267). Mas o argumento de uma participação pequena no saint-simonismo é contestado por Isambert. Essa objeção, ao

contrário da concepção defendida por Fidaio-Justiniani, pressupõe uma noção de saint-simonismo não restrita à escola liderada por Enfantin. Isambert (1966, p. 140) pondera que Buchez foi durante mais de dez anos o “mais autêntico continuador de Saint-Simon”, e o que, segundo ele, levou Buchez a um “novo cristianismo” se situa antes e não depois de sua ruptura com Enfantin. A Exposição da doutrina de Saint-Simon¹⁰⁸, seguida de conferências preparadas coletivamente e pronunciadas por Bazard na sua maior parte, procurou reconstituir um sistema ou valores do positivismo que se baseava em concepções científicas da sociedade, que à semelhança do *Système de politique positive* (Comte, 1822, 3º Caderno do Catecismo dos industriais de Saint-Simon), tinha um caráter “pré-sociológico” (Isambert, 1959). A revisão do positivismo nesse caso se situava em torno das duas noções antitéticas de crítico e orgânico.

Quando Buchez se afastou do grupo que se reunia em torno de Enfantin, tentou minimizar sua participação na elaboração do neo-saint-simonismo, refutou, inclusive, de se considerar co-autor da *Exposição*. Mas conforme Isambert (op. cit., p. 133) “parece incontestável que ele tenha desempenhado um papel importante na elaboração da *Exposição*”. Para esse autor, os manuscritos de Buchez prefiguravam a *Exposition de la doctrine* de Saint-Simon. Declara que seria presunçoso querer dar a Buchez a exclusividade de uma conceitualização, que teria sido o resultado de múltiplas discussões da pequena equipe do *Producteur*, mas postula que Buchez tinha “preocupações que o preparavam particularmente bem para um trabalho de generalização teórica” (op. cit, p. 140), ao qual se dedicou após 1830. Nesse sentido, Buchez avançou ao enunciar sua “lei de alternância”:

Assim, até esse dia, o desenvolvimento da humanidade se operou por meio de uma sucessão de movimentos alternativos, que oferecem tanto o caráter orgânico como o caráter crítico. Os primeiros tiveram por fim a realização de uma melhora concebida filosoficamente da condição das massas humanas. Eles foram constituídos pelo fato de uma coordenação enciclopédica, tanto teórica como prática. Os segundos, ao contrário, tiveram eminentemente o caráter de destruição com relação ao sistema orgânico precedente; eles operaram eliminando a unidade que existia entre as teorias gerais e as teorias especiais, entre as práticas gerais e as práticas

¹⁰⁸ De acordo com Isambert (1959, p. 131), as sessões começaram na quarta-feira, 17 de dezembro de 1828, rue Monsigny, e prosseguiu de 15 em 15 dias na rue Taranne, no local da *Société de la Morale chrétienne*, durante dois anos. Porém, Cuvillier (1948, p. 17) afirma que a primeira conferência teve início em 10 de dezembro de 1828.

particulares; (...). (manuscritos de Buchez, fº 6, BHVP, apud Isambert, 1959, pp. 140 e 141).

A dinâmica de alternância definida por Buchez contrariava a lei dos três estados, e o novo conteúdo dado à noção de orgânico deu origem a uma concepção de relações da sociedade, de ciência e de religião, oposta a de Comte. Conforme Isambert (op. cit., p. 143) “a lei de alternância de Buchez é mais flexível e permite englobar uma maior variedade de fatos históricos”. Segundo esse autor, essa lei é mais relativista que a teoria de Comte, pois admite uma variedade passada, presente e futura de estados sociais, na qual a verdade científica não se apresenta como “norma exclusiva e sufocante”. Ademais, “pode-se dizer que, apesar de sua imperfeição, a lei de alternância se aproximava mais do que a lei dos três estados de um determinismo propriamente sociológico” (ibidem). As noções de crítico e de orgânico, aplicados aos estados da sociedade, constituíram uma tentativa de tipologia das sociedades globais e a noção de “alternância de dois estados” esboçou a idéia de ciclo cultural.

Segundo Cuvillier (1948, p. 16), “Buchez se tornou um dos chefes da escola saint-simoniana”. Dedicou-se à propaganda e, em uma carta escrita em 26 de outubro de 1827 a Enfantin, relatou seu orgulho por poder divulgar as idéias saint-simonianas no *Journal des Progrès des sciences et institutions médicales* que acabava de fundar com Ulysse Trélat. Cuvillier (op. cit., p. 17) esclarece que foi Buchez que sugeriu a utilidade de uma exposição pública da doutrina. Estiveram à frente desse projeto Olinde Rodrigues, o principal discípulo de Saint-Simon e seu confidente no leito de morte; Enfantin, o futuro papa da escola; Bazard e Buchez. Isambert (1959, p. 133) assinala que foi o próprio Buchez que escreveu em 1 de novembro de 1829¹⁰⁹ que havia proposto a divisão da história em idades orgânicas e inorgânicas, o que seria uma das bases teóricas mais importantes da Exposição.

Buchez deixou a escola saint-simoniana em dezembro de 1829, com seus amigos Boulland e Alisse. Bazard e Claire Bazard, sua mulher, também se afastariam em novembro de 1831. Imbuído do objetivo de dar prosseguimento ao projeto do mestre Saint-Simon, Buchez decidiu formar uma escola científica e filosófica. Desse modo, o buchezismo e o enfatinismo têm mais sentido se compreendidos um em relação ao outro. Mas a separação

¹⁰⁹ Nota publicada em anexo à “Lettre d’un disciple de la science nouvelle”, de Roux-Lavergne.

de Buchez com os saint-simonianos representou mais do que uma ruptura, significou uma “bifurcação do saint-simonismo” (Isambert, 1966, p, 139). Buchez permaneceu saint-simoniano após 1830 e inspirou-se diretamente de Saint-Simon para formular sua proposta de reforma do cristianismo e de ciência social.

A escola bucheziana se desenvolveu após a Revolução de 1830. Buchez e seus amigos aproveitaram a relativa liberdade conferida pelo novo regime para empreender um grande esforço de propaganda em favor de sua doutrina. A *Société des amis du peuple*, novamente criada, ofereceu a Buchez um espaço para a exposição de suas idéias. Foi lá que apresentou pela primeira vez sua concepção de associação operária. Ele também fazia conferências em seu domicílio, 8, rue Chabanaïs. Em 1831, um recente membro da escola, P.-C. Roux-Lavergne publicou um panfleto muito violento contra a escola de Enfantin: “la Lettre d’un disciple de la Science nouvelle aux religionnaires prétendus saint-simoniens”. Embora os argumentos não tenham tanto interesse, vale notar a expressão “Science nouvelle” (expressão usada por Vico), trata-se da ciência social ou filosofia da história fundada por Saint-Simon. Esse panfleto impressionou os discípulos de Enfantin. Jules Lechevalier foi encarregado de refutá-lo publicamente, mas os buchezianos assistiram a sessão e demonstraram, com textos em mãos que Saint-Simon não havia professado as idéias introduzidas na escola por Enfantin, e deixaram a reunião gritando: “Portanto, vós não sois Saint-Simonianos, abandonem esse nome, não o sujem mais!” (Cuvillier, 1948, p. 21)

Essa propaganda e polêmicas deram visibilidade a Buchez e novos discípulos se achegaram: o oficial Sain de Bois-le-comte; o bibliotecário P. Robert; o Dr. Cerise; o Dr. Belfield-Lefèvre, discípulo devotado, que publicou os cursos oferecidos por Buchez aos estudantes de medicina; um discípulo temporário, o poeta Alfred de Vigny; entre outros.

Em 3 dezembro de 1831 foi lançada a publicação semanal do jornal que devia divulgar o pensamento da escola bucheziana, o *Journal des Sciences morales et politiques*. Nessa mesma época Enfantin começava a apresentar suas inquietantes teorias sobre a liberdade sexual e a “reabilitação da carne” que levou Bazard, indignado, a se afastar da escola. A partir do número 5, o jornal bucheziano passou a chamar-se *Européen, journal des Sciences morales et économiques*. O primeiro *Européen* durou até 27 de outubro de 1832 e conteve 49 números. A publicação do *Européen* foi retomada em 1835 e durou até

dezembro de 1838. O terceiro periódico da escola foi a *Revue Nationale*, cuja publicação teve início em maio de 1847. A *Revue nationale* foi fundada com o objetivo de dar continuidade ao *Européen* de 1831 e ao *Européen* de 1835.

Além do *Européen*, Buchez publicou outras obras muito importantes para a história de seu pensamento: a *Introduction à la science de l'histoire ou science du développement de l'humanité* (1a. ed., Paris, Paulin, 1833, 1 vol. in-8°. 2a. ed. Paris : Guillaumin, 1842, 2 vol., in-8°); em colaboração com Roux-Lavergne, a gigantesca *Histoire Parlementaire de la Révolution française* (Paris : Paulin. 1834-1848. 40 vol. in-8°) ; de 1838 a 1840 publicou três volumes do *Essai d'un traité complet de philosophie au point de vue du catholicisme et du progrès* (Paris : E. Eveillard, 1838-1840. 3 vol. In-8°) ; a *Histoire de la formation de la nationalité française* (Paris: Dubuissin, 1849. 2. vol, in-16°); *Revue Nationale* (maio de 1847 a julho de 1848, in-8°) ; e enfim, o *Traité de Politique et de Science Sociale*, publicado um ano após sua morte por MM. Laurent Cerise e Ott (Paris, Amyot, 1866, 2 vol. In-8°).

Pode-se perguntar, de onde vinha o interesse de Buchez pela sociedade? Ela se revelava como um verdadeiro espetáculo da pobreza, egoísmo e falta de princípios morais. A fonte desses males, Buchez a via na concorrência, que em última instância era responsável pelos salários miseráveis. Mas apesar da miséria, Buchez acreditava que o homem devia ter fé em alguma coisa. Como afirmou no texto publicado em 1826, no *Producteur* (t.4, p.72), “o melhoramento da condição humana” é considerado “o objetivo único que deve ser proposto às ciências”. Com este objetivo em mente, Buchez concluiu que a ciência da história poderia propor o meio de remediar esses problemas. A obra de Buchez, de modo geral, denuncia a “exploração do homem pelo homem”, a qual buscou propor uma solução; por isso, demonstra uma notável sede de “unidade” e de “organização”. Buchez entendia que a sociedade européia estava dividida em duas classes, uma delas detinha a posse dos instrumentos de trabalho, terras, casas, capitais, verdadeiro “parasita”; a outra, não tinha nada, apenas trabalhava pela primeira. Pensando na possibilidade de remediar essa situação, Buchez elaborou sua concepção de “associação operária”. Foi como saint-simoniano que Buchez começou a pensar que a “associação” seria o “remédio aos males sofridos pela classe operária”. Para os saint-simonianos, no entanto, a associação foi concebida como uma organização coletivista e hierárquica da

produção. O Estado seria o herdeiro e único proprietário de todos os instrumentos de trabalho. Não se tratava de uma organização democrática, visto que cada um deveria ser recompensado “segundo sua capacidade”. Além disso, os saint-simonianos não contestavam o lucro dos empregadores. Partindo dessas concepções ¹¹⁰, Buchez chegaria a um projeto totalmente original com relação às idéias saint-simonianas. No *Européen* de 17 de junho de 1831, Buchez formulou a idéia de que o empresário era um intermediário inútil. Em 30 de junho de 1832, ele reforçaria a idéia já exposta anteriormente de que o empresário agia tal qual um “parasita”. Denunciou a ilegitimidade do lucro. No *Traité de Politique*, obra póstuma, afirmou que “a associação no trabalho é o único sistema que assegura completamente ao trabalhador a propriedade do produto” (1866, t. 1, p. 352) do seu trabalho. Buchez tirou de sua análise sobre as diferenças de classes, consequências absolutamente opostas às que Marx exporia mais tarde. Sustentou que a “associação operária” seria um remédio por excelência, uma solução pacífica para os conflitos.

Cuvillier (1956, p. 52) afirma que a “concepção bucheziana está na origem de toda tradição francesa de associação de produção, já que o que a caracteriza é tanto a idéia de que a cooperação deve ser emancipadora, como também que ela deve tirar o operário da servidão do assalariamento”. No entanto, considera que o mérito dessa iniciativa não é apenas de Buchez, já que suas concepções foram desenvolvidas a partir de algumas conversas com os operários (1830-1831) que assistiam as conferências na *Société des Amis du peuple*. “Ele soube interpretar as aspirações que inquietavam confusamente no seio de proletariado francês desde 1830” (idem, op. cit., p. 58). As teorias de Buchez influenciaram notavelmente o movimento cooperativo francês e inglês¹¹¹. Nesse sentido, influenciou o movimento cooperativo de 1848 na França, as intervenções do governo da segunda república em favor da associação operária e a concepção de Louis-Blanc sobre os “ateliers sociais”. Stuart Mill também parece ter sofrido a influência das idéias buchezianas na formação de suas idéias. Conforme Cuvillier, em 1876, o primeiro Congresso Operário, “procurando precisar em quais condições a cooperação poderia contribuir para a

¹¹⁰ Existe no «papiers Buchez», na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, o texto manuscrito de um “projeto de associação” que parece bem ser um dos primeiros esboços de seus projetos cooperativos. As redações seguintes, que parecem ter partido desse primeiro texto manuscrito, foram publicadas no *Européen* de 17 de dezembro de 1831 e de 14 e 21 de julho de 1832.

¹¹¹ A respeito das influências buchezianas sobre o movimento cooperativo, Cf. Armand CUVILLIER (1956), pp. 64-68; e Armand CUVILLIER (1948).

emancipação do proletariado, retomou a seu modo as teorias de Buchez” (op. cit., pp. 66 e 67).

Buchez protestou violentamente contra a sociedade de exploradores e de explorados, de mestres e de escravos, e defendeu ardentemente que o cristianismo era a única filosofia política e social capaz de permitir a reabilitação da liberdade, da responsabilidade e do amor. Acreditava que a religião havia proclamado a liberdade, a igualdade e a fraternidade dos homens na ordem moral e que a Revolução propôs realizá-las na ordem social. Na *Histoire Parlementaire* Buchez defendeu que a Revolução francesa foi a consequência última e a mais avançada da civilização moderna e que a civilização moderna saiu do Evangelho. Essa afirmação escandalizou alguns liberais voltarianos. Além disso, avançou que só o catolicismo exprimia o lado social do cristianismo. Buchez criou a doutrina do “neocatolicismo” (Touchard, 1970, p. 151), com a qual pretendia conciliar o catolicismo com as últimas idéias sociais revolucionárias. Ele procurou estabelecer uma reconciliação entre o catolicismo e a Revolução, atribuindo aos princípios de 1789 uma origem católica.

Entre os discípulos de Buchez estavam não apenas os estudiosos, mas também um bom número de operários, que assistiram aos cursos, oferecidos em sua residência, que leram o *Européen* e a *História Parlamentar* e foram convencidos pela doutrina bucheziana. Em outros termos, “havia operários buchezianos” (Cuvillier, 1954). Em 1840, um grupo de operários discípulos de Buchez fundou o *Atelier*, um jornal escrito apenas por operários, que sobreviveu até 1850. Foi um ano de reviravolta na história do governo de Luís-Filipe, de discussão sobre a lei do trabalho de crianças nas manufaturas e ano de greve. Em maio de 1847, o órgão oficial da escola reapareceu sob o título de *Revue Nationale*, com a colaboração de Auguste Ott, Feugueray, Dr. L. Cruveilhier, B. Rampal (pseudônimo de Albert Gazel), Garnier-Pagès e Jules Bastide, o diretor da revista. Os operários buchezianos tiveram um papel considerável nos momentos finais da Monarquia de Julho. Em 1847, quando a escola retomou sua publicação por meio da *Revue Nationale*, os discípulos de Buchez retomaram as conferências públicas e se misturaram ativamente ao movimento político. Conforme Cuvillier (op. cit., p. 31), o *Atelier* organizou, nos primeiros meses de 1847, discussões sobre a questão social que ocorreram na casa do advogado Marie, das quais participaram representantes do partido democrático. Pode-se pensar que este seja o

advogado Alexandre-Thomas Marie, o mesmo que participou da elaboração do relatório que definiu para a classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas do IHP as diretrizes para a pesquisa na área da ciência social. As informações disponíveis não permitem afirmá-lo com segurança, mas também não inviabilizam essa hipótese. Marie, como é chamado por seus biógrafos Germain Sarrut e Saint-Edme, na *Biographie des Hommes du Jour* (1835), ambos membros do Instituto Histórico de Paris, por volta de 1830, data da Revolução de Julho, já havia se tornado conhecido no meio jurídico. Ele nasceu em Auxerre, em 15 de fevereiro de 1787, mas fez seus estudos em direito, história e filosofia em Paris. Se se pudesse afirmar que se trata do mesmo Marie faria ainda mais sentido o projeto da classe do IHP na qual participava, de constituir a ciência social à semelhança da proposta bucheziana, e se constituiria mais uma evidência da significativa relação que se estabeleceu entre o IHP e o grupo bucheziano.

Os redatores do *Atelier* relacionavam-se de perto com os intelectuais da escola a quem chamavam de “seus filósofos”, quanto à Buchez, “ele era para os atelieristas o mestre: cientista, filósofo, historiador e sociólogo, ao mesmo tempo, homem político, ele lhes parecia ser um dos maiores pensadores do século” (Cuvillier, op. cit., p. 50). Ainda que admitissem as doutrinas buchezianas e tenham contribuído para divulgá-las, o grupo de operários modificou profundamente alguns pontos delas. Em 1842, o *Atelier* se declarou favorável ao catolicismo, ainda que a maior parte de seus redatores fosse incrédula. O que determinou essa conversão foi o reconhecimento do valor social da fé cristã, e não foi em vão que muitos católicos sociais viram em Buchez o seu precursor. O *Atelier* poderia ser considerado um órgão do “catolicismo social” no sentido de que a religião lhes parecia ser o “cimento da unidade social”. De acordo com Duroselle (1951), o *Atelier* representou o único movimento operário que tentou se inspirar no cristianismo. Não obstante, não pode ser classificado no movimento católico social sem reservas, devido à sua opção pela defesa da luta de classes e pela indiferença de seus principais redatores com relação ao dogma.

A partir de outubro de 1840, o jornal *Atelier* promoveu enquetes sobre a situação operária, que foram “os primeiros esboços das monografias sobre as quais Le Play fundaria mais tarde o estudo de economia social, acerca das condições de um modo de trabalho particular, taxa de salários, duração do trabalho, administração interior dos ateliers, higiene, etc” (Cuvillier, op. cit., p. 107).

Os discípulos de Buchez foram responsáveis em grande medida pela propaganda das idéias da escola, composta, entre outros já citados, pelo jovem advogado alsaciano, Auguste Ott, que escreveu “Associations d’ouvriers”; o *Manuel d’histoire universelle*; e em 1892, o *Traité d’Économie Sociale*, nesta obra afirmou que os homens que desde 1848 levantavam a bandeira do Socialismo cristão na Inglaterra “foram postos em relação com Paris por meio dos discípulos de Buchez” (apud Cuvillier, 1956, p. 66). Henri Feugueray publicou vários artigos no *Le Correspondant*. Alguns operários vindos de meios comunistas, como Anthime Corbon, seriam os redatores do *Atelier*. Em 1840, Belfield-Lefèvre escreveu de Londres que ele expôs a doutrina à Universidade de Oxford e que foi bem acolhido; pediu exemplares de todas as publicações da escola para as bibliotecas inglesas e para William Hamilton. J. Stuart Mill também conheceu a doutrina bucheziana, pois seu nome encontra-se na lista de assinantes do *Atelier*. Em 1842, Buchez reeditou sua *Introduction à la Science de l’Histoire* em dois volumes sobre um plano mais claro. Em abril de 1843, um discípulo lhe escreveu da Argélia que essa segunda edição “corre a cidade” (Cuvillier, 1948, p. 54), e acrescentou: “Médicos, magistrados, padres, todos desejaram vos ler”. No mesmo ano, a livraria Capelle anunciou o *Traité de Politique* de Buchez, mas a obra só foi publicada em 1866, após sua morte. Na mesma época, Buchez escreveu vários artigos sobre Arte, Soberania (1844) e sobre questões históricas na *Encyclopédie du XIXe. siècle*. Em 1846, Louandre e Bourquelot, escrevem na *Littérature française contemporaine*: “a escola filosófica de Buchez é talvez a única de nosso tempo que reuniu discípulos entusiastas e convencidos. Esses discípulos são em número de duzentos aproximadamente em Paris, todos muito devotos às suas idéias, muito hostis à escola eclética” (apud Cuvillier, op. cit., pp. 54 e 55).

Em 1848, Buchez foi nomeado, graças à Garnier-Pagès, adjunto do prefeito de Paris. Depois, por 135.666 vozes, o 13º arrondissement de Paris o elegeu membro da Assembléia Constituinte, e depois foi eleito o seu presidente por 382 votos de 727. Esse foi o seu último ato na vida política. Em 15 de maio, a Assembléia foi invadida por manifestantes em favor da Polônia; à frente estavam Huber, Barbès, Blanqui e Louis Blanc. Ele não soube responder com firmeza aos manifestantes e saiu com grande dificuldade da sala, protegido por seus amigos; por isso, não foi reeleito. Segundo Isambert (1966, p. 8), “o

episódio como presidente da Assembléia Nacional contribuiu para mergulhar Buchez no esquecimento”.

Buchez entraria para a história como inspirador do movimento cooperativo. O “Congresso de Associações operárias de produção”, de 1900, citou Buchez juntamente com Saint-Simon, Fourier e Owen, como um dos quatro “precursores marcantes da idéia cooperativa”. Nas teses sobre o movimento cooperativo um capítulo ou um parágrafo sobre Buchez se tornou obrigatório. Essa imagem de Buchez o tornou conhecido como “reformador social”, e o colocou entre os socialistas que marcaram o movimento operário da primeira metade do século XIX. Por isso, Buchez aparece frequentemente situado entre Enfantin, Pierre Leroux, Louis Blanc, Cabet, Considérant, Pecqueur. O Buchez reformador social é apreciado sobretudo pelos “católicos sociais” (Calippe, Fidaio-Justiniani), que vêem no cooperativismo bucheziano uma solução ao problema social compatível com a doutrina da Igreja. Cuvillier e Duroselle apresentam Buchez como “socialista cristão” precursor do catolicismo social, insistem sobre sua evolução religiosa, conduzindo-o de um ateísmo decidido ao catolicismo passando pela etapa do saint-simonismo.

Cerise e Auguste Ott, dois discípulos de Buchez, encarregaram-se de publicar a última obra do mestre, o *Traité de Politique et de Science Sociale*, em 1866, um ano após a sua morte. Ott escreveu uma longa nota sobre a vida e o pensamento de Buchez que inspirou a maior parte das biografias escritas sobre ele. Neste livro, Buchez desenvolveu a teoria “sociológica” que começou a formular na década de 1830. Sem deixar seu ponto de vista filosófico e suas primeiras convicções “sociológicas”, Buchez constatou que:

A ciência política ou social é certamente a parte mais experimental da filosofia. Não há ciência natural mais rica em observações, (...) Ela tem tudo o que constitui as ciências positivas ; ela oferece, como aquelas, leis rigorosamente formuladas e que são uma conclusão da experiência do raciocínio (1866, p. 3).

2.2. A ciência social bucheziana e o Instituto Histórico de Paris

A história é realmente uma ciência? Buchez não duvidava disso. Ele afirmou:

Chamamos Ciência da História o conjunto de trabalhos que têm por objetivo encontrar no estudo dos fatos históricos, a lei de geração dos fenômenos sociais, a fim de prever o futuro político do gênero humano, (...). Nessa visão, o trabalho só é proveitoso se ele é feito sem paixão ;

assim como nos outros ramos das ciências naturais, o primeiro mérito é a exatidão das observações, e o rigor dos métodos (1833, pp. 1 e 2).

Para Buchez, a história é uma ciência positiva que estuda fatos históricos com a mesma objetividade das ciências naturais. Ele acreditava também que se pudesse prever o futuro na ordem social assim como na ordem natural.

Entendemos que o IHP foi em muitos aspectos influenciado pelas concepções buchezianas acerca da história. Knibiehler (1973, p. 337, nota 98) afirma que Buchez fundou o Instituto Histórico; de fato, ele foi um dos membros fundadores, que durante o período analisado participou da administração do Instituto, imprimiu suas idéias nas decisões tomadas pelos comitês em que participou e nos discursos que proferiu ao longo dos anos¹¹². Assim, defendemos que durante os primeiros anos de funcionamento, a aproximação e identificação do Instituto com a escola bucheziana foram decisivas para a definição de seu “projeto sociológico”.

Em 1845, quando Buchez discursou na abertura do Congresso Histórico (Investigateur, 1845, p. 201), afirmou que a história deveria ser elevada à classificação de ciência positiva. Além disso, afirmou que a história é uma ciência plena de ensinamentos, dotada de utilidade e que por meio dela é possível fazer previsões. Ora, este texto aponta algumas noções centrais do pensamento bucheziano que também conduziram os trabalhos do IHP. Para o Instituto a história era considerada, antes de mais nada, uma ciência útil, que ensina, e permite desvendar o futuro por meio de previsões. Sendo assim, o que se pretende afirmar é que dos seus projetos, da sua configuração ideológica, exposta na diversidade de seus membros, e da maneira como os trabalhos foram conduzidos, emanam certas preocupações e objetivos que o identificam com a proposta teórica de Buchez e de sua escola, de constituir a ciência social.

Buchez já havia desenvolvido a noção de “ciência da história”, “ciência social” ou “fisiologia social”, baseando-se em duas idéias fundamentais: a de progresso e a analogia das faculdades da humanidade com as do homem individual. Uma primeira premissa era a de que a espécie humana é um ser coletivo, que se desenvolve segundo a sucessão de gerações,

¹¹² Sarrut e Saint-Edme afirmam que “Buchez concorreu poderosamente com os trabalhos dessa agregação de homens voltados ao estudo da história; e quando, no ano passado, renovou-se o *Bureau* principal, M. Michaud conservou a presidência, mas Buchez foi eleito pela quase unanimidade, à vice-presidência, substituindo o conde Alexandre de Laborde” (*Biographie des Hommes du Jour*. T. 1. Paris: Henri Krabe, 1835, p. 250).

de acordo com uma lei que se pode verificar pela observação. Na *Introduction à la science de l'histoire* (1833) Buchez se expressou nos seguintes termos:

É preciso então, para a instituição de nossa ciência da humanidade, estudar a lei de cada fato particular, e a lei da relação desses fatos entre si. Ora, nós só podemos atingir esse resultado pesquisando na observação do elemento da humanidade, ou seja, no indivíduo; ou em outros termos, tentando construir com a ajuda da fisiologia individual, uma fisiologia social (1833, p. 136).

Nesta obra, a *Introduction à la science de l'histoire*, Buchez parte de um projeto de “sociologia” positiva. O texto fundamenta-se sobre a noção de “objetivo comum de atividade” (“but commun d’activité”), idéia que se tornou um conceito fundamental na teoria de Buchez. Em linhas gerais, toda a doutrina de Buchez repousa sobre a idéia de progresso. Para ele, o progresso é a lei geral do mundo. Reconhecer a marcha do progresso significava definir as leis da história, elevá-la à categoria de uma ciência capaz de fornecer previsões tanto quanto as ciências físicas. Para ele, a moral é o princípio de todo progresso, ela também preside as relações políticas e sociais e compreende todo o “organismo social”. Se a moral abarca todos os ramos da atividade humana ela é, por isso, a fonte de todos os progressos da humanidade.

Nessa visão, a moral coloca para a humanidade um objetivo a ser atingido, e o progresso, num dado período, consiste no cumprimento desse objetivo. Segundo Buchez, o progresso total da humanidade consistiria em atingir sucessivamente uma série de objetivos com origem em ensinamentos morais. Cada um desses ensinamentos engendrou uma idade da humanidade. A última “idade lógica”, ou período em que um mesmo princípio religioso e moral domina na sociedade, segundo Buchez, é caracterizada pelo cristianismo e o objetivo que ele propõe à humanidade; ou seja, a fraternidade e a união universal.

Cada “idade lógica” é dividida em dois períodos, um orgânico e outro crítico. O ensino religioso e moral deve lançar a humanidade numa nova direção, mas num primeiro momento, quando é lançado, passa necessariamente pela dúvida e incredulidade. Quando o novo ensino é aceito pelas “massas”, os homens se tornam imbuídos de um sentimento comum e os governos passam a caminhar na via do progresso. Este seria o período orgânico. Quando as crenças comuns são submetidas à dúvida e ao questionamento e os princípios vigentes são postos sob suspeita, a sociedade passa a se dirigir para uma nova

fase, que conduz à negação absoluta de suas crenças, a este período Buchez chama de crítico.

Pode-se dizer que toda a “sociologia” de Buchez fundamenta-se na noção de “objetivo comum de atividade”:

Ora, não há sociedade onde não existe um “objetivo comum de atividade”, que reúne todos os homens em um mesmo desejo, um mesmo sistema, e um mesmo ato. Essa unidade de interesses e de movimentos é a condição absoluta, não somente de existência, mas também de conservação de toda associação qualquer que seja (1833, p. 45).

Sendo assim, uma sociedade só pode se formar quando há um “objetivo comum de atividade”, capaz de aderir todos os seus membros em torno de um pensamento e obra comum. Segundo Buchez, somente a moral religiosa poderia ser esse objetivo comum, que atingiria seus objetivos em épocas orgânicas da sociedade, levando a uma situação de progresso social. É porque existe um objetivo comum de atividade que existem as nacionalidades.

Para Buchez, a ciência social foi criada pela necessidade que o homem tem de “prever” o resultado de suas ações. Buchez repete essa idéia várias vezes na *Introduction à la science de l’histoire*. Por meio do conceito de objetivo comum de atividade a ciência social procura expor os princípios que presidem a formação das sociedades e a coordenação de instituições e de funções em virtude das quais as sociedades se conservam e progridem. Para Buchez, as sociedades só existem quando há um objetivo comum de atividade, quando este é esquecido ou negligenciado elas perecem. As sociedades podem variar de acordo com o objetivo que as formou, mas elas não variam jamais pelo conjunto de instituições, que em toda parte e sempre têm por objetivo a manutenção e o progresso da associação. Buchez chama essas instituições de constantes sociais, mas ele chama de constantes de conservação as instituições que servem para manter o estado social, e de constantes de progressão aquelas que servem para fazer as sociedades se movimentarem em direção ao objetivo proposto. À primeira ordem de constantes pertencem as instituições da família, da propriedade, da religião, de ensino, de higiene pública, da justiça; às constantes de progressão pertencem o governo, ou os poderes legislativo e executivo, espiritual e temporal. Assim, se a história pode fixar quais foram as épocas orgânicas e críticas no passado, nada a impede de prever o futuro. Como Buchez afirmou no discurso pronunciado

no IHP em 1845, a história é “a fonte onde a humanidade deve buscar um ensinamento sobre as coisas do porvir” (Investigateur, 1845, p. 202).

No primeiro número do *Européen* (20 de outubro) de 1835, Buchez retomou o conceito de “objetivo comum de atividade”, central na sua obra sociológica. Na introdução do primeiro número do jornal, assinada por Buchez, ele se dirigiu àqueles que como o seu grupo, preocupavam-se com o estado de “anarquia moral” e de “incredulidade” que ameaçava a sociedade. Em suas palavras:

Quando tomamos a pena em 1831, estávamos persuadidos de que a sociedade estava profundamente ameaçada em sua existência, pela anarquia moral que há quarenta anos não parava de crescer por meio de doutrinas e de ensinamentos, enfim pela incredulidade que se seguiu; e nós desejamos dar nossa parte de esforços para reconduzir os homens à unidade de fé e à unidade de ação, somente pelos quais as nações podem viver e durar (*Européen*, nº1, 20 outubro de 1835).

Diante dessa realidade, a publicação da escola bucheziana procurou dialogar com aqueles que pensavam que “a sociedade está em perigo todas as vezes que não há mais idéia comum, objetivo comum, esperança comum” (1835, p. 1). Buchez mencionou o fracasso do primeiro *Européen* que por falta de apoio cessou suas publicações, mas afirmou que não foi uma tentativa estéril, pois acreditava que o jornal fez parte de uma espécie de “reação moral e religiosa”. Conforme Buchez,

chegou o momento de realizar socialmente os mandamentos da moral cristã; de operar, pelo cristianismo, uma revolução mais importante, mais grave, mais análoga a que fez Constantino quando mudou a religião, e o governo e a capital do Império romano (...) Nós queremos mostrar que toda filosofia que não resulta do cristianismo é falsa ... (1835, pp. 1 e 2).

O princípio da nacionalidade também se explica, na teoria bucheziana, pelo conceito de “objetivo comum de atividade”. Quando uma população está unida durante algumas gerações em um mesmo pensamento religioso e moral, caminhando em direção a um mesmo objetivo, ocorre a unidade de sentimentos, tradições, crenças e hábitos que constituem a nacionalidade. Com relação à teoria das raças, Buchez negava todo argumento que procurava justificar a “desigualdade” entre os homens. Em artigo publicado no *Européen*, “Algumas considerações sobre uma das consequências da doutrina das raças na

espécie humana”, Buchez combateu diretamente a teoria das raças, alegando que a origem das nacionalidades residia numa crença moral¹¹³. Buchez afirmou:

Nós dizemos igualmente que a educação da igualdade cristã poderia produzir, e produziu com efeito, analogias morais entre os homens que o cristianismo ensinou. Chamou-se costume as analogias morais. Fala-se em costumes dos franceses, costumes dos indianos, etc., etc., o que dá forma aos costumes é a educação; quando se quer falar dos costumes de um povo, não se diz: Esse povo tem tal clima, ou uma cabeça de tal forma, (...) mas fala-se: Esse povo é cristão, ou esse povo é pagão, e quase sem reflexão tira-se a consequência, que esse povo tem tais hábitos morais. (...) Não é racional, depois de tudo, pensar que a idéia cria a carne que lhe deve servir de instrumento? Que revolução não teria feito nas organizações pagãs a idéia cristã que é tão ativa? Ela que transformou o mundo, não poderia ela também transformar os indivíduos? (...). Se nossa maneira de pensar não é uma vã hipótese, acontece que as raças, ou melhor, que as diferenças físicas vêm das crenças, que crenças que reinaram por muito tempo em um povo devem com o tempo se representar pela organização.

Pode-se afirmar em geral, que, pela sequência da longa civilização, os homens se tornaram não apenas moralmente, mas ainda fisicamente, melhores; de modo que a diferença das raças de homens hoje viventes, é apenas a expressão da diferença de estados da civilização atualmente dispersas sobre a face do globo (Européen, nº11, 1836, p. 342).

Buchez insistiu na importância do valor moral e religioso para a existência das sociedades, assim como para a sua manutenção e progresso. Ele mesmo explicou na introdução do *Essai d'un traité complet de philosophie, du point de vue du catholicisme et du progrès*, que chegou ao cristianismo porque foi educado por uma mãe católica:

Como todos os homens de minha idade, eu fui educado por uma mãe católica e recebi o ensino do catecismo. À minha saída das aulas eu era ainda criança. Colocaram-me nas mãos os escritos dos filósofos do século XVIII e me enviaram para estudar as ciências naturais. Fui colocado em contato com todos os gêneros de incredulidade. (...) eu comecei a sentir vergonha de minhas crenças, e depois me tornei, como meus mestres, incrédulo e enfim materialista. (...) Eu fui colocado em contato com todos os ceticismos, mas havia uma coisa da qual eu jamais duvidei: foi da moral (...) (Traité de Philosophie du catholicisme, 1838, pp. 20 e 24)

Como estudante, Buchez conta que foi surpreendido pelas lacunas da ciência, e começou a reorganizar suas idéias quando percebeu a importância da moral, da qual jamais havia duvidado. E foi nesse momento que tomou conhecimento dos trabalhos de H. de

¹¹³ Européen, nº11, décembre 1836, pp. 339-342. Esse artigo foi publicado como prefácio ao terceiro volume da *Histoire palementaire*, por isso, acredita-se que seja de autoria de Buchez.

Saint-Simon, que lhe pareceram “em todos os aspectos notáveis” (idem, op. cit., p. 25). Toda a obra que desenvolveu após 1830 tentou conciliar cristianismo e progresso.

Na introdução da *Revue Nationale*, publicada em 1847 e que deveria dar continuação ao *Européen* de 1831 e 1835, Buchez esclareceu:

... nós afirmamos que tudo o que distingue a civilização atual da civilização antiga, ou seja, a civilização moderna inteira emana do catolicismo. Mas, o que chocava ainda mais, (...) é que nós sustentamos ao mesmo tempo, que a Revolução Francesa emana do cristianismo, que ela é católica em sua essência e origem; (...) nós ousamos afirmar que os princípios fundamentais da Revolução, liberdade, igualdade, fraternidade, unidade, inscritos por ela sobre as bandeiras... vêm do catolicismo; de sorte que essa grande crise social somente possa estar terminada no dia em que os revolucionários forem católicos, e quando os católicos forem revolucionários (apud Duroselle, 1951, p. 97).

Arlette Michel (1990) afirma que nos primeiros tomos da *Histoire Parlementaire*, Buchez formulou um elogio à obra jurídica dos inícios da Revolução. Nesse elogio, conjugaram-se a herança do direito romano repensado por Rousseau, uma filosofia da história marcada pelo saint-simonismo, um neo-catolicismo republicano no qual o pensamento de Buchez se enraizou a partir de então. Os prefácios que Buchez escreveu em alguns volumes da *Histoire Parlementaire*, e outras obras também, renderam-lhe várias críticas. Michelet, em sua *Histoire de la Révolution*, afirmou que Buchez e seu colaborador haviam emprestado suas idéias do barão Ferdinand d'Eckestein, o que parece improvável (Cuvillier, 1948). O filósofo Renouvier acusou Buchez de ter apresentado a reabilitação de grandes crimes históricos. Paul Janet referiu-se aos “mostruosos prefácios” e seus “escandalosos sofismas”, e Jules Simon não economizou as críticas na análise que publicou na *Revue des deux mondes* (1841, t. 26), sobre o *Traité complet de philosophie au point de vue du catholicisme et du progrès*. Jules Simon afirmou que ao submeter “a filosofia à religião e a razão à fé”, Buchez não fez nem religião nem filosofia, e que apesar de seu vasto conhecimento e boas intenções, não bastava amar a filosofia para ser filósofo. Em 1843, Buchez acreditou que pudesse ser aceito na Academia de Ciências Morais, mas a Academia também não aceitou seus prefácios da História Parlamentar. Com o intuito de criticar e refutar a filosofia eclética de Victor Cousin, o jornal que promovia as idéias da escola bucheziana, o *Européen*, publicou um artigo escrito por Roux, “De l'écletisme” (1835, nº1, pp. 13-20), e outro texto de Buchez, “Um mot sur les Doctrinaires et sur les

Écletiques” (nº 10, pp. 299-307), além destes, Buchez dedicou algumas páginas do *Essai d'un Traité complet de philosophie* (pp. 147-159) a essa crítica. Sendo assim, não é difícil compreender os motivos alegados para justificar a rejeição de Buchez como membro da Academia de Ciências Morais e Políticas, onde a influência cousiniana não lhe deu nenhuma chance de sucesso. Além da ironia com a qual era tratado, “Jésuite en habit” ou de “Revolucionário de sacristia” (Garnière, 1968, p. 453), Buchez representava uma ameaça para a Academia (Leterrier, 1995). Leterrier (op. cit., p. 56) afirma que Buchez “teria feito parte da *intelligentsia* das ciências morais, e de uma certa maneira seu engajamento político militante consagrou o fracasso dessa possibilidade”. As circunstâncias contribuíram para ocultar os aspectos mais paradoxais do pensamento bucheziano. O divórcio entre Igreja e Revolução fizeram sua posição religiosa parecer uma aberração e o monopólio da tradição comtiana deveria contribuir para dissipar a lembrança de sua sociologia.

Os artigos do segundo *Européen*, mais teóricos e doutrinários, deram prosseguimento a essas noções que fundamentam a “ciência social” de Buchez, e que constituem o pensamento da “escola bucheziana”. O conteúdo desse jornal, publicado de 1835 a 1838, espelha também a intensidade da relação estabelecida entre a escola bucheziana e o Instituto Histórico de Paris. Impressiona, sobretudo, o espaço dedicado aos anúncios sobre os Congressos Históricos que ocorriam anualmente, a publicação das intervenções realizadas por membros da escola bucheziana, além dos discursos pronunciados por Buchez¹¹⁴. A análise desses textos publicados no *Européen*, por buchezianos membros ou não do IHP, esclarece alguns aspectos da influência exercida sobre as idéias do Instituto.

No *Européen* de 25 de dezembro de 1835 (nº3) foi publicado o texto lido por P. C. Roux, o colaborador de Buchez, na sessão de 15 de novembro do Congresso Histórico. Nele, Roux afirmou idéias que eram, evidentemente, as de seu grupo. Antes de entrar no

¹¹⁴ Programa do Congresso Histórico de 1835, *Européen*, n. 2, 25 novembro 1835, pp. 58-63.
Discurso de Encerramento do Congresso Histórico de 1835, pronunciado por Buchez, n. 2, 25 de novembro de 1835, pp. 98-99.
“But de l’Histoire”, Roux-Lavergne, Congresso Histórico sessão de 15 de novembro de 1835, *Européen*, n. 3, dezembro de 1835, pp. 74-81.
“De la propriété”, abade Labouderie, com intervenção de Roux-Lavergne. *Européen*, n. 3, p. 81-89.
« Põe-se atribuir ao catolicismo a formação da nacionalidade francesa ? » Buchez. *Européen*, n. 7, maio de 1836, pp. 197-210.
« Condições de formação e de existência das nacionalidades », A. Ott. *Européen*, n. 11, pp. 325 – 333.

tema de sua intervenção, Roux esclareceu o sentido da palavra central de sua dissertação. Tratava-se do termo “objetivo”, que era, segundo ele, uma criação da “escola bucheziana”. Esse termo é central na teoria bucheziana, já que explica a lei do progresso, teoria que tem uma característica essencialmente cristã. Esse ponto de vista teria aberto uma nova possibilidade à ciência humana: “estudar os fenômenos do ponto de vista de sua lei de geração, a fim de prever e possuir o futuro, condição necessária ao valor prático” da ciência social (Européen, nº3, 1835, p. 74). Roux ressaltou o valor da obra de Buchez, a *Introduction à la science de l’histoire*, e criticou alguns sistemas como o de Auguste Comte. Preferiu usar o termo “unidade humana” ao invés de “humanidade”, e afirmou que ela se compõe de alguns “objetivos comuns”: primeiro, a palavra; segundo, a população do globo; a fisiologia e, finalmente, um objetivo que deveria ser revelado por Deus. Concluiu que o “objetivo da história é prever o futuro na ordem da livre atividade humana” (idem, p. 81).

Mais interessante que observar esse texto na publicação bucheziana, é notar a sua repercussão no IHP. Em 1846, onze anos depois da intervenção de Roux no Congresso, J. Barbier, membro da terceira classe, no discurso que pronunciou na abertura do Congresso, relembrou algumas “inaugurações brilhantes das solenidades anuais que precederam” (Investigateur, 1846, p. 206). Naturalmente, Barbier resgatou as idéias que considerava relevantes, e destacou a importância do Congresso Histórico para o debate de noções defendidas pelo Instituto. A esse respeito, a fundação do Congresso justificou-se pela necessidade “que tem o historiador de se apropriar de todas as ciências, notadamente aquelas que, como a fisiologia, solucionam os problemas acerca da natureza humana” (ibidem). Barbier destacou de modo especial a intervenção de Roux, e lembrou que seu texto estimou que a humanidade significava “a unidade humana”. O texto de Roux foi resumido da seguinte maneira:

Essa palavra implica, (...), a solidariedade de todas as idades: ela nos faz compreender como a filosofia persegue, com o auxílio da história, por meio das revoluções dos tempos e o choque dos acontecimentos, a idéia providencial que dirige incessantemente as sociedades, para que elas ofereçam um dia (*é a minha esperança e minha fé*) a expressão mais exata da dignidade do homem, essa criatura de Deus essencialmente livre e fraterno. Assim compreendida, a história é o mais nobre tema de estudo e de meditação para o espírito. Ela examina atentamente as misteriosas profundidades das idéias religiosas e das formas sociais, e, quando ela

nos aparece sob esse aspecto majestoso, nós nos lembramos dessas linhas de Bossuet ... (grifo nosso, *idem*, p. 207).

Após citar um texto de Bossuet, Barbier acrescentou: “Não parece que essas belas palavras tenham inspirado a criação de vosso Instituto?” (*ibidem*)

Em 1842, no discurso pronunciado no encerramento do Congresso, J.-L. Vincent sintetizou, de certa forma, o sentimento que predominava no Instituto. Em uma das sessões, M. Savagner leu uma memória sobre a questão: “Da importância das histórias particulares com relação às histórias gerais”. Sobre a discussão na qual participaram Fresse-Montval, Savagner e Wuilhaumez, Vincent afirmou: “As proposições desse último orador, sobre Bossuet, Vico e Maquiavel, que escreveram segundo ele, apenas histórias deploráveis, devem ter surpreendido, não somente vossas orelhas, mas também as paredes desse recinto, onde, graças a Deus, só raramente penetram heresias literárias como esta” (*Investigateur*, 1842, p. 241).

Como a escola bucheziana, em proporções diferentes evidentemente, o Instituto Histórico de Paris configurou-se, por meio de seus membros e das idéias que defendeu, como uma sociedade que procurou unir ciência e religião. A insistente defesa de valores morais e religiosos na direção de uma reforma moral da sociedade com o intuito de promover o progresso e o aperfeiçoamento da humanidade era totalmente condizente com as idéias buchezianas. As palavras publicadas no *Européen* tratam desse caráter religioso do IHP. O comentário que antecede o discurso de encerramento do Congresso Histórico de 1835 denota, como temos argumentado, que apesar de abrir-se à idéias variadas e divergentes, as discussões caminhavam sempre para um consenso; em outras palavras, algumas idéias eram privilegiadas. Nos termos do autor anônimo do *Européen* (dez, 1835, p. 98):

Os trabalhos do congresso convocado em Paris pelo Instituto Histórico terminaram. As Memórias que foram lidas diante dessa assembléia, assim como as discussões das quais essas Memórias foram o tema, serão publicadas. Daremos conhecimento dessa obra a nossos leitores, pois ela conterá provas de mais de um gênero do retorno de espíritos sérios voltados à fé católica. Não se poderia encorajar reuniões empreendidas com um objetivo mais honrado que o de prestar serviços à religião, à moral e à sociedade. Devemos dizer que os sentimentos e os esforços de homens estudiosos que compõem aquele do qual se trata aqui, conspiraram para esse objetivo. *Devemos dizer além disso que, em todas as questões que tocavam de perto ou de longe a religião, a vitória foi decisiva para os apologistas do princípio cristão* (grifos nossos).

O *Européen* de dezembro de 1836 (nº11) publicou o texto apresentado por Ott no Congresso sobre a questão “Determinar pela história as condições de formação e de existência das nacionalidades”. Ott era um discípulo fiel de Buchez, que não consta na lista de membros do IHP, mas como revela essa publicação, frequentava as reuniões do Congresso Histórico. Na primeira parte do artigo, Ott apresenta algumas proposições fundamentalmente “sociológicas”; são elas que fundamentam a demonstração histórica que as segue:

A condição essencial e fundamental de existência de toda sociedade é um objetivo comum de atividade que estabelece uma unidade entre seus indivíduos isolados, (...). Os homens reunidos por um objetivo comum de atividade formam uma nação; e chama-se nacionalidade esse objetivo, quando ele entrou no sentimento de todos (...). Para que uma fórmula possa se tornar um objetivo comum de atividade para um grande número de homens, e constituir uma nacionalidade, é preciso que ela preencha ela mesma certas condições, sem as quais ela não pode adquirir esse valor: é preciso que ela inspire uma fé bem profunda para fazer mártires, e para que aqueles que a aceitam não temam morrer por ela; é preciso também que ela proponha uma obra grande e difícil, que demanda uma ação longa e poderosa, (...). Essa última condição sobretudo é indispensável para que a nação tenha uma duração, e que as gerações sucessivas se sintam unidas em um mesmo pensamento, e na mesma obra.

A religião somente pode dar uma fórmula parecida. Só ela pode colocar um dever absoluto, pois só ela fala em nome de Deus, que é o único soberano absoluto; somente ela pode impor uma obra longa e difícil, pois somente ela ensina a função da humanidade, das quais todas as funções nacionais são apenas instrumentos; não há outra além dela que possa inspirar uma fé profunda ao indivíduo, e impulsioná-lo ao devotamento e ao martírio, pois somente ela lhe ensina sua relação com o universo, e lhe ensina que ele só existe como função de um objetivo universal ao qual ele deve se sacrificar sem cessar (*Européen*, nº11, pp. 325).

Ott acrescenta que o egoísmo individual não poderia ser posto como objetivo comum de atividade de uma sociedade visto que não poderia inspirar nenhuma fé comum, só proporcionaria lutas e ao fenecer com o indivíduo não criaria nenhum laço entre as gerações. Desse modo, a existência de uma sociedade só foi possível a partir do momento em que a “religião ofereceu aos homens um objetivo comum de atividade” e que esse objetivo “foi livremente aceito por eles”. Continuando, Ott afirma que

quando isso ocorreu, quando uma fórmula religiosa foi aceita, e ela constituiu uma nacionalidade, ela se torna o princípio e o fim da nova nação, ela se torna sua moral; ela separa seus atos bons e maus; ela ordena um sistema de funções próprias a cumprir o objetivo aceito; ela se

torna a certeza absoluta da sociedade, seu criterium, seu poder, sua soberania. (1836, pp. 325 e 326).

Como se pode observar, Auguste Ott partiu de um conceito fundamental da teoria social bucheziana, com a qual o IHP estabeleceu um profícuo diálogo.

Buchez encontrou nas atividades promovidas pelo Instituto Histórico de Paris, na condição de uma sociedade que reuniu tantos estudiosos religiosos e defensores do cristianismo, quando não do catolicismo, um terreno fértil para suas idéias. Um texto publicado no *Européen* (nº11, dez de 1836, pp. 349-351), com aspecto de protesto, sugere que o Congresso Histórico, promovido pelo IHP, foi recebido com frieza pelos membros de outras academias. O autor é anônimo, mas pode-se imaginar que seja Buchez, pela intimidade e autoridade com a qual defende o Instituto Histórico de Paris, visto que foi ele, inclusive, na condição de vice-presidente, que discursou na abertura e encerramento do Congresso de 1835, do qual trata neste texto. A indignação e protesto contra o desprezo e a indiferença dão o tom do artigo. O autor afirmou que o IHP era uma instituição que merecia ter recebido “alguma consideração”, pois havia nele “alguma coisa de insólito, de novo” que lhe aprazia nessa “associação de homens que escolheram o terreno pacífico da história” (idem, p. 349), para trabalhar em prol de “melhoramentos sociais”. Criticou o fato da imprensa não ter dado atenção ao evento, destacou também que a “lei de setembro” levou o prefeito do Sena a proibir a concessão da Salle St. Jean para o Instituto Histórico realizar as reuniões do Congresso, cuja autorização só foi concedida após muita negociação. O autor do texto criticou severamente Guizot e Cousin. Além disso, discorreu contra algumas instituições acadêmicas prestigiadas por não terem percebido o “objetivo social da história”, ao qual o IHP dava muita atenção. Conclui com as seguintes palavras:

Nós cremos dever exprimir toda nossa simpatia pelos trabalhos de alguns homens obscuros, pois esses trabalhos são a expressão de lutas que se preparam no mundo, fora das assembléias oficiais, para um dia nelas se mostrar com toda sua energia. É porque consideramos assim esses trabalhos, que nós cremos dever chamar a atenção de nossos leitores sobre o relatório das sessões do Congresso Histórico de 1835.

O interesse de Buchez pelo IHP parece ter se focalizado na expectativa de uma sociedade que tinha objetivos muito valorizados por ele e sua escola: elevar a história à categoria de ciência positiva, contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade e a valorização do cristianismo. Toda a obra de Buchez foi impulsionada pelo desejo de

constituir a ciência social e de definir para ela um método objetivo, porém o autor tornou-se conhecido como precursor do socialismo cristão, misturou-se com operários nas sociedades republicanas e, de fato, vislumbrou um futuro democrático em que as desigualdades sociais fossem superadas por um sistema de trabalho baseado na associação de operários.

No discurso pronunciado por Buchez no fechamento do Congresso Histórico de 1835, ele felicitou que “o espírito de personalidade” tenha sido banido dos trabalhos do Congresso, e emitiu o voto que os historiadores fizessem a partir de então obra coletiva e que o Congresso se tornasse uma “instituição regular”:

Sim, senhores, se nós conseguirmos por nossa perseverança e nossa coragem fazer dos congressos históricos uma instituição regular e anual, fundaremos nada menos que um concílio soberano em matéria de história, concílio que adquirirá inevitavelmente um dia o alto poder de fazer comparecer à sua tribuna e de julgar em última instância todas as opiniões, todos os sistemas. Nós fundaremos um poder científico. Assim, o Instituto histórico que foi o princípio dessas reuniões, que é e será o laço e a continuidade, o Instituto histórico fará mais que encorajar e aperfeiçoar os estudos históricos; ele será mais que um centro de trabalho e de comunicações intelectuais; ele conseguirá estabelecer essa unidade de objetivo e de método que falta aos cientistas europeus; ele preparará uma história e criará historiadores (1835, p. 99).

Como bem ilustra esse trecho, o interesse de Buchez pelo IHP parece ter focalizado a possibilidade de realização de um projeto “científico”, mesmo porque, conforme analisamos anteriormente, essa sociedade buscou desde o início de sua existência, estabelecer relações cordiais com o governo, com o qual se comprometeu a criar um espaço para “debates pacíficos” e a não se ocupar de política.

3. Alexandre Victor Courtet: história e idéia de raça na origem do pensamento sociológico

De acordo com Frédéric Boissière, membro do Instituto Histórico de Paris,

Para satisfazer uma necessidade insaciável de sua natureza, o espírito humano, que conhecia o estado presente de um povo, teve que pesquisar sua origem, sua causa. Ele se questionou de onde vinham os homens que então habitavam o solo; ele pesquisou, em suas ligações primitivas com outros povos, a razão de certas analogias na língua, na conformação corporal, nos costumes. (...). Ele [o historiador] se questionou naturalmente sobre quais circunstâncias acompanharam as migrações,

como se fundiram os antigos e os novos habitantes. É assim que ele foi levado a considerar as origens históricas sob o ponto de vista das raças (Journal de l'Institut historique, 1835, p. 9).

De certo modo, Jean Boissel (1972) corrobora a declaração de Boissière ao afirmar que durante os cinquenta anos que testemunharam o estabelecimento da ideologia revolucionária, burguesa e democrática, afirmou-se “senão uma nova filosofia da história, pelo menos uma concepção do homem e da história da humanidade na qual o fator fisiológico e étnico é posto como um fato que o historiador ou o filósofo não pode nem ignorar nem negligenciar nem talvez recusar” (Boissel, op. cit., p. 11). Sob a exigência de uma inteligibilidade positiva no domínio dos fenômenos históricos, historiadores, médicos, antiquários, linguistas e fisiologistas se uniram em torno do estudo do homem pelo viés da questão racial, contribuindo para o avanço das ciências do homem.

A idéia de raça se expandiu de tal modo no início do século XIX que, conforme Claude Blanckaert (1995, p. 28) “parece ter tido o privilégio de dirigir todos os raciocínios, materialista e espiritualista, republicano ou monarquista, poligenista e até mesmo monogenista”. Blanckaert afirma que no século XIX “todas as controvérsias antropológicas se passam em torno da questão racial” e, contrariamente ao que se pode pensar, ela não aparece necessariamente revestida de formas de preconceito “racista, irracional ou vingativo” (ibidem). Os teóricos da questão racial viam nessa discussão a possibilidade de um estudo objetivo do homem que, como qualquer animal, se submete à investigação científica.

É essa tentativa que destacaremos nos estudos de Alexandre Victor Courtet, membro do Instituto Histórico de Paris, que se baseou no modelo teórico proposto pela antropologia e pela etnologia para pensar cientificamente a ciência política e a história. Embora seja um autor pouco conhecido ou ignorado, sua obra é parte integrante de um fértil período da pré-história da sociologia. Courtet de l'Isle, como era chamado, à semelhança de Buchez, também foi um ex-saint-simoniano, que rompeu com a escola no início da década de 1830 e continuou motivado pelo objetivo de constituir a ciência social ou a ciência política. Encontrou no IHP, e na classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas um espaço propício à exposição e debate de suas idéias. A obra de Courtet de l'Isle foi em parte publicada pelo Jornal do Instituto e pode-se dizer que, embora

a questão das raças tenha sido ali amplamente abordada, ele foi o único membro cuja obra demonstra uma tentativa de sistematização da “ciência história” sob essa perspectiva.

3.1. Contextualizando o debate

O estudo de Sylvianne Rémi-Giraud (2003), baseado na leitura de artigos de dicionários que vão do século XVII até os dias atuais, levanta dois grandes significados para a palavra raça. Um deles é a linhagem; ou seja, a família considerada na sequência de suas gerações; e o outro aplica-se a toda subdivisão da espécie, que se distingue das outras por um conjunto de caracteres físicos hereditários. Nos dicionários dos séculos XVII e XVIII, a primeira definição é dominante e a segunda se limita aos animais. Nessa mesma direção, Claude Blanckaert afirma que a idéia de raça surgiu na Renascença como uma ideologia que ilustrava a hereditariedade de privilégios aristocráticos, a pureza do sangue e a continuidade das linhagens, sustentando assim as reivindicações da nobreza e a ordem social piramidal da monarquia. Essa concepção de raça perdurou até o século XIX, mas não influenciou as teorias antropológicas dominantes.

Segundo Georges Gusdorf (1974), os trabalhos de Lineu, Blumenbach e Buffon foram fundamentais na constituição da antropologia científica no final do século XVIII. A partir daí uma história natural do homem tornou-se possível, e ela recebeu o nome de antropologia; ainda que se tratasse de pesquisas e debates bastante fragmentados¹¹⁵.

A partir de Buffon (1707-1788), naturalista francês, percebe-se os primórdios de uma “ciência geral do homem” (Foucault, 1966). No entanto, conforme Blanckaert (2003), sua forma de conceituar a variedade na espécie humana era fundamentalmente oposta à idéia de “raça”, como se encontra exposta em Cuvier¹¹⁶ ou William Edwards. Para Buffon,

¹¹⁵ Johann Friedrich Blumenbach estabeleceu uma espécie de transição entre Buffon e Paul Broca. Ele nasceu em 1752 e morreu em janeiro de 1840. Realizou seus estudos em medicina na Universidade de Iena e depois em Göttingen antes de se tornar, perto de seus 50 anos, professor de Fisiologia e anatomia comparada. A tese de doutorado de Blumenbach impôs rapidamente a história natural do homem entre as especialidades universitárias. Essa obra foi publicada primeiramente em latim, em 1775 sob o título *De Generis humani varietate nativa*. Uma segunda edição foi publicada em 1781 e a terceira em 1795 e se tornou célebre em toda a Europa. Esse texto foi traduzido em francês sob o título *De l'unité du genre humain et de ses variétés* em 1804.

¹¹⁶ O barão Georges L. C. Cuvier (1769-1832) deu continuidade aos trabalhos de sistematização empreendidos por Carl von Linné (1701-1789). Lineu elaborou em 1758 a *Sytema naturae*, talvez a primeira grande obra de classificação das espécies vivas.

a raça é a expressão histórica da degeneração. Ela não tem implicações geográficas como em Lineu. Para ele não há raças africana, européia ou asiática. Considera, isto sim, que a alimentação medíocre e os climas hostis adulteram e degradam. Nesse sentido, seus julgamentos eram pejorativos. Conforme Lilia Schwarcz (1993, p. 46), Buffon personificou “com sua teoria, uma ruptura com o paraíso rousseauiano, passando a caracterizar o continente americano sob o signo da carência”. Segundo sua perspectiva, seria possível, no entanto, retornar sempre ao ponto de origem, já que admitia a possibilidade de reversibilidade da raça.

Vários monogenistas propagaram as idéias de Buffon entre os anos de 1760-1800. Após 1800, os naturalistas monogenistas abandonaram a noção bufoniana da “reversibilidade” das variedades. Ao longo de sua trajetória intelectual, Blumenbach, por exemplo, definiu uma lei da degeneração que diferia sensivelmente da concepção bufoniana. No entanto, vale destacar que, de modo geral, a diversidade cultural defrontada por viajantes europeus não impôs a esses estudiosos nenhum questionamento sobre a concepção de “unidade do homem”. “Apesar de julgamentos de valores morais ou estéticos pejorativos, os selvagens, o homem dos confins do mundo explorado, continuava sendo parte concernente à Humanidade” (Blanckaert, 1995, p. 22). Estavam certos da universalidade da natureza do homem, de seu destino e de sua “capacidade de alcançar a ordem normal, civilizada, de sua classe zoológica” (ibidem).

Pensar a origem do homem, seu desenvolvimento e a forma de sua distribuição na Terra, requeria questionar necessariamente se todos os homens descendiam de ancestrais comuns ou se existiam várias fontes originárias. A tese monogenista defendia a idéia de uma origem comum para a humanidade, entre os seus representantes encontram-se os continuadores da tradição de Lineu e De Blumenbach: Cuvier (1769-1832) e o cientista inglês James Cowles Prichard (1786-1848). De modo geral, os monogenistas afirmavam que as espécies foram criadas perfeitas na origem e os tipos humanos seriam variações ou produtos da degeneração. O século XVIII foi essencialmente monogenista, embora o termo tenha surgido tardiamente, como antônimo de “poligenismo”, em 1857.

O termo raça foi introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier (Stocking, 1968). O século XIX foi poligenista e raciológico, especialmente na França. Um conjunto de acontecimentos convergiram para essa

redefinição do pensamento “antropológico”. Além de uma “certa reação ao iluminismo” (Schwarcz, op.cit.), o monogenismo bufoniano tinha uma baixa audiência. Foi recuperado no século XIX com fins apologéticos pelos espiritualistas cristãos, muito empenhados na defesa do tema da unidade adâmica de todos os homens. O monogenismo contava com pouca referência de autores franceses, o que o levou a vulgarizar e adaptar obras vindas da Alemanha e da Inglaterra. As obras do principal antropólogo europeu desse primeiro quarto do século XIX, James Cowles Prichard, foram uma referência para toda a escola católica até essa data. Por outro lado, o poligenismo sustentava sua hipótese em uma interpretação biológica dos comportamentos humanos. A ampliação da base documental acessível aos antropólogos dava embasamento para a refutação de concepções que defendiam a única origem das raças, e a noção de que o sol torna os homens negros ou que o gênero de vida nômade modifica os traços físicos de um povo de modo uniforme. Novas medidas “objetivas” da variabilidade física do gênero humano procuravam provar que os “tipos” de homens se distribuíam por seu volume cerebral, ou pela medida de seu ângulo facial. Nesse embate de idéias soma-se ainda a recusa de poligenistas em subordinar suas pesquisas aos credos da Igreja. “Essa competição ideológica, fator de livre exame, não aparece incidente mas estrutural no desenvolvimento do pensamento racial” (Blanckaert, op. cit., p. 24).

A explicação raciológica, conforme Claude Blanckaert (op.cit., p. 27), permitiu um “reexame do enigma dos selvagens”: nem todas as raças eram mais destinadas à civilização, como o século XVIII progressista estava convencido. Essa nova leitura, hierárquica e diferencialista, justificava o déficit intelectual, moral e social dos “selvagens” e, conseqüentemente, sua posição “inferior” na escala das “formas” e das “almas” que culminava na humanidade branca. A antropologia do século XVIII buscou construir um novo conhecimento sobre o homem, como espécie animal. Qualquer que fosse a escala dos seres e povos proposta pelos autores dessa época, partilhava-se a crença no universalismo do gênero humano; assim, entendia-se que os homens participavam de uma mesma espécie, de uma mesma humanidade. Antes de 1789 o termo “regeneração” era frequentemente usado, logo tornou-se um “programa ao mesmo tempo político, filosófico, físico e moral que conhecerá múltiplas declinações no século XIX” (Renneville, 1997, p. 8). O século XVIII forjou com Buffon, Rousseau e Cornélius de Pauw, o conceito de “perfectibilidade

da espécie”¹¹⁷. Essa perfectibilidade tinha por motor o progresso e por finalidade a civilização. A etnologia, por sua vez, que se desenvolveu na primeira metade do século XIX, fundamentou-se sobre a dissolução do conceito de homem universal, ao qual ela substituiu pelo de raças. A etnologia procurou, pois, hierarquizar, classificar os povos em função de suas aptidões mentais e físicas: “a igualdade não passa então de uma quimera filosófica” (ibidem). Como afirma Schwarcz,

de agora em diante as prioridades se invertem: a civilização é descrita como um caracter identificando somente as raças brancas européias e não como o emblema da história do gênero humano. Ela não é mais vista como uma conquista do espírito humano, ela se torna ela própria natureza (...). A civilização não vale mais como projeto emancipatório contra a tirania das forças naturais ou o poder das instâncias sociais, políticas ou religiosas retrógradas, ela se torna um instinto (op. cit, p. 28).

No século XIX, portanto, a noção de perfectibilidade não se referia mais a uma qualidade intrínseca ao homem, mas a “um atributo próprio das ‘raças civilizadas’ que tendem à civilização” (idem, op. cit. p. 61).

O debate que opôs monogenistas e poligenistas pode ser acompanhado, de certo modo, na delimitação dos campos de atuação da etnologia e da antropologia. Schwarcz (op. cit., p. 53) afirma que, enquanto os estudos antropológicos nasceram diretamente vinculados às ciências físicas e biológicas, em sua interpretação poligenista, a etnologia se manteve fiel a uma perspectiva mais filosófica e vinculada à tradição humanista de Rousseau. Essa divisão teórica foi marcada pela fundação da Sociedade Antropológica de Paris, fundada pelo anatomista, craniologista e estudioso de biologia humana Paul Broca, em 1859; e das Sociedades etnológicas de Paris, Londres e Nova York. Normalmente, o nascimento da “etnologia” é atribuído à sua primeira expressão institucional, a Sociedade etnológica de Paris, fundada, em 1839, por William Frédéric Edwards, renomado fisiologista e linguísta. Embora nosso objetivo não seja desenvolver nenhuma história da etnologia, é válido notar que o surgimento do termo “etnologia” é, com efeito, anterior a essa data. Em 1830, André-Marie Ampère utilizou o termo e a partir de 1831 ele o aplicou em seu curso no Collège de France. Mas antes de Ampère, Alexandre-César Chavannes, professor de teologia da Academia de Lausanne, nascido em 1731, empregou o termo

¹¹⁷ Lilia Schwarcz (1993, p. 46) afirma que de Pauw radicalizou os argumentos de Buffon e deixou transparecer em seus textos um antiamericanismo, considerando os americanos não apenas como “imaturos”, como também “decaídos”, degenerados.

“ethnologia”, quiçá pela primeira vez, em 1787, quando publicou o *Essai sur l'éducation intellectuelle*, onde fez menção à “Etnologia” ou a história do progresso dos povos em direção à civilização”¹¹⁸.

De modo geral, as sociedades etnológicas tinham por objetivo o estudo das raças humanas segundo a tradição histórica, o estudo das línguas e dos traços físicos e morais de cada povo. Prichard declarou, em 1847, que “a etnologia é mais vizinha da história do que da zoologia, pois a etnologia concerne especialmente à origem dos povos, assim como a história natural concerne à história da espécie humana” (apud Gusdorf, op. cit., p. 390). A relevância da etnologia para os estudos da “ciência do homem” se observa no fato que ela “participa, desde o início do século XIX, da vasta corrente de interesse que associa os historiadores e arqueólogos, ou melhor, os ‘antiquários’, e os biólogos para a melhor compreensão dos anais nacionais” (Blanckaert, 1988, p. 462). A doutrina das raças tornou-se um importante viés de leitura e análise de História da França feita principalmente pelos irmãos Thierry, e a fisiologia tendeu a se aplicar à história inteira da humanidade.

A concepção que considerava os comportamentos humanos como resultado de leis biológicas, defendida pelo poligenismo, foi apoiada pelo nascimento da frenologia e da antropometria. A frenologia foi divulgada na França pelo alemão Franz-Joseph Gall (1758-1828), que chegou em Paris em novembro de 1807 e se naturalizou francês. A contribuição dos trabalhos de frenologia, ou fisiologia do cérebro, foi fundamental para a construção da idéia de raça no século XIX.

Gall tratava mais de craniologia, o termo frenologia foi criado por seu discípulo Johann-Caspar Spurzheim (1776-1832). Credo que corpo e espírito eram indissociáveis, a frenologia e a antropologia do século XIX pensavam poder encontrar os segredos da inteligência do homem na sua organização física. Esse princípio de inteligibilidade implicava em algumas idéias fundamentais, tais como, admitir que as faculdades intelectuais e morais são inatas, e que as capacidades instintivas, intelectuais e morais do homem, dadas pela natureza, estão todas localizadas no cérebro. “Aí reside a principal descoberta de Gall. Ele coloca o cérebro no centro, para fazer dele o verdadeiro umbigo do homem ...” (Rignol, 2003, p. 226). Para os frenologistas, era a organização inata do cérebro

¹¹⁸ Cf. Claude BLANCKAERT. “Story” e “History” de l’Ethnologie. In *Revue de Synthèse*: IVe. S. N°3-4, juil-déc. 1988. pp. 451-467.

que condicionava a vida dos seres e não as influências exteriores. Se “a curva do cérebro de uma raça determina a forma de sua sociedade”, então poderia-se admitir que “a ciência do homem constitui uma ciência social” (idem, op. cit., pp. 230 e 231).

A frenologia, ou conforme Rignol, “a ciência do cérebro” adotou o lema dos saint-simonianos: “A cada um segundo sua capacidade¹¹⁹”, e lançou, desse modo, “uma nova política, uma nova arte de governar e de associar os seres permitindo sua classificação objetiva” (idem, op. cit. p. 229).

Sendo assim, a ciência do homem do século XIX não constituiu pura e simplesmente uma *antropologia física*, seu objetivo era por meio dos traços físicos compreender o moral e o social. Baseando-se nesses princípios, a frenologia pretendia construir uma escala de sociedades da selvageria à civilização. Sendo que nessa escala as raças européias ocupavam o mais alto grau na hierarquia racial e social. Os fisiologistas viam a prova disso na aparência de seus crânios. “Nações adultas (...) são investidas de uma missão educadora com relação às etnias imaturas” (idem, op. cit., p. 232).

Conforme Gusdorf (op. cit. p. 386), seria fácil ridicularizar a frenologia, no entanto, “de um ponto de vista sociológico, a frenologia como a *physiognomonie* são fontes de influência, semeadora de idéias; que são amplamente difundidas na opinião, como testemunha, entre outras, a obra de Balzac”. Renneville (1997) considera que apesar das manifestações de protesto que ela provocou, a doutrina frenológica ganhou adeptos entre os bonapartistas e liberais, alguns frenologistas também se engajaram na Carbonária.

A produção mais significativa a respeito da questão das raças debatida no Instituto Histórico de Paris e por ele divulgada é a obra de Alexandre Victor Courtet. Em conformidade com os preceitos da frenologia, Courtet de l’Isle pretendia firmar a ciência social sobre novas bases epistemológicas¹²⁰.

3. 2. Courtet de l’Isle: influências saint-simonianas e projeto “sociológico”

Inscrito na lista de membros da família saint-simoniana de 1830, e da Sociedade Etnológica de Paris, Courtet de l’Isle, um jovem do interior de apenas 17 anos, originário de

¹¹⁹ Dr. Jean-Baptiste BEAUNAICHE De la CORBIÈRE, *Discours de clôture prononcé à la Société phrénologique de Paris*, le 8 janvier 1844, Paris, imprimerie de E.-B. Delanchy, note 1 de la page 5.

L'Isle-sur-la-Sorgue, Vaucluse, foi à Paris, nas semanas seguintes a revolução de 1830, contra a vontade de seus pais, “arrastado”, diz ele, pelo entusiasmo revolucionário. “Quando me perguntavam: qual é o seu objetivo? Eu respondia: eu vou viver. E, com efeito, eu vinha tomar na sociedade o papel que me pertencia, eu vinha compartilhar a missão dos discípulos de Saint-Simon” (“Aos chefes da hierarquia saint-simoniana”, arquivos privados conservados pela descendência de V. Courtet, apud Jean Boissel, op. cit., p. 20).

As pesquisas de Courtet de l'Isle, desenvolvidas entre os anos de 1832 e 1835, sobre as relações entre o físico e o moral, a “fisiologia” e os tipos de civilização dos povos, resultaram no texto publicado no *Journal de l'Institut historique* (1835, tomo II, p. 225-237), intitulado “Memórias sobre as raças humanas: influência das raças humanas sobre a forma e o desenvolvimento das sociedades”; e na comunicação feita por Courtet diante do Congresso Histórico, em novembro de 1835, sobre as seguintes questões: “Determinar por meio da história e das ciências o que se deve entender pelas palavras gênero, espécies e raças aplicadas ao homem”; Determinar pela história se as diversidades fisiológicas dos povos são como as diversidades dos sistemas sociais aos quais eles pertencem”¹²¹.

Muitas teorias propunham uma interpretação naturalista dos fenômenos sociais no século XIX. Cuin e Gresle (1994) lembram a contribuição de Augustin Thierry; de Henri Martin, em sua obra *História da França*; e de Renan, que considerava a raça um elemento importante na gênese das sociedades. No entanto, conforme esses autores, a tentativa mais famosa foi realizada pelo conde Arthur de Gobineau, que em seu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1855) afirmou que o fator racial era o critério essencial na expansão das sociedades humanas. No entanto, mais do que o conde Arthur de Gobineau, Courtet de l'Isle merece ter um espaço reconhecido na história da ciência social. Para Jean Boissel (1972), a obra de Courtet de l'Isle é precursora da obra do conde Arthur de Gobineau, o *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*. A diferença entre Courtet e Gobineau, afirma o autor (op. cit., p. 12), “é que um tira da dialética da mistura das raças uma razão para esperar, o segundo um motivo decisivo para desistir de esperar”.

¹²⁰ Na ata manuscrita de 20 de fevereiro de 1839, Monglave ressalta que V. C. de L'Isle esteve no Brasil, “onde não pôde deixar de realizar um estudo sobre as raças que viviam neste país”.

Courtet constata que há na “espécie humana desigualdades naturais como nos animais”, eis pois, conforme Boissel (op. cit. p. 44), “o tema, o princípio, o método e a tese que utilizará Gobineau na composição do *Essai*”. Segundo esse autor, Gobineau, em muitas partes do seu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, desenvolveu algumas idéias que já apareciam na obra de Courtet de l’Isle. Embora Gobineau jamais tenha citado o nome de Courtet ou o título de suas obras, parece pouco provável que ele não tenha conhecido os textos de Courtet de l’Isle, já que conheceu o barão d’Eckstein, também membro do Instituto Histórico, e admitido membro da Sociedade Etnológica de Paris em 26 de fevereiro de 1847, época em que o seu secretário-adjunto era Victor Courtet de l’Isle. Além disso, conforme Boissel, Gobineau leu o artigo do barão d’Eckstein publicado no mesmo número do *Journal de l’Institut Historique* em que Courtet publicou seu estudo¹²².

Courtet foi à Paris porque se converteu à doutrina saint-simoniana apresentada na *Exposition de la Doctrine*, publicada em 1829, pelos discípulos de Saint-Simon. Quando tinha 18 anos, no final de 1831, Courtet escreveu: “Minha conversão não foi nem longa nem penosa. (...) a conversão de um indivíduo só é boa e sólida na medida que as idéias novas que lhe são apresentadas são um progresso imediato sobre as idéias antigas” (apud Boissel, op. cit, p. 20). Ele se dirigia aos chefes da hierarquia-saint-simoniana:

As idéias primeiras da doutrina foram tão imediatas às minhas antigas idéias que eu escrevi tão logo em sinal de profissão de fé: *eu era saint-simoniano, eu fui achado*. Eu fui saint-simoniano e eu era devotado; eu tinha por meus superiores uma ligação das mais sinceras; e eu me coloquei em suas mãos como uma criança que precisa de apoio (ibidem).

Courtet foi convidado a participar da redação do Globo, que a partir de 11 de novembro de 1830, sob a direção de Michel Chevalier, tornou-se o principal órgão do saint-simonismo. Esteve ligado aos saint-simonianos no período de entusiasmo pelo ideal de “associação universal”. Assim como Saint-Simon, o jovem discípulo pretendia procurar uma solução para o “estado de crise”, recorrendo ao princípio da “ciência do homem”. Ele se distanciou do grupo no final de 1831, pois reprovava os líderes saint-simonianos por terem procurado “menos aperfeiçoar as teorias positivas do que criar dogmas novos”.

¹²¹ Questão proposta pela quarta classe do IHP (história das ciências físicas e matemáticas). Nota-se que essa questão foi tratada também por Domény de Rienzi (1836, p. 186-190), pelo Dr. Sandras (2ª. Sessão) e por Victor Considérant o qual foi interrompido pelo presidente da sessão, por se afastar do tema proposto.

Courtet de l'Isle acusou os chefes saint-simonianos de trair o pensamento do mestre, que segundo ele, entendia que primeiro era preciso produzir uma revolução nas idéias, a fim de que mais tarde a ação fosse possível. Mesmo com a ruptura, sua obra sofreu uma influência direta da doutrina saint-simoniana. Nesse sentido, a concepção de ciência do homem observada na obra de Courtet de l'Isle, atrelada à fisiologia, à antropologia e à etnologia, traduz o interesse pela universalidade presente no grupo de saint-simonianos. Em 23 de julho de 1831, Ch. Lemonnier escreveu no Globo: "... que para nós começa uma nova era onde a ordem seja fundada sobre o reino da capacidade, o único que a liberdade possa admitir, o único sob o qual ela possa existir". Conforme Boissel (op. cit. p. 21, nota de rodapé nº 24), "o sistema é aquele que Courtet quer fundar 'positivamente' na *Science politique*. A obra é justamente o desenvolvimento do pensamento do saint-simoniano Ch. Lemonnier, a partir de dados antro-po-etnológicos".

Courtet foi um dos primeiros, senão o primeiro a aplicar o princípio da "classificação segundo a capacidade e as obras", idéia que o Globo saint-simoniano tentou sustentar cientificamente. Aliás, essa era a máxima inscrita como sub-título do Globo a partir de 1831: "A cada um segundo sua capacidade; a cada capacidade segundo suas obras". Quer dizer, na sociedade futura, a classificação seria estipulada de acordo com graus de uma hierarquia de capacidades natas ou adquiridas. Courtet foi, conforme Boissel, o primeiro a aplicar esse princípio à espécie humana inteira. A consequência política da "fisiologia social saint-simoniana" na obra de Courtet de l'Isle foi a noção de que "as desigualdades de capacidades" estavam ligadas às desigualdades anatômicas e fisiológicas dos povos e das raças. Courtet apoiava-se no dogma saint-simoniano para considerar que "o que domina o mundo é a capacidade. (...) é pelo nascimento que cada ser tem o seu lugar no mundo e se encontra repartido na hierarquia universal (...); o nascimento dá a capacidade e somente a capacidade dá a classificação" (apud Boissel, op. cit., p. 33). Boissel considera que a essa classificação com "base positiva" o século XX deu o nome de "racismo". Segundo esse raciocínio, o "racismo" teria surgido do desejo saint-simoniano de assegurar a harmonia na associação universal.

¹²² Boissel se refere aos textos publicados pelo barão d'Eckestein, "Inde et Europe" (primeiro e segundo artigos), e ao artigo de Alexandre Victor Courtet "De l'influence des races humaines sur la forme et le développement des sociétés", publicados no *Journal de l'Institut Historique*. Fev. à Juil. 1835.

Em 1833-1834 Courtet passou uma temporada na Inglaterra. O objetivo da viagem parece ter sido recolher documentos para a elaboração definitiva de *La Science Politique*. As bibliotecas inglesas possuíam uma documentação de primeira ordem sobre a etnografia da Índia e dos povos da Ásia em geral. Além disso, de acordo com Boissel, Courtet aprendeu com o amigo saint-simoniano, Eichthal, que a escola fisiológica inglesa poderia dar um apoio importante a elaboração de uma ciência positiva do homem. Conforme esse autor, d'Eichthal manteve boas relações com Courtet após o desaparecimento do movimento saint-simoniano, como indica a correspondência que lhe enviou Courtet de l'Isle de 1846 à 1849, sobre questões de etnologia. Eichthal também teria emigrado do saint-simonismo para a etnologia, sendo que em 1847 tornou-se secretário da Sociedade Etnológica de Paris, e Victor Courtet o secretário-adjunto. Além deles, outros saint-simonianos, entre os “mais célebres” se encontraram nessa sociedade, como Michel Chevalier, Olinde Rodrigues, Charles Lenormant, d'Orbigny, Milne Edwards, Maury, Mohl, etc.

A presença, no seio da Sociedade Etnológica de Paris do filólogo Eugène Burnouf, do economista Michel Chevalier, do químico Jean-Baptiste Dumas, dos fisiologistas e anatomistas Pierre Flourens e Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, do geólogo-geógrafo Alcide d'Orbigny, do historiador Jules Michelet, do orientalista Amédée Jaubert, do ‘antiquário’ Alfred Maury, etc., atesta suficientemente o ecletismo das alianças que se tramaram, um tempo, em torno de um programa mobilizador (Blanckaert, 1988, p. 466).

A viagem de Courtet de l'Isle, em 1834, parece um indício da influência da viagem de Eichthal à Inglaterra, no final de 1831. Durante sua estada na Inglaterra, Courtet encontrou Lawrence. Em uma nota na *Science Politique*, Courtet afirma: “eu vi W. Lawrence em Londres, em 1834, e eu recebi dele comunicação de várias obras de muito valor. Entre essas obras encontravam-se as de Prichard, as quais tivemos a ocasião de discutir os pontos de vista sistemáticos” (apud Boissel, op. cit., p. 69). Para Boissel, Lawrence teve sua parte na edificação das teorias de Courtet.

De volta à Paris, e após uma breve estada em Isle, Courtet se dedicou ao estudo dos documentos encontrados em Paris e em Londres e ao “estudo das raças humanas sob a relação filosófica, histórica e social”. O livro foi publicado em 1837, quando Courtet tinha 24 anos, por Arthus Bertrand: *La Science politique, fondée sur la science de l'homme ou étude des races humaines sous le rapport philosophique, historique et social*. A epígrafe:

« La politique deviendra une science positive ... », atesta que a obra-prima de Courtet tinha como projeto a transformação epistemológica do discurso histórico. A epígrafe demonstra, ao mesmo tempo, “uma profissão de fé e uma justificação do método” (Boissel, op. cit., p. 113). Essas palavras são uma citação fiel da *Mémoire sur la science de l’Homme*, de Saint-Simon, redigida em 1813. Para se fundar como ciência, a história e a política deveriam, segundo ele, encontrar a positividade que lhes faltava na objetividade das observações etnológicas.

De acordo com Boissel, Rignol e Régnier, a terminologia e a dialética saint-simoniana são evidentes e determinantes em toda a *Science Politique*. Toda a produção bibliográfica de Courtet de l’Isle esteve ligada à idéias saint-simonianas. Retomando os temas do *Producteur* de 1825-1826, Courtet de l’Isle fundou uma revista sobre questões de economia política: *Égide, journal des garanties industrielles et commerciale*, sendo que seu primeiro número foi publicado em 1838. Courtet foi o redator chefe da revista durante os anos de 1838 e 1839. Alguns artigos seus foram reunidos e publicados em 1840, sob o título: *Du crédit en France, ou de quelques moyens de prospérité publique*, como epígrafe dessa publicação ele retomou o pensamento saint-simoniano “la politique deviendra une science positive”, já apresentado em *La Science politique*.

A noção de que existe uma “lei” que explica o desenvolvimento da humanidade, e que ela deve ser verificada pela história era um princípio saint-simoniano, exposto na segunda sessão da exposição da doutrina de Saint-Simon (31 de dezembro de 1828). Esse princípio foi retomado por Courtet, que ansiava compreender o mistério da história universal baseando-se nas leis recentemente descobertas pela fisiologia. A primeira parte da *Science politique*: “Princípios gerais de antropologia ou de história natural das raças humanas”, faz um histórico da idéia de raça desde o século XVIII e explica os motivos que levaram o autor a fazer dela a base “positiva” de uma nova ciência política.

A Antropologia teve sua origem marcada pelas obras dos naturalistas do século XVIII e a etnologia seu ponto de partida nos viajantes-antropólogos do início do século XIX. Uma acentuava o caráter biológico e fisiológico, a outra o caráter social. Courtet percebeu e aproveitou a contribuição de ambas. Isso se observa nos escritos de 1837, no qual afirma que o estudo da raça é “aquele da antropologia propriamente dita, e se liga às

ciências sociais por meio da etnografia, da filologia, da geografia, da história, etc.” (apud Boissel, p. 116).

Em *La Science Politique*, Courtet pretendia fundar positivamente uma ciência social sobre a história natural do homem, ou sobre uma “etno-história”. Essa idéia, conforme Courtet, foi a grande contribuição de W.-F. Edwards para a constituição de uma nova ciência histórica e para a edificação de uma nova ciência política positiva. Nessa perspectiva, boa parte dos fenômenos observados na ordem geral das sociedades se explicariam pelo concurso de causas orgânicas, ou como ele diria, positivas. Para ele “revolução” era todo movimento em direção à igualdade social, assim, a “lei da mistura” deveria perseguir o objetivo da igualdade natural, esta sim, considerada a primeira lei revolucionária “positiva”.

A obra-prima de Courtet, *La Science Politique*, cujas idéias foram antecipadas no artigo publicado no Jornal do Instituto Histórico, de acordo com Boissel, é para a história das idéias e para a história da idéia de raça no século XIX “uma fonte inestimável”;

Ela reúne uma documentação dispersa e variada a partir da qual um estudo objetivo da idéia de raça pode ser empreendido. Estabelece por um contemporâneo autores destacados e catalogados, essa documentação deveria permitir explorar, de um forma metódica, um importante domínio das ciências humanas (Boissel, op. cit., p. 116).

No primeiro texto, “De l’influence des races humaines sur la forme et le développement des sociétés”, publicado em 1835, já aparecia a aplicação que Courtet faria da idéia de mistura das raças a uma nova filosofia da história. Seu objetivo era inserir a história no concerto das ciências positivas, e para isso, defendia uma epistemologia que associasse o domínio da fisiologia ao estudo do homem, da espécie humana e de sua história. Courtet de l’Isle considerava que, até o início do século XIX, a história das sociedades humanas havia sido estudada a partir de fatos superficiais e causas secundárias, pois “ao invés de mostrar, de um lado, o desenvolvimento geral das instituições e dos costumes, na sua relação com a origem e mistura dos povos”, limitou-se a destacar os atos de alguns homens eminentes; e, com isso, “a missão do historiador foi reduzida ao simples papel de historiógrafo” (Journal, 1835, p. 225).

Em sua concepção, até aquele momento, os historiadores haviam se ocupado de fatos de uma “importância mínima”. Afirmar, por exemplo, que o espírito de igualdade na Europa moderna se devia à propagação de reformas religiosas do século XV, para Courtet

de l'Isle, tratava-se apenas de constatar uma coincidência. Courtet propunha uma mudança nos termos dessa questão:

no lugar de pesquisar a causa do espírito de igualdade, que é geral na Europa, e do espírito revolucionário dos tempos modernos, deveríamos pesquisar a causa da adoção na Europa da religião cristã e a introdução da reforma no século XV. Por que, na Europa, a religião cristã favorece a igualdade social? E por que, na Ásia, o culto do Brahma favorece a permanência do regime de castas? Por que o cristianismo, na época de seu estabelecimento, teve sucesso em toda a parte ocidental do império romano, e recuou diante da invasão mais poderosa do islamismo no Oriente? Por que o catolicismo dominou na Europa até um certo período, e por que a reforma prevaleceu um dia? (...) *São questões que só podem ser resolvidas pela intervenção de uma causa orgânica inerente à existência do homem* (grifos nossos, idem, pp. 226 e 227).

Segundo Courtet, a história “das sociedades humanas” considerava o progresso da sociedade, dos indivíduos, da civilização, como o resultado da influência das circunstâncias sob as quais um determinado povo vivia. Para ele, no entanto, esse argumento se resumia nos seguintes termos: “que um é civilizado pois ele pôde se civilizar, e que o outro deve às circunstâncias desfavoráveis o fato de ter permanecido em um estado estacionário”, mas então “porque um teve vantagens que o outro não soube criar para si?” (idem, p. 227).

As idéias de Courtet, contidas nesse texto, e que foram desenvolvidas em *La Science Politique*, contestam a filosofia da história tradicional. Para ele, quer se trate de história, de política e ou de ciência, os filósofos falharam no que concerne a uma análise positiva da organização humana, ou constituição biológica do homem. Julgar as diferenças que existem entre os povos, como vinham fazendo os filósofos, pelas circunstâncias morais independentes de suas aptidões naturais; ou ainda, pelas causas físicas, como o clima, era um raciocínio que se baseava no princípio de que o “valor pessoal dos homens depende exclusivamente das influências exteriores”. Ora, para ele, isso era “falso na linguagem da ciência”, e esse raciocínio estava “fora das avaliações científicas” (ibidem). Sua obra pretendia atribuir um caráter positivo à ciência do homem aplicando aos povos os princípios da fisiologia e da anatomia comparadas. Seu axioma era observar a influência da raça; ou seja, a influência da organização humana sobre a forma do desenvolvimento das sociedades.

Courtet de l'Isle considerava que o homem, constituindo um gênero à parte, ocupava o primeiro lugar na hierarquia de todas as espécies. Embora o gênero humano fosse superior

em termos de organização física e intelectual, não fugia ao princípio de desigualdade. A gradação, a desigualdade física presente no seio do gênero humano, implicaria uma desigualdade relativa de instintos, de inteligência, de faculdades:

E essa dupla desigualdade de organização e de faculdades determina inicialmente o papel que cada ser é destinado à preencher, com relação ao conjunto dos seres, e particularmente o grau de importância social reservada, no seio do gênero humano, à cada raça, a cada tribo, a cada família, a cada indivíduo (idem, pp. 228 e 229).

Em outros termos, considerando a relação do físico com o moral, a desigualdade fisiológica determinaria uma desigualdade intelectual e moral correspondente, que se traduziria pela desigualdade social. Sendo assim, as grandes desigualdades sociais corresponderiam às desigualdades de raças, e a fusão completa dessas raças levaria à igualdade, e a harmonia social sucederia o antagonismo.

Para o “antropólogo da história” (Rignol e Régnier, 2002), a ordem de uma sociedade é justamente o reflexo de sua composição racial:

Eu digo que em toda parte onde várias raças formaram uma associação, as primeiras exerceram sobre as outras a ação de supremacia que legitima e torna inevitável sua superioridade de faculdades nativas. Em uma palavra, a relação das raças entre elas, o grau de sua desigualdade, as condições variáveis de sua fusão exerceram a maior influência sobre a natureza das instituições humanas. Eis o que era desconhecido até hoje e que nesse momento eu acabo de constatar (Congresso histórico, p. 18-19, 1835).

A coexistência de raças muito desiguais produziria uma sociedade muito hierarquizada, mas, por outro lado, uma ordem social igualitária derivaria da grande proximidade das capacidades nativas das populações: “se, de outro lado, muitas variedades da mesma raça, cuja potencialidade é mais ou menos igual, associam-se, estabelece-se entre elas, não relações parecidas com aquelas entre mestres e escravos, mas um tipo de igualdade, sempre proporcionada pelas diferenças mais ou menos sensíveis de sua organização” (idem, p. 42).

Segundo esse raciocínio, a passagem de uma constituição social à outra e até mesmo à democracia, só seria possível com a mudança das raças presentes em um mesmo solo. “Já que o biológico determina o social, somente uma modificação biológica pode acarretar uma modificação social” (Rignol e Régnier, op. cit., p. 145). Ora, uma tal transformação fisiológica das raças, necessária para a evolução correlativa da estrutura social e política, só poderia se operar sob o efeito de uma causa orgânica: o cruzamento das

raças. “É na mestissagem que reside o motor da história das sociedades, o fator fisiológico sem o qual suas constituições permaneceriam essencialmente invariáveis” (idem, op. cit., p. 146).

A mistura das raças constitui, portanto, um fator de uniformização e de progresso em direção à igualdade. O que Loïc Rignol e Philippe Régnier chamam de “sutil dialética da desigualdade e do cruzamento”. “É certo que se a fusão das raças conduz à igualdade, a propagação das idéias de igualdade conduz à fusão” (ibidem).

Em Courtet de l’Isle, a evolução democrática por meio da evolução fisiológica ou da mistura das classes pela mistura das raças, fundamenta o progresso social e político:

Além disso, uma dada sociedade na qual várias raças naturalmente desiguais são superpostas umas sobre as outras, se as alianças entre os indivíduos de casta diferente não forem rigorosamente proibidas; se, ao contrário, pela tendência admitida e legítima, ou por uma violação das previsões legislativas, as classes se misturam durante uma longa sequência de gerações, o que resultará desse cruzamento? Resultará primeiramente um fenômeno físico: a fusão, a identificação das raças. À sua heterogeneidade sucederá a homogeneidade; à gradação de força, a igualdade, e enquanto esse progresso se cumpre na natureza, veremos paralelamente se cumprir na distribuição das classificações. É assim que um fato primordial, orgânico, será a causa das mais surpreendentes manifestações da vida de um povo (Journal de l’Institut Historique, Congresso histórico, 1835, p. 42-43).

Entre 1800 e 1825, o conceito de raça foi “quase legalizado pelos historiadores liberais, defensores de valores eternos da nação gaulesa” (Blanckaert, 1995, p. 29). Conforme Loïc Rignol e Philippe Régnier, para dar conta da crise social e política acionada pela Restauração, François Guizot e A. Thierry, entre outros, designaram um adversário comum: o conde de Montlosier que, em sua obra: *De la monarchie française depuis le retour de la maison de Bourbon jusqu’au premier avril 1815* (1815), reclamava o restabelecimento das prerrogativas da nobreza. Esses historiadores exploraram o passado e retomaram por sua conta o velho tema da guerra dos povos, das “raças” inimidas violentamente reunidas pela conquista sobre o solo da França. “Trata-se mais de uma política da história, ou seja, da utilização do conhecimento histórico como arma no combate contra a Restauração e as reivindicações da aristocracia” (Rignol e Régnier, op. cit, p. 129).

Augustin Thierry tentou explicar a história da Inglaterra (*Histoire de la Conquête de l’Angleterre par les Normands*) pela teoria das raças e a História da França e a Revolução de 1789 pela constante rivalidade das raças que viviam sobre o mesmo solo. Para Rignol e Régnier, não é nada fácil determinar o significado que a palavra raça assumiu na obra de

Augustin Thierry. Contudo, as “intenções polêmicas e as regras do método subentendem manifestamente seu emprego” (op. cit. p. 132). A palavra constituiu inicialmente uma tarefa política contra o modo de escrita da história característica dos historiógrafos do antigo regime. O relato era comandado e orientado pela pessoa do monarca e pela corte, o povo era ocultado em favor das grandes figuras do Estado. Por isso, Thierry defendeu a escrita da história sob um ponto de vista que considerasse a história nacional, a história dos cidadãos, a história do povo. O objetivo de Thierry era “substituir as raças reais” ou as “*races-familles* de uma elite privilegiada, aquelas das genealogias monárquicas e aristocráticas” pelas “*races-peuples* da história nacional” (idem, op. cit., p. 133). Se, sob o Antigo Regime a palavra raça se definia como o “anti-povo”, em Augustin Thierry, ela apareceu como negação da história dinástica dos reis, a anti-nobreza.

Para Thierry, as classes superiores e inferiores das nações eram primitivamente classes diferentes, violentamente associadas pelas antigas conquistas. Para ele, as lutas revolucionárias das classes rivais em sua época teriam por causa o ódio engendrado pelas antigas conquistas, e os homens engajados em partidos opostos seriam os descendentes diretos das raças dominadas e das raças conquistadoras de épocas anteriores. Courtet negou formalmente essa idéia e reorientou o discurso histórico. Para ele, os segredos da história da França e de suas crises revolucionárias residiam na ciência dos caracteres físicos das raças.

O caminho para uma antropologia da história já havia sido franqueado por William-Frédéric Edwards, eminente fisiologista e antropólogo, o próprio fundador, em 1839, da Sociedade Etnológica de Paris. Edwards é o autor de uma brochura, publicada dez anos antes, intitulada “De caractères physiologiques des races humaines considérés dans leurs rapports avec l’histoire” ; esse foi o texto fundador da Sociedade etnológica, reeditado por ela em guisa de manifesto¹²³ e também sob a forma de uma carta ao historiador Amédée Thierry. No texto, Edwards defendia que a história deveria fundar sua positividade em uma “aliança” com a história natural.

Esse enfoque substituiu a “*race-peuple*”, contemplada pelos historiadores liberais, pela raça compreendida no seu sentido plenamente fisiológico. Seguindo as idéias de Edwards, Courtet criticou a forma como o termo raça vinha sendo empregado por aqueles historiadores.

¹²³ Cf. *Mémoires de la Société ethnologique*, t. I., 2ª. Parte, Paris, 1841, p. 1-108.

Conforme o jovem “antropólogo historiador”, a Revolução seria a consequência direta da uniformidade das raças, porque, segundo seu raciocínio, elas se fundiram, se misturaram e se nivelaram e a homogeneidade fisiológica suscitou a necessidade da democracia política e a igualdade social. Para Courtet de l’Isle, o cruzamento não era mais um conceito biológico, mas um conceito histórico fundamental. Se a invasão de uma nação por outra trazia consigo a dominação, o cruzamento das raças levaria à igualdade e à liberdade. A história de uma sociedade é, desse modo, a história da fusão das raças que nela ocorre.

Victor Courtet aplicou à história e à política da França o princípio da mistura das raças sobre a constituição e a evolução da sociedade francesa e dos “regimes políticos”. Pensar que as desigualdades sociais se originavam nas desigualdades raciais é o princípio que sustenta o caráter positivo e científico de *La Science Politique* e da ciência social de Victor Courtet. Conforme Loïc Rignol e Philippe Régnier (op. cit., p. 137), “assiste-se aí, não se pode duvidar, à implantação de uma nova disciplina, a etno ou bio-história”.

Sob o aspecto físico e moral, Courtet de l’Isle considerava que as populações européias, asiáticas, americanas, africanas oceânicas se graduavam, se repartiam e apresentavam em suas relações sociais a consequência e o reflexo dessa desigualdade original. Courtet dividiu as formas conhecidas de sociedades em regimes diferentes, segundo o seu grau de prosperidade, civilização, independência e de igualdade dos homens que se submetiam a esses regimes. Para ele, os europeus tiveram sempre e em toda a parte a preeminência sobre as raças com as quais se aliou:

Os Europeus sempre e em toda parte obtiveram a preeminência sobre as raças com as quais se aliaram. Os Europeus são *maîtres* sobre vários pontos da Ásia, particularmente nas Índias; na América, em toda a extensão desse continente; na África, em todo lugar onde era de seu interesse se estabelecer. Sob os climas mais diversos, eles asseguram uma incontestável supremacia, e o que é mais notável ainda, é que eles não perderam essa supremacia em nenhuma parte; não se pode, com efeito, citar um só exemplo onde bandos nômades de africanos, de asiáticos ou de índios da América, tenham vindo dominar uma única tribo de europeus. Se estes, todavia, foram submetidos parcialmente à escravidão, foi por variedades superiores de sua própria raça, mas jamais por raças estrangeiras. É certo, então, que os Europeus, unicamente por seu valor pessoal, têm uma superioridade destacada, ainda que maior ou menor, sobre todas as raças originárias da África, da América e da Ásia (Journal de L’ Institut Historique, fevereiro a julho de 1835, p. 229).

Courtet sustentava que quando as raças desiguais se reúnem, essa desigualdade se manifesta nas desigualdades sociais. Mas quando as diferenças entre as raças são pouco apreciáveis é possível o estabelecimento de instituições mais favoráveis ao espírito de igualdade. Essa seria a explicação para a “superioridade” dos europeus¹²⁴:

empenhemo-nos em dizer que é na Europa onde os povos estão mais misturados; (...) as migrações e as conquistas foram mais freqüentes nesta parte do mundo do que em outra. As tribos de origem céltica, eslava e germânica são muito freqüentemente confundidas nas vastas transformações das sociedades antigas (idem, p. 231).

Com esses argumentos, Courtet de l’Isle defendia a superioridade da raça branca e européia e indicava a superioridade da organização de sua própria sociedade, supostamente mais avançada em termos de uniformidade de costumes, de espírito público, de civilização. Segundo seu raciocínio, as desigualdades eram menores na parte ocidental da Europa do que na parte oriental. “Na Europa”, afirmou ele,

sem que eu me atreva a anunciar uma opinião precisa sobre as desigualdades relativas das raças, (...), acreditando que em razão de uma fusão mais completa, mais geral e mais livre, essas desigualdades são menores que em outros lugares, e justificam por consequência a abolição ou atenuação gradual das desigualdades sociais primitivamente estabelecidas entre nós (idem, p. 232).

Sendo assim, Courtet de l’Isle entendia que na Europa e, particularmente, na França o cruzamento das raças era uma das principais causas do desenvolvimento da nação. Sem pretender desqualificar outras “causas do desenvolvimento dos povos”, Courtet de l’Isle procurou destacar o elemento que afirmava ser o menos estudado: a “diversidade original”. Para ele, se na França a população ainda não era totalmente homogênea, era ao menos o bastante para que as variedades fossem sentidas apenas nos aspectos individuais. Disso resultaria o “espírito de igualdade entre as classes e a abolição gradual das grandes distinções hereditárias”.

Tendo saído recentemente da escola saint-simoniana, Courtet de l’Isle entendia que era chegada a sua vez de elaborar um corpo de idéias sistemáticas, por isso, procurou fundamentar a “ciência política” sobre a ciência do homem. Conforme L. Rignol e P.

¹²⁴ De acordo com Hobsbawm (1977, p. 315), “a crença de que uma linhagem racial específica sobrevivia – a idéia defendida com compreensível zelo por um naturalista galês, W. Edwards, em favor dos celtas – se encaixava admiravelmente em uma época em que os homens pretendiam descobrir a romântica e misteriosa individualidade de suas nações para reivindicar missões messiânicas para elas se fossem revolucionários, ou para atribuir sua riqueza e poderio a uma ‘superioridade inata’”.

Régnier, encontra-se na obra de Courtet de l'Isle a “solidariedade entre projeto político e projeto científico, fundamentos filosóficos e ambição epistemológica” (op. cit., p. 142). Courtet, filósofo e teórico, estava convencido de que a demonstração da lei da “associação” ou “mistura das raças” elevaria a política à classificação de ciência positiva. Elevando a história à categoria de ciência, o homem político poderia “imprimir à história uma direção, uma inclinação” (Boissel, op. cit., p. 174).

3.3. A recepção de Courtet de l'Isle e a idéia de raça no IHP

No IHP, Domény de Rienzi¹²⁵ acolheu prontamente os argumentos de Courtet, sendo ele próprio um estudioso do assunto. Ao analisar *La Science Politique* (Journal, agosto de 1839 a março de 1840, p. 64-71), Domény de Rienzi primeiramente chamou a atenção para si mesmo e para a sua própria obra intitulada *Races d'hommes de l'Océanie*. Afirmou compartilhar com Courtet de l'Isle a convicção da pluralidade das raças de origens diversas, e se orgulhava do fato de Courtet ter citado seus trabalhos. Rienzi afirmou que Courtet evitava dar uma conclusão precipitada sobre essas dificuldades teóricas: “o único princípio que ele estabelece é que existe no seio do gênero humano uma evidente pluralidade de tipos originais” (idem, p. 67).

Apesar da boa acolhida, Rienzi criticou Courtet de l'Isle por ter priorizado a fisiologia. “Ele não deu às religiões, às formas de governo, à geografia, aos climas, à alimentação, tudo o que lhe pertence, ou seja, uma influência muito considerável sobre o progresso ou o estado estacionário das raças” (idem, p. 65). Para Rienzi era preciso considerar uma fusão menos material, qual seja, a dos sentimentos e das idéias. Segundo ele, graças às frequentes relações entre os povos, favorecidas pelo comércio e pela imprensa, a fusão dos sentimentos e idéias trouxe paz e foi a razão da melhora dos destinos dos povos da Europa e da América.

¹²⁵ Louis-Grégoire Domény de Rienzi, nasceu em 1789 e se suicidou em 1843. Cientista francês, ainda jovem, viajou para a Itália, África, Síria e Ásia Menor. De volta à França, ingressou na carreira militar, mas depois da Restauração se pôs a percorrer a Europa. Acolheu com entusiasmo a novidade da revolução e voltou à Paris no mês de agosto de 1831, onde comunicou o resultado de seus trabalhos na Sociedade de Geografia e nos jornais científicos e literários da época. Ofereceu curso público que abordou o tema das “raças humanas”.

No texto “De l’influence des races humaines sur la forme et le développement des sociétés” Courtet de l’Isle já havia indicado que não ignorava esses fatores, mas que sua intenção era dar uma nova contribuição à ciência política e à história:

o progresso dos povos e dos indivíduos se cumpre por meio do concurso de suas faculdades nativas, intrínsecas, e das circunstâncias estranhas à sua personalidade, tais como o princípio religioso, o ensino intelectual e as influências físicas. Eu digo que, entre as causas do desenvolvimento dos povos, contou-se até hoje apenas com aquelas que agem sobre os indivíduos como meios de educação, e que negligenciou-se completamente, desconheceu-se aquelas que procedem de suas diversidades originais. (...) e eu acrescento que esse procedimento exclusivo deve ser abandonado e que será preciso de agora em diante levar em conta não somente as influências de toda natureza exterior ao homem, mas também aquelas que se ligam intimamente à sua organização (idem, 1835, pp. 236-237) .

Mesmo assim, Courtet não deixou de ser acusado de materialismo. Nesse sentido, Rienzi argumentou que ao “invés de destacar a influência que as raças exerceram sobre a história dos povos, de concerto com as religiões, as leis, os climas, a educação, etc. ele fez dela a causa exclusiva dos fenômenos da vida social” (Journal, agosto de 1839 a março de 1840, op. cit., p. 70).

Rienzi não foi o único a criticar a obra de Courtet de l’Isle. O médico fourierista, Baudet-Dulary, criticou o que chamou de “aspecto essencial do pensamento de Courtet”; ou seja, a noção de “pluralidade de tipos originais entre os homens” e “perpetuidade desses tipos que só podem se modificar por meio do cruzamento” (1838, p. 192). No texto publicado no *La Phalange: Journal de la science sociale*, Baudet-Dulary afirmou que Courtet cometeu um erro comum àqueles que crêem ter descoberto um novo aspecto das coisas, ele “exagera muito as consequências” (ibidem). As críticas direcionadas a Alexandre Victor Courtet revelam algumas controvérsias teóricas que à época animavam e separavam monogenistas e poligenistas. Para Baudet-Dulary, “os tipos mudam independentemente do cruzamento, pelo efeito do clima e do gênero de vida, (...) a natureza tende muito mais a aperfeiçoar a espécie do que a conservar exatamente o tipo original; sem isso o progresso seria impossível”. Rienzi e Baudet-Dulary afirmaram que o sistema de Courtet de l’Isle tendia a legitimar todas as opressões, inclusive a escravidão.

Ernest Falconnet, admitido membro da classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas do IHP em 20 de março de 1835, escreveu um artigo na *France Littéraire* para criticar o materialismo de Courtet. Neste texto, Falconnet afirmou que suas convicções

espiritualistas não permitiam concordar com as teorias de M. Courtet de l'Isle. Recomendou essa obra aos cientistas como “consequências mais extremas de uma escola histórica”. Para ele,

A primeira parte, a parte materialista, é plena de ciência, a segunda, a parte intelectual e política, repousa sobre um erro: nada prova a correlação existente entre essas duas ordens de idéias. M. Courtet de l'Isle esqueceu que o homem tinha uma alma ... (1837, p. 405).

Para Rienzi, a “ciência do legislador” deveria destruir essa “horrível condição que a diferença de raças trouxe ao mundo” (Rienzi, op. cit., idem). Rienzi e Courtet de L'Isle consideravam que o “espírito de igualdade” era geral e notório na Europa. Não obstante a impressão passada por Rienzi, de que defendia uma sociedade fundamentalmente igualitária, o trecho a seguir esclarece que seus argumentos contribuíam para racionalizar as desigualdades “naturais” entre os indivíduos:

... Mas, de volta à nossa França, no meio dessa igualdade produzida pelo cruzamento e fusão das raças, o que é preciso esperar da ciência política?

M. Courtet de L'Isle, não resolveu essa questão: eu me esforçarei em fazê-lo: Para prevenir as revoluções no nosso país e em toda região que estiver em situação parecida com a da França, só se pode confiar as diferentes funções de Estado às pessoas puras e capazes de cumprí-las; é preciso que a classificação pela capacidade substitua a classificação hereditária, e que a associação segundo a capacidade substitua a fragmentação; é aliás o meio mais seguro de acabar com o individualismo, o egoísmo, essa lepra do nosso tempo, e de sair desse estado de incerteza que impede a Europa de obter os mais belos desenvolvimentos que lhe promete o gênio progressivo de seus filhos (ibdem).

Dominique Guillo (2000) mostra o quanto a “sociologia de inspiração biológica” do século XIX, ao menos no que se refere às grandes figuras como Saint-Simon, Spencer, Comte e Durkheim, articulou-se em torno da noção de organização. O vocábulo era corrente nas “ciências da vida e na linguagem comum para designar a configuração dos corpos vivos” (op. cit., p. 252) ainda no século XVIII. Também adotada pelas ciências sociais, servia há um bom tempo para designar modalidades de associações no seio de coletividades humanas, mas só se tornou um conceito central da biologia a partir do momento em que Cuvier fez dela o princípio das classificações zoológicas. Foi, pois, na história natural que “organização” tornou-se uma categoria científica. Foi assim que teóricos do século XIX, que tinham por objetivo atribuir um status de ciência positiva ao

discurso sobre a sociedade, adotaram o termo “organização” como noção central de suas doutrinas¹²⁶.

Amparada, porque publicada e debatida, por um Instituto que buscava compreender de modo objetivo as leis que explicam o desenvolvimento da humanidade, a obra de Courtet de l’Isle faz parte de uma pouco conhecida pré-história da sociologia de inspiração biológica. Não se pode negar que a idéia de organização, inspirada na história natural, estrutura o pensamento de Courtet. Baseando-se em uma premissa de Gall, Courtet afirmou:

o gênero humano pode ser considerado como o cérebro dos reinos organizados, e as muitas variedades das quais ele se compõe são, em uma mesma medida, órgãos especiais que têm funções distintas, graduadas e providenciais. Descrevamos cada um desses novos órgãos, e procuremos determinar neles o atributo social (Journal, 1835, p. 237) .

Além de Victor Courtet de l’Isle, no Instituto Histórico de Paris outros membros conheciam, defendiam ou refutavam; enfim, debatiam a frenologia. Entre eles, o conde de Lasteyrie e vários médicos, como o Dr. Jean-Baptiste Mège que, conforme *La France Littéraire*¹²⁷, foi um dos três membros do comitê de redação do *Journal phrénologique*, publicado a cada três meses. Nele publicou o “Manifeste des principes de la Société Phrénologique de Paris” (*Journal de la Société Phrénologique de Paris*, t. 3, 1835, p. 20-21). Destacou-se também Anne Marie Casimir Broussais, filho de François Broussais, o médico mais assíduo nas sessões do Instituto Histórico, médico chefe do hospital militar Val de Grâce. Era membro da Sociedade Frenológica. Publicou, em 1829, um *Atlas historique et bibliographique de la médecine* composto de quadros sobre a história da

¹²⁶ No que tange à história natural, Cuvier é uma figura importante. Ele desenvolveu a anatomia comparada. Para ele, as espécies se distinguiam mais por sua organização interna do que pelas características superficiais. Essa idéia ofereceu a base para uma comparação sistemática que produziu classificações inéditas. É por isso que Michel Foucault atribuiu a Cuvier um lugar central na gênese da biologia moderna. Sua originalidade não foi ter utilizado pela primeira vez a noção de organização, a idéia segundo a qual os seres vivos eram corpos organizados, em oposição a “corpos brutos” da mecânica. Essa noção já existia há um certo tempo. Durante os últimos anos do século XVIII ela se tornou preponderante nas obras de Jussieu, de Vicq d’Azyr e de Lamarck, e recebeu conotações políticas durante a Revolução. Mesmo antes de Cuvier “organização” tinha se tornado mais ou menos sinônimo de ‘vida’. Sua contribuição consistiu então em tirar proveito do princípio organizacional para elaborar um programa de comparações sistemáticas das espécies. Elas possibilitaram a formulação de novas nomenclaturas e um olhar mais funcionalista sobre os seres vivos. Lamarck, por sua vez, tornou-se célebre introduzindo na história natural a noção de evolução. Em suas *Recherches sur l’organisation des corps vivants* (1802) e de maneira mais detalhada, na sua *Philosophie zoologique* (1809).

¹²⁷ *La France Littéraire, ou Dictionnaire bibliographique*. J.-M. Quérard, Paris : Maisonneuve & Larose, s.d.

anatomia, da fisiologia, da higiene, da medicina, da cirurgia e da obstetrícia; e em 1837, escreveu *Hygiène morale, ou Application de la physiologie à la morale et à l'éducation* (J.-B. Baillière, 1837). Na quarta sessão do Congresso histórico de 1835 Casimir Broussais leu um texto sobre a seguinte questão: “Pesquisar na história das ciências e da filosofia as primeiras noções da ciência frenológica”. E concluiu com as seguintes palavras: “a história das ciências e da filosofia nos mostra uma tendência incessante de localizar as faculdades intelectuais e morais, e numerosas tentativas de aplicação; mas ninguém atingiu no estudo do moral do homem o método experimental que a ciência deve à genialidade de Gall ...”. A leitura foi seguida de uma discussão na qual participaram os senhores Belfield, Broussais, Sandras e o Dr. Cerise “atacando e defendendo as bases da frenologia considerada como ciência” (Journal de l’Institut Historique, Tomo 3, 1835, p. 189). E após o encerramento do Congresso Histórico, na assembléia geral do Instituto, o Dr. Lacorbière fez uma leitura sobre a frenologia (idem, p. 231).

As palavras de Casimir Broussais proferidas na Sociedade Frenológica esclarecem as ambições da frenologia. O objetivo da Sociedade era conhecer a natureza do homem e divulgar esse conhecimento procurando indicar as aplicações salutaras que poderiam ser feitas às instituições sociais:

... nós queremos cultivar com todo ardor que ela reclama, essa ciência que deve fornecer aos legisladores, aos professores primários, aos moralistas, dados tão preciosos para obter, na legislação, na educação e na filosofia esses aperfeiçoamentos requeridos hoje com tanta unanimidade¹²⁸ (apud Renneville, op. cit., p. 9).

Embora as discussões apontem um certo desacordo entre os membros sobre a frenologia, o Instituto se relacionava bem com as sociedades etnológicas¹²⁹. Em 1837, o IHP recebeu de M. Cull, o secretário honorário da Sociedade Etnológica de Londres e um de seus membros correspondentes, duas brochuras relativas aos seus trabalhos. Uma delas era um manual que a sociedade havia publicado para enviar a todas as pessoas que nas diversas regiões do globo pudessem pesquisar e enviar documentos sobre os habitantes dessas regiões. Essas informações tinham por objetivo tornar conhecidos os caracteres que,

¹²⁸ C. Broussais. « Compte-rendu des travaux de la séance annuelle », 1832, *Journal de la Société phrénologique de Paris*, vol. I, nº 1, p. 82).

¹²⁹ O IHP publicou no *Investigateur* de 1848 um relatório sobre “Les memoires de la société ethnologique” (p. 63-75).

nos aspectos físico e moral distinguiram as raças humanas. O IHP publicou uma síntese das orientações contidas nesse manual (Journal de L'Institut Historique, T. VI 3a. série, 1837).

Além desses trabalhos, o IHP publicou e debateu o trabalho de M. G. L. Domény de Rienzi «Races d'Hommes de l'Océanie» (Idem, T. II, Fev a Jul 1835, p. 75); e do Dr. Cerise, “Recherches Historiques sur la psychologie et la physiologie des anciens Hindous” (idem, série 1, T. VI, 1837, p. 5). Cerise também publicou *Exposé et examen critique du système phrénologique considéré dans ses principes, dans sa méthode, dans sa théorie e dans ses conséquences* (Paris : Trinquant, 1836), e no *Européen* escreveu «Examen des doctrines Phrénologiques » (nº 7, pp. 210-218 ; nº 8, pp. 241-257 ; nº 9, pp. 273-290 ; nº 10, pp. 307-312).

No Instituto Histórico de Paris, a referência à teoria das raças realizou-se por meio das obras e pesquisas elaboradas por seus membros e, conseqüentemente, pelos debates que esses trabalhos levantaram, inclusive nos Congressos históricos¹³⁰, além das relações que sustentou com sociedades etnológicas e estudiosos ligados ao tema. É curioso notar que o projeto inicial do IHP, que planejou distribuir os trabalhos em doze classes, previu a criação de uma classe que tratasse da “História das Raças Humanas”, o que demonstra um interesse especial pelo assunto.

O tema permitia que se assumisse posições diferentes. Embora às vezes polêmico, não era de modo algum um tema negligenciado ou ignorado. Na sexta sessão do Congresso Histórico de 1835, M. Dufey de l'Yonne “trata da questão das raças, do ponto de vista da história da França”, na discussão que se seguiu e que contou com a contribuição de Buchez, concluiu-se que a palavra raça na história da França representava apenas uma discussão política (Journal, T. 3, p. 189). Essa questão também apareceu, ainda que em tom de simples comentário, no discurso de abertura do 11º. Congresso Histórico Europeu, em 1845. Procurando enfatizar o caráter “positivo dos estudos históricos”, Philippe Buchez comentou alguns “erros históricos que foram destruídos pela universalidade da história”:

Alguns escritores estabeleceram que a humanidade formava o que se chama um *gênero* em história natural. Segundo eles, esse *gênero humano* era dividido em raças, (...). Eles atribuíam todos os acontecimentos sucessivos da civilização à predominância de alguma dessas raças. E bem, senhores, a história natural demonstra por meio de provas irrefutáveis que a humanidade não é um gênero, mas uma espécie, e que as raças, na

¹³⁰ Cf. Anexo.

espécie humana como nas outras espécies animais, são o efeito das variedades de costumes e de climas (...) (Investigateur, 1845, p. 203).

Buchez defendia desde os seus artigos no *Européen* a “universalidade do critério moral”, “é aliás em nome da moral que Buchez descartava a ciência frenológica elucidando a discussão com seus argumentos fisiológicos” (Renneville, op. cit., p. 12).

De modo geral, as discussões travadas no IHP sobre esse assunto apontam uma forte presença de concepções monogenistas e religiosas, como aquelas estimuladas pela classe de História Geral e História da França.

Outros trabalhos baseados no estudo das raças humanas foram apresentados no IHP. Rienzi, em seu texto « Des races d’hommes de l’Océanie, leur variétés, et des caractères des différents peuples et tribus », também se embasou na antropologia e na etnografia. Tratando dos “selvagens comparados aos povos civilizados”, Rienzi afirmou:

Já descrevi várias raças e variedades de homens e vários povos mais ou menos civilizados e mais ou menos degradados; mas, antes de prosseguir, que me seja permitido fazer algumas considerações gerais sobre um tema muito interessante para a antropologia e para a etnografia, que me seja permitido comparar o homem em seus diversos estados e dar minhas conclusões. Eu visitei outrora alguns dos povos e tribos selvagens da América, e recentemente um grande número daqueles que vivem na Oceania. Eu reconheceria, a despeito de Rousseau, que não existem povos realmente selvagens, (...). O homem vive em toda parte em sociedade; a liberdade é para ele um meio e um objetivo, ele nasceu para a perfeição. (...) Eu vou usar a palavra selvagem apenas para ser melhor compreendido; eu teria preferido nomear esses homens de *crianças semi-bárbaras* (Journal, T. 2, 1835, p. 83).

De modo geral, o “estudo das sociedades humanas” estimulado pelo IHP procurou defender que a França era a grande nação civilizadora que deveria servir de exemplo às outras nações. Afirmar a superioridade das nações européias era definir uma lei do desenvolvimento das sociedades. Apesar de ser o objetivo do Instituto estabelecer critérios de cientificidade para os estudos históricos, o materialismo de Courtet de l’Isle causava certo desconforto; isto porque, como temos afirmado, o IHP configurou-se predominantemente como uma associação que defendia princípios cristãos e a intervenção da Providência na história.

Identificando-se com idéias buchezianas, elaborando um projeto de constituição da ciência social e promovendo o debate da obra de Alexandre Victor Courtet (de l’Isle), o Instituto Histórico de Paris estimulou e divulgou idéias sociológicas, revelando o ímpeto

cientificista que dominou as ciências humanas na primeira metade do século XIX. Mais precisamente, pode-se afirmar que o IHP serviu de palco para discussões que marcaram um período muito peculiar da história da sociologia pré-disciplinar.

Capítulo 3

Estatística e Medicina: tentativas de cientificização da ciência social

Este capítulo levanta alguns aspectos da ciência social pré-disciplinar relacionando-a aos avanços da medicina social e da estatística. O contato estabelecido pelo IHP com essas pesquisas, conforme argumentamos, reforça a tese de sua ligação com a “sociologia”. Sob a Monarquia de Julho, que compreende basicamente o período analisado neste trabalho, o desenvolvimento da ciência social acompanhou, em certa medida, algumas transformações institucionais impulsionadas pelo governo. A pesquisa estatística promovida igualmente por academias e pelo governo caracterizou-se por uma forte ligação entre ciência e poder. A medicina social, especialmente pelo viés do higienismo, que a essa altura contava com novas instituições e publicações, promovia pesquisas sociais e acreditava poder colaborar para a “organização social”. O IHP manteve-se sempre atento às pesquisas médico-sociais e estatísticas realizadas no período, compartilhando algumas de suas ambições, o que, conforme sustentamos, acabou expondo o caráter essencialmente sociológico de suas preocupações. Especificamente sobre as pesquisas estatísticas, os debates ali travados indicam que se buscava na estatística moral um método capaz de oferecer objetividade aos estudos históricos, ao mesmo tempo que se acreditava poder contribuir, a partir de dados objetivos, para o aperfeiçoamento moral da sociedade.

Os primeiros estudos sobre a sociedade estão marcados pela preocupação de estipular o que “deve ser” a “melhor” organização social e política, além do interesse de estabelecer normas e regras de ação para a vida coletiva. Conforme Cuvillier (1967, p. 12), para que “a sociologia pudesse se organizar como ciência positiva, era necessário que surgisse essa idéia de que os fenômenos sociais, tendo o homem por ator, obedecem à leis” (Cuvillier, 1967, p. 12). Tanto na filosofia do direito, como na filosofia da história, na economia política e na estatística foram sendo elaboradas ainda no século XVIII a idéia de que os fenômenos sociais formam uma “ordem natural”, e que a “natureza social” está submetida a leis.

Considera-se que a estatística tenha deixado de ser puramente descritiva para se tornar o estudo numérico dos fatos sociais ainda no século XVIII, preparando assim a chegada da noção de “leis sociológicas”¹³¹. Conforme Heilbron (2006), as primeiras iniciativas de cientificização da teoria social coincidiram com um período de desenvolvimento sem precedentes das ciências da natureza. As primeiras conquistas neste sentido ocorreram com a chegada de Luís XVI ao poder, em 1774, com destaque para o ministério Turgot, por meio da criação de algumas novas cadeiras, da fundação da Sociedade de Medicina, da reorganização da Academia de ciências. As ciências alcançaram um prestígio inédito, antes mantido pela literatura. Heilbron (2006, p. 264) esclarece que as décadas antes e após 1800 “foram uma época de diferenciação e de disciplinarização”. A partir de então, os cientistas passaram a contar com as possibilidades de publicação nos periódicos recentemente criados e de apresentar suas pesquisas diante das assembléias mais especializadas que antes. “A prática científica tornou-se, em um tempo relativamente curto, uma profissão estruturada e respeitada” (ibdem). As principais formas de cientificização da teoria social foram empreendidas por Condorcet, representando a matemática; a segunda tentativa esteve ligada ao desenvolvimento das ciências médicas, mas houve ainda uma tentativa anti-científica, engendrada pelos conservadores Louis de Bonald e Joseph de Maistre (Heilbron, 2006; Lepenies, 1996). Seguindo a argumentação de Heilbron, a cientificização da teoria social foi um componente dessa “profunda reestruturação do regime intelectual” (ibdem).

No início da era napoleônica as relações entre ciências e letras não mudaram muito. Napoleão se interessava por matemática, história e geografia. Mas a mudança mais inovadora foi a supressão da classe de ciências sociais do Instituto nacional. Durante o Império, as letras foram revalorizadas em detrimento das ciências sociais, mas as ciências da natureza mantiveram sua preponderância. Napoleão havia apoiado as ciências físicas e médicas, mas não deixou nenhum espaço para as ciências sociais. Com relação ao

¹³¹ A estatística apareceu, conforme Cuvillier (op. cit.), no século XVI com o italiano Sansovino como estudo comparado dos governos. Depois se desenvolveu na Alemanha como ciência descritiva do Estado. Em 1759, Gottfried Achenwall deu à estatística seu nome, mas seu conceito ainda estava ligado ao conhecimento dos Estados. O inglês J. Graunt fez um estudo numérico da mortalidade (1662) e William Petty, um estudo sobre a “aritmética política” (1682). Em 1741, o pastor Süssmilch, capelão dos exércitos de Frederico o Grande, publicou uma importante obra de estatística demográfica; na França, uma obra parecida foi publicada por Deparcieux (1746), e de Moheau publicou as *Recherches et considérations sur la population de la France* (1778).

desenvolvimento da estatística, o período de 1789 à 1815 foi decisivo para a formação das ferramentas políticas, cognitivas e administrativas, que trouxeram originalidade à descrição estatística do mundo social e à estatística francesa. De 1795 à 1806 foram organizadas enquetes globais sobre os novos departamentos, e de 1806 à 1815 foram instituídas estatísticas quantitativas regulares, principalmente agrícolas e industriais. Com o intuito de oferecer à sociedade um reflexo dela mesma, Lucien Bonaparte e depois seu sucessor no Ministério de Interior, Chaptal, organizaram a estatística por meio da criação do *Bureau de Statistique de la République*, criado em 1800¹³², mas essa estatística continha muitos erros, e tinha uma difusão restrita. Ligado inicialmente ao secretariado geral do Ministério do Interior, tornou-se em 1806 o *Bureau de l'Administration Générale*. Em 1812, os trabalhos do Ministério do Interior foram reorganizados e passaram a partilhar entre diferentes organizações as atribuições do ex-Bureau de Statistique. Em 1817, a cidade de Paris, implantou seus próprios serviços de estatística, em 1818 foi organizada uma estatística de recrutamento do exército, em 1821 do comércio exterior; sob o ministério Peyronnet em 1821-1827, a estatística criminal; e uma estatística de estabelecimentos de beneficência e de repressão elaborada no ministério do Comércio por Duchâtel. Em 1828, a reorganização do Ministério do Comércio deu origem a uma divisão de estatística e, em 1834, surgiu a *Estatística geral da França*, que foi encarregada durante mais de um século das estatísticas oficiais. Assim, matemáticos como Poisson ou Fourier dispunham de um número muito mais elevado de dados do que seus predecessores. “Sobre o plano técnico, as possibilidades de uma matemática social eram mais favoráveis que nunca nesse início do século XIX” (Heilbron, op. cit., p. 241). Aos poucos, a estatística se tornou uma ocupação de funcionários e administradores.

Sob a Restauração, a ciência social despertou novamente o interesse, ensejado principalmente pela disputa entre conservadores e liberais. Representantes das ciências naturais contribuíram para a retomada das ciências sociais. Alguns matemáticos perpetuaram a obra de Condorcet e de Laplace. As principais inovações vieram da Bélgica, de Adolphe Quételet, cujos trabalhos marcaram a transição do cálculo das probabilidades à estatística. As ciências médicas contribuíram, do mesmo modo, para a retomada das ciências humanas.

¹³² De acordo com Johan Heilbron (op. cit.) o Bureau de Statistique foi fundado em 1801.

Para que se possa estudar a sociologia pré-disciplinar faz-se necessário considerar a relevância da “sociologia empírica” nos primeiros desenvolvimentos da argumentação sociológica. De acordo com Bottomore (1967), Savoye (1994), Arnault (1993), Therborn (1980) e Clark (1973), um elemento importante que marcou a origem da sociologia moderna foi proporcionado pela prática do levantamento social. Este fundamentou-se na convicção de que os métodos das ciências naturais poderiam e deveriam ser utilizados nos estudos das questões humanas, e que, a partir de então, estas poderiam ser medidas e classificadas. Além, é claro, da preocupação com a pobreza, com o problema social, “conseqüente da aceitação do fato de que, nas sociedades industriais, ela já não era um fenômeno natural, um castigo da natureza ou da providência, mas o resultado da exploração humana” (Bottomore, op. cit., p.16).

Therborn (op. cit., p. 125) confirma esta idéia:

a questão social faz parte da tradição sociológica desde o seu início, e tem uma importância transcendental em seu estabelecimento como disciplina institucionalizada. Uma preocupação característica da sociologia ao longo de todo o seu desenvolvimento foi a condição das classes baixas da sociedade: sua pobreza, seu trabalho, seu ócio, seu modo de vida, sua saúde, sua moralidade, etc. Esse foi também o caso do estabelecimento da sociologia americana, apesar da influência do *laissez faire* de Spencer.

Esse autor ressalta alguns estudos que seguiram esta tendência. É o caso da pesquisa de Charles Booth sobre os pobres de Londres e dos estudos de Le Play sobre os operários europeus de meados do século XIX. O autor ressalta também a obra das sociedades estatísticas britânicas dos anos de 1830, o estudo de Parent-Duchatelet sobre a prostituição em Paris e o estudo de Villermé sobre os operários durante a Monarquia de Julho na França. Para ele, essa tradição de investigação empírica se associou ao desenvolvimento da teoria sociológica um pouco mais tarde. Mas ambas compartilharam desde o início um interesse e preocupação comuns, tanto nos estudos de Saint-Simon, como em Comte e em Durkheim, pode-se perceber a presença de um problema comum: a questão social; os problemas sociais que surgiram com os tempos modernos e a incorporação do proletariado à sociedade.

Antoine Savoye constata que apesar de iniciativas anteriores foi preciso esperar o início da Monarquia de Julho para que as coletâneas de informações objetivas sobre as condições de vida e de trabalho dos franceses dessem lugar a enquetes regulares e

especializadas, nas quais a sociologia encontrou suas primeiras aplicações. Conforme Berthelot (1995, p. 9), foi no século XIX que pela primeira vez ocorreu

uma convergência inédita e fecunda entre os interesses estatísticos de controle social, de preocupações humanistas e higienistas de ajuda às populações mais necessitadas e uma preocupação científica da aplicação aos fatos humanos dos métodos matemáticos e provados nas ciências naturais.

Ao considerar o significativo desenvolvimento da “ciência estatística” nos primeiros anos do século XIX, Bernard Guyon (1969) lembra a contribuição daqueles que considera os seus principais iniciadores: J.-B. Say, autor do “Tratado de Economia Política”, publicado em 1803, e criador, em 1819, de um Curso de Economia Industrial no Conservatoire des Arts et Métiers; o barão Fourier, professor na École Polytechnique, autor de importantes trabalhos, reunidos nas “Recherches statistiques sur la ville de Paris et le département de la Seine”; e Benoiston Chateauneuf, que também colaborou ativamente nas “Recherches Statistiques sur la ville de Paris”. Conforme Guyon (op. cit., p. 219),

A idéia geral que inspirava esses trabalhos era aquela que havia guiado Destutt de Tracy, Condorcet ou Cabanis, de que não há uma diferença de natureza entre os fatos de ordem moral e os fatos de ordem física, que os primeiros como os segundos estão submetidos à leis rigorosas, que uma observação precisa e atenta, na qual o método estatístico fornece precisamente os elementos, permite descobrir e formular.

Jules Barbier, membro da segunda classe do IHP, em seu relatório da justiça criminal para os anos de 1843 e 1844, esclare que nos seus dias “cada ministério, cada administração pública tem uma estatística especial. Enfim, as sociedades científicas colaboram com trabalhos oficiais e as mais pacientes investigações, reúnem e classificam todos os fatos dignos de observação que se produzem” (Investigateur, 1847, p. 50).

De fato, como afirma o membro do Instituto Histórico de Paris, foi no início do século XIX que se instituíram os primeiros procedimentos de coleta e publicação de dados demográficos globais. Aos poucos, a pesquisa passou a tratar de vários setores da vida social, foram criadas a estatística industrial, a estatística criminal, a estatística escolar, etc. Ao lado dessas pesquisas oficiais se desenvolveram as sociedades científicas de um novo tipo, associando higienistas, cientistas, filantropos e empresários. Elas apareceram na sua maioria por volta de 1830: *Société française de Statistique universelle* (1829); *Société libre*

des Statistiques (1830), *Statistical Society of London* (1833), *Manchester Statistical Society* (1833), entre outras.

De acordo com Arnault (1993) e Clark (1973), depois dos positivistas, provavelmente a maior linha do pensamento social seja aquela representada por Frédéric Le Play. Na França, por volta de 1834, Thiers tomou a decisão de criar um *Bureau de statistique générale*, tendo uma dupla finalidade – econômica e demográfica. Em 1840, passou a chamar-se *Statistique générale de France* e, entre os seus primeiros colaboradores figurou o engenheiro Le Play. Entre os precursores da sociologia, que estava em pleno desenvolvimento entre 1830 e 1848, os estatísticos sociais têm um espaço reconhecido (Savoye, 1994; Bottomore, 1967; Arnault, 1993; Clark, 1973). Timasheff (1960) afirma que ao mesmo tempo em que os fundadores da sociologia apresentavam suas idéias, alguns estudiosos e filósofos sociais formulavam teorias reconhecidas atualmente como impulsoras, em várias direções, da investigação sociológica. Nessa categoria encontram-se os pesquisadores individuais, cujas obras foram perenizadas pelas publicações do “Conselho de higiene e de salubridade de Paris e do departamento do Sena”, como Parent-Duchâtelet, que estudou diversas questões de higiene pública e de doenças profissionais; Villermé, enviado em missão pela Academia de Ciências Morais e Políticas, a fim de fazer a “constatação tão exata quanto possível do estado físico e moral das classes operárias”, centrando sua pesquisa sobre os operários da indústria têxtil; e ainda, Eugène Buret, premiado em 1840, pela Academia de Ciências Morais e Políticas pelo trabalho sobre a *Misère des classes laborieuses en Anglaterre et en France*.

Havia um duplo contexto, científico e político ao mesmo tempo, que favorecia a multiplicação das enquetes de aspecto sociológico; de um lado, o projeto de uma ciência da sociedade se fortificou e encontrou audiência nos meios intelectuais. Representado sobretudo por Saint-Simon e seus discípulos, assim como pelos liberais Guizot, Constant, Barante e Rémusat, animados estes também por um forte desejo de conhecer a sociedade. Por outro lado, “os ministros de Luís Filipe põem em prática uma política positiva que se apóia sobre um melhor conhecimento dos fatos e do estado de opinião” (Savoye, op. cit., p. 13).

Esse contexto, científico e político, favoreceu a multiplicação de enquetes de caráter sociológico, que deveriam esclarecer e dirigir a ação do Estado. As pesquisas estatísticas

empreendidas sob a Monarquia de Julho por médicos, filantropos, instituições científicas ou mesmo pelo Estado, embora revelem diferenças significativas no aspecto metodológico e nos seus objetivos, constituem parte fundamental da história da sociologia.

Conforme Antoine Savoye, entre as enquetes administrativas realizadas sob a Monarquia de Julho, duas são particularmente interessantes pelo rigor de seu método e a contribuição de seus resultados: a pesquisa sobre o estado moral da instrução primária, ordenada por Guizot, ministro da instrução pública, em 28 de julho de 1833; e a enquete sobre o trabalho de crianças nas fábricas, ordenada por Martin (du Nord), ministro dos Trabalhos públicos, da Agricultura e do Comércio, em 31 de julho de 1837. Sobre esse mesmo tema destaca-se também a pesquisa de 1840, confiada à Hippolyte Carnot.

Diferente de outras pesquisas, como aquelas realizadas por Villermé ou Buret, essas enquetes oficiais são desconhecidas dos historiadores das ciências sociais. Trata-se de pesquisas coletivas, sem objetivo científico, promovidas pela administração. Essas enquetes não tinham por objetivo o estabelecimento de uma teoria geral da sociedade, mas expressam a mesma fé em uma ciência positiva, que permitindo ao Estado o conhecimento exato dos fatos, e informando-o sobre o estado de uma situação específica e sobre a opinião dos principais interessados, deveria servir à arte de governar. Ainda que manifestem uma finalidade estritamente utilitária, “elas constituem uma via original de compreensão das questões sociais” (Savoye, op. cit., p 15).

Efetuadas em grande escala, elas recolheram um material considerável, ultrapassando o que um pesquisador isolado poderia recolher em suas investigações. E o mais interessante é que essas enquetes provocaram uma reflexão coletiva e agiram sobre a opinião pública de maneira quase imediata. A “sociologia debutante” (Savoye, 1994) foi em grande medida beneficiada pela aspiração, partilhada por vários ministros de Luís Felipe, a uma política positiva que apoiando-se sobre um conhecimento objetivo dos fatos dirigisse os negócios públicos; o que, de fato, fez multiplicar as enquetes oficiais¹³³.

¹³³ Exemplos não faltam: Montalivet, ministro do Interior, permitiu a Tocqueville e Gustave de Beaumont, em 1831, ir aos Estados Unidos a fim de estudar as prisões americanas. Essa viagem resultou em várias obras, como *Du Système pénitentiaire aux Etats-Unis et de son application en France* (1833), *Marie ou l'esclavage ; Tableau de mœurs américaines* (1835) e *La Démocratie en Amérique* (1835). Hippolyte Passy, ministro do comércio em 1836, enviou Le Play à Inglaterra para lá estudar as indústrias de carvão e de ferro. Nessa viagem, o autor de *Ouvriers européens* esboçou sua futura teoria sociológica.

As duas pesquisas empreendidas pelo governo, realizadas em 1833 e em 1837, diferem por seus procedimentos de investigação assim como por seus objetivos. A primeira tinha por objetivo informar a administração central e o ministro sobre a aplicação da lei de 2 de julho de 1833, sobre a instrução primária. Ela deveria estudar a aptidão, o zelo, a conduta dos professores, sua relação com os alunos, as famílias e as autoridades locais. Para tanto, a pesquisa de 1833 combinou dois métodos de pesquisa comuns à época: a missão e a estatística. Da primeira ela adotou o princípio da observação direta e atribuiu aos pesquisadores a tarefa de explicar as condições locais e propor medidas para a sua melhora. As noções de uniformidade e exaustividade na colheita dos dados inspiravam-se na estatística. Essa pesquisa era confidencial, tendo sido publicada apenas parcialmente no “Rapport sur l’instruction primaire” que Guizot enviou ao rei em abril de 1834. Somente em 1837 Paul Lorrain, chefe do Gabinete da instrução primária sob Guizot e um dos pesquisadores em 1833, publicou um “Tableau de l’instruction primaire en France”.

A conferência de Villermé sobre a “duração longa demais do trabalho de crianças em muitas manufaturas”; resultado de uma pesquisa iniciada dois anos antes a pedido da Academia de Ciências Morais e Políticas, sobre a condição dos operários do setor têxtil, apresentada em 2 de maio de 1837 perante as cinco classes da Academia, abalou a opinião pública. Como resultado, em 31 de julho de 1837, o ministro dos Trabalhos públicos, da Agricultura e do Comércio, Nicolas Martin (chamado Martin du Nord) ordenou uma enquête sobre a mão-de-obra infantil empregada nas fábricas. Comparada à pesquisa de Guizot, a enquête de 1837 apresenta um esquema bem diferente. Ela tinha por objetivo recolher informações sobre o trabalho de crianças e sobre a opinião de meios industriais, na perspectiva de uma eventual regulamentação. Por causa desses objetivos diferentes as investigações foram diferentes. Em primeiro lugar, Martin du Nord não exigiu investigações diretas. Ele se limitou a questionar instâncias representativas de meios profissionais, pedindo-lhes que respondessem às questões com “lealdade”. Esse recurso, contestável do ponto de vista da objetividade da enquête, acentuou, por outro lado, seu caráter público. Ela exigia que aqueles que fossem interrogados se reunissem e deliberassem para elaborar uma resposta coletiva. Desse modo, muitas pessoas foram envolvidas na discussão sobre o trabalho de crianças e sua regulamentação, o que gerou um questionamento coletivo.

Conforme Savoye (op. cit., p. 25), apesar dessas diferenças metodológicas, que estão ligadas a questões políticas,

a filiação entre enquetes econômicas e enquetes de caráter sociológico parece inconteste. Ela mostra como se desenvolveram, ao longo da primeira metade do século XIX, as práticas de enquete, tendo estas se tornado um procedimento de conhecimento quase universal no domínio econômico e social.

A pesquisa de 1837 promoveu o debate legislativo e serviu de preparação para uma lei sobre o trabalho das crianças. A enquete foi, nesse caso, um dispositivo de análise que deveria sustentar a tomada de consciência coletiva sobre o destino das crianças operárias. Face à resistência de certos meios manufatureiros que alegavam que a pesquisa apresentava resultados equívocos, o governo dirigido por Molé desistiu da reforma. Foi preciso a pressão da opinião pública, empreendida por Louis Blanc, Villeneuve-Bargemont, Daniel Le Grand e a publicação do *Tableau* de Villermé, para que a administração retomasse o projeto. No início de 1840, Cunin-Gridaine, ministro da Agricultura e do Comércio, submeteu enfim um texto de lei à Câmara de pares.

A comissão encarregada de seu exame compreendia personalidades de primeiro plano, como Gérando, Charles Dupin, o agrônomo Gasparin, Victor Cousin e o economista Rossi, que desempenham um papel importante no desenvolvimento de enquetes e da pesquisa sociológica em geral. Segundo Savoye (op.cit., p. 29), aí “está a prova suplementar da conexão estreita que existe entre o campo científico e o campo político, entre a ciência e a ação”.

Mas o projeto governamental sofreu a oposição dos pares e dos deputados. Quando Thiers assumiu o governo (1 de março de 1840) e Alexandre Gouin o Ministério do Comércio, o clima político estava bastante tenso. Gouin encarregou o deputado Hippolyte Carnot de uma enquete sobre a recente legislação do trabalho de crianças, adotado na Prússia, em 1839, no Grande Ducado de Bade (1840) e na Baviera (1840).

Comparada à circular de Martin du Nord de 1837, esse programa de pesquisa, do qual Hippolyte Carnot foi encarregado, marcou uma grande diferença:

Observa-se na carta do ministro preocupações sociológicas novas, mais ambiciosas que a simples descrição de um estado de fato. Assim, além de questões sobre as condições de trabalho (análogas àquelas postas em 1837), ele pediu a Carnot para estudar a relação entre o trabalho das

crianças e o bem-estar da família, considerando a ligação da família com a sociedade (Savoye, op. cit., p. 31).

A pesquisa de 1840 visava a ampliação do debate legislativo, a partir do qual o governo esperava chegar a um consenso. A enquete sobre o trabalho das crianças deixou claro o grau de exploração e de miséria ao qual crianças operárias eram submetidas. No final da Monarquia de Julho o recurso à enquete se tornou a expressão da oposição entre partidários e opositores ao regime, entre conservadores e reformadores sociais. Em junho de 1841, o *Journal du peuple*, órgão de radicais e de representantes da oposição dinástica (Arago, Cormenin, Dupont de l'Eure, Lafayette, etc), lançou a idéia de uma enquete geral que trataria do comércio, da agricultura e da indústria. Esse projeto compartilhava com as enquetes promovidas pelo *Atelier*, jornal dos buchezianos, o desejo de reunir informações objetivas sobre a vida operária (salários, duração e organização do trabalho, etc.). De acordo com Rigaudias-Weiss (1936, pp. 235 e 236), as enquetes dos jornais operários, sobretudo entre 1840 e 1848, como aquelas do *Atelier* e do *Populaire* de 1841, “ajudaram a trabalhar a opinião pública, a aumentar o interesse pelas questões sociais e resultaram, com os outros esforços isolados de enquetes, em uma grande campanha por todo o país em favor da *Pétition des Travailleurs* de Ledru-Rolin”.

O movimento para uma enquete oficial tomou uma amplitude nova com a “*Pétition des Travailleurs*”, lançada em 3 de novembro de 1844, por Ledru-Rollin no jornal *La Réforme*, fundado por ele no ano precedente juntamente com Arago, Dupoty, Flocon e Louis Blanc. O objetivo da petição era realizar uma enquete sobre as condições de vida e de trabalho dos operários. Ela seria também um teste político, pois considerava-se que caso a petição não fosse aprovada pelos deputados isso seria uma prova de que o sistema representativo precisava se submeter a uma reforma.

No final da Monarquia de Julho as enquetes assumiram um caráter fortemente político. A iniciativa provocadora de Ledru-Rollin foi recebida com entusiasmo nos meios de oposição, mas, de fato, não foi aprovada pela Câmara dos deputados. Mesmo assim, é possível afirmar que esse projeto permaneceu vivo, pois o visconde Dubouchage, membro da câmara de pares, que discordou publicamente da decisão do governo, retomou a enquete por sua conta, lançando em maio de 1846 um jornal, *L'Enquête sociale*, que deveria dar conta das pesquisas sobre o “estado presente da população trabalhadora”.

Conforme Rigaudias-Weiss, a reclamação da Pétition de Ledru-Rollin emocionou todas as classes sociais por causa da repercussão que teve nos jornais, preparando, de certa forma, a Enquete de 1848. Assim, toda essa atividade social por parte dos operários e, de outra parte, a necessidade de apaziguar a agitação operária, culminaram na enquete de 1848, que foi sustentada pelos deputados da Assembléia recentemente eleita.

Savoye considera que a enquete de 1848

produziu uma massa considerável de informações, tanto sobre fatos tocando a condição operária como sobre as concepções respectivas de patrões e de operários para melhorá-la. Sobretudo, ela modificou profundamente o esquema das enquetes gerais, instituindo a participação na enquete do conjunto das populações concernentes por seu objeto, idéia que estava em germe nas enquetes de 1837 e 1840. (...) ela criou um procedimento cuja contribuição ultrapassa o caso das enquetes oficiais e diz respeito a toda a história da sociologia (op. cit. p. 46).

Essas enquetes oficiais produziram um *savoir-faire* novo; porém, não contaram com o apoio sistemático de uma instituição científica e não promoveram a formação de especialistas. Ainda que se observe uma continuidade nos procedimentos de investigação ao longo de toda a Monarquia de Julho, “esse fenômeno permanece marginal demais e confidencial para gerar uma sociologia oficial, do mesmo modo que existe, à época, uma estatística oficial” (Savoye, op. cit., p. 116).

Savoye ressalta que, “se as enquetes praticadas ao longo do século XIX concretizam o projeto de uma ciência da sociedade, somente elas não são suficientes para fundar a sociologia e garantir sua existência” (ibidem). Seria preciso a intervenção de um outro fator: a criação de instituições científicas que pudessem assegurar a continuidade da pesquisa e criar critérios de cientificidade. Nesse aspecto, a Academia de Ciências Morais e Políticas teve um papel decisivo e encorajador para a pesquisa sociológica, reorganizada em 1832, por François Guizot. Sophie-Anne Leterrier (1996, p. 1) considera que, primeiramente na segunda classe do Instituto, e depois na Academia de Ciências Morais e Políticas, “formulou-se um discurso oficial nessas matérias, onde se criou uma doutrina filosófica, moral, legislativa, econômica, histórica”.

De acordo com Savoye, François Guizot foi decididamente “providencial para a sociologia iniciante” e o principal responsável pelo ressurgimento, em 26 de outubro de 1832, da Academia de Ciências Morais e Políticas, originalmente a segunda classe do Instituto nacional, fundado pela Convenção, em 1795, e suprimido por Bonaparte em 1803.

Émile Mireux, secretário perpétuo da Academia, na sessão pública anual de 2 de dezembro de 1957, afirmou que a reconstituição da Academia de Ciências Morais e Políticas foi “obra pessoal” de Guizot; “fruto de sua reflexão, de sua perseverança e de sua vontade” (1957, p. 3).

Segundo o raciocínio de Mireux, todas as reflexões desenvolvidas nas obras de Guizot, acerca da legitimidade das ciências morais, sobre a necessidade de se conduzir os negócios humanos conforme um pensamento racional e filosófico e sobre a natureza do regime representativo culminaram na restauração da Academia.

Guizot esclareceu o interesse por uma tal academia:

Nós pesquisamos há muito tempo já algum remédio para essas lacunas de um estado social que, ao lado de grandes serviços públicos, deixa os direitos fracos, as liberdades mal asseguradas e as existências individuais ao mesmo tempo abatidas e bem animadas. As academias são hoje, na ordem intelectual, o remédio natural e quase único para esse grave desequilíbrio de nossa sociedade geral; elas agrupam sob uma bandeira pacífica, (...) homens distintos que, sem esse laço, permaneceriam absolutamente estranhos uns aos outros (Mémoires, t. III, pp. 158-159).

O objetivo de Guizot era, conforme Rosanvallon (1985, p. 227) criar um poder moral aliado ao poder político. Pire (2002), por sua vez, considera que Guizot reafirmou nesse projeto o seu objetivo de dar uma base positiva ao regime. Para Rosanvallon, a reconstituição da Academia de Ciências Morais e Políticas, todo o extenso programa de trabalho sobre a história da França e a elaboração de um projeto educativo fortemente estruturado como obra de Guizot, no Ministério da Instrução Pública, foi a consumação de sua concepção de “governo dos espíritos”. Todos esses empreendimentos expressavam a nova face da “ação intelectual do Estado”. Para esse autor (op. cit. p. 225), a reabertura da segunda classe do Instituto foi o mais modesto desses projetos. Como Mireaux, ele afirma que Guizot vinha sonhando em fundar uma “sociedade de pensamento” desde a Restauração, inicialmente com um projeto privado com Cousin, Broglie, Rémusat e alguns outros.

Conforme Savoye, Guizot não pretendia fazer da Academia um instrumento a serviço do governo. Acreditava que ela poderia esclarecer as elites nos domínios por ela pesquisados. O seu apoio ao governo seria indireto e sob a condição que este soubesse estabelecer com ela “inteligentes relações”. Segundo Knibiehler (op. cit., p. 309), Guizot esperava encontrar nesse corpo científico “uma câmara de reflexão destinada a guiar a

representação nacional, a racionalizar o poder e a sociedade”. Tudesq (1964, p. 464) compreende que “por seu recrutamento, por sua atividade, por suas preocupações, ela dava uma tradução bem exata da ideologia dos meios dirigentes por volta de 1840”.

Cousin, Guizot e Mignet se dedicaram a preencher a Academia com adeptos espiritualistas. As preferências políticas eram criticadas por alguns candidatos, como o fez, Jullien de Paris, membro do Instituto Histórico de Paris, que em fevereiro de 1836 afirmou entre outras coisas, a

conveniência de escolher, para a seção de moral, um homem inteiramente ocupado com trabalhos relativos à filosofia moral e à educação, muito mais que um candidato, mesmo de um mérito comparativamente superior, jurista, magistrado, economista, escritor político, historiador, que teria títulos especiais para uma outra seção (Leterrier, op. cit., p. 75).

A Academia de Ciências Morais e Políticas reconstituída em 1832 compreendia vários titulares implicados no surgimento da sociologia, como Gérando, (membro da Sociedade dos Observadores do Homem, e autor des *Considérations sur les diverses méthodes à suivre dans l'observation des peuples sauvages*, 1800); Victor Cousin; Charles Dupin (grande viajante, especialista em questões industriais e operárias, assim como do ensino técnico); Guizot e Villermé. Essa fração sociológica foi reforçada por eleições posteriores de Rossi, titular da cadeira de economia política no Conservatoire; H. Passy; Benoiston de Chateauneuf; Ch. Lucas (especialista de questões penitenciárias); Tocqueville, Ad. Blanqui; G. De Beaumont (o colaborador e amigo de Tocqueville); Rémusat e Duchâtel (fiéis apoios de Guizot que partilhavam sua fé em uma política esclarecida pelas pesquisas), assim como Villeneuve-Bargemont.

Todos criam em uma ciência positiva fundada sobre o estudo dos fatos. Daí a razão de favorecerem estudos de situações reais, baseados em observações diretas ou em dados estatísticos. Dupin, Villermé e Blanqui, tinham já uma experiência pessoal nesse tipo de estudo que eles praticaram antes de sua entrada na Academia. Passy e Duchâtel, por sua vez, no período em que assumiram cargos ministeriais também encorajaram pesquisas nessa área.

Basicamente, até 1852, quatro temas detiveram a atenção de diferentes seções da Academia de Ciências Morais e Políticas: o ensino primário após a lei de 1833; a abolição da escravidão; o sistema penitenciário e a reforma das prisões; e sobretudo, o pauperismo (Kniebiehler, 1973).

A academia promovia a pesquisa interna e externamente, principalmente por meio de concursos. Essa prática se inscrevia na tradição de instituições acadêmicas do século anterior, porém, a originalidade dessa academia consistia em lhe dar uma amplitude que abarcava a “manifestação de todas as idéias que podem ajudar a resolver os grandes problemas com os quais se preocupam as sociedades modernas” (Ch. Lucas apud Savoye, op. cit., p. 122).

A questão da pobreza suscitou os trabalhos mais marcantes; como a célebre obra de Buret, *De la misère des classes laborieuses en Anglaterre et en France* (1840); elaborada para concorrer ao prêmio fundado por Beaujour cujo tema era: “Determinar em que consiste e por quais sinais se manifesta a miséria e pesquisar as causas que a produzem”. Em 1837, a Academia já havia proposto um concurso visando “encorajar pesquisas positivas”, cujo tema era as “classes perigosas”: “Quais são, segundo a exata observação dos fatos, os elementos dos quais se compõe em Paris, ou em qualquer outra grande cidade, essa parte da população que forma uma classe perigosa, por seus vícios, sua ignorância e sua miséria?”

Savoye esclarece que é “por esse sistema de concursos que a seção de moral contribui cada vez mais com o desenvolvimento das pesquisas sociológicas” (Savoye, op. cit., p. 123). Entre as questões propostas destacam-se: determinar quais aperfeiçoamentos poderia receber a instituição das escolas normais primárias, considerada em suas relações com a educação moral e a juventude (1838 e 1839); pesquisar qual influência os progressos e os gostos do bem-estar exercem sobre a moralidade de um povo (1845); pesquisar e expor comparativamente as condições de moralidade das classes operárias e das populações destinadas à indústria manufatureira (1846).

A Academia de Ciências Morais e Políticas fazia pesquisadores de “sociologia” não apenas entre os mais reconhecidos acadêmicos, mas também recrutava seus representantes mais modestos entre os vencedores dos prêmios. Com destaque para alguns personagens ligados à educação. O mundo docente, afirma Savoye (op. cit., p. 125),

constitui uma parte notável de sua base social, o meio de onde ela tira pesquisadores e também o meio onde ela encontra um auditório. Esse fenômeno confirma a ligação estreita entre a sociologia iniciante e a educação, tanto por seus objetivos (a escola, a família) como por sua intenção educativa (instruir dos vícios e dos erros) e a origem profissional dos primeiros sociólogos.

Desse modo, a Academia de Ciências Morais e Políticas contribuiu para o desenvolvimento da sociologia tanto por meio de seu programa interno de pesquisa como pelos concursos. O programa interno era confiado a alguns acadêmicos escolhidos a cada ano, e a pesquisa tomava a forma de missão econômica e social. Encerradas as pesquisas, os acadêmicos redigiam um relatório que era apresentado à Academia e em seguida publicado. O trabalho confiado a Villermé, por exemplo, deveria “constatar tão exatamente quanto possível o estado físico e moral das classes operárias”. Ele decidiu estudar os operários da indústria têxtil, o que resultou no “Tableau de l’état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie” (1840). “Dito de outro modo, com a missão econômica e seus diferentes objetos, a Academia não somente construiu o campo de estudo da sociologia, mas, ainda mais, ela a dotou de um método oficial: o estudo *in situ* de realidades sociais” (Savoye, op. cit., p.126). Villermé fez interagir o trabalho, o modo de vida, o estado moral e o estado físico dos operários. Ademais, acrescentou em suas observações sobre a condição operária reflexões sobre os meios de melhorá-la. Mas, diferentemente de boa parte de economistas sociais da época, ele emitiu conclusões pessimistas, que permitiam duvidar da possibilidade de solução para o problema da miséria.

Nos últimos anos da Monarquia de Julho a Academia perdeu grande parte de seu caráter científico por se colocar a serviço do poder político. No final da Monarquia de Julho, Guizot, em suas *Mémoires*, lamentou que a Academia tivesse se engajado tão ativamente:

É em tempos regulares que as corporações científicas exercem em proveito da boa ordem intelectual uma influência salutar (...). Não é dado à ciência reprimir a anarquia das almas, nem restabelecer o bom senso e a virtude às massas desorientadas ... (apud Savoye, op. cit., p. 141).

Assim, a ação em favor da sociologia que ali ocorreu encontrou um limite ideológico:

No espírito dos acadêmicos, a nova ciência não devia questionar os princípios da sociedade liberal, mas ao contrário, demonstrar sua superioridade. Por detrás dos trabalhos patrocinados pela Academia se projetava a defesa de uma ordem social. Esse engajamento aparece no grande dia, em julho de 1848, quando a Academia se alinha abertamente ao lado do poder executivo na luta contra as teorias socialistas (Savoye, op. cit., p. 118).

Para Rigaudias-Weiss (1936), a Academia de Ciências Morais e Políticas tornou-se uma instituição conservadora que defendia o Estado contra as primeiras reivindicações econômicas e sociais operárias. Segundo Savoye, a Academia comprometeu sua autoridade científica, que logo iria partilhar com instituições concorrentes, como a Sociedade internacional de estudos práticos de economia social, criada em 1856, pela iniciativa de Le Play.

1. A contribuição da medicina

Bernard-Pierre Lécuyer (1986) defende a idéia de uma ausência de relações, na primeira metade do século XIX, entre os estudos históricos que se renovavam e as primeiras enquetes médico-sociais sobre as classes pobres.

Em 1834, Guizot atribuiu à Academia de Ciências Morais e Políticas um orçamento destinado às pesquisas de economia política e de estatística cujo objetivo era “constatar, tão exatamente quanto possível, o estado físico e moral das classes operárias”, das quais foram encarregados Benoiston de Châteuneuf e Villermé. Segundo Lécuyer (op. cit., p. 24), as enquetes médico-sociais eram percebidas pelos historiadores como sendo de competência dos médicos, estatísticos e de economistas. Para ele, entre os historiadores, somente Mignet, o secretário perpétuo da Academia de Ciências Morais e Políticas, tomou parte nesses debates junto aos economistas como Blanqui, Passy e Dunoyer. O segundo foi Michelet, que dedicou uma obra ao conjunto da situação social na França, *Le Peuple* (1846). Ele teria sido então o único historiador a utilizar e a seguir os trabalhos de pesquisadores sociais, em particular os de E. Buret¹³⁴ e de R. Villermé¹³⁵.

Lecuyer sustenta que a maioria dos historiadores teria se mantido alheia às questões abordadas por essas pesquisas, pois interessava-se mais por conhecer os limites e consequências da Revolução Francesa. Para pensar sobre isso, os dados coletados pelos pesquisadores sociais eram de pouca utilidade. As enquetes sociais em questão eram mais ou menos contemporâneas dos estudos históricos e intimamente ligadas à reforma dos estudos médicos e ao desenvolvimento da higiene. Sendo assim,

¹³⁴ *De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France.*

a publicação de quatro volumes das *Recherches statistiques* de 1821 à 1829 suscitou um vivo interesse dos estatísticos, mas parece ter deixado os historiadores indiferentes (...). É na esfera de obediência saint-simoniana que os trabalhos de Villermé sobre a riqueza e a mortalidade em Paris encontra um eco: Buchez os menciona em 1825 em seu *Précis élémentaire d'hygiène* publicado com Trélat, e opera no *Producteur* o ano seguinte uma aproximação significativa entre a “polícia médica”, os trabalhos de Villermé, a “classe de assalariados” e o Nouveau Christianisme (Lécuyer, 1986, p. 23).

O Instituto Histórico de Paris, no entanto, por meio de seus membros, professores, historiadores, arquivistas, juristas e, particularmente, dos médicos, e em casos especiais, de ex-saint-simonianos, como Ph. Buchez, manteve-se atento a essas pesquisas e às questões por elas levantadas.

Para além das divergências e concordâncias entre adeptos de diferentes doutrinas médico-filosóficas, a história médico-intelectual do século XIX tem algo a nos revelar sobre preocupações que constituíram a base da ciência social na primeira metade do século. Nota-se, de um modo geral, por parte desse “corpo médico”, uma certa disposição para atuar em cargos de áreas administrativa e social. No seu conjunto, ele foi influenciado pelas grandes opiniões políticas e religiosas que dividiram a época, “desde a fidelidade legitimista até a utopia socialista” (Léonard, 1981, p. 201). O saint-simonismo seduzia muitos jovens médicos, por volta de 1830, “na medida em que exalta as ciências e as técnicas, a indústria e a higiene, e essa tendência se prolonga pelo positivismo e o ideal de uma sociedade governada pelos ‘talentos’ e transformada pelos progressos materiais” (idem, 1977, p. 229). Buscando compreender e esclarecer a luta do homem contra a enfermidade e a promoção da saúde, a medicina deparou-se com fatos sociais que deveriam ser compreendidos à luz de concepções políticas, religiosas e filosóficas. Durante a primeira metade do século XIX, iniciou-se ao mesmo tempo o processo de constituição das ciências sociais e da medicina social, e uma forte interação entre essas duas áreas. Tornou-se corrente a noção de que a medicina devia ser uma das bases científicas da organização social.

A Sociedade de Medicina, criada em 1776, foi fundamental para o estabelecimento de um novo campo de pesquisa: trata-se das pesquisas de tipo epidemiológico, com elas a atenção se voltava para a saúde e higiene pública. Esse fato favoreceu a institucionalização

¹³⁵ *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie.*

da higiene pública enquanto domínio separado da pesquisa, do ensino e da administração, sob a Revolução e sobretudo no início do século XIX. Conforme Leterrier (1995, p. 52),

o higienismo é uma primeira tentativa de fazer de especialistas os conselheiros do poder e os agentes da civilização, e de dar ao Estado o controle e o benefício do progresso social. Antes da criação da Academia de ciências morais e políticas, o higienismo é em certo sentido uma primeira instituição da ciência social.

De acordo com Johan Heilbron (2006, p. 199), “as ciências médicas atravessaram entre 1776 e 1814 um período de mutações fundamentais, elas conquistam uma parte crescente do mercado de publicações científicas”.

A criação da Academia real de medicina, em 1820, reforçaria a autoridade dos médicos na Nação e junto ao Estado. Gesto político, ela reuniu os sobreviventes da Sociedade real de medicina, da Academia de cirurgia e do Collège de Pharmacie, e membros de três grandes sociedades de origem republicana – Sociedade de medicina de Paris, Sociedade médica de emulação e Sociedade da Faculdade de medicina.

Amálgama feliz, ela deveria responder ao governo sobre ‘tudo o que interessa a saúde pública’; as epidemias, as endemias [...] a higiene pública e a medicina legal são de sua competência; ela estimula a atividade científica oferecendo prêmios anuais sobre grandes temas que ela determina; ela recebe ‘observações’ e memórias de todos os lugares [...] publica quarenta tomos de memórias in 4º, de 1828 a 1906 (Léonard, 1981, p. 191).

O papel das academias não era tanto fazer descobertas, mas reconhecê-las e, de certo modo, prevenir “o espírito de inovação para preservá-lo de seus desvios, impedi-lo de se enganar, e prevenir do destino de grandes abalos, as invasões bruscas de sistemas, que, freqüentemente, retardam o progresso regular” (Grisole *apud* Léonard, 1981, p. 192).

A participação de médicos em sociedades acadêmicas, de caráter científico ou literário, tornava-se cada vez mais comum na primeira metade do século XIX. Seus discursos e artigos, escritos para essas associações, expressam suas orientações: a idéia de que a medicina poderia embasar uma reorganização racional da sociedade, firmada na esperança cientificista, na tese do aperfeiçoamento do homem, na confiança no progresso material e social e na instrução do povo.

Sob a Monarquia de Julho, os médicos fizeram-se também historiadores; quer dizer, passaram a se dedicar intensamente aos estudos históricos, investigando todas as épocas e todas as regiões, grandes médicos do passado, epidemias e ausência de higiene em outras

épocas. Certos médicos, mais eruditos, dedicavam-se a trabalhos mais delicados, de arqueologia, de etnografia ou de demografia histórica. Jacques Léonard (1977, p. 239) afirma que a “raridade de historiadores profissionais, a frequência de meios eclesiásticos ou aristocráticos, o hábito das ‘topografias médicas’ explicam mais ou menos, o interesse de certos médicos pelas escavações, arquivos, toponímia, os folclores, os costumes e provérbios”. Nas diversas instituições em que participavam, os objetivos das pesquisas desses “médicos-historiadores” se relacionavam com interesses próprios das ciências sociais.

Conforme Marcel Fosseyeux (1923)¹³⁶, os médicos membros do IHP tomaram parte importante nos estudos da história da medicina na primeira metade do século XIX, além de terem, eles próprios, integrado a história da medicina desse período.

De modo geral, a terceira classe, de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas, concentrou um grande número de médicos, cuja contribuição não pode ser ignorada. Ainda que a maioria tenha sido pouco assídua, já que pertencia a outras sociedades¹³⁷, os mais variados temas da medicina eram abordados, e as mais diversas doutrinas estiveram ali representadas. Ao lado de membros ilustres e de intelectuais menores, os médicos que participaram dessa classe exprimiram, de certa forma, muitas preocupações, às vezes polêmicas e controversas, que permeavam o trabalho intelectual no domínio da medicina. Entre eles destacaram-se: Arnal, Colombat de l’Isère, Teallier; Ledain; Leblanc de Varennes; Leymerie; Larcher; Du Commun; Fabré Palaprat; Junod; Sarlandière; Beunaiche de la Corbière; Blandin, P. F.; Bonnet; Casimir Broussais; Caffé, vice-presidente da terceira classe em 1846; Carron du Villards; Nicot; Josat; Cerise; Buchez; Pinel (sobrinho); Favrot, farmacêutico, redator da *France médicale*; Sandras,

¹³⁶ *L’Institut Historique e l’histoire de la médecine 1834-1846*. Comunicação feita no quarto Congresso internacional de história da Medicina, Bruxelas, abril, 1923.

¹³⁷ Caffé – antigo presidente da Sociedade médica de emulação, antigo chefe da clínica do Hôtel-Dieu de Paris, presidente da Sociedade médica do 1º arrondissement de Paris, membro da sociedade anatômica, etc.; Bouillaud, Victor Bally, Isidore Bricheteau, François, Gerbois, todos membros da Academia de medicina; Julia de Fontenelle, professor de química médica; Jobert de Lamballe, agregado na Faculdade de medicina; Philippe Ricord, cirurgião do Hospital do Midi, professor de medicina operatória; Sandras, agregado da Faculdade de medicina e professor de medicina prática; Pierre-Salomon Ségalas, agregado da faculdade de medicina e também membro da Academia de medicina; L. J. Sanson, agregado na Faculdade de medicina e cirurgião do Hôtel-Dieu; Piorry Pierre-Adolphe, agregado na Faculdade de Medicina; Lignerolles, E. A. L. de, professor de anatomia; Cruveilhier, professor na Faculdade de medicina, J. B. Caventou, membro da Academia de medicina e professor na Escola real de farmácia. (Estes médicos aparecem como membros na lista de 31 de dezembro de 1834).

agregado da Faculdade de Medicina e professor de medicina prática, secretário da quarta classe do Instituto em 1835; entre outros. Os temas tratados por eles eram variados e revelam a diversidade ideológica abrigada no IHP¹³⁸. Cerise tratou do “cretinismo na Suíça”; Arnal estudou os fenômenos da história dos animais; Lemayrie começou a história das epidemias; o Dr. A. Grenet enviou, em 1842, uma memória concernente à influência do tabaco sobre o homem; o Dr. Pigeon, secretário perpétuo da Academia real de Dijon, enviou, em 1837, seu *Esquisse des progrès réels de la médecine depuis 1800*; o Dr. Corbière tratou, em 1840, do frio, “meio curativo e higiênico”. O Dr. Josat defendeu a idéia de se cultivar chá na França. Jules Antoine Josat trabalhou como professor de filosofia antes de se tornar médico em 1840, atuou com zelo na função de médico em estabelecimentos de caridade, e professou durante muito tempo a higiene no Instituto Histórico, tendo oferecido um Curso público e gratuito de “Higiene” no ano de 1846. No IHP, ocupou cargos oficiais, como o de vice-presidente adjunto da terceira classe em 1840, 1844 e 1846. Josat publicou, em 1848, *De l’Influence des Travaux de l’esprit sur la santé*.

A Academia de Medicina contava com vários representantes nessa classe: Victor Bally, J. Bouillaud; Isidore Bricheteau; J.-B. Caventou; François; Guerbois; J.-B. Mège; Ch. Prosp. Olivier d’Angers; Pierre Salomon Ségalas, entre outros. Destes, certamente, quem de fato atuou no Instituto foi Jean-Baptiste Mège. Ele formou-se em medicina pela Faculdade de Paris, era membro da Academia real de medicina e de várias outras sociedades nacionais e estrangeiras; nasceu em St. Amand Talende, perto de Clermont-Ferrand (Puy-de-Dôme), em 10 de junho de 1787. O Dr. Mège escreveu, entre outras obras, *Alliance d’Hygie et de la beauté, ou l’Art d’embellir d’après les principes de la physiologie*, publicado em 1820 (in-12). No IHP, estudou as causas que atrasaram os estudos médicos. Mège trabalhou com devoção durante as Jornadas de Julho de 1830 e durante a epidemia de cólera de 1832. Ele foi um dos três membros do comitê de redação do *Journal phrénologique*, publicado a cada três meses.

Anne Marie Casimir Broussais, filho de François Broussais¹³⁹, médico chefe do hospital militar Val de Grâce, foi o médico mais assíduo nas sessões do Instituto Histórico. Iniciou sua carreira com um curso de patologia em Strasbourg, em 1826, e continuou esse

¹³⁸ Sobre as questões propostas e debatidas nos Congressos cf. Anexo.

¹³⁹ François Joseph Victor Broussais, admirado por Auguste Comte, foi o médico de Saint-Simon, Benjamin Constant, Casimir Perrier, Émile de Girardin.

ensino em Paris, o que explica o título de membro da Sociedade de ciências, membro da Sociedade de ciências naturais de Liège, da Sociedade de Medicina de Louvain e da Sociedade Frenológica. Publicou, em 1829, um *Atlas historique et bibliographique de la médecine* composto de quadros sobre a história da anatomia, da fisiologia, da higiene, da medicina, da cirurgia e da obstetrícia. Também escreveu *Hygiène morale, ou Application de la physiologie à la morale et à l'éducation*, Paris, 1837.

Aubin Gauthier enviou ao IHP sua *Introduction au magnétisme* (1840), que o Dr. Cerise considerou um monte de idéias incoerentes, absurdas; além do estilo, pesado, obscuro e pretensioso. O magnetismo havia sido condenado pela Academia de Medicina em 1786, mas ainda encontrava adeptos na década de 1830. No IHP, as discussões sobre esse assunto se tornaram intermináveis a ponto de um de seus membros suplicar à classe para não mais se ocupar desse tema, já que “não valia a pena”.

A terceira classe contava ainda como membro o médico Gabriel Andral (morto em 1876). Amigo de Victor Cousin e adepto de suas idéias, ele representava o ecletismo médico no Instituto. Em seu *Cours d'histoire de la médecine* (lições reunidas pelo Dr. Tardivel na *Union médicale* em 1853), Andral “opunha ao absolutismo de cada sistema as verdades recolhidas pela tradição, fazendo assim obra de reconciliação muito mais do que de verdadeira conciliação” (apud Fosseyeux, op. cit., p. 3). Outro médico conhecido à época, que defendia a bandeira do ecletismo, Jules Guérin, diretor da Gazeta médica de Paris, empregou em várias ocasiões como sinônimo de seu ecletismo a fórmula “medicina experimental”. Conforme Jacques Léonard (1992, p. 224), “Gabriel Andral e Jules Gavarret (morto em 1890) estão na origem de nossa hematologia”.

2. Medicina e observação social

Estudar os precursores franceses da sociologia “empírica” implica considerar o papel decisivo desempenhado pelos médicos e, particularmente, médicos higienistas. A higiene pública desempenhou o importante papel de vetor da pesquisa social e estatística no período estudado. Ela era estimulada pela prática das “constituições médicas”, que eram as relações que os médicos higienistas tentavam estabelecer entre as doenças e as influências ambientais, climáticas, geográficas e sociais, de onde surgiu a prática das “topografias

médico-higienistas”, estimadas pelos médicos de Montpellier. Porém, o higienismo da primeira metade do século XIX foi muito além dessas práticas. Motivados pela “ideologia do progresso”, os médicos higienistas passaram a empregar o método numérico em suas observações para medir o impacto de condições do meio-ambiente, favoráveis ou não, sobre a morbidade ou o estado de saúde; além disso, progressivamente, os fatores do meio ambiente natural, admitidos como predominantes pelos adeptos do neo-hipocratismo ortodoxo, foram deixados de lado, e os fatores passaram a ser definidos cada vez mais como técnicos e sociais; ou seja, aqueles causados pelo homem e pelo progresso do industrialismo, pelas desigualdades de condições de vida, além da precariedade do nível de vida operário. Observa-se aí a junção de universos conceituais distintos e decisivos para que a medicina, ligada à higiene pública, se tornasse um vetor de desenvolvimento da pesquisa social e estatística: a higiene, as estatísticas e o estudo sistemático do mundo social e de sua evolução.

O movimento higienista que se desenvolveu a partir do final do século XVIII apresentou novidades consideráveis. Em época de revolução industrial, influenciados por uma visão laica de valorização da vida, alguns governantes perceberam que o estado de saúde das populações devia ser um objetivo prioritário para reduzir a mortalidade, sobretudo a infantil. A necessidade da organização internacional da higiene pública apresentou-se quando os países europeus se depararam com a necessidade de evitar a propagação das enfermidades infectocontagiosas de caráter epidêmico. A primeira conferência sanitária internacional ocorreu em Paris, em 1851. De acordo com Piñero (2005, p. 191) “a conversão da higiene pública em uma disciplina com sólidos fundamentos científicos se iniciou, durante o século XIX, com a institucionalização da estatística demográfico-sanitária”.

Nesse sentido, a obra de Quételet foi fundamental para a difusão do cálculo de probabilidades entre os médicos, e sua aplicação na estatística demográfico-sanitária. Estabelecendo-se aí uma profícua relação entre ciência social e medicina social. Um exemplo dessa relação é a mútua influência científica e a amizade pessoal do belga Adolphe Quételet com o francês René Villermé¹⁴⁰, “um dos fundadores da moderna medicina social”

¹⁴⁰ Villermé nasceu em Paris, em 1872, começou sua carreira científica no domínio da medicina. Em 1823, foi eleito membro da Academia de Medicina, tornou-se célebre por suas pesquisas sobre as prisões. A primeira delas foi publicada em 1820: *Des prisons telles qu'elles sont et telles qu'elles devraient être par*

(idem, op. cit. p. 194). Os dados estatísticos levantados por Villermé contribuíram para a elaboração da obra de Quételet, na qual formulou, inicialmente em 1835, e de modo mais completo em seu conhecido livro *Du système social* (1848), o conceito de “homem médio”, considerado de grande importância para o desenvolvimento das ciências sociais. Do mesmo modo, Villermé aplicou uma argumentação baseada na estatística de Quételet e na nascente ciência econômica em suas investigações sobre o estado higiênico das prisões (1820), a distribuição da mortalidade por classes sociais (1828), a situação sanitária dos operários do setor têxtil (1840), entre outras questões médico-sociais. Piñero (op. cit., p. 194) afirma que,

Villermé demonstrou a desigualdade econômica diante da enfermidade e da morte, converteu as cifras da mortalidade e natalidade em indicadores de nível de vida e, sobretudo, analisou o mecanismo de atuação das causas sociais das enfermidades. Desmentiu, por exemplo, que a insalubridade dos locais em que trabalhava o operariado industrial bastava para explicar ‘enfermidades que são principalmente produzidas pelo trabalho excessivo, a falta de descanso e assistência, a comida inadequada, embreaguez e vício; noutras palavras, salários abaixo das necessidades reais’.

Rigaudias-Weiss (1936) avalia que a Academia de Ciências Morais e Políticas, enquanto instituição promotora de pesquisas sociais entre os anos de 1830 e 1848, caracterizou-se como uma instituição conservadora, que defendia o Estado, a Monarquia de Julho. Foi ela que encarregou o médico Villermé de uma pesquisa cujo objetivo era “constatar, tão exatamente quanto possível, o estado físico e moral das classes operárias”. Essa pesquisa, publicada em 1840, influenciou todas as pesquisas posteriores sobre o mesmo tema, e foi responsável por modificações nas condições de trabalho. Embora o seu objetivo fosse demonstrar a miséria das classes operárias, a pesquisa de Villermé teria servido à justificação das condições sociais, visto que destacava a boa vontade dos governantes para com as classes trabalhadoras. Sendo assim, a pesquisa de Villermé estaria inserida numa perspectiva conservadora, preocupada mais com a estabilização das instituições sociais vigentes.

rapport à l'hygiène, à la morale et à l'économie. Pediu ao governo que fizesse reformas de higiene e de ‘humanidade’ para as prisões. Ele foi inovador em outro domínio: foi o primeiro a tentar aplicar às questões de higiene documentos da estatística. Em 1832, Villermé vinculou-se às classes de economia política e de moral da Academia de Ciências e Políticas da qual tornou-se o primeiro delegado de estudos sobre as condições sociais dos operários industriais.

B.-P. Lécuyer (1977), por sua vez, ressalta o papel precursor da sociologia “empírica” desempenhado por Villermé. E considera que, apesar dele ter se enganado sob diversos pontos, o fato dele ter se dedicado a provar a relação inversa entre riqueza e a mortalidade em seus trabalhos publicados entre 1825 e 1839 não pode ser banalizado. “Não é mais a natureza que fabrica a desigualdade diante da morte. E se Rigaudias-Weiss pode de boa fé acusar Villermé de conservantismo, é porque ela não teve conhecimento desses textos então bem subversivos” (op. cit, p. 227).

Segundo Jacques Léonard, a Sociedade dos Observadores do homem já sonhava com uma topografia antropológica, com uma história natural do homem. No século XVIII, o grupo de “ideólogos”, que dominaram as ciências humanas e a filosofia até o início do Império interessaram-se fortemente pelas ciências da vida, e nele as disciplinas médicas ganharam um destaque significativo. “Volney era geógrafo, Garat advogado, Cabanis médico. Mas seu objetivo comum era o desenvolvimento de uma ciência humana e social integral” (Heilbron, op. cit., p. 245). Os ideólogos defendiam uma ciência social apoiada na fisiologia. Embora do ponto de vista médico-técnico, os trabalhos de Cabanis não fossem originais, ele foi um dos médicos mais eminentes do período revolucionário, e o representante de uma ciência social apoiada sobre a fisiologia. Em sua obra *Rapports du physique et du moral dans l’homme*, de 1802, Cabanis afirmou a necessidade de substituir noções não científicas relativas à “alma” pela fisiologia.

Os meios médicos seguiam com interesse os trabalhos de Cabanis e um bom número de médicos acolheu favoravelmente a idéia de uma análise dos fenômenos cognitivos e morais em uma perspectiva fisiológica. Pesquisas mais sistemáticas nesse sentido foram realizadas pela Sociedade dos observadores do homem (1799-1805). Essa sociedade, frequentada predominantemente por médicos e naturalistas, relacionava-se com os ideólogos e se propunha a “observar os aspectos físicos, intelectuais e morais do homem” (idem, p. 252). Além de organizar conferências e concursos, sob seu incentivo, médicos começaram a elaborar uma topografia médica da França:

Para cada região, seriam reunidos materiais relativos aos caracteres físicos e morais dos habitantes. Sobre essa base, seria possível estabelecer com exatidão qual era o papel do clima. Mas a atenção não se limitava ao homem francês. Em 1800 foi preparada uma expedição para a Austrália (idem, op. cit. p. 254).

Para tal missão, os médicos receberam instruções de Cuvier, sobre a anatomia comparada das raças, e de Dégerando, sobre a observação dos costumes das populações indígenas. Tratava-se de desenvolver uma ciência do homem que esclarecesse as interações entre os processos fisiológicos e mentais. Médicos militares e coloniais estudavam características anatômicas dos recrutas, médicos coloniais dissertavam sobre o clima, as misturas étnicas e sobre os grupos isolados, contavam, classificavam, mediam e comparavam, construindo assim, segundo Jacques Léonard (op. cit., 225) “uma primeira etnografia sob cor de geografia médica”.

3. Da higiene à pesquisa social

É interessante notar os processos ao mesmo tempo intelectuais e sociais que criaram a pesquisa social de observação no meio estatístico e no meio médico. Michelle Perrot (1977, p. 125) observa que o fervor pela ciência positiva fez do século XIX o século em que o estatístico tornou-se, juntamente com o médico, “o grande expert social, capaz de medir todas as coisas”.

Lécuyer (1977) considera que quando se estuda historicamente ou sociologicamente uma ciência, pode-se com sucesso, empreender a pesquisa investigando os movimentos de pensamento que se exprimem nas instituições científicas, tais como sociedades científicas, institutos ou academias e nas publicações, obras e revistas mais ou menos especializadas com seus relatórios críticos e suas polêmicas. “Essas instituições e publicações canalizam e regularizam uma atividade científica, e em contrapartida os movimentos de pensamento lhe conferem permanência e coesão” (Lécuyer, op. cit., p. 448). Essa constatação de Lécuyer também se configura como sua opção metodológica para estudar a história da estatística. De 1820 a 1850, a história da estatística comportou um significativo desenvolvimento teórico e matemático, sob a influência decisiva de Laplace, Quételet e Poisson. Mas Lécuyer prefere abordar essa história por meio de um grupo “obscuro” de médicos e observadores sociais que iniciaram suas pesquisas por volta de 1815, intensificadas por volta de 1820, para culminar de 1829 a 1853, na publicação da primeira série dos *Annales d'hygiène publique et de médecine légale*. Desconhecidos ou mal conhecidos, afirma o autor (op. cit. p. 445),

os redatores e autores dos *Annales d'hygiène* desempenharam seu papel na “conquista do número”.

No trabalho “Médecins et observateurs sociaux: les annales d'hygiène publique et de médecine legale (1820-1830)”, Lécuyer expõe como se operou a interessante fusão de universos conceituais distintos: a higiene, as estatísticas, e o estudo sistemático do mundo social e de sua evolução; evidenciando a curiosa e profícua relação, portadora de muitos significados, entre a medicina e a estatística. Sobre a aplicação do método numérico à higiene e à “geografia médica”, e sua relação com as ciências sociais, Jacques Léonard (1992, pp. 224 e 225) esclarece que

As estatísticas, aplicadas às condições de existência das populações, associadas ao olhar clínico, à enquete oral, ao interesse político, alimentam a higiene pública prepasteuriana, fundam a antropologia, sobre as duas espécies sociológica e étnica, e a “mesologia” – que anuncia nossa ecologia. A higiene pública, ou medicina das massas ou “medicina política, se apóia sobre uma matematização da sociologia empírica.

Os médicos como Parent-Duchâtelet, Villermé, Michel Lévy, acabaram introduzindo um tipo de moral social.

A partir de 1815 as instituições científicas destinadas às pesquisas sociais e às estatísticas se multiplicaram. O período que se estendeu de 1830 a 1850 é considerado como a “era do entusiasmo estatístico”, mas, no caso da França, essa expressão pode se aplicar desde os anos 1820 ou antes (Lecuyer, op. cit. p. 448). Em 1829, a fundação dos *Annales d'Hygiène et de Médecine Légale* conferiu à estatística e à pesquisa social uma tribuna preciosa. Os volumes publicados na primeira série 1829-1853 mostram que as memórias aceitas destinavam grande espaço às enquetes e às estatísticas sociais. Esse movimento foi precedido de outras iniciativas observadas nas seguintes publicações: 1819, *Comptes présentés au Roi sur le recrutement de l'armée*; em 1821, publicação do primeiro volume da *Recherches statistiques sur Paris et du département de la Seine* do préfet Chabrol, no qual se encontram os primeiros trabalhos de Benoiston de Châteneuf e de Villermé; e em 1827, a publicação do *Compte général de l'administration de la justice criminelle*.

A Monarquia de Julho ampliou a prática e a publicação de pesquisas estatísticas. O restabelecimento, em 1832, da antiga segunda classe do Instituto, suprimida em 1803 por Bonaparte, que se tornou a Academia de Ciências Morais e Políticas, dotada de uma seção

de “Economia política e estatística” e encarregada por Guizot de uma missão de *expertise* governamental muito precisa, desempenhou neste aspecto um papel singular. As publicações da Academia de Ciências Morais e Políticas e os volumes da *Statistique générale de la France*¹⁴¹ são parte fundamental do movimento das idéias, do estabelecimento e desenvolvimento da estatística. Contudo, os *Annales d'Hygiène* são o coroamento quase oficial de uma corrente de pensamento em favor da higiene pública, que teve início no século XVIII¹⁴².

O que importa, de fato, é compreender como a higiene pública pôde desempenhar nessa época o papel de “vetor” da pesquisa social e estatística. No plano teórico, os higienistas deram passos decisivos:

de um lado a aplicação do método numérico para medir tão precisamente quanto fosse possível o impacto de condições do meio ambiente favoráveis ou desfavoráveis, sobre a morbilidade ou o estado de saúde; por outro lado, o repúdio progressivo de fatores de ambientes naturais, admitidos como predominantes pelos defensores do neo-hipocratismo ortodoxo em proveito de fatores definidos cada vez mais em termos técnicos (causados pelo homem e pelos progressos da indústria) e abertamente sociais (desigualdade de condições de vida, insuficiência fisiológica do nível de vida operária) (Lécuyer, op. cit., p. 451).

Dois colaboradores dos *Annales d'hygiène*, antigos cirurgiões do exército e adeptos da estatística e das enquetes, Benoiston de Châteauneuf e Villermé, foram eleitos à Academia de Ciências Morais e Políticas, o primeiro como acadêmico livre, o segundo na seção de economia política e estatística. Benoiston de Châteauneuf já havia publicado um trabalho sobre o consumo privado e industrial na cidade de Paris, e outro sobre a riqueza e a mortalidade nessa mesma cidade. A trajetória de Villermé é emblemática. “Ele passa progressivamente das análises clássicas da mortalidade ao estudo muito mais da mortalidade segundo o nível de renda” (ibidem). Os estudos de Villermé, realizados em 1828, sobre a renda e a taxa de mortalidade em 27 departamentos, e taxas de mortalidade

¹⁴¹ O *Bureau de statistique* suprimido em 1811 foi restabelecido no mesmo ano e ganhou o nome de *Bureau de statistique générale de France*

¹⁴² Segundo Lécuyer (op. cit. pp 449 e 450), apareceu inicialmente nos trabalhos de “estatística médica” de Lépecq de la Clôture por volta dos anos 1750 (publicados por volta de 1780). Em 1784, Fourcroy suscitou na Escola de medicina de Paris a criação de uma cadeira regular de higiene confiada à Hallé. Fodéré, autor em 1799 de uma obra intitulada *Les lois éclairées par les sciences physiques*, ou *Traité de médecine légale et d'hygiène publique*, foi titular em 1813 da cadeira de medicina legal e de doenças epidêmicas em Strasbourg, e tratou de higiene nos 4 volumes de suas *Leçons sur les épidémies et l'hygiène publique* (1822-1824), mostrando, em 1825, a sua dimensão política e social no *Essai historique et social sur la pauvreté des nations*.

nos *arrondissements* de Paris de 1822 a 1826 para a pesquisa de 1830, são considerados os mais importantes de uma série de artigos, publicados de 1823 a 1830, sobre a estatística da população realizada sob a ordem de Chabrol. Nesses artigos, Villermé mostrou que o que explicava melhor a mortalidade era muito mais sua relação com o nível de renda.

Os autores dos *Annales* mantinham uma forte ligação com instituições como escolas de medicina, administração hospitalar e administração penitenciária, assim como sociedades científicas. As posições profissionais mais frequentes entre os 46 colaboradores eram as de membros da administração hospitalar, preventiva (conselhos departamentais de higiene) ou penitenciária. Essas eram as posições ideais para o desenvolvimento da higiene e da pesquisa social, pois possibilitavam o acesso aos dados estatísticos de hospitais e de prisões.

Em uma época em que o ensino superior na França desempenhava um prestígio limitado, “o pertencimento a um conselho de higiene¹⁴³, a uma sociedade científica como a Academia de medicina ou à Academia de Ciência Morais e Políticas ou ainda à administração hospitalar ou penitenciária, conferia tanta notoriedade, senão mais, que a posse de uma cadeira” (idem, p. 454). As pesquisas preventivas, estatísticas e de higiene pública se desenvolveram mais nas administrações hospitalares e penitenciárias, junto a tribunais e nos Conselhos de higiene, mas também na Universidade.

As pesquisas estatísticas desenvolvidas na França a partir da década de 1820 e as estatísticas sociais publicadas pelos *Annales* têm um traço em comum: a preocupação com a questão moral. As contagens que resultaram dessa nova prática revelaram uma nova forma de encarar determinados fenômenos, tais como a prostituição, o alcoolismo, o crime, etc., os quais passaram a ter novo sentido e relevância para a sociedade. “As mudanças sociais transformaram determinados comportamentos e ações em objeto de contagem, classificação e controle” (Miskolci, 2005, p. 12). Ao mesmo tempo observa-se a incorporação de novos temas de pesquisa: as prisões, os asilos de alienados, os hospícios e a população de indigentes, os hospitais, as doenças profissionais dos operários e a higiene dos ateliers. A

¹⁴³ O mais antigo conselho de salubridade, o de Paris e do departamento do Sena, foi criado em 1802. Em 1832, Victor de Moléon se dirigiu aos membros de todos os conselhos gerais para recomendar a extensão de conselhos de salubridade a todos os departamentos. Os trabalhos desses diferentes conselhos e o de Paris, departamento do Sena, ocuparam um lugar importante nos *Annales d'hygiene*: 4 membros em 8 do comitê de redação pertencem ao conselho de Salubridade do Sena.

miséria e a pobreza crescentes na Monarquia de Julho passaram a ser tratadas como problemas de saúde pública.

A citação a seguir, trecho do primeiro volume dos *Annales*, revela as ambições da medicina. Conforme Lécuyer, “os autores têm em comum uma ideologia precisa que se exprime com a força de um verdadeiro manifesto, que poderíamos chamar de *Manifesto do Partido Higienista*”:

A medicina não tem somente por objetivo estudar e curar doenças, ela tem relações íntimas com a organização social ; às vezes ela ajuda o legislador na confecção das leis, frequentemente ela esclarece o magistrado em suas aplicações e ela sempre vela, com a administração, pela manutenção da saúde pública.

Se essa afirmação declara a vocação para a pesquisa social e para o exercício do poder, a citação que segue “pode ser qualificada sem excesso de predurkheimiana” (Lécuyer, op. cit., p. 219).

A higiene pública, que é a arte de conservar a saúde aos homens reunidos em sociedade é conclamada a receber um grande desenvolvimento (...) mas ela tem diante de si ainda um outro futuro na ordem moral. (...) Ela deve esclarecer o moralista e concorrer à nobre tarefa de diminuir o número de enfermidades sociais. Os erros e os crimes são doenças da sociedade que é preciso trabalhar para curar, ou pelo menos, para diminuir; e os meios curativos jamais serão mais poderosos do que quando a fisiologia e a higiene emprestarem suas luzes à ciência do governo (Lécuyer, op. cit., p. 455).

Observa-se aí a noção de que o higienismo era depositário de uma pretensa superioridade no campo da medicina, e que ele deveria promover a organização social e a expansão da civilização.

A relação do higienismo com as pesquisas estatísticas e, por conseguinte, com as ciências sociais foi destacada por Alain Corbin (Duchâtelet, 1981), na apresentação do texto de Alexandre Parent-Duchâtelet, *La Prostitution a Paris au XIXe. siècle*. Corbin afirma que Parent-Duchâtelet é o “mais puro representante da sociologia chamada empírica” (1981, p. 25), sua obra insere-se em um período caracterizado por preocupações filantrópicas, o avanço da estatística moral e a ascensão da higiene pública. Segundo Corbin, foi sob a iniciativa de Parent-Duchâtelet e alguns amigos, que em 1829, os *Anais de higiene pública e de medicina legal* começaram a ser publicados, e se tornaram os “principais adeptos da sociologia empírica”. Conforme Corbin,

Se Parent-Duchâtelet trocou a medicina pela higiene pública foi porque, como escreve Michel Lévy, esta última tem por fundamento a estatística médica, pois ela tem ‘necessidade de fatos gerais, de cifras autênticas, de dados positivos’. O autor da prostituição na cidade de Paris espera submeter todas as suas observações à prova de cifras único modo de chegar à verdade. Essa prova, à seus olhos, deve respeitar alguns princípios simples que são os da estatística nascente (op. cit., p. 31).

Como se pode observar, a estatística fornecia os dados objetivos, “positivos”, indispensáveis ao conhecimento e à gestão dos problemas sociais e morais.

4. A contribuição da estatística criminal e moral

Se o grande avanço da estatística no início do século XIX revela, em parte, a trajetória da sociologia em seus primórdios, a estatística criminal teve implicações diretas e precisas sobre o projeto de constituição de uma ciência do homem. Aliás, de acordo com Michelle Perrot (1977, p. 134) a “ciência do homem” começou sendo uma “ciência do crime”, “ela nasceu da fascinação do crime, desordem em uma sociedade racional de produção”. Michelle Perrot considera as estatísticas criminais um “bom observatório do resto”, já que por esse viés se esboçou o projeto de uma “ciência do homem”. Conforme a autora, “o medo do crime gerou a sociologia” (idem, p. 125).

O *Compte générale de l'Administration de la Justice Criminelle*, publicado pela primeira vez em 1827, constituiu-se numa série administrativa contínua e homogênea e serviu de modelo a muitos países estrangeiros e de fundamento para a criminologia. O seu aparecimento foi saudado nos meios intelectuais e no âmbito político. Muitas revistas dedicaram-lhe relatórios, como o fez o IHP por meio de sua publicação. Ele serviu de base para a realização de uma “estatística moral”, como apontam os trabalhos de André-Michel Guerry e de Adolphe Quételet. Conforme Perrot, “em torno de uma criminologia balbuciante, afirmava-se a vontade de pesquisar nas ‘regularidades’ do crime ‘leis’ de um comportamentento humano que permitem estabelecer uma ‘ciência do homem’” (ibdem).

Ao lado das descrições locais, realizadas a partir do final do século XVII, pelo e para os órgãos administrativos, que faziam o recenseamento das populações e o levantamento de preços e das formas de subsistências, foram sendo implantadas práticas contábeis e estatísticas regulares, de caráter nacional, até que, no final do século XVIII, a

“vontade de cálculo” (Cuin e Gresle, 1994) se aplicasse também a questões sociais e “patológicas”. Os primeiros levantamentos sobre crimes e delitos foram realizados em 1670, mas o levantamento realizado por Montyon sobre as condenações por crimes e delitos na comarca de Paris tem sido reconhecido como uma primeira experiência da estatística criminal. Ele era conselheiro de Estado quando realizou levantamentos de 1775 a 1786, sobre o número de condenados na jurisdição de Paris. Para concretizar a pesquisa, dividiu a população segundo o sexo, a idade, a profissão, a natureza e o lugar do delito. Os seus resultados foram publicados nas *Observações sobre a Moralidade na França*, onde concluiu que a proliferação do crime estava ligada à expansão urbana. Por esse trabalho, Montyon é considerado “precursor da estatística moral de Quételet” (Desrosières, op. cit., p. 40). Perrot pondera que essa “primeira tentativa de estatística criminal nasce da ansiedade suscitada pelo espetáculo do desenvolvimento urbano” (op. cit, p. 126). Mas foi durante a Restauração que uma estatística regular se tornou realidade. Caracterizada como um período de inovação social, uma vida científica muito ativa se manifestou em todos os domínios. Primeiramente, a Restauração foi marcada por uma intensa vida relacional em torno de instituições como o Observatório Astronômico de Paris, frequentado por matemáticos renomados como Fourier, Laplace, Lacroix, Bouvard, Poisson, Cauchy, etc.; o Bureau des Longitudes, cujo Anuário publicava estatísticas de tipo variado, as academias e sociedades, como a Sociedade filomática. Nessas instituições reinava um verdadeiro espírito de interdisciplinaridade, matemáticos, juristas, economistas, médicos e tecnólogos comungavam seu fervor pela ciência positiva. Destacava-se também uma grande preocupação em aplicar os conhecimentos científicos à solução de problemas da vida social. É o que se observa, por exemplo, entre os autores dos *Annales d’Hygiène Publique et de Médecine Légale*, que buscavam definir uma utilidade prática para a medicina. Além destes, alguns matemáticos também se dedicaram a aplicar às ciências políticas e morais o método fundado sobre a observação e sobre o cálculo.

Segundo Perrot (op. cit., p. 130), foi nesse contexto que nasceu a “estatística moral”. O termo, que ficou conhecido na década de 1830, foi criado por André-Michel Guerry (1802-1866), jurista e advogado que se dedicou ao Ministério da Justiça após a revolução de 1830. Em julho de 1832, Guerry apresentou à Academia de Ciências seu *Essai sur la Statistique Morale de la France*, publicada em 1833, obra pela qual recebeu o prêmio de

estatística dessa Academia. Preocupado em enumerar e classificar as ações humanas que pudessem influenciar o estado do indivíduo isolado, ou o estado da sociedade a qual ele fizesse parte, Guerry defendeu a necessidade de introduzir tanto quanto possível no estudo das ciências morais o método severo das ciências físicas e naturais. Seu trabalho se apoiou nos resultados de seis anos de *Compte Général* e seu objetivo era definir comportamentos criminais regionais a partir da cifra de acusados. Para tanto, Guerry também se inspirou na antropologia e na etnologia criminal. Apesar de Guerry ser considerado o inventor da “estatística moral”, a obra de Quételet é considerada mais importante do ponto de vista metodológico e epistemológico, afinal, conforme Perrot (op. cit., p. 130), ele “é um dos pais fundadores das ‘ciências sociais’”.

De acordo com Lécuyer (1982, p. 6), no plano institucional a “estatística moral” interpretativa encontrou apoio na Academia Real de Medicina, fundada em 1821; nos *Annales d’hygiène publique et de médecine légale*, fundado entre outros por Villermé (1829); e na Academia de Ciências Morais e Políticas.

A Academia contava com a participação de especialistas da estatística francesa, como Guerry e d’Angeville, além de seus vários membros que, como Villermé, tinham um vasto conhecimento sobre os métodos elaborados no passado e por seus contemporâneos. Leterrier afirma que a Academia de Ciências Morais e Políticas, na França, participou como a Sociedade estatística inglesa, da elaboração empírica da estatística, e esclarece que o “recurso às estatísticas é mais que frequente na Academia de Ciências Morais e Políticas, ele é sistemático” (Leterrier, 1995, p. 226). Ali as cifras oficiais eram, de modo geral, consideradas um critério incontestável de verdade. “A estatística”, explica Berenger diante da Academia de ciências morais e políticas, “... é um tipo de ensinamento dos fatos. Ela não os interroga, ela os constata” (ibidem).

Sobre a ligação entre o governo liberal e o uso da estatística, Moreau de Jonnés comentou: “Sem dúvida a estatística não tem o poder de agir, mas ela tem o de revelar, e felizmente em nossos dias, é quase a mesma coisa. (...) Agora, a autoridade sabe tudo”¹⁴⁴. Ele afirmou que na França a estatística se desenvolveu como uma “ciência política associada ao governo de Estado” (apud Leterrier, op. cit., p. 227).

¹⁴⁴ Moreau de Jonnés, *Éléments de statistiques comprenant les principes généraux de cette science et un aperçu historique de ses progrès*, Paris : Guillaumin, 1847, in-12°, 362 p.

De acordo com Lécuyer (1982), a estatística administrativa geral na França é praticamente contemporânea da “Estatística moral”, cuja nomenclatura foi elaborada mais ou menos simultaneamente por Quételet e Guerry, embora Joseph Lottin (1969) afirme que a prioridade seja de Quételet. Nas palavras de Lécuyer,

O ponto essencial é que nasceram simultaneamente entre 1832 e 1836 dois modos de abordagem numérica do universo, um dando prioridade aos fatos físicos e eventualmente (mas só eventualmente) aos fatos intelectuais suscetíveis de serem utilizados como ajuda para a decisão, o outro fixando objetivos mais ambiciosos mas por isso mesmo menos certos e dando a prioridade à exploração dos fatos chamados morais, ou seja essencialmente de tudo o que escapa à percepção imediata e corrente própria dos objetos físicos (Lécuyer, op. cit., p.1).

Para o autor, parece que se enfatizou demasiadamente a convergência desses dois desenvolvimentos. Porém, não lhe soa menos verdadeiro que o universo indissociavelmente intelectual e social da estatística administrativa e da estatística moral foram também “conflituosos, distintos, antagônicos”. Alguns nomes importantes da estatística ocuparam por vezes os dois tipos de posição, é o caso de Quételet, em sua dupla responsabilidade de autor principal de trabalhos de estatística moral e de presidente da *Commission centrale de statistique belge* (1844) e do Congresso internacional de estatística (1853). Também é o caso do Dr. Adolphe Bertillon (1821-1883), além de seu filho Jacques (1851-1922), autor de vários trabalhos de estatística moral e responsável pelos trabalhos da estatística municipal da cidade de Paris. Segundo Lécuyer, as relações entre os estatísticos de vocação principalmente “administrativas”, como Alexandre Moreau de Jonnès (1778-1870) e os de vocação “científica”, como Louis-René Villermé (1782-1864), André Michel Guerry (1802-1866), Louis-Adolphe Bertillon e Quételet, nem sempre foram fáceis.

Em 1834, em um texto que figura nas *Mémoires de l'Académie des sciences morales et politiques*, que se refere a uma comunicação feita nos dias 15 de fevereiro, 4 e 10 de outubro de 1834, Villermé criticou com firmeza a publicação dos “quadros da população” feita pelo Ministério do Interior, resultado do recenseamento oficial de 1826 e 1831, sobre a idade, a repartição por profissões e dados sobre a mortalidade. Ele alegou que os dados oficiais eram imprecisos, baseados em fontes duvidosas e ultrapassadas¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Cf. Bernard-Pierre LÉCUYER, 1982, pp. 2 e 3.

Em 1845, Villermé escreveu um texto para criticar as concepções de trabalho da *Statistique Générale de la France*¹⁴⁶, no qual destacou

a falta de unidade do plano, a falta de coerência entre os cálculos de diferentes administrações, a inexatidão dos dados, e suas graves consequências quando avaliações falsas servem de base a cálculos posteriores. Não se cita o ano de referência dos cálculos, as médias não são determinadas ... (Leterrier, op. cit. 227).

Para Villermé, que como Benoiston de Chateauneuf e Blanqui, tentava burilar o método de suas pesquisas, os dados apresentados pelas estatísticas oficiais pareciam imprecisos e sem rigor.

Quanto às estatísticas morais, no relatório apresentado à Academia de Ciências (2 de julho de 1832) sobre o *Essai sur la statistique morale de la France*, de A. M. Guerry, obra que ganhou o prêmio de estatística da Academia Real de Ciências em 1833, Lacroix, Silvestre e Girard¹⁴⁷ esclareceram

...Entre os diferentes objetos que são da competência da estatística, um dos mais importantes e mais difíceis de ser tratado consiste na enumeração e na classificação das ações humanas que podem exercer uma influência qualquer sobre o estado do indivíduo isolado, ou sobre o estado da sociedade a qual ele faz parte. Mas os atos que se trata de enumerar e de classificar se estendem em um campo tão vasto, apresentam-se sob um tão grande número de aspectos, e provém de tantas causas diversas, que o estudo desse ramo da estatística só pode conduzir à resultados úteis na medida que eles forem deduzidos de longas séries de observações... Os quadros da estatística criminal calculados pelo ministério da justiça, conduzem a resultados gerais que se representam cada ano nas diferentes partes da França com uma constância e uma regularidade que não é permitido ser atribuída ao acaso (1832, pp. 1 e 2).

No texto publicado como prefácio à *Statistique morale de la France* de Guerry, Vinet “lembra a utilidade da obra de Guerry para a antropologia, e via nela ‘antes de mais nada um livro de moral’ no qual a estatística era apenas um instrumento” (Leterrier, op. cit., p. 228).

¹⁴⁶ Villermé, Louis-René. “Sur l’institution par le gouvernement belge d’une commission centrale de statistique, et observations sur les statistiques officielles publiées en France par les divers ministères », *Journal des économistes*, t. 15, avril-juillet 1845, pp. 130-148.

¹⁴⁷ Lacroix, Silvestre, Girard, le 2 juillet 1832. Rapport donné en préface à la *Statistique morale de la France* de Guerry.

Alexandre Moreau de Jonnès escreveu o único tratado de estatística administrativa desse período (Armatte, 1991), *Éléments de statistiques*¹⁴⁸ (1847). Neste texto, o responsável pelo *Bureau de Statistique* instalado por Thiers em 1834 e que passou a se chamar Estatística Geral da França em 1840, definiu a estatística nos seguintes termos:

A estatística é a ciência dos fatos naturais, sociais, políticos, expressos em termos numéricos. Ela tem por objeto o conhecimento aprofundado da sociedade, considerada na sua natureza, seus elementos, sua economia, sua situação e seus movimentos. Ela tem por linguagem as cifras, que não é menos essencial do que as figuras da geometria e os sinais da álgebra. Ela procede constantemente por números, o que lhe dá o caráter de precisão e de certeza das ciências exatas. (...) Ela é uma ciência dos fatos numéricos (apud Armatte, op. cit., p. 186)

Na seqüência, Moreau de Jonnès fez ataques à estatística moral, indiretamente direcionados a Quételet e a Villermé¹⁴⁹.

Os trabalhos, que se vangloriam de seu nome, sem ter seu objeto e sua linguagem, não lhe pertencem, (...). Assim, estatísticas sem cifras (...) é parecido com as Estatísticas morais e intelectuais; pois, é uma vã tentativa de querer submeter ao cálculo o espírito ou as paixões, e calcular como unidades definidas e comparáveis, os movimentos da alma e os fenômenos da inteligência humana (apud Lécuyer, 1982, p. 3).

Para Lécuyer, está claro que o texto de Moreau de Jonnès, um “contabilista no sentido mais estrito e o mais estreito”, era um ataque à utilização da média, para ele condenável por se tratar de “substituir cifras históricas por cifras deduzidas, compostas aritmeticamente ...” (Moreau de Jonnès, 1847, p. 93 apud Lécuyer, op. cit, p. 6).

Mas Moreau de Jonnès não foi o único a criticar a estatística moral. Quételet, estatístico de envergadura internacional, tratou de responder alguns dos ataques na sua *Physique sociale*, em 1834 : “a estatística moral está na infância, e ela parece destinada a permanecer nessa fase por muito tempo ainda” (apud Leterrier, op. cit, p. 229).

Michelle Perrot considera que a estatística criminal exerceu um papel decisivo sobre a reflexão de Quételet e, conseqüentemente, na gênese da sociologia quantitativa. Durante sua estada em Paris em 1823, Quételet se relacionou com cientistas estatísticos e economistas e frequentou suas reuniões. A influência de Fourier foi decisiva. Os primeiros comentários de Quételet sobre a estatística criminal apareceram em uma memória

¹⁴⁸ Moreau de Jonnès, Alexandre. *Éléments de statistique comprenant les principes généraux de cette science et un aperçu historique de ses progrès*. Paris : Gillaumin, 1847 in-12°, 362 p.

apresentada em 1828 à Academia Belga e publicada em 1829 sob o título *Recherches Statistiques sur le Royaume des Pays-Bas*. Conforme Perrot (op. cit., p. 132), a parte mais importante do texto trata de delitos e crimes, e Quételet comparou os resultados do *Compte* francês com as estatísticas do Pays-Bas, e considerou a “surpreendente exatidão segundo a qual os crimes se reproduzem”. A *Correspondance Mathématique et Physique*, fundada por Quételet em 1825, publicou de 1829 a 1832 várias notas importantes sobre “estatísticas sociais” e criminais e notadamente, em 1832, a carta escrita a Villermé “sobre a possibilidade de medir a influência das causas que modificam os elementos sociais”, tratou, pela primeira vez, de alguns dos problemas levantados pela quantificação de fatos sociais. Conforme Perrot, esse texto tomou como base o *Compte* francês e incorporou sistematicamente a estatística ao discurso.

Inspirando-se em Laplace, Quételet concluiu que certos fatos se reproduziam com regularidade, independentemente dos indivíduos. Por isso, tomado isoladamente, todo homem parece agir livremente; porém, “quanto maior é o número de indivíduos que observamos, mais se apaga a vontade individual e deixa predominar a série de fatos gerais que dependem das causas em virtude das quais a sociedade existe e se conserva” (apud Perrot, op. cit., p. 133). Assim, existem fatos sobre os quais o homem não tem controle; eles obedecem a “leis” gerais, características das sociedades humanas mas concebidas segundo o modelo das leis da física. O conhecimento dos fatos sociais determinava a “verdadeira natureza do homem” e apontava a possibilidade de evitar revoluções. A estatística era, desse modo, não apenas social; apresentava-se como instrumento de controle moral, pois “ao querer descobrir os valores médios ao redor dos quais as séries estatísticas se distribuem, Quételet acabou por pensá-las como normas” (Cuin e Gresle, 1994, p. 43). Foi o que aconteceu com o “homem médio”, Quételet estabeleceu um tipo socialmente desejável com o pretexto de que as variáveis reais da estatística moral se repartiam regularmente ao redor desse ponto central. Quételet recebeu muitas críticas. Augusto Comte e Jean-Baptiste Say, por exemplo, reprovaram o seu “mecanicismo na análise causal dos fatos sociais e o caráter estreito de suas proposições de reforma” (ibidem) ¹⁵⁰. Os textos

¹⁴⁹ Moreau de Jonnès se tornou colega de Villermé na Academia de Ciências Morais e Políticas em 1842.

¹⁵⁰ Conforme Joseph Lottin (*Quételet: Statisticien et sociologue*. New York, EUA : Burk Franklin, 1969), não há evidências de que Quételet tenha lido Auguste Comte, senão ele o teria citado, “como ele cita

escritos por Quetelet¹⁵¹ nos anos de 1840 estão repletos de refutações a essas acusações e críticas.

Conforme Perrot (op. cit., p. 133), falta habilidade nas formulações de Quételet, mas está em germe nelas a afirmação de Durkheim : “tratar os fatos como coisas”. Ele entendia que existem fatos que fogem ao controle do homem eles obedecem a “leis” gerais. As intenções de Quételet não eram apenas científicas, eram também “filosóficas e políticas” (Cuin e Gresle, 1994). Afinal, tratava-se de compreender por meio do cálculo probabilístico a “verdadeira natureza do homem”, de controlar fatos preocupantes e de evitar revoluções. A revolução seria o sinal de um mal governo, uma “disfunção”, mas “a detecção das leis sociais, seu conhecimento, sua aplicação por um governo informado deveria permitir fazer economia de inúteis revoluções, ‘de efetuar as reformas da maneira mais vantajosa’”(apud Perrot, ibidem).

A Revista do Instituto Histórico de Paris publicava periodicamente relatórios sobre o *Compte général de l'Administration de la Justice Criminelle en France*, recebido anualmente. Os comentários apresentados a respeito do *Compte* denotam a posição moralizante assumida pela sociedade. O interesse pela estatística expressava o anseio de aplicação prática da ciência à solução de problemas sociais e morais que perturbavam a sociedade. Considerada um eficiente instrumento de controle social, a estatística, para os membros do IHP, também era vista como um guia indispensável para o homem de Estado. Mas além disso, a fascinação pelo número se explica pelo valor atribuído aos dados positivos e à possibilidade de tratar os fatos sociais com imparcialidade e exatidão e de fundar a ciência da história sobre um método objetivo.

A classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas recebia anualmente e discutia o Relatório da Justiça Criminal na França. Tratava-se de um documento baseado em dados estatísticos que o IHP procurava debater sob o título de “estatística moral”. Conforme Cuin e Gresle (1996, p. 19),

na França, desde os primeiros anos da Restauração, a questão penitenciária está na ordem do dia. Não parece mais possível confundir os

Buffon, Laplace e Villermé” (p. 360). Cuin e Gresle (1994, p. 42), por sua vez, afirmam que Quételet tomou a expressão “Física social” de Auguste Comte.

¹⁵¹ Quételet. « de l'influence du libre arbitre de l'homme sur les faits sociaux, et particulièrement sur le nombre des mariages », extrato do t. 3 do Boletim da Comissão Central de Estatística, e outro texto da sessão de 7 de dezembro de 1846, *Mémoire de l'Académie Royale de Belgique*, t. 21, 1848,

criminosos e os loucos, as crianças e os adultos, os pequenos e os grandes delinquentes. Na mesma época são elaboradas estatísticas judiciárias que apresentam vários traços já modernos: a coleta dos dados, a tipologia utilizada obedece em toda parte aos mesmos princípios, de modo que os materiais se tornam homogêneos ao nível da enquête propriamente dita; as informações recolhidas são em seguida reunidas pela administração central e publicadas regularmente, a partir de 1827-1830, sob o título de “Relatório geral da administração da Justiça criminal”.

Alguns comentários sobre os Relatórios da Justiça Criminal apresentados às classes são esclarecedores no que se refere principalmente à concepção que se tinha sobre a estatística e sobre a convicção de que a partir desse conhecimento uma reforma da sociedade seria possível. Venedey, ao comentar o relatório da justiça criminal durante o ano de 1836, lido na terceira classe, afirmou que:

Era preciso então uma outra ciência, uma ciência que não permitisse mais equívocos, uma ciência verdadeira, calma, prosaica, sem paixão assim como sem piedade; essa ciência foi descoberta, é aquela das cifras, é a estatística. Nosso século tomou posse de uma nova fase bem superior àquela de nossos antepassados. (...). E o relatório da administração da justiça criminal na França é um dos documentos mais preciosos dessa ciência nova. (...) O valor moral de um país em seu conjunto, ou de cada um de seus departamentos em particular, a bondade ou os defeitos de suas instituições, o mérito ou a insuficiência de suas leis, tudo reside nessas cifras insensíveis; e o filósofo mais sábio, o homem de Estado mais experiente, o inovador mais audacioso (...) e de dizer: “*voilà le chiffre, Dieu a parlé*”. O relatório geral da administração da justiça criminal é a fonte mais rica em resultados para a estatística moral da França, para a filosofia e a legislação (Journal de l’Institut Historique, pp. 155 e 156).

Vincent, ao tratar do Relatório da Justiça Criminal na França para o ano de 1839, argumentou que havia uma grande proximidade entre a história e essa nova ciência, a estatística:

Primeiramente, ela contém fatos, e muitos fatos, dos quais os historiadores das épocas futuras poderão tirar proveito quando quiserem apreciar nossa época,... pois sabeis, o homem ocupa um lugar na história por seus crimes assim como por suas virtudes. Mas há um outro ponto de vista sob o qual a estatística ministerial parece se aproximar da história, ou ainda, do espírito da história. Esse ponto de vista resulta de algumas induções do fato ou do grupo de cifras que se têm sob os olhos. Por exemplo, tantos crimes foram cometidos por gente iletrada, tantos outros, por gente que sabe ler e escrever. (...) É verdade que a instrução torna os homens melhores; que o povo é menos viciado e mais virtuoso à medida que é menos ignorante e, por consequência, é do dever dos governantes fornecer ao povo todos os meios possíveis da instrução?

Pode-se tirar uma indução que não será sem importância para o espírito da história (Journal, pp. 96, 97)¹⁵².

Louis Chevalier (1984) chama a atenção para um fato marcante da sociedade parisiense durante a primeira metade do século XIX, a vinculação entre classes trabalhadoras e classes perigosas. Conforme esse autor (idem, pp. 42 e 43), o crime era um dos principais temas abordados, de tudo o que foi escrito em Paris e sobre Paris, desde os primeiros anos da Restauração até os primeiros anos do Segundo Império. No período que compreende a Monarquia de Julho as misérias se exacerbaram, se acumularam, houve um intenso interesse por tudo o que se referia ao crime, que passava a ser entendido como ameaça social. “A miséria deixa de ser um fato marginal; ela está no centro das coisas” (idem, p. 251).

Os problemas sociais preocupavam os membros do IHP e inspiraram diversas discussões sobre o tema. Lapalme, membro da terceira classe, tratando do Relatório da Administração da Justiça Criminal na França para o ano de 1842, afirmou que

a justiça criminal presta verdadeiros serviços aos homens especiais, aos moralistas, àqueles sobretudo que se ocupam do problema tão discutido dos sistemas penitenciários, enfim ao governo, que propõe as leis. (...) a estatística criminal, tal como é apresentada no relatório do ministro da justiça, é ainda o melhor meio de controle ao qual se podem submeter os atos da administração. De fato, graças a esses dados positivos, pode-se ver funcionar a justiça. Os vícios da penalidade, os inconvenientes de tal ou tal sistema aparecem claramente. É fácil constatar o ponto vulnerável da sociedade, as tendências gerais das *classes perigosas*, e por consequência a natureza e as necessidades da repressão. Eis em que a estatística é boa, e como ela tem verdadeiramente uma incontestável utilidade (grifos nossos, Investigateur, 1842, p. 94).

¹⁵² A estatística judiciária foi nos anos 1840 objeto de uma célebre polêmica sobre a relação da instrução com o crime. O tema era antigo, assim como a polêmica que o acompanhava. A convicção de que a ignorância era a principal causa de crimes, e que para tornar os homens melhores e mais felizes bastava lhes dar instrução foi sustentada na Sociedade real das prisões e adotada na França. “Desde a publicação do *Compte de la justice criminelle*, reproduziu-se com tanta segurança, e sob formas tão variadas, que ela se tornou hoje uma verdade vulgar, um lugar comum que não demanda provas” (Guerry, 1832, p. 5). A distinção entre a “França obscura e a França esclarecida” foi formulada pela primeira vez em 1823 por Malte-Brun. Guerry, em seu estudo sobre a “Statistique Comparée de l’état de l’Instruction et du nombre des crimes”, concluiu que a instrução era um instrumento que podia ser bem ou mal utilizado. O que se aprendia nas escolas elementares, e que consistia apenas, e de modo imperfeito, em aprender a ler, escrever e calcular, não poderia exercer uma grande influência sobre a moralidade. Esses conhecimentos não ofereciam muitas vantagens como se supunha, mas poderiam ao menos “dar alguns hábitos de ordem”, “amenizar a condição das classes trabalhadoras” e “destruir alguns preconceitos absurdos” (Guerry, 1832, p. 13). Na Academia de Ciências Morais e Políticas, alguns membros questionavam a validade do método de análise adotado para se estudar a relação entre acusados e condenados e seu estado intelectual. Para Rossi, as cifras eram dados insuficientes, sendo necessário considerar outros fatores, tais como, a eficácia da repressão e o estado da civilização (Cf. Leterrier, op. cit., p. 230).

As pesquisas e discussões estimuladas pelo Instituto eram movidas pela convicção de que seria possível minimizar os problemas sociais e que, de algum modo, estes estavam sujeitos a estudo e aperfeiçoamento. É o que observamos no comentário exposto por Jules Barbier, sobre o Relatório da Justiça Criminal na França para os anos de 1843 e 1844 (Investigateur, fev. 1847, p. 50, 52,).

A estatística é uma ciência moderna, se considerarmos os desenvolvimentos que ela alcançou e o papel importante que desempenha nos assuntos econômicos. (...). Mas o que é preciso reconhecer, é que ela sintetiza o estudo das leis segundo as quais os fatos se desenvolvem, que ela fornece inúmeros e preciosos documentos às ciências morais e políticas, e que as observações que dela decorrem podem levar à solução dos problemas sociais mais importantes. (...) suas constatações são um verdadeiro prêmio aos olhos do filósofo por causa das deduções que ele tira daí e das idéias de progresso ou de reforma que elas despertam.

A estatística criminal (...) ela nos oferece, se é que posso me expressar assim, o balanço moral da nossa sociedade; ela pode esclarecer as mais graves questões, por exemplo, as causas da corrupção dos costumes, a influência mais ou menos salutar dos diversos modos de repressão penal.

Em se tratando de crimes como homicídio, assassinato, violência.

Questiona-se com pavor se não é preciso ver nisso o sintoma inquietante de nossa época e que ameaça passar a um estado crônico. O relaxamento dos laços morais é muito real. Especialmente o laço familiar (...), muito frequentemente é no seio da família mesmo que se produzem os odiosos atentados surpreendidos pela justiça. Sem dúvida, a energia da repressão pode deter, em uma certa medida, essa enxurrada de crimes; mas os vícios que os produzem pedem também outros remédios. A maior parte da taxa de moralização pertence, não se pode duvidar, à influência das crenças religiosas; mas o triste fenômeno que assinalamos deve preocupar vivamente todos aqueles que se interessam pela condição da humanidade, e que procuram pacientemente, com boa fé, com consciência, os meios de seu melhoramento, pela difusão da instrução e da moral [grifos nossos].

Em todos os trechos escritos por membros do Instituto Histórico de Paris, pode-se notar os interesses do grupo pela “estatística moral” como método capaz de dotar a história de cientificidade, de indicar “verdades úteis” e de conduzir a sociedade ao aperfeiçoamento. A “estatística moral” era evocada como uma “ciência” positiva, um critério de verdade que deveria auxiliar a história, o governo, o jurista e o filósofo a compreender e a propor soluções para os problemas “morais” e sociais que perturbavam a sociedade.

APRECIÇÃO FINAL

Embora a era clássica da sociologia tenha sido demarcada entre os anos de 1880 a 1920, quando fez sua entrada no campo disciplinar, com professores, cadeiras universitárias e revistas especializadas; cognitivamente e nas práticas, ela teve origem mais cedo. De acordo com Savoye (1992), foi sobretudo fora da Universidade que se tomaram as iniciativas mais ousadas. O autor destaca, particularmente, aquelas concentradas entre os membros da escola de Le Play. Apesar disso, Lécuyer (1992) pondera que Le Play é o autor na ciência social mais esquecido. Ainda assim a invenção de monografias de família é considerada tão importante quanto a “estatística moral” de Quetelet. Entre aqueles considerados no século XIX como fundadores da sociologia, ele foi um dos poucos que criaram uma escola de pensamento baseada em uma tradição de pesquisa. Durante muito tempo, a sociologia universitária ignorou Le Play e sua escola quase completamente. Porém, representou uma corrente importante, apoiada em associações e revistas e marcada pela iniciativa de práticas da sociologia aplicada. A Universidade ignorou Le Play, talvez porque seus objetivos fossem demasiadamente práticos e tenham se constituído sem o seu respaldo. Mas não foram só autores e idéias, correntes também foram esquecidas. Enfim, o reconhecimento pela Universidade é essencial, na medida em que é ela que, pelo ensino, assegura a memória de uma disciplina. O que definiu o destaque e o reconhecimento aos positivistas foi, então, a posição na Universidade, “o que lhes permitiu desenvolver uma sociologia ensinada mais que praticada” (Matalon, 1992, p. 9).

Não obstante, pensar sobre as condições que possibilitaram o surgimento da sociologia requer abordar aspectos negligenciados ou completamente ignorados e até rejeitados na história das ciências sociais. Compreender um período que compõe a pré-história da sociologia é se dar conta das diversas tentativas e orientações, dos comprometimentos, alcances e limites que vão além das obras dos “grandes autores”. Nesse sentido, este trabalho analisou a construção de um discurso sociológico entre “autores menores” e no âmbito de uma instituição “marginal” que, em outras palavras, não experimentou o mesmo reconhecimento de sociedades similares.

O início do século XIX foi um período decisivo da história intelectual europeia, quando se instaurou uma nova “estrutura intelectual” (Ansart, 1970) na qual as ciências sociais se tornaram possíveis e o homem passou a ser definitivamente objeto do conhecimento científico. Sob a Monarquia de Julho, havia um contexto político e científico que estimulava pesquisas de caráter sociológico. Do ponto de vista político, os ministros que conduziram a política do governo orientaram-se pela convicção de que a ciência poderia e deveria dirigir as ações do Estado. O apoio científico para essas pesquisas, em certa medida, também foi alcançado por meio de incentivo governamental. Nesse aspecto, referimo-nos principalmente à criação da Academia de Ciências Morais e Políticas, graças a intervenção de François Guizot. Sob sua direção, o Ministério da Instrução Pública criou uma rede de erudição, incentivou e subsidiou a pesquisa histórica e a criação de novas instituições destinadas à construção da história nacional.

As pesquisas realizadas por médicos higienistas também foram beneficiadas com a criação de novas instituições e publicações. De acordo com Leterrier (1995, p. 53), o movimento higienista revela uma tentativa de fazer “de especialistas os conselheiros do poder e os agentes da civilização e de dar ao Estado o controle e o benefício do progresso social”. Segundo a autora, o higienismo, a “primeira instituição da ciência social” antes da Academia de Ciências Morais e Políticas, favoreceu-se das iniciativas do Estado, que criou: cadeiras de higiene; Conselhos de Salubridade; a Academia de Medicina, o Conselho superior de saúde e reorganizou o curriculum médico que consagrou à higiene o status de disciplina. Desse ponto de vista, o movimento higienista teria assegurado uma continuidade indireta entre a classe de ciências morais e políticas do Instituto de França e a Academia de Ciências Morais e Políticas, por intermédio da Academia de Medicina. O higienismo, assim como a filantropia, era ao mesmo tempo um espírito e um método. O primeiro número *dos Annales de Hygiène Publique e de médecine Legale* apresenta claramente suas ambições: o desejo de colaborar para o controle sanitário e de expandir a civilização; em suas palavras, deveria “emprestar suas luzes à ciência do governo”.

As iniciativas mais relevantes de “pesquisas sociológicas” nesse período estão relacionadas à prática de levantamentos sociais, empreendidas tanto pelo governo quanto por sociedades científicas. Era evidente para os pesquisadores sociais que uma ciência social só poderia se organizar como ciência positiva se pudesse definir as leis que regem o

comportamento do homem em sociedade. O amplo desenvolvimento das pesquisas estatísticas no período estudado demonstra mais do que um fascínio pelo número, indica o desejo presente entre os que se ocupavam da história, do higienismo, da filantropia, da questão das raças e da ciência social, de propor a reorganização da sociedade baseando-se em dados positivos. As discussões a respeito das estatísticas criminais no IHP apontam que se buscava nos dados positivos da “estatística moral” um método objetivo para as pesquisas históricas.

Além da busca de um método na estatística, a filiação às tradições da pesquisa erudita e da filosofia da história, às quais o IHP recorreu para a definição de seu método, evidenciam uma obsessão pelo científico. De fato, a pesquisa nos permitiu apreciar um século XIX marcado pelo cientificismo, pela idéia de progresso e de utilidade.

A busca pela compreensão e domínio do “social” era corrente e banal na primeira metade do século XIX. Henri Gouthier (1936) considera o quanto Comte deve a seus predecessores e contemporâneos, sobretudo no que se refere à noção de “positivo”. O intuito de constituir uma “ciência social” ou uma “ciência do homem”, apoiando-se às vezes na economia política, às vezes sobre a aplicação das matemáticas aos fenômenos humanos, ou apoiando a antropologia sobre a fisiologia não era obra inédita do século XIX.

No “Discours sur l’ensemble du positivisme” Auguste Comte enumerou os diversos sentidos da palavra positivo: “relativo, orgânico, preciso, certo, útil e real”. Real se opõe à quimérico, exclui o “misterios”. Certeza se opõe à “indecisão”. O conhecimento deveria ser útil, preciso e certo. Útil é uma palavra que aparecia frequentemente nas propostas dos filantropos e dos empresários. Preciso e certo são os privilégios da razão científica aplicada ao cálculo ou à exploração da natureza. Conforme Gouthier, o conteúdo dessas palavras não é nem saint-simoniano nem comtiano, elas evocam idéias comuns desde a metade do século XVIII. Esses diversos atributos definem um espírito positivo difuso, que é mais um clima do que uma doutrina. O espírito positivo representa uma visão de mundo, um pensamento anti-teológico, que identifica o universo real com a ciência. Positivo indica também uma importante característica da filosofia moderna, mostrando-a destinada a organizar.

O Instituto Histórico de Paris tinha por objetivo estudar o desenvolvimento das instituições e da humanidade. Acreditava que sendo possível reconstituir os tempos remotos

poderia anunciar a direção do destino futuro da humanidade. O historiador seria o responsável por divulgar “verdades úteis”, ensinar e orientar. Além de compreender a humanidade nos seus detalhes, na sua intimidade, a história deveria definir as leis que a regem. Os ensinamentos propostos pelo conhecimento histórico não constituiriam nenhum tipo de arma contra o governo, pelo contrário, contribuiriam para o aperfeiçoamento da humanidade e para a regeneração da sociedade. O IHP buscou não se pronunciar sobre assuntos polêmicos, mas mostrou-se muito atento aos temas privilegiados pela filantropia.

Conforme Therborn (1980), a sociologia, sobretudo a tradição de investigação empírica e a teoria sociológica que se desenvolveu mais tarde compartilharam um interesse e preocupação comuns: a questão social. De acordo com esse autor (op. cit., p.141) a “sociologia é uma atividade social intelectual que pensa as contradições e lutas de uma sociedade suspensa entre a dolorosa ruptura com seu passado feudal e patriarcal e a ameaça de uma ruptura ainda mais dolorosa com seu presente burguês”. Sendo assim, “a sociologia surge como um estudo da política depois da revolução burguesa” (Therborn, op. cit., p. 124). Suas preocupações fundamentais são os problemas políticos e de reconstrução política. Nessa perspectiva, entende-se que a preocupação com os “problemas sociais” presente entre os sociólogos difere substancialmente das inquietações comuns entre os pensadores do século XVIII. A miséria humana ganhou uma magnitude superior e, além disso, os intelectuais da ilustração foram teóricos da revolução burguesa, por isso, examinaram o domínio corrupto da aristocracia, não se tratava, pois, de uma preocupação com relação a miséria e a exploração do proletariado.

Embora os membros do IHP se mostrassem muito atentos aos problemas gerados pelo industrialismo, eles eram traduzidos em termos morais. Por isso, o IHP defendia a necessidade de uma reforma moral da sociedade, valorizava a estabilidade social e buscava conhecer e os meios de alcançá-la. Se por um lado, Therborn destaca entre os primeiros sociológicos a preocupação com os problemas sociais que se originaram com o desenvolvimento do capitalismo, por outro, é preciso considerar que a sociologia surge como uma ciência que procurar “curar” e “estabilizar” a sociedade (Tiryakian, 1980). A busca pelo estabelecimento de uma “terapia social” era muito comum à época, de modo que Saint-Simon, considerado por Durkheim o pai da sociologia, foi confundido com os “reformadores” e com os escritores que propunham planos de reforma ou receitas para criar

a sociedade ideal (Ansart, 1970). Havia nesse período uma preocupação com a “harmonia perdida” (Renneville, op. cit.), por isso, no Instituto Histórico de Paris enfatizava-se tanto a necessidade de organização da ordem social.

Consideramos que o projeto “sociológico” do IHP foi influenciado pelo buchezismo, liderado por Philippe Buchez, a quem denominamos de “sociólogo do IHP”. Toda a obra do ex-saint-simoniano Philippe Buchez foi orientada pelo objetivo de constituir a ciência social. Buchez identificou o progresso com a moral cristã e sua obra “sociológica” representou uma tentativa de conciliar ciência e cristianismo.

Procurando dotar a história ou a ciência social de cientificidade, Alexandre Victor Courtet (de l’Isle) buscou apoio na etnologia, na frenologia e na antropologia. Courtet de l’Isle foi acusado de ser materialista por seus colegas do IHP que, de modo geral, preferiam sustentar uma visão providencialista da história.

De modo geral, a história realizada no IHP é providencial, moralizante e conservadora. Apostou na superioridade européia e, sobretudo, francesa. Seus membros acreditavam poder estabelecer leis que explicam o funcionamento das sociedades explicando as causas da superioridade francesa. No Instituto Histórico de Paris, a noção de científico não se opõe à religião. Pelo contrário, o que se observa é a defesa da moralidade cristã, do cristianismo, do catolicismo e, ao mesmo tempo, a busca incessante pela cientificidade. Conforme analisamos, o IHP defendeu que o progresso seria alcançado por meio de uma reforma moral da sociedade, ou ainda, pela reabilitação do cristianismo. Essa era uma forma de justificar a utilidade dos estudos históricos: promover o aperfeiçoamento ou progresso moral da humanidade.

A filosofia da história que influenciou a sociologia pré-disciplinar e a história desse período não provocou nenhum fascínio sobre os historiadores e sociólogos do período disciplinar. O que parecia creditar um aspecto científico aos estudos empreendidos nas décadas de 1830 e 1840 foi refutado no período posterior por representar um espírito anti-científico. Conforme Ortiz (1989) no final do século XIX, no processo de institucionalização da sociologia, impôs-se “um rompimento com as ‘antigas’ formas de conhecimento, o que significa um distanciamento da filosofia, que até então detinha um certo monopólio da reflexão sobre a realidade” (op. cit., p. 10). A sociologia acadêmica

rompeu com a discussão essencialmente filosófica e moral presente no Instituto Histórico de Paris e tão marcantes no período estudado.

A tentativa de definição da ciência social empreendida pelo IHP representou muito mais uma filosofia da história inspirada na idéia de progresso do que a elaboração de uma ciência. Mas, nesse sentido, o seu fracasso não eclipsa o que há de instigante em seu projeto. Primeiramente, ele revela a consciência da necessidade de uma ciência social. Além disso, expressa a lucidez de suas ambições sociológicas quando se questiona acerca da possibilidade de analisar os “fatos sociais”, de definir o objeto de estudo e de estabelecer um método de pesquisa para essa ciência social. Analisando a composição social e ideológica e as atividades estimuladas pelo Instituto Histórico de Paris, entre 1834 e 1850, pôde-se perceber a construção de um discurso sociológico e, ao mesmo tempo, o clima intelectual que estimulava a elaboração de projetos de constituição da ciência social fora do âmbito das instituições mais reconhecidas e entre autores “menores”.

BIBLIOGRAFIA

AGULHON, Maurice. « 1830 dans l'histoire du XIXe. siècle français ». *Histoire Vagabonde* II Idéologies et politique dans la France du XIXe. siècle. Paris : Gallimard, 1988.

ALENGRY, Franck. *Essai historique et critique sur la sociologie chez A. Comte*. Genève-Paris : Slatkine Reprints, 1984.

ALLEMAGNE, Henri d'. *Les Saint-simoniens*. Préface de Sébastien Charlety. Paris, 1930. in° 4.

ALMÉRAS, Henri d'. *La vie parisienne sous le règne de Louis-Philippe*. Paris : Cercle du Bibliophile, s. d.

AMALVI, Christian (dir.) *Les lieux de l'histoire*. Paris : A. Colin, 2005.

AMIOT, Anne-Marie. « Le Rôle de l'illuminisme dans la formation d'une doctrine de régénération politique et sociale au XIX siècle » in : *Régénération et reconstruction sociale entre 1780 et 1848*. Paris : Vrin, 1978.

ANSART, Pierre. *Sociologie de Saint-Simon*. Paris : PUF, 1970.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. "De la religion comme sociologie dans l'œuvre de Comte". In : *Archives de sociologie des religions*. Janvier-Juin, n 25, 1968. pp. 13-21.

_____. « Faut-il oublier Comte? A l'occasion du premier centenaire de la mort de Comte (1857-1957) ». In : *Revue de synthèse*. IIIe. Série, n°8. Paris : Albin Michel, 1957.

ARMATTE, Michel. « Une discipline dans tous ses états : la statistique à travers ses traités (1800-1914) ». *Revue de Synthèse*. 1991, n°2, T. CXII, pp.161-205.

ARNAUD, Pierre. « Saint-Simon, le saint-simonisme et les saint-simoniens vus par Auguste Comte » in: *Économies et sociétés*, T IV, N° 6, juin 1970.

ARNAULT, Françoise. « Frédéric Le Play, de la métallurgie à la science sociale ». IN : *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984, pp. 437-457.

_____. Frédéric Le Play : de la métallurgie à la science social. Nancy: Presses Universitaires d'Nancy, 1993.

- ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 5^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AUROUX, Sylvian. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARRET-KRIEGLER, Blandine. *Les Académies de l'Histoire*. Paris: PUF, 1988.
- _____. *Les Chemin de l'État*. Paris : Calmann-Lévy, 1986.
- BAUDET-DULARY. « Compte rendu de la science politique fondée sur la science de l'homme ». In: *Phalange : Journal de la science sociale*, n. 14, 15 juin 1838, t. II, col. 192.
- BÉNICHOU, Paul. *Le temps des prophètes*. Doctrine de l'âge romantique. 1^a ed. 1977. Paris : Gallimard, 2001.
- _____. *Le sacre de l'écrivain*. 1750-1830. Essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France moderne. Paris : Gallimard, 1996.
- BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia Comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- BERTHELOT, Jean-Michel. *La construction de la sociologie*. 3a. ed. Paris : PUF, 1995. (Que sais-je ?)
- _____. « Durkheim, lecteur de Comte ? » in : BOURDEAU, Michel ; BERNARD, Claude. *L'enseignement de l'histoire en France au XIXe. siècle : selon les ministres de l'Instruction publique*. Thèse. 1978. Paris, Diffusion.
- BESNARD, Philippe. « L'Impérialisme sociologique face à l'histoire » in : *Historiens et sociologues aujourd'hui : journées d'études annuelles de la société française de sociologie*. Université de Lille I. 14-15 juin 1984. Éditions du centre National de la Recherche scientifique. Paris, 1986.
- _____. « Le destin de l'anomie dans la sociologie du suicide » in : *Revue française de sociologie* XXIV, 1983, 605-629.
- BLANCKAERT, Claude. « 'Story' et 'History' de l'ethnologie ». IN : *Revue de synthèse*. IVe. S. N° 3-4 juil-déc 1988.
- _____. « Les système des races » in : POUTRIN, Isabelle (dir.) *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995 .
- _____. « L'Histoire générale des sciences de l'homme : principes et périodisation » in : BLANCKAERT, Claude; BLONDIAUX, Loïc ; LOTY, Laurent ;

RENNEVILLE, Marc ; RICHARD, Nathalie. *L'Histoire des sciences de l'homme : trajectoire, enjeux et questions vives*. Paris Montréal: L'Harmattan, 1999.

_____. « Les conditions d'émergence de la science des races au début du XIX siècle » in : *L'idée de « race » dans les sciences humaines et la littérature* (XVIIIe. – XIXe. siècles). Actes du colloque international de Lyon (16-18 novembre 2000) textes réunis et présentés par Sarga MOUSSA. Paris : L'Harmattan, 2003.

BLONDIAUX, Loïc ; RICHARD, Nathalie. « À quoi sert l'histoire des sciences de l'homme ? » in : BLANCKAERT, Claude ; BLONDIAUX, Loïc ; LOTY, Laurent ; RENNEVILLE, Marc ; RICHARD, Nathalie. *L'Histoire des sciences de l'homme : trajectoire, enjeux et questions vives*. Paris Montréal: L'Harmattan , 1999.

BOCK, Kenneth. “Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução”. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (orgs.) *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (pp. 65-117)

BOIME, Albert. « Les hommes d'affaires et les arts en France au 19^e. siècle ». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n°. 28, juin 1979.

BOISSEL, Jean. *Victor Courtet (1813-1867)*. Paris : PUF, 1972.

BOTTOMORE, Tom. *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BOUDON, Jacques-Olivier. « Générations libérales » in : POUTRIN, Isabelle (dir.) *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995.

BOUDON, Raymond. « Comment écrire l'histoire des sciences sociales ? » in : *Communications : Les débuts des sciences de l'homme*. n. 54 ; Paris : Seuil, 1992. pp. 299-317.

BOUGLÉ, C. C. A. *La Sociologie de Proudhon*. New York: Arno Press, 1979.

BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris : Seuil, 1983.

BOURGUIN, Georges. « Le dossier du saint-simonisme » in : *Revue d'histoire économique et sociale*. XIXe. Année. Paris : Rivière, 1931.

_____. « Le destin de l'anomie dans la sociologie du suicide » in : *Revue française de sociologie* XXIV, 1983, 605-629.

BRAS-CHOPARD, Armelle Le. « Philosophies socialistes de l'histoire avant Marx » in : POUTRIN, Isabelle (dir.) *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995.

BRIAN, Éric. « Transactions statistiques au XIXe. Siècle : mouvements internationaux de capitaux symbolique » in : *Communications* : Les débuts des sciences de l'homme. n. 54 ; Paris : Seuil, 1992.

_____. « L'œil de la science incessamment ouvert : trois variantes de l'objectivisme statistique » in : *Communications* : Les débuts des sciences de l'homme. n. 54 ; Paris : Seuil, 1992. pp. 89-100.

_____. *La Mesure de l'État*. Administrateurs et géomètres au XVIIIe. siècle, Paris : Albin Michel, 1994.

BUCHEZ, Philippe-Joseph-Benjamin. Introduction à la science de l'homme ou science du développement de l'humanité.

_____. Essai d'un traité complet de philosophie du point de vue du catholicisme et du progrès.

_____. Traité de politique et de science sociale. T. I et II.

BURKE, Meter. *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento, 1980.

BURNAND, Robert. *La vie quotidienne en France en 1830*. Paris : Hachette, 1943.

CALIBE, Charles. *L'attitude sociale des catholiques français au XIX siècle*. Paris : Bloud & Cie., 1911.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5^a ed. São Paulo: Edusp, 2 vol. (1836-1880); São Paulo: Martins Editora, 1975.

CARBONELL, Charles-Olivier. « L'Histoire dite positiviste en France » in : *Romantisme*. Revue du dix-neuvième siècle. N. 19 ;1978. pp. 172-185.

_____. *Historie et historiens*. Paris: Privat, 1976.

_____. *Historiografia*. 1^a. ed. 1981. Lisboa: Teorema, 1987.

CARON, Jean-Claude. *La France de 1815 a 1848*. Paris : Armand Colin, 2000.

CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Campinas, SP: dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 2002.

CASTELHA, Gaston. *Buchez* (1796-1865). Paris: Bloud,1911. (Philosophes et Penseurs)

CASTILLE, Hippolyte. *Les hommes et les mœurs en France sous le règne de Louis-Philippe*. Paris : Paul Henneton et Cie. 1853.

CERTEAU, Michel de. *L'Écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

CESAR, Guillermino. (seleção e apresentação) *Historiadores e críticos do Romantismo – a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Ed. Da USP, 1978.

CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe. siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Thèse de Doctorat: Histoire Moderne. Paris: EHESS, 2002.

CHANGY, Hugues de. *Le mouvement légitimiste sous la Monarchie de Juillet (1833-1848)*. Rennes, Fr. :Presses Universitaires de Rennes, 2004.

CHANSON, Paul. *L'Organisation du progrès selon Joseph-Benjamin Buchez : président de la constituante en 1848*. Paris : Institut d'Institut d'études corporatives et sociales, 1944.

CHANSON et CHAUCHARD. « Pour le centenaire du Dr. J. B. Buchez, apôtre du progrès précurseur de Teilhard de Chardin. Synthèses, sd.

CHARLE, Christophe. *Légitimités en péril : éléments pour une histoire comparée des élites et de l'État en France et en Europe occidentale (XIXe –XXe siècles)*.

_____. *Les intellectuels en Europe au XIXe. siècle : essai d'Histoire comparée*. Paris : Seuil, 1996.

CHARLÉTY, Sébastien. *La monarchie de juillet*. T.V Paris : Hachette, 1921.

_____. *Histoire du Saint-simonisme (1825-1864)*. Paris : Harmattan, 1931.

CHAUBON, Jean-Pierre. *Découvertes scientifiques et pensée politique au XIXe. siècle*. Paris : PUF, 1981.

HAZEL, François. *Auguste Comte et l'idée de science de l'homme*. Paris : L'Harmattan, 2002.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe. siècle*. Paris : le livre de poche, 1984.

CHEVALIER, Jean-Claude. « Philologues et linguistes dans leurs institutions » in : *Communications : Les débuts des sciences de l'homme*. n. 54 ; Paris : Seuil, 1992. pp. 149-159.

CLARK, Terry. *Prophets and Patrons. The French university and the emergence of the social science*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

CRUBELLIER, Maurice. *Histoire Culturelle de la France XIXe. – XXe. Siècle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

CUIN, Charles-Henry. GRESLE, François. *Histoire de la Sociologie*. Tome 1 : avant 1918. Paris : Éditions la Découverte, 1996.

CUVILLIER, Armand. *Hommes et idéologies de 1840*. Paris : Librairie Marcel Rivière et Cie., 1956.

_____. *Introduction à la sociologie*. Paris : Armand Colin, 1967.

_____. *Un schisme Saint-simonien : les origines de l'école bucheziènnne*.

Extrait de la « Revue du Mois » du 10 juin 1920.

_____. P.-J.-B Buchez et les origines du socialisme chrétien. Paris : PUF, 1948.

_____. *Sociologie et problèmes actuels*. 2^e. ed. Paris : Vrin, 1961.

_____. *Où va la sociologie française ?* Paris : Librairie Marcel rivière et Cie, 1953.

_____. *Un journal d'ouvriers :L'Atelier* (1840-1850). Préface de C. Bouglé. Paris : Éditions ouvriers, 1954. (Collectons « masses et militants)

DAUTRY, Jean. « Nouveau christianisme ou nouvelle théophilanthropie ? contribution à une sociologie religieuse de Saint-Simon » in :*Archives de sociologie des religions*. Juillet-décembre 1965.

DAVID, Jérôme. Les « tableaux » des sciences sociales naissantes : comparatisme, statistique, littérature ». IN : *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 2001, 5, pp. 37-59.

DELAS, Jean Pierre ; MILLY, Bruno. *Histoire des idées sociologiques*. 2a. ed. Paris : Armand Colin, 2005.

DERRÉ, Jean René (dir.) *Regards sur le Saint-simonisme et les Saint-simoniens*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1986. (Littérature et idéologies)

DESLANDRES, Paul. "Les Débuts de l'Institut Historique"(1834-1846) in : *Revue des Études Historiques*, 1922. (pp. 299 a 325)

DESROSIÈRES, Alain. « Histoires de formes : statistiques et sciences sociales avant 1940. » in : *Revue française de sociologie*, XXVI, 1985, 277-310.

_____. *La politique des grands nombres : histoire de la raison statistique*. Paris : Éditions La Découverte, 1993.

DHOQUOIS, Guy. *Histoire de la pensée historique*. Paris : Armand Colin, 1991.

- DOUAILLIER, Stéphane ; DROIT, Roger-Pol ; VERMEREN, Patrice (dir.). *Philosophie, France, XIXe. siècle. Écrits et Opuscules*. 1^a. Ed. 1993. Paris : Librairie Générale Française, 1994.
- DUPRAT, Catherine. BEC, Colette ; LUC, Jean-Noël ; PETIT, Jacques-Guy. *Philanthropes et politiques sociales en Europe (XVIII-XX siècles)*. Paris : Anthropos ; diff. Economica, 1994.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. « Buchez et la Révolution française ». in : *Annales Historiques de la Révolution française*, 1966, t. 38.
- _____. *Les Débuts du Catholicisme Social en France (1822-1870)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951. (Bibliothèque de la Science Politique)
- DUVAL, André. « Lacordaire et Buchez. Idéalisme révolutionnaire et réveil religieux en 1839. in : *Revue des sciences philosophiques et théologiques*. T XLV n. 3 juillet 1961.
- FABIANI, Jean-Louis. *Les philosophes de la république*. Paris : Les éditions de minuit, 1988.
- FALBEL, N. “Fundamentos Históricos do Romantismo”. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FALCONNET, Ernest. « rejette du matérialisme de Courtet de l’Isle ». *La France littéraire*, 2^{ème} série, t. IV, déc 1937.
- FARIA, Maria Alice de Oliveria. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- _____. “Monglave e o Instituto Histórico de Paris”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº.2, USP, São Paulo, 1967.
- FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, 1995.
- FERRAZ, Marin. *Histoire de la Philosophie en France au XIX siècle : traditionalisme et ultramontanisme*. Paris : Didier et Cie., 1880.
- FESTY, Octave. *Le mouvement ouvrier au début de la monarchie de juillet (1830-1834)*. Paris : Édouard Cornély et Cie, 1908.
- FIDAO-JUSTINIANI, J. E. *Le droit des humbles : études de politique sociale*. Paris : Didier, 1904.
- FORTESCUE, William. *Revolução e contra-Revolução na França 1815 –1852*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- FOSSEYEUX, Marcel. *L'Institut Historique de Paris et l'Histoire de la Médecine*. 1834-1846. Communication faite au quatrième Congrès International d'Histoire de la Médecine. Bruxelles, avril, 1923.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo. Martins Fontes, 1966.
- FREUND, Julien. *D'Auguste Comte a Max Weber*. Paris : Economica, 1992. (Classiques de Sciences sociales)
- FRICK, Jean-Paul. « Les détours de la problématique sociologique de Saint-Simon ». *Revue française de sociologie*, XXIV, 1983, pp. 183-202.
- FURET, François. *L'Atelier de l'histoire*. Paris : Flammarion, 1982.
- GANIERE, Paul. Il Fonda le socialisme chrétien. Connaissez-vous Philippe Buchez ? in : *Histoire pour tous*. N° 95, mars 1968.
- GARCIA, Patrick. « La naissance de l'histoire contemporaine ». in : DELACROIX, Christian ; DOSSE, François ; GARCIA, Patrick. *Les courants historiques en France : 19^e-20^e. siècles*. Paris : Armand Colin, 1999.
- GEIGER, Roger L. « René Worms, l'organicisme et l'organisation de la sociologie ». *Revue Française de Sociologie*, XXII, 1981, pp. 345-360.
- GERBOD, Paul. « Les Historiens de l'enseignement en France au XIX^e. siècle. In : *Histoire de l'éducation*. sd.
- _____. *La Condition Universitaire en France au XIX^e. siècle*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1965.
- _____. « La Révolution enseignée à la jeunesse française dans la première moitié du XIX^e. siècle » in : *Revue Historique*. 112^e. année, t. CCLXXX, Paris : PUF, 1988.
- _____. « La place de l'histoire dans l'enseignement secondaire de 1802 a 1880 ». *L'Information Historique*. 27^e. année, n. 3, mai-juin 1965a.
- _____. « A propos des biographies d'enseignants (1800-1980) » in : *Histoire de l'éducation*, déc. 1982, pp. 47-58.
- _____. « Les facultés des lettres et leur contribution à l'élaboration d'une histoire scientifique de 1830 à 1850 » In : *Revue Historique*. 116^e. année. T. CCLXXXVIII/2. 1992.
- GOBLOT, Jean-Jacques. *La jeune France libérale*. Le Globe et son groupe littéral. 1824-1830. Paris : Plon, 1995.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia. Que é a sociologia?* 5ª. Ed. São paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GOUTHIER, Henri. *La jeunesse d'Auguste Comte et la formation du Positivisme II : Saint-Simon jusqu'à la Restauration*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1936.

_____. *La jeunesse d'Auguste Comte et la formation du Positivisme III. Auguste Comte et Saint-Simon*. Paris : Vrin, 1941.

GRONDEUX, Jérôme ; POTRIN, Isabelle. « L'Activité historique » in : POUTRIN, Isabelle (dir.). *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995.

GRONDEAUX, Jérôme. « Penseurs catholiques et protestants face à l'histoire » in : POUTRIN, Isabelle (dir.) *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995.

_____. « Le catholicisme social face au système démocratique libéral (1870-1914).in : POUTRIN, Isabelle (dir.) *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995.

GUERRY, André-Michel. Statistique Comparée de l'état de l'Instruction et du nombre des crimes. Extrait de la *Revue Encyclopédique*, août 1832.

GUILLO, Dominique. « La sociologie d'inspiration biologique au XIXe. Siècle : une science de 'l'organisation' sociale ». *Revue française de sociologie*, 41-2, 2000, pp. 241-275.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, nº1, 1988/1.

_____. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”. In: *Topoi*, v. 3, pp. 184-200, 2002.

GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história. In: GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GUIZOT, François. *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Paris : Michel lévy Frères, 1860.

_____. *Des Moyens de Gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*. Introdução de Claude Lefort. Paris: Éditions Belin, 1988.

_____. *Méditations et études morales*. Didier, 1852.

_____. *Les doctrinaires et la presse (1820-1830)*. Le Val Richer, 23-24 septembre 1993. Textes réunis et établis par Dario Roldan, 1994.

_____. Discours prononcé par M. Guizot, ministre de l'Instruction publique, dans la discussion du projet de loi sur les associations. Chambre des députés, session de 1834.

_____. Extraits précédés d'une introduction. Instruction publique – Education, par. Félix Cadet. Paris : librairie classiques Eugène Belin, 1889.

GUSDORF, Georges. *Introduction aux sciences humaines*. Paris : Editions Ophrys, 1974.

_____. *Les sciences humaines et la conscience occidentale l'avènement des sciences humaines aux siècles des lumières*. Paris : Payot, 1973.

GUYON, B. *La pensée politique et sociale de Balzac*. 2a. ed. Paris : Librairie Armand-Colin, 1969.

HALÉVY, Elie. « La doctrine économique de Saint-Simon » in : *Revue du Mois*. Tome IV, Juillet-Décembre 1907. Paris : Le Soudier.

_____. « La doctrine économique de Saint-Simon » in : *Revue du Mois*. Tome VI, Juillet-Décembre 1908. Paris : Le Soudier.

HALPHEN, Louis. *L'Histoire en France depuis cent ans*. Paris : Armand Colin, 1914.

HEILBRON, Johan. *Naissance de la sociologie*. Marseille, France : Agone, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBÁÑEZ, José E. Rodrigues. *La perspectiva sociológica: História, teoria y método*. 2ª.ed. Madrid: Taurus, 1992.

IONESCU, Ghita. *El Pensamiento Político de Saint-Simon*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983

ISAMBERT, François-André. « Physiologie sociale et système des sciences chez Buchez ». In : *Cahiers internationaux de sociologie*. XXXVI, 1964.

_____. « Époques critiques et époques organiques : une contribution de Buchez à l'élaboration de la théorie sociale des saint-simoniens ». IN : *Cahiers Internationaux de sociologie*. XXVII, Paris : PUF, 1959.

_____. *De la Charbonnerie au saint-simonisme : étude sur la jeunesse de Buchez*. Paris : Les éditions de Minuit, 1966.

_____. « L'élaboration de la notion de sacré dans 'l'école' durkheimienne ». *Archives de sociologie des religions*. 42, 1976, p. 35-56.

_____. « Religion et science de l'histoire chez Buchez (1796-1865) » in : *Archives de sociologie des religions*. Juillet-décembre 1965.

_____. *Politique, religion et science de l'homme chez Philippe Buchez*. Paris : Éditions cujas, 1967.

JARDIN, André. TUDESQ, André Jean. *La France des notables – l'évolution générale 1815-1848*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

_____. *La France des notables: la vie de la nation 1815-1848*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

KNIBIEHLER, Yvonne. *Naissance des sciences humaines: Mignet et l'histoire philosophique au XIXe. Siècle*. Paris: Flammarion, 1973.

LAHIRE, Bernard (org.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. Paris : La Découverte, 2001.

LALLEMENT, Michel. *Histoire des idées sociologiques des origines à Weber*. Paris: Nathan, 1993.

LARIZZA-LOLLI, Mirella. « Le premier rayonnement en France des idées d'Auguste Comte (1824-1848) : les milieux, les institutions, les hommes » in : *Revue d'histoire du XIXe. siècle*, 1993, n. 9.

LECUYER, Bernard-Pierre. *Statistiques administratives et statistique morale au XIXe. Siècle* : esquisses d'un inventaire et d'une problématique en vue d'un panorama historique. Société française de sociologie/ I.N.S.E.E. Journée d'études « Sociologie et Statistique » (vendredi 15 octobre 1982).

_____. *Démographie statistique et hygiène publique sous la Monarchie Censitaire*. Séminaire d'Histoire de la Sociologie empirique en France, 1977.

_____. « Frédéric Le Play, fondateur de la 'science sociale' in : *Communications*. (EHESS – Centre d'études transdisciplinaires – sociologie, anthropologie, politique) Paris : Seuil, 1992. pp. 39-49.

_____. « Historiens et enquêteurs sociaux : quelques réflexions sur leur ignorance mutuelle sous la monarchie censitaire » in : *Historiens et sociologues aujourd'hui* : journées d'études annuelles de la société française de sociologie. Université de Lille I. 14-15 juin 1984. Éditions du centre National de la Recherche scientifique. Paris, 1986.

_____. « Médecins et observateurs sociaux : les annales d'hygiène publique et de médecine légale (1820-1850) ». In : *Pour une histoire de la statistique*. T. 1/ contributions. Paris : 1977.

LEFEBVRE, Georges. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona: Martínez Roca, 1974.

LÉONARD, Jacques. *Médecins, malades, et société* dans la France du XIXe. Siècle. Paris : Sciences en situation, 1992.

_____. *La médecine entre les savoirs et les pouvoirs*, Paris, Aubier Montaigne, 1981, 386 p.

LÉPENIES, Wolf. « Pour une histoire des rapports entre la sociologie et la philosophie. » in : *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 47/48 – juin 1983, pp. 37-44.

_____. *As três culturas*. São Paulo : USP, 1996.

LEROUX, Robert. *Histoire et sociologie en France*. De l'histoire-science à la sociologie durkheimienne. Paris: PUF, 1998.

LEROY, Maxime. *Histoire des Idées sociales en France : D'Auguste Comte a P.-J. Proudhon*. Paris : Gallimard, 1954.

_____. *Histoire des Idées sociales en France : de Babeuf a Tocqueville*. Paris : Gallimard, 1950.

_____. *Le socialisme des Producteurs : Henri de Saint-Simon*. Paris : Marcel Rivière, 1924.

LETERRIER, Sophie-Anne. *Le XIXe. Siècle historien* : Anthologie raisonnée. Paris : Belin, 1997.

_____. *L'Institution des sciences morales* : l'Académie des sciences morales et politiques 1795-1850. Paris : L'Harmattan, 1995.

_____. « Un réseau de pensée européen : l'Académie des sciences morales et politiques sous la Monarchie de Juillet » in : *Revue d'histoire du XIXe. Siècle*, 1991, 7.

LÉVY-BRUHL, L. « Auguste Comte » in : *La tradition philosophique et la pensée française*. Paris : Félix Alcan, 1922.

LHOMME, Jean. *La Grande Bourgeoisie au Pouvoir* (1830-1880). Paris: Presses Universitaires de Paris, 1960. (Bibliothèque de la Science Économique)

LIMA, L. C. *O controle do imaginário – Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

LOTTIN, Joseph. *Quételet : statisticien et sociologue*. New York, EUA : Burt Franklin, 1969.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura Ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura no século XIX*. Campinas, S.P.: UNICAMP, 2001.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elemento para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1998.

LYON-CAEN, Judith. « Le romancier lecteur du social » in : *Revue d'histoire du XIXe. Siècle*. 2002, n. 24, pp. 15-32.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. “O Pensamento Conservador”. In: MARTINS, José de Souza. (org) *Introdução à Sociologia Rural*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTIN, Thierry. « La philosophie de l'histoire de Cournot ». IN : *Revue d'histoire des Sciences Humaines*, 2005, 12, 141-162.

MARX, K. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo : Centauro Ed., 2000.

MATALON, Benjamin. « Pourquoi faire l'histoire des sciences de l'homme ? » in : *Communications : Les débuts des sciences de l'homme*. n. 54 ; Paris : Seuil, 1992.

MAYERHOFFER, Lucas. “Sobre as origens dos Institutos Históricos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 317 – Out.-Dez., 1977.

MÉLONIO, Françoise. BAECQUE, Antoine de. *Histoire culturelle de la France. Lumières et liberté. (Les dix-huitième et dix-neuvième siècles)* .V. 3. Paris: éditions du Seuil, 1998.

Mémoires de L'Académie Royale des sciences morales et politiques de l'Institut de France. T. III Paris, 1841, Typographie de Firmin Didot Frères.

MICHEL, Arlette. « Buchez et la 'déclaration des droits de l'homme' ». in : *Revue d'histoire littéraire de la France*. Juil-oct 1990. N° 4-5.

MIREAUX, Émile. *Guizot et la renaissance de l'Académie des sciences morales et politiques*. Paris : typographie de Firmin-Didot et Cie., 1957.

MISKOLCI, Richard. « Do Desvio à Diferença ». *Teoria e Pesquisa*. V. 1, nº47 (2005).

MONOD, Introduction de la Revue historique. 1876. « Du progrès des études historiques en France depuis le XVIe. Siècle ».

MORAES FILHO, Evaristo de. (org.) *Augusto Comte: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978.

MORAZÉ, Charles. *La France Bourgeoise*. XVIIIe. – XIXe. Siècles. 3^a ed. Paris: Libraire Armand Colin, 1952.

MUCCHIELLI, Laurent. “O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914)”. *Revista Brasileira de História*, 21 (41), São Paulo, p. 35-54, 2001. www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a03v2141.pdf

_____. *La découverte du social: naissance de la sociologie en France (1870-1914)*. Paris : La Découverte, 1998.

NAVET, Georges. « Eugène Lerminier (1803-1857) : la science du droit comme synthèse de l'histoire et de la philosophie ». in : *Revue d'histoire des sciences Humaines*, 2001, 4, 33-56.

NETTO, J. P. (org.) *Lukács*. Col. Grandes C. Sociais. Ática, 1981.

NISBET, Robert A. *História da idéia de progresso*. Trad. De Leopoldo José Collor Jobin. 1^a. Edição 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. *O conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987. (Temas de Ciências Sociais, nº 1)

_____. *La tradition sociologique*. 1^a. Ed. 1966. Paris: Quadrige/PUF, 1984.

_____. « Conservantismo ». In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (orgs.) *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (p. 118-165)

_____. “As idéias- unidades da Sociologia”. In: MARTINS, José de Sousa. (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

- _____. “Conservadorismo e Sociologia” In: MARTINS, José de Sousa (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- OLENDER, Maurice. *Las lenguas del paraíso: arios y semitas – una pareja providencial*. Barcelona: Seix Barral, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1991.
- _____. “Durkheim : arquiteto e herói fundador”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – ANPOCS, 4(11), outubro de 1989, pp. 5-22.
- _____. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo : Olho d’Água, 1992.
- PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre. *La Prostitution a Paris au XIXe. siècle*. Texte présenté et annoté par Alain CORBIN. Paris : Seuil, 1981.
- PATRIS, B. Combes de. “La Société et la Revue des Études Historiques au cours d’un siècle”(1833-1933), id. 1933 (pp. 283-295) in: *Revue des Études Historiques*, 1933.
- PERROT, Michelle. « Premières mesures des faits sociaux : les débuts de la statistique criminelle en France (1780-1830). » in: *Pour une histoire de la statistique*. T. 1/ contributions. Paris : 1977.
- PETIT, Annie. « Comte et Littré : les débuts autour de la sociologie positiviste. In : *Communications* (EHESS – Centre d’études transdisciplinaires – sociologie, anthropologie, politique). 54 / 1992, Seuil.
- _____. « Les Mouvements positivistes. In : POUTRIN, Isabelle (dir.) *Le XIXe. Siècle*. Paris : Berger-Levrault, 1995.
- PETITFILS, Jean-Christian. *Os Socialismos Utópicos*. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- _____. “Os Brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856. In: *Idéias: Revista do IFCH/UNICAMP*. Campinas, SP. Ano 7 (2) / 8 (1) 2000-2001.
- PIÑERO, José Maria López. *Breve história de la medicina*. 3ª. Ed. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

PIRE, Jean-Miguel. *Sociologie d'un volontarisme culturel fondateur* : Paris: L'Harmattan, 2002.

PONTEIL, Félix. *La Monarchie Parlementaire 1815-1848*. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

_____. *Les institutions de la France de 1814 à 1870*, Paris: PUF, 1966.

Rapport sur les statistiques civiles du ministère de la justice, par M. Bérenger (Académie des sciences morales et politiques)

RAISON, Timothy. *Os precusores das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

RÉGNIER, Philippe (dir.) *Études saint-simoniennes*. Lyon : Presses universitaires de Lyon, 2002.

RÉIZOV, B. *L'Historiographie Romantique française. 1815-1830*. Moscou: Éditions en Langues Etrangères, 1947.

RÉMI-GIRAUD, Sylvianne. « Le mot race dans les dictionnaires français du XIXe. siècle ». in : MOUSSA, Sarga (dir.) *L'idée de « race » dans les sciences humaines et la littérature (XVIIIe. – XIXe. siècles)*. Actes du colloque international de Lyon (16-18 novembre 2000). Paris : L'Harmattan, 2003.

RÉMOND, René. *Introdução à História do nosso tempo: O antigo regime e a Revolução: 1750 – 1850 v. 1*. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. *La vie Politique en France depuis 1789*. Tome I – 1789-1848. Paris: Librairie Armand Colin, 1965.

_____. *O século XIX 1815-1914*. São Paulo: editora Cultrix, 1974.

_____. *Pour une histoire politique*. Paris: Éd. Du Seuil, 1988. Rééd., coll. «Points», 1996.

_____. *Les Droites em France*. Paris: Aubier, 1985. (Coleção histórica dirigida por Maurice Agulhon e Paul Lemerle)

RENNEVILLE, Marc. « De la régénération à la dégénérescence : la science de l'homme face à 1848 » in : *Revue d'histoire du XIXe. Siècle*, n. 15, 1997 / 2.

RIGAUDIAS-WEISS, Hilde. *Les Enquêtes ouvrières en France entre 1830 et 1848*. Paris : Félix Alcan, 1936.

RIGNOL, Loïc ; RÉGNIER, Philippe. « Races et politiques dans l'Histoire de France chez Victor Courtet de l'Isle (1813-1867) : Enjeux de savoir et luttes du pouvoir au XIXe. siècle ». IN : RÉGNIER, Philippe (dir.) *Études saint-simoniennes*. Paris : Presses universitaires de Lyon, 2002.

RIGNOL, Loïc. « La phrénologie et le déchiffrement des races : savoir, pouvoir et progrès de l'humanité ». in : MOUSSA, Sarga (dir.) *L'idée de « race » dans les sciences humaines et la littérature* (XVIIIe. – XIXe. siècles). Actes du colloque international de Lyon (16-18 novembre 2000). Paris : L'Harmattan, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris : Gallimard, 1985.

SAVOYE, Antoine. *Les débuts de la sociologie empirique: études socio-historique (1830-1930)*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1994.

_____. « Les continuateurs de Le Play et l'enseignement de la 'science sociale' » in : *Communications*. (EHESS – Centre d'études transdisciplinaires – sociologie, anthropologie, politique) Paris : Seuil, 1992. pp. 53-73.

_____. « Les continuateurs de Le Play au tournant du siècle » . IN : *Revue Française de Sociologie*, XXII, 1981, pp. 315-344.

SOURNIA, Jean-Charles. *Histoire de la médecine*. Paris : La Découverte, 1997.

RUSS, Jacqueline. *O Socialismo Utópico*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIGEL, Jerrold E. *Paris Boêmia*. Cultura e política os limites da vida burguesa – 1830-1930. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SIMON, Pierre-Jean. *Histoire de la Sociologie*. Paris : La Découverte, 2005.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um regime*. São Paulo: Ed. Da USP, 1988.

_____. *“Evaristo da Veiga”: História dos Fundadores do Império*. São Paulo: Ed. Da USP, 1988. v. 6.

_____. “Um brasileiro adotivo”. In: *Revista Cultura*, Ministerio da Educação, 1949, nº3.

SCHWEBER, Libby. « L’histoire de la statistique, laboratoire pour la théorie sociale ». In : *Revue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996, pp. 107-128.

SUTER, Jean-François. « Du libéralisme au saint-simonisme ». in : *Économies et sociétés*. T. IV, nº 6, juin 1970.

SUMPF, Joseph. « Durkheim et le problème de l’étude sociologique de la religion » in : *Archives de sociologie des religions*. Juillet-décembre 1965.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999[a].

STOCKING, George W. *Race, Culture and evolution*. Essays in the history of anthropology. University of Chicago Press, 1968.

PARENT-DUCHATELET, Alexandre. *La prostitution a Paris au XIXe. siècle*. Texte présenté et annoté par Alain Corbin. Paris : Seuil, 1981.

THERBORN, Göran. *Ciência, classe y sociedad: sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico*. México: siglo veintiuno editores, 1980.

TIMASHEFF, N. S. *Teoria Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

TIRYAKIAN, E. A. “Émile Durkheim”. In: BOTTOMORE, T. NISBET, R. (orgs.) *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (pp. 252-316)

TOLLEY, Bruce. « Balzac et les saint-simoniens ». in : *L’Année Balzacienne*. Paris : Garnier Frères, 1966.

TOUCHARD, Jean. *História das idéias Políticas*. Lisboa: Publicações Europa América, 1970.Vol.5

THUILLIER, Guy ; TULARD, Jean. *Les écoles historiques*. Paris : PUF, 1990.

TRINDADE, Liana Salvia. *As raízes ideológicas das teorias sociais*. São Paulo: Ática, 1978.

TRONCHON, Henri. « Les études historiques et la philosophie de l’histoire aux alentours de 1830 ». in : *Revue de Synthèse*, 1922.

TUDESQ, André-Jean. *Les grands notables en France (1840-1849)* Étude historique d'une psychologie sociale. T. I et II. Paris : PUF, 1964.

VALENSISE, Marine. *François Guizot et la culture politique de son temps*. Colloque de la Fondation Guizot Val Richer. Paris : Gallimard, 1991.

VARGAS, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que Nunca : Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria Ltda., 2000.

VATIN, François. *Trois essais sur la genèse de la pensée sociologique*. Paris : La Découverte, 2005.

VIGIER, Philippe. *La Monarchie de Juillet*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

WEILL, Georges. *Histoire du catholicisme libéral en France 1828-1908*. Paris-Genève : Slatkine, 1979. (Ressources)

_____. *Histoire du parti républicain en France*. Paris : Libraire Félix Alcan, 1928.

_____. *L'école Saint-simonienne son histoire son influence jusqu'à nos jours*. Paris : Felix Alcan, 1896.

WALCH, Jean. « Romantisme et positivisme : Une rupture épistémologique dans l'historiographie ? » in : *Romantisme*. Revue du dix-neuvième siècle. N. 19 ;1978. pp.161-172.

_____. *Les Maîtres de l'histoire 1815-1850* Augustin Thierry, Mignet, Guizot, Thiers, Michelet, Edgard Quinet. Paris-Genève : Champion-Slatkine, 1986.

_____. *Michel Chevalier : économiste saint-simonien*. 1806-1979. Paris :Vrin, 1975.

WORMS, R. « L'organisations scientifique de l'histoire » *Revue internationale de sociologie*, 1894, v. 1.

_____. Sur la définition de la sociologie. *Revue internationale de sociologie*, 1893, n. 2 année 1.

Outras Fontes

Impressos do Instituto Histórico de Paris: *Journal de L'Institut Historique* e *L'Investigateur*, Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. (1834-1860)

Manuscritos: Atas do Conselho; das Assembléias Gerais; das Assembléias da Classe de História das Línguas e Literaturas e da Classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas do Instituto Histórico de Paris, 1834-1846. AEL/IFCH/UNICAMP.

Dicionários Biográficos

BLAKE, Sacramento. *Dicionário biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

La France Littéraire, ou Dictionnaire bibliographique. J.-M. QUÉRARD, Paris: Maisonneuve & Larose, s. d.

La Grande Encyclopédie, Inventaire Raisoné des Sciences, des Lettres et des Arts, par l'une société des Savants et de gens de lettres. Paris : Société anonyme de la Grande Encyclopédie.

Le Petit Robert de la Langue Française. Paris: Dictionnaire Le Robert, 1997.

Le Petit Robert des Noms Propres. Dictionnaire alphabétique et analogique. Paris: Dictionnaire Le Robert, 1997.

Biographie des Hommes du jour. Germain Sarrut et B. Saint-Edme, membros do Instituto Histórico. (T. I – IV) Paris: Henri Krabelibraire, 1835.

Grand Dictionnaire Universel du XIX^o siècle, Pierre Larousse. Paris, Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1866.

Revistas

NITERÓI, Revista Brasiliense – Ciências, Letras e Artes. Tomo primeiro, Nº 1 - Introdução de Plínio Doyle. Apresentação crítica de Antônio Soares Amora. e Nº 2, Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1978.

Mémoires de la Société ethnologique.

Bulletin de la Société de linguistique de Paris, 1869, t. 1, n. 1, v. IV.

Le Producteur. Journal de l'Industrie, des sciences et de beaux-arts. 1825-1826.

L'Européen.

ANEXO

SOBRE A COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS

Além dos membros fundadores, também aderiram ao Instituto alguns acadêmicos como: Alexandre Duval; Patin; Pongerville; Népomucène Lemerrier; os historiadores Chérueil; Norvins; Poujoulat; César Cantú e Viel-Castel. Destacaram-se os literatos Jean-Jacques Ampère, d'Arlincourt, Ferdinand Dugué, Émile Deschamps, Arsène Houssaye, Eugène Labiche, Sénancour e, conforme a lista publicada no *Investigateur* em 1860, Balzac e Béranger também teriam sido membros do IHP. Outros nomes importantes: Royer Collard¹⁵³ e Quetelet (membro correspondente da Bélgica); vários eruditos: Du Sommerard, Huillard-Bréholles¹⁵⁴; Jubinal; F. de Lasteyrie; Albert Lenoir; Onésime Leroy; Longpérier; Jomard; Le Glay; além dos juristas Ortolan e Valette; o economista Hippolyte Carnot; os nobres: de Broglie¹⁵⁵; conde Merlin, da Academia de Ciências Morais e Políticas; conde Mole, da Academia Francesa; conde Le Pelletier d'Aunay; Amédée de Pastoret; conde Reinhard, o conde Siméon, barão Taylor¹⁵⁶.

As publicações do IHP denotam que havia uma preocupação em destacar os nomes “ilustres” que compunham a sociedade. No relatório enviado ao Ministro da Instrução Pública (o conde de Salvandy) em setembro de 1845, dedicou-se um item para destacar os “Homens eminentes que fizeram parte do Instituto”. Segundo a lista, os seguintes nomes haviam se afastado por falecimento ou devido a outras ocupações: Berton, da Academia de Belas-Artes; Bory de Saint-Vincent, membro correspondente da Academia de Ciências; Bouillaud, da Academia de Medicina; de Laborde (Alexandre), da Academia de Inscrições e Belas-Letras e da Academia de Ciências Morais e Políticas; Geoffroy Saint-Hilaire, da Academia de Ciências Morais e Políticas; Michaud, da Academia francesa; Ampère, da

¹⁵³ Foi votado para ocupar o cargo de vice-presidente adjunto do IHP em 1841.

¹⁵⁴ Secretário adjunto do IHP em 1845 e Vice-presidente adjunto da 2ª. classe do IHP em 1837.

¹⁵⁵ Seria o Marechal conde Ferdinand de Broglie, filho do “célebre” conde de Broglie.

¹⁵⁶ Para obter outras informações biográficas cf. Maria Alice FÁRIA. “Monglave e o Instituto Histórico de Paris”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº.2, USP, São Paulo, 1967, p. 47; e Paul DESLANDRES. “Les débuts de l’Institut Historique” (1834-1846). *Revue des Études Historiques*, 1922; (pp. 299 a 325).

Academia de Ciências; Ballanche; Destut de Tracy; Lemerrier, da Academia Francesa; de Lamartine, deputado; o barão d'Eckestein; Laurentie; o abade Guillon, bispo do Marrocos; o conde de Lasteyrie, deputado; o duque de Doudeauville; o duque de Choiseul; o barão Notret de Saint-Lys; M. De Salvandy, da Academia Francesa; Carnot, Merlin, Siméon, Reinhard, da Academia de Ciências Morais e Políticas; Cherubini, da Academia de Belas-Artes. Efetivamente, a maior parte dos nomes listados nessa ocasião aderiu ao Instituto mas pouco ou jamais contribuiu com as atividades; este, por sua vez, valeu-se desses nomes para angariar legitimidade e reconhecimento.

Alguns membros destacaram-se pela generosa “devoção”, entre eles encontravam-se: M. d'Aunay, o coronel Thompson, Anatole Demidoff, conde Clément de Ris, o visconde de Marquessac, príncipe Henri da Prússia, o príncipe Gunther de Soudershausen, o rei de Wurtemberg, o duc de Doudeauville, o comendador Mouttinho, cavaleiro d'Araújo, o príncipe Napoleão Luís Bonaparte, o príncipe de Schaumbourg Lippe, general Bustamente, o príncipe Jerônimo Napoleão, o marquês de Santa Cruz, antigo bispo do México, os ministros da Rússia Bludoff e de Cancrine, Winthorp de Boston, Francis Burdett, John Bostock e Mount Stuart Elphistone. Alguns dos príncipes listados nessa ocasião receberam o título de “membro protetor do IH”, entre eles: o rei da Sardenha; o rei de Wurtemberg; o rei dos Belgas; o príncipe real da Baviera; o príncipe da Prússia; o príncipe de Saundershausen; o príncipe de Schaumbourg-Lippe; os príncipes Luís e Jerônimo Bonaparte (os primeiros que aceitaram o título de membros protetores). Em 1842, também aceitaram este título o Imperador do Brasil, o grão-duque de Toscana e o conde de Syracuse.

O Instituto Histórico de Paris recebia membros residentes e correspondentes. Entre os membros correspondentes destacaram-se, na Itália: Constance Gazzera, secretário da Academia real de ciências em Turino; Hittorff, J. J. arquiteto, membro da Academia de Milão e da Sociedade dos antiquários de Londres; Ingres, membro correspondente do IHP, membro da Academia de belas-artistas, diretor da Academia da França em Roma; Barante, da Academia Francesa, embaixador da França em Turino, correspondente do IHP no Piemonte. Espanha: Martinez de la Rosa, ministro da rainha da Espanha em Madri. Inglaterra: o economista Owen. Portugal: Antonio Feliciano de Castilho, da Academia real de Lisboa; Abreu e Lima, ministro de Portugal. Bélgica: Quetelet, diretor do Observatório de Bruxelas

e secretário perpétuo da Academia real; Gerlache, E. C. de. Membro da Academia de ciências e belas-letas de Bruxelas; Marinus, secretário da Sociedade de ciências naturais e médicas de Bruxelas. Além destes, Kirckhoff, vice-presidente da sociedade de ciências, letras e artes de Anvers; C. F. Bachmann, professor de filosofia e diretor da Sociedade mineralógica de Iena e Chopin, da Academia arqueológica de Moscou.

Destacamos a participação de membros diretamente ligados ao governo, como Constant Berrier, chefe de *bureau* no ministério da Instrução Pública e Joseph Blanc, secretário geral do ministério do interior.

O IHP aproximou-se de várias sociedades científicas, principalmente por meio de membros em comum. A lista de membros, publicada em 31 de dezembro de 1834, fornece-nos muitos exemplos: Academia de Inscrições e Belas-Letras: conde Alexandre de Laborde; conde Ch. Fred. Reinhard; Academia de Ciências Morais e Políticas: conde Merlin; Destutt de Tracy; Carnot; conde Alexandre de Laborde; conde Ch. Fred. Reinhard; Academia Francesa: de Jouy; Lamartine; Népomucene Louis Lemercier; Destutt de Tracy; Michaud; Academia de Ciências: L. T. de Guignes, membro correspondente da Academia de Ciências; Bory de Saint-Vincent; Warden; Academia Real de Lyon: Boullée, (membro correspondente do IHP, do departamento de Rhône); Ballanche; J. Gerre (correspondente do IHP); César Moreau, diretor da Sociedade Francesa de Estatística Universal; Academia de Belas-Artes: Debret, primeiro pintor e professor da Academia Imperial Brasileira de Belas Artes do Rio de Janeiro, membro correspondente da Academia de Belas Artes da França; Berton, músico; Chérubini, músico; Lebas, arquiteto; Ferd. Paer, diretor da Música da capela do Rei, o visconde J. B. Siméon; Guyot de Fère, secretário perpétuo da Sociedade de Encorajamento para as Belas-Letras; Academia de Medicina: J. Bouillaud, Victor Bally, Isidore Bricheteau, François, Guerbois, Mège; membros correspondentes dos departamentos: Montvalon, secretário perpétuo da Academia de Ciências, Agricultura, Artes e Belas-Letras; Pigeon, médico, secretário da Academia de Ciências de Dijon; Male, secretário da Sociedade de Ciências, Letras e Artes do Bas-Rhin; Nicot, secretário perpétuo da Academia Real do Gard, em Nîmes; Boucher de Perthes, presidente da Sociedade Real de Emulação de Abbeville.

Em 1860, encontra-se publicada no *Investigateur* uma longa lista de academias e de sociedades científicas com as quais o Instituto Histórico manteve alguma relação:

Academia Francesa; Academia de Inscrições e Belas-Letras; Academia Imperial de Ciências, Artes e Belas-Letras de Bordeaux; Academia Imperial de Ciências, Inscrições e Belas-Letras de Toulouse; Academia Imperial de Ciências, Belas-Letras e Artes de Rouen; Academia Imperial de Ciências, Belas-Letras de Dijon; Academia de Belas-Letras e Artes de Clermont-Ferrand; Sociedade Filotécnica, Paris; Sociedade Etnológica de Paris; Sociedade Livre de Belas-Artes, Paris; Sociedade Imperial de Antiquários da França, Paris; Sociedade de Geografia, Paris; Sociedade da Moral Cristã (Paris); Sociedade Marítima, Paris; Sociedade Imperial de Agricultura, Ciências e Artes do arrondissement de Valenciennes; Sociedade de Agricultura, Ciências e Artes d'Angers; Sociedade dos Antiquários da Picardie; Sociedade Nacional do departamento do Gard; Sociedade Livre de agricultura, Ciências e Artes de l'Eure; Sociedade de Agricultura, Comércio, Ciências e Artes de Marne; Sociedade Arqueológica de Touraine, em Tours; Sociedade de Agricultura, Ciências e Artes de Meaux; Sociedade de Ciências, Belas-Letras e Artes do departamento do Var (Toulon); Sociedade de Emulação de Abbeville; Sociedade Imperial Arqueológica do sul da França; Sociedade de Antiquários da Morinie, Saint-Omer; Sociedade Nacional de Ciências, Letras e Artes de Cherbourg (Manche); Sociedade Arqueológica de Béziers; Sociedade Arqueológica de Soisson; Academia Imperial de Ciências da Rússia; Academia Real de Ciências e Belas-Letras da Bélgica; Academia Real de Ciências de Nápoles; Academia Real de Ciências de Munique; Academia Real Aretina, de Ciências, Belas-Letras e Artes de Arezzo; Academia de Ciências, Belas-Letras e Artes do Vale de Arno; Academia I. R. della Valle Tiberina Toscana; Associação Central dos Comitês Históricos e Arqueológicos da Alemanha; Comissão Real sobre os Estudos de História Nacional do Piemonte; Instituto Real Lombard de Ciências, Letras e Artes, Milão; Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; Museu Germânico; Sociedade de Antiquários de Zurique; Sociedade de História de Massachussets; Sociedade dos Antiquários do norte da América, Boston; Sociedade dos Antiquários do Norte, Copenhague; Sociedade de ciências da Haute-Lusace, em Goërlitz; Sociedade de Ciências, de Artes e de Letras do Hainaut, Bélgica; etc.

Nota-se um número considerável de membros do IHP que ocupavam funções políticas nos governos de seus países, dentre eles estavam: Michel de la Barra, encarregado de negócios do Chile; Georges Blumm, ligado à embaixada da Suécia; Casimir Olaneta, ministro da Bolívia; Lorenzo de Zavala, ministro do México; Edward Livingsgton, ministro

dos Estados Unidos; Dominique Chevalay, da embaixada da Sardenha; conde d'Armansberg, conselheiro íntimo do rei da Grécia, primeiro ministro em Athenas; além de vários brasileiros, cujos nomes estão listados a seguir.

BRASILEIROS NO INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS

Entre os anos de 1834 e 1856 o IHP estabeleceu um forte laço entre a França e o Brasil, e merece uma atenção especial. Atribuímos a intensa participação de brasileiros no Instituto, sobretudo entre os anos de 1834 a 1846, à ação do secretário perpétuo, Eugène Garay de Monglave; considerado um importante fator de aproximação entre os dois países.

A leitura das atas manuscritas e das publicações do IHP torna evidente o fato de que o Brasil ocupou um lugar especial no Instituto. Alguns brasileiros participaram do movimento de sua fundação e organização, fizeram-se sócios fundadores. Não há dúvida de que foi pelo convite de Monglave que Porto Alegre, Torres Homem e Magalhães foram apresentados e admitidos como membros do IHP.

Na assembléia geral de 7 de junho de 1834, o nome de Sales de Torres Homem já figurava na lista de presença da ata manuscrita da sessão. Em 26 de junho de 1834, Magalhães apareceu pela primeira vez na lista de presença da quinta Assembléia Geral, e de acordo com Faria (1970, p. 82), antes disso, esteve presente na 1^a. sessão da terceira classe, de Línguas e Literatura, em 14 de junho de 1834. Em 4 de junho 1834, Araújo Porto Alegre foi citado pela primeira vez. Araújo Porto Alegre e Magalhães, fazendo uso do direito que lhes facultava o regulamento, apresentaram vários brasileiros ao Instituto. Na 6^a. assembléia geral, de 4 de julho de 1834, indicaram Sérgio Teixeira de Macedo; João Martins Leão (o Visconde de São Leopoldo); o português Silvestre Pinheiro; Monte-Alverne; e o francês J.-B. Debret, da Academia de Belas Artes.

Os primeiros anos de atividade da sociedade foram os que mais entusiasmaram os brasileiros, já que muitos se associaram ao Instituto logo no início de suas atividades. A lista de membros, publicada no *Journal de L'Institut Historique* no final de 1834, comprova este argumento. Os brasileiros citados eram:

1^a. classe – História Geral - Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond, Ministro do Brasil em Turim (correspondente); Pedro de Araújo Lima; Francisco de Monte-Alverne.

2^a. classe – História das Ciências Sociais e filosóficas - Francisco de Sales Torres Homem, secretário da Legação Brasileira em Paris (residente); Sérgio Teixeira de Macedo, encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa; Marcos Antônio de Araújo, encarregado dos negócios do Brasil em Hamburgo; e J.-J. da Rocha, ministro do Brasil em Roma.

3^a. classe – História da Línguas e Literaturas - Magalhães e Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva, Ministro do Brasil em Paris; e José Feliciano, o Visconde de S. Leopoldo.

4^a. classe – História das Ciências Físicas e Matemáticas - Dr. João Martins Leão, doutor em Medicina no Rio de Janeiro (correspondente)

5^a. classe – História das Belas-Artes – Manoel de Araújo Porto-Alegre, pintor brasileiro (residente)

Em 8 de julho de 1835, nota-se novamente uma significativa adesão de brasileiros ao Instituto. Nesta ocasião, o secretário perpétuo fez a leitura das correspondências e destacou as cartas de adesão de vários brasileiros:

1^a. classe – O Visconde de S. Leopoldo; Dr. José Cardoso de Menezes; Carneiro da Silva.

2^a. classe – Frei Policarpo de Santa Gertrudes; Manoel Valadão Pimentel.

3^a. classe – Januário da Cunha Barbosa; Evaristo Ferreira da Veiga.

4^a. classe – Francisco Freire Alemão; Joaquim Vincente Torres Homem; Guimarães Peixoto; José Martins da Cruz Jobim; José Andries Torres e João Paulo dos Santos Barreto; todos do Rio de Janeiro.

Após 1835, poucos brasileiros se apresentaram: 1836: Luís Antônio de Alvarenga da Silva Peixoto (3^a. classe); 1837: 1^a. classe – Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté; 3^a. classe – coronel Manoel José de Oliveira (diretor de Obras Públicas no Rio de Janeiro); General Raymundo José da Cunha Matos; e Francisco Bernardino Ribeiro. Em 1838 nenhum brasileiro foi citado nas atas. Em 1839, apenas dois: José Ortiz da Silva; Fernando de Melo Coutinho de Vilhena, ambos na primeira classe.

Após 1839, quando o Brasil passou pela crise das Regências, os brasileiros se dispersaram e a referência a eles só seria notada novamente a partir de 1842. Por meio do registro de uma correspondência do Dr. José Cardoso de Menezes, na ata de 20 de junho de 1842, podemos concluir que ele foi o responsável por reunir os brasileiros dispersos e apresentar novos sócios. A carta, lida por Angel Renzi, administrador da sociedade, apareceu comentada nos seguintes termos:

Uma carta de M. Cardoso de Menezes cheia de cordialidade para o Instituto Histórico. M. Cardoso De Menezes se oferece para servir com todas as suas forças os interesses de nossa sociedade no Brasil; ele já se ocupou em ver nossos inúmeros correspondentes no Rio de Janeiro, de escrever para aqueles que estão longe; de um certo modo, ele se fez o elo de ligação entre eles e nós, unicamente no interesse da ciência que nós cultivamos e que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil cultiva com tanto sucesso. Esse devotamento tão raro, tão desinteressado, merece elogios e o reconhecimento do Instituto Histórico. A classe partilha essa opinião, e vota por unanimidade os agradecimentos à M. Cardoso de Menezes.

Neste mesmo ano, os registros listam os nomes de Antônio de Moraes e Carvalho (1^a. classe), e D. Pedro II (4^a. classe). Em 1843, foram admitidos: Araújo Coutinho Viana e Dr. Antônio Maria de Miranda e Castro, ambos na 3^a. classe; Tibúrcio Antônio Craveiro e José Maria do Amaral, ambos na 2^a. classe. No ano de 1844, José Corrêa Lima (4^a. classe); João Antônio de Miranda (1^a. classe); Santiago Nunes Ribeiro (2^a. classe); Antônio de Vasconcelos Menezes de Drummond (1^a. classe); João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão (1^a. classe); José Francisco Sigaud (3^a. classe). Em 1845, aparecem os nomes: (?) Dias e Alfredo Varela. Em 1846, apenas um brasileiro está registrado nas atas: José Joaquim Ferreira do Vale, Visconde do Desterro. Da mesma forma, em 1850, somente Ângelo Tomás do Amaral (2^a. classe) foi registrado na lista de membros.

Na última lista de membros em que figuram brasileiros, publicada no *Investigateur*, e referente aos anos 1855-56, destacam-se os seguintes nomes: D. Pedro II – Membro protetor.

1^a classe: Araújo Lima, Visconde de Olinda, Dr. José Cardoso de Menezes, José Carneiro da Silva, Visconde de Araruama, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, Comendador João de Miranda e Ortiz da Silva.

2^a Classe: Luís Moutinho de Lima (residente), José do Amaral, Ângelo Tomás do Amaral, Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, F. Coutinho Vilhena (correspondentes).

3^a. Classe: Araújo Coutinho Viana, Francisco Freire Alemão, Antônio de Miranda e Castro, João Paulo dos Santos, Dr. Francisco Sigaud, Vicente Torres Homem, Manoel Valadão Pimentel (correspondentes).

4^a. classe: D. Pedro II, José Corrêa de Lima, J. J. da Rocha, Visconde de S. Leopoldo.

No movimento de retorno ao IHP, a entrada do Imperador D. Pedro II foi motivada pela atribuição do título de Membro Protetor, cuja taxa de anuidade era bem maior que a

dos demais membros¹⁵⁷. Se o Imperador D. Pedro I já havia conquistado a admiração de Monglave, D. Pedro II continuou recebendo o respeito dos franceses. Prova disto encontramos na nota biográfica sobre o Dr. Sigaud, médico de D. Pedro II, escrita pelo Dr. Caffé, membro da classe de história das ciências sociais e filosóficas, físicas e matemáticas. Neste texto, Dr. Caffé abre um espaço para elogiar o Imperador, e o faz nos seguintes termos:

Esse soberano, o mais instruído e o mais letrado entre todos aqueles que hoje estão assentados no trono; também é ele o único monarca da América, e sob seu reino eminentemente constitucional, os cidadãos gozam de todas as garantias desejáveis. Um senado e uma câmara de representantes discutem as leis e protegem os interesses de um país muito mais extenso que a França (Investigateur, 1857, p. 158).

A boa acolhida no Instituto não foi privilégio do Imperador do Brasil. A julgar pela análise dos registros da sociedade, podemos observar que os brasileiros, de modo geral, foram calorosamente recebidos como membros. Após o esfriamento do entusiasmo inicial dos brasileiros pela participação no IHP, os franceses mantiveram-se interessados em assuntos do Brasil. E mesmo depois do afastamento do secretário perpétuo, Eugène de Monglave, em 1846; Angel Renzi, seu substituto, continuou acolhendo os brasileiros com a mesma amizade e atenção.

O BRASIL COMO TEMA

O registro das correspondências recebidas pelo Instituto oferece uma importante fonte de esclarecimento sobre a intensidade da relação entre brasileiros e franceses mediada

¹⁵⁷ Para agradecer a concessão de tal título, M. Aureliano de Souza Oliveira Coutinho escreveu a seguinte carta para Renzi, administrador-tesoureiro do Instituto Histórico de Paris na ocasião: Rio-Janeiro, 31 dezembro de 1842.

Eu tive a honra de receber a carta que o senhor me enviou em 6 de agosto, na qualidade de tesoureiro-diretor do Instituto Histórico, na qual o senhor me comunicou que a Sociedade, em sua assembléia geral de 29 de julho passado, discerniu a S. M. O Imperador, meu augusto mestre, e por unanimidade, o diploma de membro protetor do Instituto Histórico da França. Apesar do diploma, a lista geral de membros do Instituto, seus estatutos e a coleção completa de seu jornal, que o senhor me fez menção na sua carta, não chegaram até mim; eu me apressei em levar ao conhecimento do Imperador essa prova de consideração de uma associação literária tão distinta, e eu posso vos assegurar que Sua Majestade Imperial está sinceramente lisonjeada, e que eu recebi a ordem de vos comunicar que ela consentiu em aceitar a nomeação mencionada.

Eu vos peço então, Senhor, que queira dar conhecimento ao Instituto dessa decisão de Sua Majestade Imperial, e de ter a certeza da perfeita consideração da qual eu tenho a honra de ser Vosso humilde e obediente servo,
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

pelo IHP. A correspondência do Comendador Moutinho, embaixador do Brasil em Paris, lida pelo secretário-perpétuo em 22 de dezembro de 1834, assegura-nos de que ele fez assinaturas do *Journal de L'Institut Historique* para as bibliotecas públicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Em 25 de março de 1836, comunica-se que o mesmo membro assinava o Volume do Congresso anual de História para todas as bibliotecas do Brasil. No entanto, conforme Faria (op. cit., p. 61) “os exemplares da Revista do Instituto enviados ao Brasil se perderam ou se extraviaram. Devido às dificuldades de comunicação, é provável que muitos números tenham se perdido antes de chegar aqui”.

Pode-se encontrar referências aos brasileiros no registro de correspondências e cartas de adesão ou doações de livros¹⁵⁸. Além do trabalho dos jovens D. J. Gonçalves de Magalhães, A. Porto Alegre e Sales Torres Homem sobre a história da literatura, das ciências e das artes no Brasil, publicado no primeiro volume do *Journal*, expressando o entusiasmo inicial pela formação da sociedade, encontramos a publicação do Dr. Francisco Sigaud¹⁵⁹ sobre “Les Progrès de la Géographie au Brésil et sur la nécessité de dresser une carte de cet Empire” (*Investigateur*, 1844, pp. 8-15).

As páginas do Jornal abordam, com frequência, comentários de livros ou assuntos brasileiros. O Brasil era lembrado, particularmente, por Monglave em suas crônicas e

(*Investigateur*, 1843, Correspondance, pp. 193-194)

¹⁵⁸ Eis alguns dos livros, referentes ao Brasil, citados no Boletim Bibliográfico: *Anais do Rio de Janeiro*, por Baltasar da Silva Lisboa, 6 vols./ *Éléments de législation naturelle, destinée aux élèves de l'École Centrale du Panthéon, et adoptés dans les cours juridiques du Brésil et de l'Allemagne*, par Perrau. Membre du Tribunal, 1 vol./ « Nitheroy » (Revue Brésilienne), publiée à Paris, 1^o Livraison (doação de Monglave). *O auxiliador da indústria nacional*, recueil scientifique de Rio-Janeiro, in-8^o/ Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (25 novembro), por J. C. Barbosa, in-12./ “Estatutos do IHGB”, instalado no Rio de Janeiro, etc. in-12/ Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB, fundado no Rio-Janeiro, 3 livraisons, in-8^o/ dissertação inaugural sobre as águas minerais brasileiras, e em particular as da cidade do Rio de Janeiro, tese apresentada na Faculdade de Medicina do Rio-Janeiro por M. Antônio de Miranda e Castro, doutor em medicina pela mesma Faculdade./ Compêndio de história portuguesa, por Tibúrcio Antônio Craveiro, advogado e professor de retórica no Colégio de Pedro II, Rio-Janeiro, 1. vol. In-8^o, etc.

¹⁵⁹ Joseph-François Xavier SIGAUD (1796 –1857), nasceu em Marseille, na França, e formou-se médico em 1818. Foi membro da Sociedade Imperial de medicina de Marseille, do Ateneu de Medicina de Montpellier, da Sociedade médica de emulação de Paris, entre outras. Foi fundador, em 1830, e presidente da Academia Imperial do Rio de Janeiro; um dos fundadores e presidente do IHGB; fundador e editor do Instituto dos jovens cegos do Rio de Janeiro; médico do Imperador D. Pedro II desde 1833. De acordo com a nota biográfica publicada na seção “Necrologia” do *Investigateur* de 1857, pelo Dr. Caffé – membro da 3^a. classe (*Investigateur*, 1857, pp. 156-159), Sigaud criou o jornalismo no Brasil. Sua primeira publicação foi *L'Echo du Brésil*, publicada em francês e, em seguida *l'Aurore*, jornal político brasileiro. Sigaud mudou-se para o Brasil em 1825, e tornou-se médico do Imperador quando, em 1833, uma grave doença pôs em perigo sua vida. “Sigaud foi chamado e lhe salvou a vida. Desde então, conserva esta posição e a amizade de Dom Pedro II” (...) (idem, op. Cit., pp. 156-159).

resenhas. Em uma dessas crônicas ele destacou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro, notícia que causou agitação entre os membros, que decidiram publicar os objetivos, os estatutos e o discurso de fundação proferido pelo general da Cunha Barbosa¹⁶⁰.

As resenhas mais importantes de Monglave são as que escreveu sobre a obra de J. B. Debret: *Voyage historique et pittoresque au Brésil*, entre os anos de 1834 e 1839¹⁶¹. O próprio Debret leu dois fragmentos de sua obra, o primeiro: “Moeurs et usages des brésiliens civilisés”, na 5ª. classe do Instituto em 23 de outubro de 1834, e publicado no primeiro volume do *Journal de l’Institut Historique* (1834, pp. 170-172). Nesse texto, considerou a influência do clima sobre o caráter e os costumes dos brasileiros. Segundo o autor, este é o povo da “América meridional que tem os costumes mais doces e o caráter mais amistoso” (*Journal de l’Institut Historique*, 1834, p. 170). Debret seguiu apresentando algumas observações sobre o “*bom brasileiro*”, seus costumes, algumas de suas características físicas e morais e a influência francesa sobre a moda, música, danças, espetáculos etc., do Rio de Janeiro. O debate sobre as “raças humanas” ensejava acaloradas discussões no Instituto; tema que ocupou o pensamento de muitos teóricos da época. Segundo Debret, no Brasil, o mulato era o ser de organização física mais robusta, “ele tem mais energia que o negro: ele lhe é, sobretudo, superior por sua inteligência, que o aproxima da raça branca” (*ibidem*). De acordo com a análise desse autor, um dos problemas que dividia o país era a rivalidade existente entre o negro e o mulato, e deste último com o branco. Além disso, uma terceira complicação vinha se somar à essas: o fato de o português tratar indistintamente todos os brasileiros de mulatos, qualquer que fosse a cor da sua pele. Por fim, Debret encerra o capítulo considerando “a marcha ascendente da civilização desses meios-brancos”, ou seja, do mulato, “esse homem de cor que a Europa e a África geraram sob o sol do novo mundo” (*idem*, p. 172).

O segundo texto, publicado no VIº volume do *Journal de L’Institut Historique* (1837, pp. 250-252), é “Catacumbas do Rio de Janeiro”. Nele Debret assinala os costumes dos brasileiros, especificamente no Rio de Janeiro, em relação aos seus rituais fúnebres e o modo de enterrar os mortos. No primeiro número do *Journal de L’Institut Historique*,

¹⁶⁰ Cf. *Journal de L’Institut Historique*, 1839, pp. 101-115.

¹⁶¹ Cf. *L’Investigateur*, 1840, p. 130 e 1841, pp. 114-122.

Stéphane Niquet, arquiteto e membro da 5^a. classe do IHP, publicou um texto intitulado “Resumo da história literária, das ciências e das artes no Brasil” (pp. 47-54), em que comenta os estudos dos brasileiros Domingos José Gonçalves de Magalhães, M. Francisco de Sales Torres Homem e Araújo Porto Alegre. O Jornal não lista em seu índice o título do texto que se segue após este, mas Niquet também teceu uma breve apreciação sobre a obra de Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Para estes membros do IHP, era glorioso “ver os filhos da França propagarem a civilização para além mar”, e mereciam muito mais consideração aqueles que voltavam para contar sobre a natureza e os costumes dos locais que visitavam. Nesse sentido, Debret destacava-se por ter dedicado 15 anos de sua vida ao Império brasileiro “para reunir a coleção mais completa de documentos sobre a situação física e moral desse país, que foi inicialmente saudado pelo nome de França antarctique” (idem, p.53). Para Niquet, Debret “traçou um quadro onde se manifesta cada progresso da educação do homem das florestas virgens, onde a civilização recruta aliados entre seus inimigos seculares” (idem, 54). E por fim, considera que essa obra veio complementar os estudos de outros europeus interessados no Brasil, como Langsdorff e Aug. De Saint-Hilaire sobre botânica; Neuwied sobre a zoologia; Southey, Denis e Warden sobre a história do Brasil.

Em 1836, Monglave publicou um relatório sobre a “*Nitheroy - Revue Brésilienne* (Journal de L’Institut Historique, pp. 209-211), anteriormente lido na 2^a. classe do Instituto (História das línguas e das literaturas). Além disso, introduziu o segundo número da Revista Nitheroy, publicada em Paris. Neste texto Monglave assinala os temas abordados pelos quatro autores do primeiro número da revista e, considerando os méritos dos escritores, sendo três deles membros do IHP – Torres-Homem, de Magalhães e Araújo Porto-Alegre –, afirma que eles “estendem para além mar a influência de uma idéia que deve dar a volta ao mundo” (Journal de L’Institut Historique, 4^o. Volume, p. 211).

Em 1839, Dréolle publicou uma resenha referente à obra de Warden, *Histoire du Brésil: de l’art de vérifier les dates*, no *Journal de L’Institut Historique* (p. 209-211).

Em 1844, Dr. Sigaud apresentou, no *Investigateur*, uma resenha sobre os discursos oficiais do comendador João Antônio de Miranda (1839, 1840 e 1844) (*Investigateur*, 1844, p. 446).

Em 1845, Dr. Josat publicou uma resenha sobre o livro do Dr. Sigaud: *Climat et maladies du Brésil* (Investigateur, pp. 22-33). Na notícia biográfica sobre Dr. Sigaud, Dr. Caffé afirma: “o belo tratado do clima e das doenças do Brasil valeu a Sigaud uma carta autografada muito elogiosa do rei Luís Filipe, que lhe presenteou com um anel de diamantes. A imprensa científica lhe oferece também um tributo de elogios” (Investigateur, 1857, p. 158).

Em 1855, John Lelong apresentou um relatório sobre os estudos que fez acerca dos costumes, do caráter e dos hábitos das diversas regiões da América do Sul. No texto publicado no Investigateur “Les empereurs Pedro I et Pedro II” (1855, pp. 172-179), o autor trata do Imperador do Brasil, alguém por ele considerado “digno de atenção”. Lelong inicia seu texto relembrando fatos da história do país e ressalta que “a regeneração do Brasil data da época em que um príncipe da casa de Bragança deixa Portugal para se fixar no Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecer a autoridade do rei João nessas vastas e ricas terras” (idem, pp. 172-173). O mesmo autor, John Lelong, escreveu, em 1856, no *Investigateur*, dois artigos intitulados: “Rio Paraná et Corrientes” (pp. 235 e p. 257).

ALGUNS CURSOS PÚBLICOS GRATUITOS

O Instituto Histórico de Paris promovia a pesquisa histórica e divulgava suas idéias por meio das publicações, dos cursos públicos gratuitos e dos Congressos Históricos.

Os seguintes cursos foram propostos para o ano de 1838:

“História geológica e geográfica do globo: história de seus habitantes considerados sob o ponto de vista etnológico e filosófico”, por M. G. L. Domény de Rienzi, viajante no Oriente, China, Oceania; membro da Sociedade Asiática de Bombaim e de Paris.

“História da Universidade de Paris”, por Auguste Vallet, aluno da Escola de Chartes.

“História e estatística dos exércitos antigos e modernos” F. Sicard.

“História da mímica em ação”, por Ferdinand Berthier, professor surdo-mudo no Instituto Real de surdos-mudos de Paris.

“Curso de literatura e de eloquência militar”, por A. Genevay, ex-redator chefe do jornal *L’Armée*.

“História literária da França”, por Villenave, professor de história literária no Ateneu Real de Paris.

“História literária da França no século XIX”, por Alph. Fresse-Montval.

“História das literaturas portuguesa e brasileira”, por E. Garay de Monglave, secretário perpétuo do Instituto Histórico, membro da Sociedade Real dos Antiquários da França, correspondente do Instituto Real de Nápoles, etc.

“Curso de legislação comparada: analogias e diferenças das instituições sociais da antiguidade com aquelas da Idade-Média e da Europa moderna”, pelo Barão d’Eckstein.

“História do direito público na França”, por Dufey de l’Yonne, advogado.

“História do direito canônico”, pelo abade Badiche, licenciado em teologia.

“Exame das histórias filosóficas desde a Idade-Média até o século XIX”, por Armand Fouquier, licenciado em letras, antigo aluno da Escola Normal.

“História das origens e dos primeiros desenvolvimentos da ciência”, pelo Dr. Cerise, da Faculdade de Paris.

“História da química desde sua origem antes dos alquimistas até nossos dias: serviços que ela prestou às ciências, às artes e à indústria”, por Ch. Favrot, responsável pelos trabalhos químicos na Escola de Farmácia de Paris.

“Curso de antiguidades”, por Alexandre Lenoir, arqueólogo.

“História da arquitetura”, por Ferdinand-Thomas, arquiteto.

“Curso de história musical”, por E. Elwart, ex-pensionário do rei na Academia de França, professor no Conservatório de música.

“História do Papado nos tempos modernos”, por Dufau.

“História do Direito público francês”, por H. Prat.

“Hieróglifos egípcios e religiões antigas”, por M. de Brière.

“História dos Jornais na França”, por J. Ottavi.

“História da literatura francesa nos séculos XVI e XVII”, por Leudière.

“História da Filosofia desde Descartes”, por Robert (du Var).

“História da Literatura e da Legislação comparadas”, por N. H. Cellier.

Em 1840 foram oferecidos os seguintes cursos: “História da literatura francesa no século XIX”, por J. Ottavi¹⁶²; “História da poesia grega”, por Vincent; “Historia Geral”, por Leudière.

“História da França”, por Henri Prat.

Cursos oferecidos em 1846-1847: “Filosofia aplicada à História”, por M. Cellier du Fayel; “Filosofia aplicada à literatura”, Auger; curso sobre “Higiene”, por Josat; curso sobre “Física”, por Millot.

ALGUMAS QUESTÕES PROPOSTAS PARA OS CONGRESSOS HISTÓRICOS

Encontramos nas questões debatidas anualmente nos Congressos Históricos uma rica fonte para a análise das idéias que compunham o IHP, sobretudo as “idéias sociológicas” ou aquelas que estavam diretamente ligadas às ciências sociais. Listamos a seguir algumas destas questões, propostas para os Congressos de 1835 a 1850.

Classe de História Geral e História da França

Determinar pela história se as diversidades fisiológicas dos povos correspondem às diversidades de sistemas sociais aos quais esses povos pertencem.

Qual é a origem da raça de homens conhecidos sob o nome de Boêmios, Gitanos, Zitanos, Egípcios, que se acham errantes em todos os países? Apreciar os diferentes sistemas formulados até hoje sobre esse tema.

Quais são os caracteres dos povos primitivos, e em qual nação da Europa se poderia encontrá-los?

Determinar por meio da história qual é a influência do cristianismo sobre a civilização moderna.

Pode-se atribuir ao catolicismo a formação da nacionalidade francesa?

Qual é o objetivo da História?

¹⁶² Nesse curso M. Ottavi atribui a Chateaubriand a honra de ter aproximado a literatura das inspirações religiosas e morais. Nessa mesma ocasião analisou obras pouco conhecidas de um “autor ilustre”: Benjamin Constant. Também menciona obras de M. de Maistre, de LaMennais, Lamartine e V. Hugo.

Determinar a origem e a composição das cortes da Espanha, comparativamente com as assembléias das cidades nos Gaules, os parlamentos da Inglaterra, os estados da França e as dietas da Alemanha.

Pesquisar a origem do povo Basco.

Determinar o que se pode entender na História da França a palavra raça.

Qual foi a influência da França no movimento e o progresso das cruzadas, e quais foram os resultados dessas expedições?

Qual foi o espírito do sistema político de Richilieu, e qual foi a influência sobre a França e sobre a Europa?

Determinar pela história quais são as condições de origem e de existência das nacionalidades.

Verificar a origem e as vias principais de propagação do budismo na Ásia.

Fazer um exame crítico das principais histórias gerais da França.

Quais são os principais períodos da história da Grécia antiga?

Quais foram as causas da emancipação das comunas na França?

Pesquisar pela história por que a França e a Alemanha tendo saído das mesmas instituições, a primeira atingiu a unidade, e a segunda ainda não pôde alcançá-la.

Quais são as modificações que a história sofreu como ciência filosófica, de Maquiavel até nossos dias?

Pesquisar e comparar a origem e a organização dos diferentes estados provinciais da França.

Fazer conhecer em traços gerais os caracteres que distinguem a escola histórica moderna da escola antiga.

Apreciar as causas diversas às quais a sociedade européia deve a supremacia que ela exerce sobre o resto do globo.

A ciência da diplomacia fez alguns progressos desde os Beneditinos? Que meios conviria empregar para desenvolver e propagar os princípios?

Qual foi a influência da Sorbonne sobre o movimento político e intelectual na França?

Determinar pela história a influência das instituições francesas sobre as instituições das nações modernas.

Qual foi a influencia da política de Luís XI sobre os seus sucessores?

Quais foram as principais revoluções da dialética, desde Santo Agostinho?

Determinar por meio da história as vantagens que a ciência histórica tirou das comunidades religiosas.

Qual é a origem do povo chinês?

Qual foi a influência da descoberta da passagem por mar às Índias Ocidentais sobre o desenvolvimento do comércio e da indústria portuguesa?

Fazer o exame crítico das principais histórias universais.

Indicar um criterium para a apreciação dos fatos históricos e de suas influências.

Que ajuda Cristóvão Colombo encontrou nos conhecimentos geográficos anteriores à sua época para realizar a descoberta da América?

Determinar que parte tomaram os navegadores franceses na descoberta do continente americano.

Apreciar o poder moralizador das diversas religiões existentes.

Qual foi influência do espírito francês sobre a Europa nos dois últimos séculos?

Comparar as escolas históricas na França do século XVIII e dos nossos dias.

O que se deve entender por tolerância religiosa?

Qual foi até o presente o ensino histórico na França e quais são os meios de aperfeiçoá-lo?

Qual é a base vital da cronologia do tempo antigo aplicada principalmente à história dos babilônios e às diferentes versões da Bíblia?

Explicar por meio da história as causas da grandeza e decadência de Veneza.

De todos os povos que cobrem a face do globo, qual deles tem a origem mais antiga?

Determinar o caráter das diversas colônias estabelecidas pelos povos modernos.

Fazer a história do senado romano desde sua fundação até a queda do Império.

Quais foram a natureza e a influência da dúvida metódica de Descartes?

Da origem e da influência da nobreza.

Qual foi, na África, a influência das dominações cartaginense, romana e vândala sobre as ciências, as artes e a civilização?

Quais foram a origem e o caráter da influência política exercida pelo parlamento de Paris?

Fazer a história do senado romano desde sua fundação até a queda do Império.

Quais são os caracteres dos povos primitivos e em qual nação da Europa se poderia encontrá-los?

Qual foi a relação das nações européias com a China da idade média até o presente?
(Questão propostas para o prêmio de 1850)

Determinar o papel e a influência dos Árabes na Itália meridional nos séculos XII e XIII.

Classe de História das Línguas e Literaturas

Pesquisar, com a ajuda da história e da filologia, qual idioma pode ser considerado o mais antigo, e que fornece mais elementos às línguas faladas no mundo moderno.

Que relação existe entre a língua dos povos e o seu estado social?

Como se operou a transição das línguas antigas para as línguas modernas?

Qual a influência das línguas asiáticas sobre a formação das línguas ocidentais?

Qual é a influência da língua romana sobre as línguas italiana, espanhola e portuguesa?

Que influência as línguas germânicas exerceram sobre as línguas romanas?

Qual foi a influência da língua e da literatura italianas sobre a língua e a literatura francesa?

Qual foi a influência da língua e da literatura espanholas sobre a língua e a literatura francesa?

Qual foi o estado das letras na Inglaterra sob o reino de Elisabete?

Qual foi a influência das línguas bárbaras sobre o latim da idade-média?

Sobre a influência das literaturas estrangeiras sobre a literatura francesa a partir do século XVI.

Que influência o romantismo exerce sobre a língua francesa?

Que formas as literaturas das metrópoles assumiram nas colônias.

Qual foi a influência dos acontecimentos políticos da França sobre a literatura alemã em 1789 e em 1830.

Classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas

Determinar as consequências sociais do casamento considerado nas suas duas formas: monogamia e poligamia.

Determinar os principais períodos da legislação sobre os escravos, entre os Gregos e entre os Romanos, antes da era cristã.

Determinar por meio da história a influência da bandeira sobre o moral do soldado

Determinar a ação da civilização cristã sobre os costumes do Oriente.

Os teóricos aceleraram a marcha da civilização e a felicidade da humanidade? E em que proporção as luzes contribuíram para o desenvolvimento moral das sociedades?

De que utilidade foram as ordens religiosas e militares para a cristandade?

Fazer a história das grandes epidemias e pesquisar se elas têm alguma relação com o estado social dos povos.

Quais são os motivos sobre os quais se fundaram e modificaram os estabelecimentos de previdência sanitária, os lazaretos, quarentenas, etc?

Determinar pela história se existe uma relação entre as características fisiológicas dos povos e seus sistemas sociais.

Pesquisar a origem da doença chamada “feu des ardents” na Idade-Média, e compara-la com epidemias análogas de diversas épocas.

Determinar a fonte das idéias propagadas sobre o contágio, e fazer a história das prevenções sanitárias adotadas por diferentes povos.

Fazer a história botânica e industrial do chá indicando suas melhores propriedades.

Pesquisar com o auxílio da história os meios terapêuticos da medicina dos antigos egípcios.

Apreciar, do ponto de vista histórico, os diversos modos de tratamento dirigidos contra a loucura.

Pesquisar com a ajuda da história qual foi a influência da higiene dos pitagóricos sobre as doutrina médicas ensinadas até hoje, sobretudo sobre as de Hipócrates.

Discutir e estabelecer o valor dos documentos relativos à história da América antes da conquista dos Europeus; pesquisar nesses documentos quais eram os princípios sociais dos diferentes povos dessa parte do mundo.

Determinar que relações existem entre as crenças religiosas e o estado social dos povos na moral, política e legislação.

Qual foi a influência da descoberta da América sobre os hábitos e o caráter dos espanhóis?

Pesquisar as influências exercidas sobre a duração da vida humana pelo clima, os hábitos, o regime e o temperamento?

Qual foi a influência dos Normandos sobre a civilização da Inglaterra?

Qual influência pode ter a forma presente das instituições do Brasil sobre as instituições dos outros Estados da América meridional?

Qual era o estado das ciências matemáticas nos séculos IX, X, XI e XII, e que influência elas puderam exercer sobre a construção das grandes catedrais?

Que ajuda Cristóvão Colombo encontrou nos conhecimentos geográficos anteriores à sua época para realizar a descoberta da América?

Qual foi a influência da migração dos povos nos séculos IV e V sobre o estado social e intelectual da Europa?

Pesquisar, com a ajuda de monumentos poéticos, históricos e filosóficos, o que os povos entenderam pela palavra *lei* nas diferentes épocas da civilização.

Fazer a história da doutrina do progresso.

Determinar a ação da civilização cristã sobre os costumes do Oriente.

Qual foi, na França, a origem do direito da burguesia?

Determinar a ação das doutrinas religiosas sobre a origem e o desenvolvimento das ciências naturais e das ciências médicas.

Qual foi a influência dos matemáticos italianos sobre os progressos dos matemáticos na França?

A que época remonta a origem das estradas de ferro? Fazer o histórico de seus aperfeiçoamentos até hoje.

Qual foi a influência dos séculos XV e XVI sobre as doutrinas políticas de Maquiavel?

Que lugar ocupa o luxo na história da civilização?

Apreciar o poder moralizador das diversas religiões existentes.

Sob qual influência social e filosófica nasceram as teorias do direito natural nos tempos modernos? Quais são as principais fórmulas?

Qual foi a diferença da escravidão entre os Romanos e a escravidão entre os Germânicos?

Qual foi a origem do governo representativo?

Pesquisar qual foi a condição das mulheres na família e na sociedade entre os diferentes povos desde os tempos históricos até hoje; determinar as causas que modificaram essa condição.

Determinar, pela história, que relação existe entre as doutrinas filosóficas e sociais, e as ciências físicas e matemáticas.

Determinar se existe relação entre o caráter filosófico dos povos e seus sistemas sociais.

Caracterizar o movimento impresso pelas filosofias estrangeiras à filosofia francesa desde o século XVI.

Traçar a linha de demarcação que existe entre as ciências físicas, matemáticas, sociais e filosóficas.

Classe de História das Belas-Artes

Qual foi a influencia da idéia moral e religiosa sobre as belas artes?

Determinar por meio da história a influência das doutrinas morais e religiosas sobre as belas artes.

Determinar pela história e pelo estudo da fisiologia a ação das belas-artes sobre o desenvolvimento dos povos.

Quais foram as principais formas dos templos entre os diversos povos da antiguidade?

As belas artes na América, entre os índios e nas colônias européias.

Estabelecer pela história e pelos monumentos as principais formas que a arquitetura religiosa assumiu desde os tempos mais remotos até hoje.

Fazer a história dos progressos técnicos da pintura.

Quais foram as causas do progresso e da decadência das artes entre as diferentes nações?

Analisar rapidamente a história da arquitetura.

Quais são os principais caracteres da arquitetura romana?

Caracterizar por meio da história a origem, o progresso e a decadência da arquitetura gótica.

Quais são as principais características que distinguem as escolas italianas de pintura, escultura e arquitetura do século XII ao XVII?

Qual é a influência da arte sobre o moral dos povos?

Expor, a partir dos textos e monumentos, quais eram os principais usos observados pelos Romanos nos festins, nos tempos da república e do império.

Resumir a história da arte entre os Índios.